

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

TESE DE DOUTORADO

**As ONGs e a construção de alternativas para o
desenvolvimento rural**

**Um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura
Alternativa (AS-PTA)**

Marcelo Miná Dias

2004



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA

AS ONGS E A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL:
UM ESTUDO A PARTIR DA ASSESSORIA E SERVIÇOS A
PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA (AS-PTA)

MARCELO MINÁ DIAS

Sob orientação da Professora
Leonilde Sérvolo de Medeiros

Tese submetida como requisito
parcial para obtenção do título de
Doutor em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Seropédica, RJ
Fevereiro de 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE – CPDA

MARCELO MINÁ DIAS

Tese submetida ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração em Desenvolvimento e Agricultura, como requisito parcial para a obtenção do grau de **Philosophiae Doctor**, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

TESE APROVADA EM 19/02/2004

Leonilde Sérvolo de Medeiros, Dra., CPDA/UFRRJ
(Orientadora)

Leilah Landim, Dra., ESS/UFRRJ

Victor de Araújo Novicki, Dr., UNESA

Nelson Giordano Delgado, Dr., CPDA/UFRRJ

Renato Sérgio Jamil Maluf, Dr., CPDA/UFRRJ

AGRADECIMENTOS

Foram várias as pessoas e instituições que, em diversos momentos desta caminhada, estimularam e apoiaram a realização deste trabalho. Por isso, agradeço sinceramente:

À Professora Leonilde Medeiros por sua orientação e pelo aprendizado que pude desfrutar neste processo;

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela Bolsa de Doutorado, por meio do programa de Demanda Social, que possibilitou a realização da pesquisa e a obtenção do título;

Ao CPDA/UFRRJ, seus professores e funcionários, pelas condições para realização do trabalho;

À AS-PTA no Rio de Janeiro pelo apoio ao acesso à documentação utilizada neste trabalho;

Aos Professores José Augusto Pádua e Leilah Landim por suas valiosas contribuições no momento da apresentação e defesa do Exame de Qualificação de doutorado. Naquela ocasião, foram vários os temas e as problematizações que sugeriram para enriquecer o trabalho de pesquisa;

Aos colegas que participaram, em duas ocasiões, da apresentação de parte deste trabalho ao Grupo de Pesquisa “Movimentos sociais, relações de poder e políticas públicas no campo”, coordenado pela Professora Leonilde Medeiros;

À Professora Vivien Diesel, da Universidade Federal de Santa Maria, por seu apoio e contribuições por ocasião de um artigo que escrevemos sobre o tema desta tese;

À Professora Regina Bruno, do CPDA/UFRRJ, e à Inês Cabanilha de Souza pela amizade, estímulo e aprendizado profissional que compartilhei ao longo de dois anos em um trabalho de assessoria ao Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO;

Enfim, aos amigos que, como sempre, deram seu apoio a este desafio: Armindo Leão, Augusto Mosander, Esther Cuperman, José Soares, Mariluce Dias, Maristela Dias, Nilza Luzzi, Rachel Cuperman e Roberto Ragagnin, muito obrigado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO	17
1.1 Organizações não-governamentais: uma novidade institucional na promoção do desenvolvimento	17
1.2 A construção da identidade institucional das ONGs de desenvolvimento	23
1.3 Antes das ONGs: as entidades privadas e a promoção do desenvolvimento ..	28
1.4 Os primeiros tempos: a serviço dos movimentos sociais e de costas para o Estado	32
1.5 As ONGs históricas e a busca de uma identidade institucional	41
1.6 Os anos 90: a reforma do Estado, as ONGs e as alternativas de gestão pública	48
CAPÍTULO II EM BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO .	57
2.1 Uma tipologia dos enfoques teóricos sobre o desenvolvimento	58
2.2 O desenvolvimento econômico convencional: do otimismo à falência das suas boas intenções	63
2.3 As críticas ao modelo convencional: da percepção dos limites para o crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável	69
2.4 A construção de discursos entre a afirmação do alternativo e a negação da noção de desenvolvimento	81
2.5 As ONGs e a articulação de outros discursos para repensar o desenvolvimento	90
CAPÍTULO III AS TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS E O DESENVOLVIMENTO RURAL: A TRAJETÓRIA DA PTA-FASE	97
3.1 Desenvolvimento desigual e predatório: a cor da revolução não era verde	98
3.2 A crítica às consequências da modernização e a busca de alternativas	104
3.3 Em busca de tecnologias alternativas: os primeiros tempos do PTA-FASE ...	112
3.4 A institucionalização das Redes de Intercâmbio e dos Centros de Tecnologia	124
3.5 A questão da difusão de tecnologias e a reestruturação do PTA em 1989	133

CAPÍTULO IV	DESENVOLVIMENTO LOCAL, AGROECOLOGIA E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AGRO	142
4.1	Agricultura e ecologia na construção de novos princípios para a ação local ..	142
4.2	Os programas locais e a construção de novas institucionalidades para o desenvolvimento	154
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
	BIBLIOGRAFIA	185

RESUMO

DIAS, Marcelo Miná. As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Seropédica: UFRRJ, 2004. 199p. (Tese, Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

Neste trabalho, busca-se, por meio de uma abordagem histórica, compreender como a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), ao longo de sua trajetória, definiu seus ideais, valores e objetivos para, a partir da construção de uma proposta alternativa para a promoção do desenvolvimento rural, orientar suas estratégias em relação a um projeto mais amplo de mudança social pretendido, elaborar meios de intervenção na realidade, definir os formatos institucionais assumidos pela proposta e estabelecer intermediações com outros atores, organizações e instituições sociais. A análise documental permitiu perceber que a proposta da AS-PTA transitou da defesa do ideário da agricultura alternativa nos anos 80 à adoção da perspectiva agroecológica no início dos anos 90, reclamando a consideração de diversos fatores socioambientais como referenciais à promoção do desenvolvimento. O processo de construção da proposta transitou de uma postura anti-institucionalidade pública para a defesa de um papel mais propositivo diante dos processos de elaboração e gestão das políticas públicas referidas à promoção do desenvolvimento rural, assumindo, neste processo, um caráter reformista. Neste sentido, a criação de programas de desenvolvimento local buscou gerar novas institucionalidades e capacidades políticas locais para influenciar o desenho e a gestão de políticas públicas.

Palavras-chave: organizações sociais, teoria do desenvolvimento, agroecologia.

ABSTRACT

DIAS, Marcelo Miná. **The NGOs and the construction of rural development alternatives: a study of the Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)**. Seropédica: UFRRJ, 2004. 199p. (Tese, Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

This work is based on a historical approach and seeks to understand how the Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), during its trajectory, defined the ideals, values, and objectives to construct a particular alternative proposal to promote rural development, to guide its strategies related to a broader project of social transformation, to elaborate methods of intervention in the local contexts, to define the institutional formats, and to set up relations with others social actors, organizations, and institutions. The documental analysis demonstrated that the AS-PTA's proposal changed from the defense of the alternative agriculture in the 80's to the adoption of the agroecological perspective in the beginning of the 90's, claiming the consideration of the diversity of social and environmental aspects as a reference to the promotion of development. The process of proposal construction moved from an anti-public institutional posture to the defense of a more propositive role before the process of creation and management of public policies referred to the promotion of rural development, assuming a reformist character. The creation of the local development programs sought to generate new institutions and local political capacities to influence the construction and management of public policies.

Palavras-chave: social organizations, development theory, agroecology.

INTRODUÇÃO

A ação da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), uma organização não-governamental (ONG) com sede no Rio de Janeiro, está inserida em um contexto social mais amplo no qual, ao longo das três últimas décadas, vêm se fortalecendo iniciativas e experiências de movimentos e organizações sociais diversas que, em todo o mundo, têm procurado construir práticas e propostas alternativas ao predomínio cultural e político da racionalidade do capitalismo neoliberal.¹

A AS-PTA faz parte de um determinado grupo destas organizações, aquele que ao longo de sua trajetória aproximou suas propostas, objetivos e práticas aos valores difundidos por visões do pensamento crítico contemporâneo que elaboram sobre os limites e possibilidades de superação daquela racionalidade dominante.² Este grupo de ONGs – do qual também fazem parte, por exemplo, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase) – vem trabalhando no apoio a lutas construídas nas bases da sociedade. Elas cumprem um papel importante na organização política e no atendimento a demandas de grupos sociais que sofrem as consequências das políticas de desenvolvimento que, de um modo geral, não contribuem para a melhoria de suas condições de vida e de trabalho.

Há algum tempo, as ONGs já não representam uma novidade no cenário político internacional. As idéias e propostas que defendem e as ações que promovem alcançaram enorme visibilidade e relevância nas últimas décadas. Temas como a valorização e defesa dos direitos humanos e de cidadania e a difusão de novas percepções sobre a relação entre sociedade e meio ambiente, para citar dois casos mais notórios, ganharam um enorme alcance, possibilitando a emergência de novos canais institucionais de negociação de demandas e influenciando a opinião pública a favor de suas percepções.

No Brasil, as origens destas ONGs remontam à conjuntura política do regime militar nos anos 70. Elas surgiram do encontro entre ativistas de esquerda e agentes religiosos que, animados pelo ideário da Teologia da Libertação, foram a campo para fortalecer as organizações populares, combater a miséria, a pobreza e o regime político autoritário que, entendiam, legitimava ambas. Deste encontro e do apoio de organizações internacionais interessadas em financiar ações que conduzissem à

¹ “Capitalismo neoliberal”, de acordo com SANTOS & RODRIGUES (2002, p.24), se refere a uma visão do sistema capitalista mundial que, nas últimas décadas, tornada politicamente hegemônica, teria revivido o que Karl Polanyi, no final dos anos 50, denominou de a “utopia do mercado auto-regulado”.

² Estas visões do pensamento crítico se referem às várias elaborações teóricas, principalmente às divulgadas por autores marxistas de diversas correntes, que argumentam sobre os múltiplos tipos de desigualdade econômica e de partilha do poder entre classes sociais advindas do modo de organização social pressuposto e normatizado pelas diversas variações das economias capitalistas.

democratização da sociedade surgiu, na denominação de LANDIM (1993), uma profissão invisível. Na quase clandestinidade, economistas, sociólogos, educadores foram para o interior do país “conscientizar” as classes populares. Trabalhavam capacitando pequenos grupos, fomentando a organização política, os sindicatos e associações locais. Do trabalho desenvolvido em conjunto com algumas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), foi se consolidando um novo tipo de organização que, embora mantivesse estreitos laços com a Igreja Católica, tinha caráter secular e uma outra intenção política, abrigando os ativistas que buscavam a transformação social por meio da conscientização popular.

Os Centros (de educação popular, de promoção etc.) tornaram-se cada vez mais independentes da Igreja e, com a abertura política no início dos anos 80, foram se transformando em entidades e organizações mais visíveis e propositivas. Surgiam, assim, as organizações não-governamentais. O “não-governamental” afirmava sua posição, fora e independente dos aparatos administrativos do Estado. Ao mesmo tempo em que sinalizava diferenças de concepções e objetivos que fundamentavam suas ações. E a profissão de seus ativistas começou a ser nomeada: assessoria. As ONGs estavam, na nova conjuntura política, de intensa mobilização, ao lado dos movimentos sociais, assessorando-os e buscando reconstruir o poder de participação popular usurpado durante o regime militar. Sua ação e objetivos também estavam, naquele momento, relacionados ao desejo de construção de uma outra sociedade, aquela que viria com a revolução socialista.

Hoje, as pretensões das ONGs surgidas naquela época são menos ambiciosas. Elas são construídas, como a própria história destas organizações, nas práticas e experiências moleculares, locais e cotidianas que buscam afirmar a possibilidade de oferta de alternativas organizativas ou tecnológicas pontuais ou localizadas que, com o passar do tempo, das adesões e do seu fortalecimento, possam minar os mecanismos de dependência que costumam acompanhar as tentativas de emancipação dos setores sociais mais carentes. Portanto, a ação destas ONGs relaciona-se com a construção de novas percepções e práticas sobre como promover processos sociais que capacitem aqueles setores a uma inserção mais qualificada na vida social como um todo. É neste sentido que, para algumas ONGs, a idéia de promoção de um modelo de desenvolvimento alternativo surge como um projeto, ou seja, como uma representação do sentido da transformação do real que se busca. A noção de alternativo atribuída ao tipo de desenvolvimento que pretendem promover, além de negar, pela desqualificação, o seu oposto, o assim-chamado desenvolvimento convencional ou hegemônico, qualifica e afirma suas novas intenções de intervenção social, conferindo ao seu projeto uma dimensão utópica. Para estas organizações, o projeto se torna, a um só tempo, a orientação do sentido da ação, o projeto utópico – por isso, irrealizável – e a idéia-força que estimula a ação para obter resultados possíveis.

No campo das preocupações com o desenvolvimento rural, a ação das ONGs também é marcante. Em várias partes do mundo, elas têm contribuído para o surgimento de novas técnicas e processos que buscam possibilitar o incremento das condições de vida e de produção de diversas comunidades rurais. Formam um conjunto bastante diversificado quanto aos seus objetivos e práticas. Algumas tendem a atuar mais próximas dos governos, complementando suas políticas. Outras se identificam mais com as demandas das organizações dos movimentos sociais, dos sindicatos de trabalhadores

e das associações locais. Estas, diante das políticas públicas executadas pelas institucionalidades governamentais, procuram desempenhar um papel questionador de suas concepções e desdobramentos.

No Brasil, a AS-PTA, embora não tenha sido a organização pioneira na intervenção em apoio técnico a agricultores organizados, teve um papel político fundamental na disseminação de propostas alternativas para enfrentar os problemas que atingem as populações de agricultores mais pauperizados. A sua influência política se revelou tanto no debate sobre as tecnologias alternativas, no início de sua atuação, quando a AS-PTA ainda era o Projeto de Tecnologias Alternativas da FASE (PTA-FASE), passando pelo estímulo ao movimento pela agricultura alternativa, na metade dos anos 80, quanto, mais recentemente, na propagação dos princípios da agroecologia como estratégia de desenvolvimento sustentável para a produção agrícola de base familiar.

Na segunda metade da década de 80, o conjunto de ONGs liderado pela PTA-FASE construiu, ao longo de suas trajetórias de atuação, uma forte identidade, compartilhada por profissionais que elaboravam e difundiam leituras críticas sobre os processos de modernização da agricultura e de promoção do desenvolvimento rural. Principalmente sobre aqueles processos que ocorriam por meio de ações que tendiam a desconsiderar as especificidades culturais locais, a importância do fortalecimento político das organizações dos agricultores e a necessidade técnica de criação de modos de relação ecologicamente mais conseqüentes entre a agricultura e meio ambiente. Neste sentido, tanto o processo de modernização do agro quanto as iniciativas governamentais que tentaram amenizar suas conseqüências nefastas eram diagnosticadas como fracassos marcantes, da institucionalidade pública, na tentativa de gerar processos de desenvolvimento de caráter mais inclusivo e emancipatório, capazes de aliviar a penúria econômica de milhões de pequenos produtores rurais. Por isso, a ação destas ONGs tendeu a buscar, por meio de um outro arranjo organizacional e da geração de inovações técnicas e metodológicas, alternativas à promoção de processos que conduzissem ao desenvolvimento das populações rurais de baixa renda.

A AS-PTA se autodenomina uma ONG que trabalha para promover um modelo de desenvolvimento rural. Ao longo de sua história, a afirmação do desejo de gerar uma outra concepção de desenvolvimento – adjetivado de alternativo, sustentável ou local – foi incorporada aos seus objetivos e discursos. Hoje, nestes mesmos discursos, a palavra “desenvolvimento” aparece de modo natural, sempre associada à sua proposta, cujo carro-chefe são os programas de desenvolvimento local. Também é um termo que freqüenta assiduamente os textos produzidos por membros da AS-PTA, embora não seja definido ou problematizado. Ele, o desenvolvimento, aparece como um fato, um dado da realidade ou mesmo uma necessidade. As interrogações são direcionadas às teorias e práticas que defendem um tipo de desenvolvimento que é visto como antagônico àquele proposto pela AS-PTA. Apesar da falta de reflexão sobre a noção de desenvolvimento, é interessante perceber que o discurso de recusa à promoção deste, nos moldes do que geralmente fazem as institucionalidades governamentais, tem um papel central na construção da identidade e intenções programáticas da AS-PTA e da rede de organizações que foi formada a partir de sua iniciativa nos anos 80. A própria idéia de uma agricultura alternativa, tão forte naquele período, deve parte de sua difusão e

aceitação à negação dos processos de desenvolvimento que disseminaram a agricultura moderna por várias regiões do país.

Nos discursos construídos pela AS-PTA o desenvolvimento aparece como aquilo que BOURDIEU (1993) chama de “categoria realizada” (“*catégorie réalisée*”)³, isto é, uma categoria de pensamento que operacionaliza a formulação de projetos ou propostas, embora tenha um limitado alcance para descrever concretamente a realidade a que se refere. Esta realidade será sempre mais complexa que os limites estabelecidos pela capacidade descritiva do conceito que tenta capturá-la. Apesar de suas insuficiências, esta categoria, argumenta Bourdieu, torna-se um princípio que, ao essencializar seu objeto, gera e estrutura as práticas e as representações sociais dela derivadas. Ela se torna, portanto, *communis opinio*, é interiorizada pelas pessoas, cujas tentativas de ordenamento do real e de organização das relações passam a ser informadas por esta categoria realizada. No caso das ONGs que trabalham com tema do desenvolvimento, o processo de construção de sentidos alternativos a esta noção seria, portanto, também condicionado, pela incorporação tácita dos significados que historicamente são atribuídos a esta categoria realizada.

No caso da noção de desenvolvimento, é preciso muito esforço para desvinculá-la do conceito evolucionista de progresso e de sua essência. Como argumenta NISBET (1980), a idéia de progresso aplicada às sociedades humanas denota que estas avançam, inevitavelmente, para um nível mais elevado de civilização, partindo de uma condição inicial de penúria cultural, ignorância e insegurança. Isto implica um processo direcional de mudanças, do pior para o melhor, revelando que a direção do processo é definida em relação à chegada a um estado aprimorado ou ideal, tido como parâmetro desejável de convergência. O progresso pode então ser mensurado, por exemplo, pela capacidade crescente de controle humano sobre o meio natural, tornando evidente a eficiência tecnológica e econômica aplicadas ao processo.

No campo do conhecimento agrônômico, por exemplo, esta percepção evolucionista e pragmática dos processos de desenvolvimento se reflete na valorização da idéia de produtividade, tão cara aos processos de modernização agrícola. Neste caso, a produtividade, vista como um fim em si própria, representava a quantidade física de tudo que podia ser obtido de um sistema de cultivo a partir da introdução de novas tecnologias e da organização mais eficiente dos processos produtivos, pouco importando as conseqüências que os métodos empregados poderiam gerar. Esta visão produtivista conferiu uma dimensão real e normativa ao conceito de desenvolvimento quando relacionado ao mundo rural. Noutras palavras, olhando para trás, a experiência da promoção do desenvolvimento é, essencialmente, a difusão do progresso técnico na agricultura.

Esta idéia de progresso técnico fundou a noção de desenvolvimento e, de acordo com STOMPKA (1998), o progresso, assim concebido, facilmente se desdobra em visões etnocêntricas, fatalistas e mecanicistas dos processos de mudança social que, neste sentido, parecem mesmo não depender das pessoas e de suas especificidades e riquezas culturais, pois, afinal, são os fins predeterminados que interessam, muito mais do que os meios utilizados para alcançá-los.

³ Bourdieu trabalhou com a categoria de “família” para construir e fundamentar a noção de categoria realizada.

A noção de desenvolvimento associada a esta origem semântica foi, ao longo do tempo, socialmente reconstruída de acordo com as percepções e sensibilidades dos diversos atores e campos teóricos de disputa que reivindicavam seus significados para nomear ou legitimar suas ações e propostas. Assim, não é possível imaginar que, hoje, quando a AS-PTA fala sobre desenvolvimento, mesmo sem enunciar formalmente o que quer significar, ou quando dizemos, na análise que segue, que ela elabora e defende uma proposta de desenvolvimento rural, estejamos nos referindo a processos de mudança que ignoram as pessoas, seus desejos e valores culturais, e mecanicamente buscam um fim predeterminado. Ao falar sobre desenvolvimento, a AS-PTA, por um lado, constrói e defende o seu modelo ideal de desenvolvimento, ou seja, o significado que ela gostaria que o desenvolvimento assumisse em suas práticas. Por outro lado, ela convive com uma imagem do desenvolvimento que a sua própria história de intervenção na realidade permitiu elaborar. Nem sempre estas imagens (a do desejo e da prática) convergem para um mesmo sentido.

Ao longo da trajetória da AS-PTA, as concepções ideais atribuídas à noção desenvolvimento variaram de acordo com o próprio decorrer das experiências e de sua avaliação reflexiva em diálogos, intencionais ou não, estabelecidos com as revisões que, ao mesmo tempo, ocorriam nos campos político e acadêmico. Por ter esta característica, a noção de desenvolvimento, do modo como ela é enunciada pela AS-PTA, é muito mais referida a meios e processos, sujeitos a diversas contingências, do que a fins ou estágios derradeiros como resultado de intervenções planejadas. O desenvolvimento, neste sentido, tem a ver tanto com o incremento de determinadas capacidades pessoais e institucionais quanto com a difusão de inovações técnicas introduzidas nos sistemas agrícolas de produção. Ele é quase sempre referido a intervenções locais que se baseiam e constroem métodos de conhecimento e ação sobre a realidade e tendem a gerar mais princípios para a ação do que modelos reproduzíveis em larga escala.

Usar o termo desenvolvimento para definir sua atividade também é, para a AS-PTA, um requisito para adentrar determinados campos de relação e reconhecimento que viabilizam e legitimam a própria existência da organização perante determinados atores. A sua proposta seria um tanto menos inteligível e aceitável para os seus financiadores, por exemplo, caso não se proclamasse como uma proposta de desenvolvimento, embora, em alguns casos, o que a organização faz, na realidade, possa estar relacionado a outros elementos e objetivos que vão além do que dá a entender a idéia de “desenvolver” ou de promover “processos de desenvolvimento”. O mesmo ocorre com as relações e diálogos estabelecidos com instituições acadêmicas e administrativas que lidam com o estudo, a elaboração ou a gestão de políticas públicas. Estas políticas, afinal, são baseadas em intenções de promoção do desenvolvimento.

Por outro lado, ao falar para a própria organização ou para os seus parceiros históricos – aqueles que ajudaram a construir a proposta e trabalharam na consolidação de uma identidade própria em torno da idéia de agricultura alternativa – o discurso elaborado pela AS-PTA traz à cena outros signos e definições para o tipo de trabalho que realiza. Por isso, assumem destaque as noções de “assessoria” e “agricultura alternativa”. Não sem razão este último termo permanece em seu nome, embora seja a agroecologia, e não mais a agricultura alternativa, o elemento que dá coesão à dimensão utópica da proposta. Manter a utopia de transformação social viva em sua proposta é fundamental para dar um sentido estratégico ao trabalho e mobilizar partidários.

Ao enunciar estes termos e conceitos, com as suas imprecisões, a organização busca demarcar seus campos de influência e relacionamento. A incorporar determinadas concepções vigentes, nem sempre de modo crítico, ela adentra o campo de construção destas mesmas concepções, contrastando-as reflexivamente com o tipo de trabalho que realiza. E, vale dizer, influencia não só o campo de elaboração de significados. Afinal, como argumenta JACQUES (1965), uma organização reage à ansiedade, causada pela premência de afirmação social de seu papel, construindo métodos e práticas que lhe permitam exercer um certo controle ou ordenamento desta realidade. Neste processo, não raro, promovem inovações nas práticas e normas tradicionalmente estabelecidas.

Portanto, a ação das ONGs alterou significativamente os campos de disputa por atribuição de sentidos à concepção de desenvolvimento. A partir de suas práticas, as noções de desenvolvimento rural e desenvolvimento local, por exemplo, ao agregarem e atribuírem diversos qualificativos e novas perspectivas, ampliaram significativamente as compreensões do que pode ser nomeado de desenvolvimento.

No campo acadêmico, como informa NAVARRO (2001), a compreensão sobre o desenvolvimento rural foi muito além da mera análise dos processos de progresso técnico dos fatores agrícolas de produção. A referência ao desenvolvimento rural passou a significar a necessidade de compreensão dos mecanismos sociais de interação entre o mundo rural, e suas especificidades, com a sociedade como um todo. Para entender os processos de desenvolvimento rural (e também para promovê-los) tornou-se necessário investigar, por exemplo, o surgimento e o caráter das instituições que o incentivam, os processos culturais que determinam sua ocorrência, as disputas entre classes ou segmentos sociais que estão na base desses processos, os fatores ambientais que condicionam e são condicionadas pelos meios produtivos, a presença ou não do Estado e seu papel, os modos de implementação das políticas públicas etc. Este amplo espectro de abrangência da noção amplia não apenas a compreensão sobre o desenvolvimento, mas as tarefas e os desafios dos agentes que se dispõem a promovê-lo.

Esta crescente complexidade da noção de desenvolvimento também é um dos desdobramentos da ação dos próprios agentes dedicados ao seu incentivo. A idéia de um desenvolvimento local deve muito à ação das ONGs que, coerente com seu formato institucional peculiar, geralmente atuam em espaços geográficos restritos, em oposição à freqüente abrangência nacional de intervenção das agências governamentais. A ação localizada também é uma referência, com forte caráter de resistência política, ao avanço da “globalização neoliberal” (SANTOS & RODRÍGUEZ, 2002)⁴. Neste caso, olhando para a ação das ONGs, o local passa a ser valorizado como um espaço privilegiado para a construção de alternativas. A sua valorização, como noção que orienta politicamente as iniciativas, também está relacionada, por outro lado, às mudanças de concepção das atribuições da institucionalidade governamental que são informadas pelo processo de revisão do papel do Estado. Neste sentido, as iniciativas de descentralização administrativa conferem aos municípios novas atribuições e responsabilidades. Como parte importante das políticas de descentralização, organizações sociais diversas passam

⁴ Para Boaventura de Souza Santos, a globalização neoliberal “corresponde a um novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social é mais bem organizada quando organizada sob a forma de mercado” (SANTOS, 2002, p.14).

a assumir tarefas antes desempenhadas por agências estatais. Com isso, fortalece-se um tipo de intervenção cujos mecanismos de decisão estariam mais vinculados às especificidades da dinâmica política local e, portanto, supostamente mais próximos da influência dos interesses e demandas das organizações do lugar. Neste quadro, a idéia de participação ganha importância, passando a ser qualificada de várias maneiras.

Nos discursos construídos pelas ONGs a idéia de estímulo à participação surge com diversos significados e intenções estratégias coladas aos seus projetos mais amplos de mudança social. Geralmente o apelo à participação é dirigido aos beneficiários dos processos de assessoria e o qualificativo “participativo” é associado indistintamente a práticas e métodos. Analisando a forma como este apelo aparece nos documentos e textos da AS-PTA, percebemos que há dois contextos principais e inter-relacionados a que ele se refere: aos processos de mobilização e organização social dos atores e às metodologias de conhecimento e diagnóstico das realidades de atuação. Os sentidos atribuídos a esta participação estão principalmente referidos ao desejo por mudanças nos mecanismos locais (com alguma pretensão de influência sobre as estruturas globais) de partilha do poder político, tradicionalmente estabelecidos, e ao resgate ou afirmação de certas sociabilidades que, imagina-se, estão ameaçadas pelos limites à capacidade ou possibilidade dos grupos locais construir formas organizativas ou cooperativas mais solidárias. Em ambos os casos, a noção remonta às concepções e práticas de pesquisa participante e pesquisa-ação (HAGUETTE, 1992).⁵

O desenvolvimento participativo é imaginado como um processo no qual os beneficiários das ações adquiram gradativamente, no decorrer dos trabalhos, capacidade e poder tanto para expressar suas vontades e desejos quanto para interferir nos rumos das próprias intervenções que são organizadas para lhes proporcionar tal capacidade. Os processos se tornariam, idealmente, exercícios conflituosos de compartilhamento de poder decisório a respeito de suas concepções, objetivos e métodos. Embora o conceito de participação traga consigo a idéia de conflito e luta para que se conquiste o direito a exercê-la, no caso da ação idealizada pelos agentes das ONGs este direito é tido como um pressuposto de sua intervenção. Os beneficiários são chamados e estimulados a participar, marcando, deste modo, uma diferença em relação à tradição hierarquizada e centralizadora que, grosso modo, vinha caracterizando a intervenção dos agentes governamentais que executam ações de determinadas políticas públicas, por exemplo.

O ideal da participação tem um papel fundamental na construção das concepções, sentidos e intenções da proposta da AS-PTA. Ele guia a definição dos métodos de intervenção na realidade ao mesmo tempo em que dá uma dimensão real à proposta de mudança social defendida, o que nos possibilita ter uma visão mais clara a respeito de sua compreensão sobre o desenvolvimento. Deste modo, na prática, a participação dá o tom das ações que buscam conhecer e analisar as suas realidades de intervenção. Os métodos, elaborados para facilitar o engajamento dos beneficiários, são fundados em mecanismos que buscam fundar relações de aprendizado mútuo entre técnicos e agricultores. Estes ideais, o da participação e o do aprendizado mútuo e coletivo, perpassam as intenções tanto dos diagnósticos dos sistemas agroecológicos locais quanto das técnicas de experimentação e pesquisa agronômicas.

⁵ Estas vertentes críticas aos métodos de pesquisa tradicionais têm como representantes mais importantes os trabalhos de educadores e sociólogos que difundiram seus fundamentos a partir dos anos 70. Dentre os mais importantes: Paulo Freire, João Bosco Pinto, Orlando Fals Borda e Michel Thiollent.

Os métodos participativos também são informados pelo desejo de resgatar determinados tipos de sociabilidades que lhes parecem ameaçadas pelo processo radical de mercantilização da vida em sociedade.⁶ Um dos aspectos deste processo é a difusão de um imaginário que influencia a predominância de relações sociais baseadas em benefícios pessoais. Os valores individuais são alçados a uma posição de destaque, em detrimento do ideal de solidariedade, de valorização da vida associativa e da experiência de pertencimento a uma comunidade que compartilha determinados valores culturais e os torna fundamentos à sua ação em sociedade. A idéia de resgate que perpassa a proposta da AS-PTA parece reagir também ao que HOBBSBAWM (1995, p.13) chamou de “destruição do passado”, isto é, a crescente perda de elos que encadeiam a experiência pessoal aos costumes e tradições de gerações pregressas.

Diante deste contexto, que emite sinais de mercantilização radical, perda dos valores associativos e comunitários e fragmentação da experiência histórica, a proposta da AS-PTA foi se construindo de modo reativo, negando a inevitabilidade da ocorrência destes fatores e buscando alternativas para enfrentá-los. Deste modo, o discurso da participação, colado à sua proposta de desenvolvimento, orienta práticas que buscam resgatar e valorizar conhecimentos, técnicas e métodos tradicionais de gestão dos sistemas de cultivo e criação, mesclando-os com novas abordagens que vão sendo incorporadas ao longo dos processos. Nesta perspectiva, o trabalho de recuperação e fortalecimento dos espaços de socialização como as associações, os grupos culturais e religiosos, as feiras, congressos, cursos, dias de campo etc. conduz a intervenção para muito além dos processos técnicos de melhoria das condições de produção dos agricultores. Estas iniciativas de mobilização e organização dos atores acabam conferindo outras dinâmicas à vida sócio-cultural das localidades de intervenção do projeto, procurando resgatar, por fim, a própria identidade e auto-estima dos agricultores. Estes passam a vislumbrar outras possibilidades para a sua permanência produtiva no campo, como também para suas relações com a sociedade em que vivem. Em certo sentido, a intervenção da AS-PTA parece fomentar o surgimento de outras institucionalidades para incentivar processos de promoção do desenvolvimento.

O formato institucional da intervenção nos processos participatórios de promoção do desenvolvimento assumido pela AS-PTA é por ela designado de “assessoria”. No trabalho concreto das ONGs, a atividade de assessoria dialoga com a figura do “projeto” como instrumento que gerencia o processo de intervenção. Assim, a execução de um determinado projeto determina o caráter da assessoria a ser prestada, delimitando-a a um ou vários temas e estabelecendo o tempo de sua ocorrência. A maioria dos projetos está condicionada à execução de um cronograma. Deste modo, uma determinada intervenção e o trabalho de assessoria que a viabiliza costumam ter suas próprias demandas: temas específicos, demarcação de limites geográficos, escolha de parceiros, tempo e ritmo de execução etc. Afinal, um projeto é, para os seus financiadores, uma garantia da execução de certos objetivos e, para a ONG, a sua possibilidade de realização da proposta e de reprodução institucional. Para os beneficiários ou público-alvo da ação, o trabalho de assessoria gera uma série de expectativas quanto às intenções anunciadas ou implícitas com a chegada de ajuda externa. Estão em jogo, portanto, vários interesses recíprocos, cujas relações e posições

⁶ A “mercantilização da vida em sociedade”, de acordo com ESPING-ANDERSEN (1990, p.37), implicou o estabelecimento de um forte elo de dependência entre a participação dos indivíduos nos mercados como único meio de manutenção de padrões de vida aceitáveis.

sociais dos diversos atores são definidas pelo caráter assumido pelo trabalho de assessoria.

Como definem FERNANDES & CARNEIRO (1994), o trabalho de assessoria pode ser compreendido como uma relação que pressupõe confiança mútua e afinidade de propósitos entre as partes envolvidas. Para as organizações e grupos que receberão assessoria, a sua proposição deve revelar sinais claros quanto à possibilidade de lhes oferecer respostas aos problemas que eles enfrentam. Estes sinais estão intrinsecamente vinculados à própria história da entidade que presta assessoria e ao modo como esta organização adentra o contexto dos grupos locais. No caso da AS-PTA, a proposição do seu trabalho de assessoria percorre geralmente a rede de relações formada por agentes pastorais, mais característica do início de sua trajetória, e por atores de organizações de movimentos sociais, sindicatos ou até mesmo de outras ONGs. Mais recentemente, com a adoção da agroecologia e do desenvolvimento local como referenciais para a construção de alternativas de ação, a legitimação da proposta tendeu a ser mais referendada nos meios acadêmicos e nos meios políticos referidos principalmente às institucionalidades municipais. Portanto, as relações de confiança e afinidade de propósitos são construídas, quase sempre, por meio de atores que já possuem uma maior inserção nas localidades, que buscam alternativas para a sua atuação e que, por isso, demandam assessoria do agente externo.

A construção destes vínculos de confiança e afinidade é fundamental ao bom andamento da ação local. Por meio destes vínculos e de sua inserção nos métodos de participativos é que são construídas novas percepções sobre a situação, as demandas e carências dos grupos locais. Assim, por exemplo, ao incorporar o caráter participativo dos métodos de diagnóstico, o trabalho de assessoria começa a construir relações de mediação entre as distintas percepções sobre a realidade do local e as alternativas para superar os limites que se apresentam. As motivações e o próprio sentido da ação a ser implementada pelo trabalho de assessoria podem se originar e serem consequência deste processo mediação. Obviamente, somente o desenrolar das relações concretas estabelecidas em cada caso pode revelar até que ponto os ideais participativos contribuem para que esta diversidade de concepções se manifeste, o poder de persuasão e influência que cada uma delas terá e seu alcance sobre a determinação do sentido da ação propriamente dita.

É também evidente que não podemos imaginar que as ações estabelecidas, por exemplo, entre assessores e agricultores, qualificadas de participativas e idealmente sujeitas a diversas contingências, ocorram a partir de um vazio de intenções no qual as disputas por sua direção estejam francamente abertas. Há, claro, orientações e sentidos predeterminados pela própria organização de assessoria, definidos pelos pressupostos de seu método e pelo acúmulo de experiências e demandas institucionais. As outras organizações que interagem neste processo também disputam o poder para influenciar a direção das ações em prol dos seus objetivos. Quando menos estruturadas forem as entidades locais, representantes dos interesses dos beneficiários do processo de assessoria, menor será o seu poder de barganha na definição dos rumos deste processo.

O caráter de mediação assumido pelo trabalho de assessoria também se revela nas relações entre as ONGs e seus financiadores. É comum, na literatura sobre o tema, a afirmação de que as ONGs têm o poder de conectar o local com o global. Isto ocorre, por exemplo, na tradução das demandas locais em projetos de intervenção financiáveis.

O processo de assessoria, afinal, é financiado não por seus beneficiários e suas organizações de representação, mas por diversas agências internacionais, de origens e nacionalidades diversas, interessadas na realização do trabalho que é justificado pelo projeto que está financiando. Neste sentido, a leitura da realidade construída pela ONG e a tradução que ele elabora sobre as demandas dos grupos que pretende assessorar determinam também a viabilidade do financiamento inicial ao projeto quanto à possibilidade de que ele não represente apenas um esforço momentâneo ou pontual no enfrentamento das dificuldades diagnosticadas. Esta mediação entre demandas locais e interesses das agências de cooperação ao desenvolvimento constitui mais um campo de disputas sobre a direção a ser assumida pelo trabalho de assessoria.

As considerações feitas até este momento objetivam uma problematização inicial dos principais temas que serão, mais adiante, relacionados à história das ONGs que se dedicam à promoção do desenvolvimento, ao campo de construção das noções de desenvolvimento alternativo e, por fim, à trajetória da AS-PTA, objeto desta pesquisa. O trabalho que segue foi elaborado a partir da revisão de três conjuntos principais de textos. Na construção da primeira parte, que trata de mapear os ambientes que deram origem ao PTA-FASE e depois à AS-PTA, analisei uma parte da literatura que trata sobre a emergência das ONGs e de diversos outros movimentos sociais no contexto efervescência social inaugurado pela redemocratização do país, especialmente a partir de meados dos anos 80 com a emergência da Nova República.

No segundo capítulo, o método foi selecionar determinados textos a partir de sua menção recorrente em vários documentos produzidos por ONGs dedicadas às questões da promoção do desenvolvimento, especialmente material produzido pela AS-PTA. Esta literatura, de ampla difusão, foi a base para caracterizar as diversas concepções ou leituras sobre a temática do desenvolvimento. A análise do ambiente formativo das idéias alternativas sobre este tema não ficou limitada às possibilidades abertas pelos textos (e autores) que historicamente circularam no ambiente das ONGs, ampliando sua base para vários outros autores que também debateram vários aspectos desta temática. Ganham também relevância os textos traduzidos e publicados pelo PTA-FASE e pela AS-PTA. Nesta fase da pesquisa, algumas entrevistas e conversas informais foram valiosas para identificar documentos, textos e autores que pudessem ter contribuído com idéias e sensibilidades à construção dos projetos alternativos. A própria sistematização das informações Centro de Documentação da AS-PTA, no Rio de Janeiro, ao classificar documentos, qualificar temáticas gerais e excluir outras foi conferindo importantes caminhos ao tratamento da literatura.

Os dois últimos capítulos centram no objeto e constroem uma leitura sobre a trajetória da AS-PTA. Ambos são baseados em vários documentos primários, como atas de reuniões, relatórios de natureza diversa, projetos encaminhados a financiadores, planos de trabalho e alguns textos analíticos de circulação interna. Também fundamentaram a análise os textos produzidos pelos próprios membros da AS-PTA, divulgados em boletins, cadernos, textos para discussão, revistas ou livros publicados pelo PTA-FASE e a seguir pela AS-PTA. É interessante perceber a quase ausência de produção própria da AS-PTA publicada em períodos acadêmicos de circulação nacional, exceção aos diversos artigos publicados em dois números da Revista Proposta, editada pela FASE, entidade mantenedora do PTA até 1989. Aos textos de autoria do AS-PTA acrescenta-se à análise outros editados por ONGs que compuseram a Rede

Projeto de Tecnologias Alternativas e entrevistas e conversas com alguns profissionais vinculados, em algum momento, a AS-PTA e que estiveram presentes ao I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado no Rio de Janeiro em agosto de 2002. O material produzido pelo PTA-FASE e pela AS-PTA foi analisado seguindo a ordem cronológica de sua publicação, de modo a situar, nos diversos contextos de mudança que marcaram sua trajetória, como determinadas concepções e temas apareciam ou eram repensados ou abandonados. Com isso, foi possível fortalecer a idéia de que a sua proposta esteve, ao longo de sua trajetória, em constante construção.

O objetivo do trabalho de pesquisa foi compreender o processo de construção da proposta da AS-PTA para promover processos locais de assessoria que buscam fortalecer determinadas capacidades institucionais de organizações de agricultores e interferir nos processos produtivos, aportando-lhes inovações técnicas e metodológicas. Partindo deste objetivo mais geral, busquei identificar os valores e ideais que orientam este processo, o formato institucional assumido pela proposta e as mudanças e transformações que, ao longo do tempo, influenciaram mudanças nos objetivos e rumos do trabalho. De modo complementar, procurei compreender a natureza das relações do processo de construção da proposta com as diversas concepções sobre métodos de intervenção em processos de promoção do desenvolvimento, presentes em parte da literatura que lida com o tema, e seu papel na determinação dos rumos trilhados pela ação da AS-PTA. Por fim, busquei compreender os processos e estratégias institucionais postos em prática para viabilizar a proposta e os impasses gerados ao longo de sua trajetória.

Para alcançar estes objetivos o texto resultante do trabalho de pesquisa está organizado em quatro capítulos centrais, além desta introdução e de um último capítulo que tece considerações finais sobre o trabalho. No primeiro capítulo, procurei compreender a origem das ONGs e de seu papel na construção social de propostas de desenvolvimento. Inicialmente, busco compreender como as ONGs de desenvolvimento se constituíram como tal e, a partir dos anos 70, passaram a firmar uma identidade institucional própria, fomentada por um sistema internacional de cooperação a iniciativas que procuravam promover ações de desenvolvimento nos países pobres. A construção desta identidade implicou o estabelecimento de diferenciações no conjunto mais amplo das ONGs dedicadas ao tema. Algumas permanecem vinculadas aos ideais assistencialistas que marcaram a origem de muitas dessas organizações. Muitas delas se associaram ao trabalho e ao estilo de organização de diversas entidades privadas criadas, a partir dos anos 50, para estimular processos de desenvolvimento no Terceiro Mundo. Outras, no entanto, construíram sua identidade enfatizando suas diferenças em relação ao governamental e seus modos de intervenção na temática do desenvolvimento. De uma postura ou caráter originário de cunho assistencialista, algumas ONGs foram, com o passar do tempo e das experiências, incorporando e construindo referenciais teóricos mais críticos, tornando-se mais propositivas no cenário político.

Este sobrevôo inicial sobre o campo das ONGs de desenvolvimento permite elaborar uma análise sobre os discursos construídos principalmente por atores que falam a partir das agências internacionais de cooperação. Nos anos 90, estes discursos trataram de enaltecer determinadas características destas ONGs, destacando seus atributos em comparação aos das agências governamentais. Às ONGs era atribuída uma imagem extremamente positiva, elevando-as ao patamar de virtuais substitutas da ação

governamental. Estas idéias eram coerentes com as propostas de diminuição do tamanho e do alcance das burocracias estatais em um contexto de disseminação dos preceitos econômicos neoliberais. Neste sentido, a tarefa de promoção do desenvolvimento deixava de ser, gradualmente, uma tarefa exclusiva do Estado. As organizações da sociedade civil eram chamadas a dar sua contribuição.

Feita esta caracterização inicial do universo das ONGs de desenvolvimento, parte-se para analisar a particularidade do caso brasileiro. Assim, no Brasil, o encontro entre as ONGs e o tema da promoção do desenvolvimento de determinados segmentos ou setores da sociedade ocorre durante o regime militar (1964-1984). Naquela época, a ação de militantes de esquerda e de agentes pastorais se alinhou aos interesses de certas agências internacionais de cooperação, muitas delas ligadas às igrejas, em restabelecer os canais políticos democráticos no país. Deste encontro surgiu um tipo de ação social coletiva muito peculiar. Munidos dos ideais democráticos e inspirados pela Teologia da Libertação, estes agentes foram aos grupos sociais mais carentes, prestar-lhes apoio, assessoria e conscientizar-lhes sobre o que concebiam como sendo as causas determinantes de sua situação desfavorável. Desta ação nasceram diversos novos modos e institucionalidades para tratar a questão do fortalecimento tanto da capacidade político-organizativa destes grupos quanto dos problemas de viabilização dos seus sistemas de produção, no caso dos agricultores. Estes agentes estavam imbuídos de uma forte cultura anti-Estado. O Estado era visto como adversário em sua luta por uma existência mais digna para os grupos ou classes populares. Firmava-se em todas as entidades e organizações criadas naquele contexto uma forte identidade opositora à ação governamental construída, de acordo com a sua leitura, para promover um tipo de desenvolvimento que, julgavam, era extremamente seletivo e prejudicial às camadas mais pobres da população.

Este ambiente político e estas motivações culturais informaram a criação de boa parte das ONGs brasileiras que dedicaram sua ação à promoção do desenvolvimento de determinados setores sociais. Naquele contexto, estar ao lado e a serviço dos movimentos sociais significava dar as costas ao Estado e elevar os pobres ou marginalizados à condição de sujeitos de sua própria emancipação social. Para tanto, era necessário valorizar sua história de resistência e luta contra as forças que lhes oprimiam. Embora a maioria dos assessores pertencesse a uma outra classe social, havia um forte sentimento de identidade entre eles e os marginalizados. Ambos grupos tinham, afinal, passado por um longo período de cerceamento dos seus direitos políticos e de cidadania. Cabia aos assessores, naquele contexto, desvelar, para aqueles que não tinham condições de fazê-lo por conta própria, as estruturas sociais que reproduziam a situação de dependência e subordinação a que haviam sido submetidos. A idéia de promoção do desenvolvimento assumia, pois, um forte caráter utópico, vinculando “conscientização” e “transformação social”.

A postura anti-Estado das ONGs foi perdendo sua força e sentido ao longo dos anos 90. Por um lado, o seu acúmulo de experiências com práticas de promoção do desenvolvimento cumpre o papel de difundir determinados princípios, ampliando, em alguns casos, o conjunto das relações sociais estabelecidas para realizar e legitimar suas propostas. Foi inevitável um crescente encontro com a institucionalidade pública. Assim, parcerias, convênios e contratos de prestação de serviços trataram de estabelecer canais de comunicação, formais e informais, que contribuíram para superar a postura

anti-Estado como traço característico marcante das ONGs de desenvolvimento. Como um dos resultados destas relações cada vez mais comuns com o Estado, também houve, em alguns setores, um significativo aumento do percentual de participação do Estado no financiamento dos projetos das ONGs. O domínio dos recursos estrangeiros, canalizados pelas agências de cooperação, foi relativizado por uma crescente participação de outros recursos, inclusive governamentais.

Estas mudanças sinalizam tanto um movimento do Estado em direção às organizações sociais, para fortalecer suas políticas, quanto um desejo das próprias ONGs em terem uma maior influência sobre os processos de elaboração e gestão de políticas públicas. As intenções estatais indicavam a emergência de novos parâmetros na institucionalidade pública da promoção do desenvolvimento, informados, principalmente, pelo movimento de reforma do Estado sob influência do neoliberalismo. Nesta visão, as ONGs e as organizações sociais cumpriam o papel de substitutas de sua intervenção em várias áreas. Sob o pretexto da contenção orçamentária para o alívio das dívidas interna e externa, o Estado deveria diminuir de tamanho e atuar no que fosse estritamente imprescindível. As ONGs foram, então, conduzidas ao patamar de parceiras privilegiadas para a condução de projetos e programas de desenvolvimento.

Também é verdade que as próprias ONGs buscaram, a partir dos anos 90, maior visibilidade às suas experiências e propostas. Os ideais de transformação social cediam espaço para o desejo de uma maior participação nos processos de gestão pública, inclusive na elaboração de políticas que incorporassem seu acúmulo de conhecimentos e experiências, introduzindo transformações graduais nos modos convencionais de entender e promover processos de desenvolvimento. Estas mudanças conjunturais contribuíram para difundir os princípios e métodos construídos pelas ONGs.

Traçado este quadro de caracterização histórica das ONGs de desenvolvimento, no segundo capítulo procura-se compreender quais teriam sido os referenciais teóricos e ideológicos que representaram as principais fontes para a construção das propostas de intervenção das ONGs de desenvolvimento. Para alcançar este objetivo, inicia-se, revisando um determinado conjunto da literatura que trata sobre o tema, procurando construir uma tipologia básica dos modos e enfoques teóricos que elaboram sobre a questão da promoção do desenvolvimento e que, ao fazê-lo, organizam determinadas princípios e procedimentos sobre artifícios para alcançar, na prática, os objetivos traçados teoricamente. A seguir é feita uma caracterização do modelo de desenvolvimento econômico que tem sido hegemonicamente adotado pelos países pobres. Embora se destaque algumas particularidades regionais e adaptações ao longo do tempo, o objetivo é realçar suas características e concepções mais gerais possibilitando, mais adiante, o seu contraste com as alternativas que surgem em concorrência à sua preponderância.

Estas alternativas ao modelo convencional de desenvolvimento econômico são mapeadas na seqüência do texto. Neste momento, analisamos como, no início dos anos 70, a percepção sobre os limites do crescimento econômico dos países ricos e as desilusões com os resultados alcançados na promoção do desenvolvimento dos países pobres desencadeiam uma série de estudos e pesquisas que buscam considerar os impactos do crescimento econômico sobre os recursos naturais e a possibilidade de alternativas à preponderância do caráter estritamente econômico sobre as intenções de promoção do desenvolvimento. As teorias, doutrinas e modelos de desenvolvimento até

então dominante são revistas em encontros internacionais, congressos, reuniões, planos governamentais e por um considerável número de obras que trazem à tona o discurso e o debate ambientalista. Nos anos 80 este discurso é apropriado por diversas correntes acadêmicas e políticas culminando, no final daquela década, com o surgimento da noção de sustentabilidade que mobilizará corações e mentes na busca de alternativas ao desenvolvimento que o ajuste às demandas ambientais.

É neste ambiente de intenso movimento em busca de outras visões e estratégias de promoção do desenvolvimento que as ONGs mergulham para definir posições e papéis e construir, de modo articulador, suas próprias propostas. Neste caso, é importante perceber como determinadas ONGs trouxeram um caráter político à discussão ambientalista, demonstrando que as demandas por melhores condições de vida passavam além dos ideais conservacionistas ou preservacionistas, tão em voga naquele debate. O desenvolvimento também era por elas associado à possibilidade de capacitação e fortalecimento político das organizações dos agricultores e, conseqüentemente, do poder de barganha destas organizações no momento de modificar, a seu favor, os conteúdos e objetivos das políticas públicas. Estas ONGs atuavam de modo conectar interpretações distintas sobre os processos de promoção do desenvolvimento, na tentativa de construir um outro tipo de interesse público sobre estes processos, politizando as necessidades e carências dos seus beneficiários.

O terceiro capítulo centra o foco da análise na trajetória da AS-PTA. No primeiro momento busca-se, rapidamente, compreender quais foram os fundamentos do processo de modernização da agricultura brasileira a partir dos anos 60. Este processo, qualificado como seletivo e predatório, é essencial para entendermos a visão crítica construída pela AS-PTA e por seus parceiros. Procura-se evidenciar as conseqüências sociais e ambientais da difusão de modelo de desenvolvimento baseado em tecnologias modernas, pesquisa e assistência técnica universalizadas, complementados por crédito acessível aos agricultores que preenchessem os requisitos mínimos à adoção das recomendações oficiais. A seguir, é feita uma caracterização do amplo movimento social formado em torno da crítica ao modelo convencional de promoção do desenvolvimento da agricultura. Procura-se demonstrar como a instituição de diversas redes informais de troca de idéias e informações contribuiu para agregar um considerável número de atores sociais em torno da idéia de uma agricultura alternativa, em meio a um intenso movimento social mais amplo que reivindicava a própria transformação da sociedade. Afinal, naquele início de década, os trabalhadores do campo e da cidade reuniram forças para fundar duas outras organizações que teriam papel importante no fortalecimento de suas lutas em busca de transformações: a Central Única dos Trabalhadores (CUT – criada em 1983) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST – surgido formalmente em 1984). Foi também neste contexto que os debates ambientalistas e a necessidade tanto de revisão da relação entre agricultura e meio ambiente quanto de reforço à capacidade produtiva dos agricultores que produziam em pequena escala, por meio da ação do PTA-FASE, a fazer parte das preocupações de diversas organizações e entidades que, em todo o Brasil, buscavam articular alternativas de promoção do desenvolvimento da pequena produção agrícola. Neste contexto surge o papel de liderança e inovação cultural desempenhado pelo PTA-FASE e, na seqüência, pela AS-PTA.

A trajetória da AS-PTA é contada desde os momentos que imediatamente antecederam a criação do Projeto de Tecnologias da FASE até o presente, procurando analisar as mudanças que foram acontecendo em seus modos de organização e funcionamento, na definição dos objetivos e estratégias, nos processos de construção de propostas de ação e no estabelecimento de relações com seus financiadores, com o Estado, com os beneficiários de sua ação e com outras ONGs e demais organizações sociais. Nesta trajetória é possível perceber como nos primeiros tempos a grande preocupação era identificar e sistematizar tecnologias alternativas que pudessem ser utilizadas, pelos pequenos produtores, em substituição ao modelo tecnológico moderno difundido pelo Estado ou como forma de superar métodos tradicionais de cultivo. Dos contatos estabelecidos nesta etapa surgiu a articulação de uma ampla rede de ONGs e organizações de agricultores, a Rede PTA, que contribuiu para a disseminação dos ideais defendidos pelo PTA-FASE. Em um segundo momento, destaca-se a criação de centros para pesquisa para a experimentação de tecnologias alternativas e o processo de revisão dos objetivos e estratégias do projeto em seus seis primeiros anos de existência, culminando com a criação da AS-PTA em 1989.

Neste processo de mudanças foi possível perceber que elas também ocorreram em relação à ampla rede de interdependência criada pela ação da AS-PTA. Assim, houve um crescente afastamento das organizações locais e, por consequência, da AS-PTA em relação às igrejas, o que se refletiu na perda do poder de influência do papel de formação cultural e elaboração utópica desempenhado por determinados setores de instituições religiosas principalmente a partir de meados dos anos 70. Mudou também, de modo significativo, o perfil das agências internacionais financiadoras dos projetos. Elas tenderam a ceder espaço para os convênios de cooperação com entidades e órgãos governamentais brasileiros. Esta tendência acentuou-se nos anos 90, embora permaneçam como a maior fonte de recursos das ONGs. Quanto à fundamentação teórica da proposta, houve três momentos claros de transição. Do início, quanto a ênfase era dada às tecnologias alternativas, passando pelo domínio da agricultura alternativa, até o final dos anos 80, com a criação da AS-PTA e a incorporação dos referenciais agroecológicos. A aproximação à agroecologia marca a fase atual, na qual o referencial utópico de transformação social, ainda um componente importante no fortalecimento da identidade da proposta, busca a legitimidade científica do enfoque agroecológico, ampliando a rede de relações em direção ao campo acadêmico e ao recrutamento de pessoal com o perfil profissional adequado às novas demandas de conhecimento científico requeridas pela agroecologia.

O último capítulo analisará como a proposta da AS-PTA, a partir do início dos anos 90, optou pela estratégia dos métodos participativos de diagnóstico rural e dos programas de desenvolvimento local. Estes programas se tornaram o principal esforço da organização para, a partir de seus resultados influenciar na elaboração de políticas públicas alternativas para o benefício dos agricultores familiares, público-alvo dos dois programas locais de desenvolvimento, um na Paraíba e outro no Paraná. A nossa análise centrará nestes dois programas, tentando compreender com a sua concepção influencia a reconfiguração de determinadas institucionalidades locais mobilizadas para promover processos de melhoria das condições de vida e de produção dos agricultores familiares. Para tanto são explicitados os princípios e as motivações decorrentes do uso de métodos de diagnósticos dos sistemas de produção e dos princípios agroecológicos. Na sua intervenção, sobressaem a valorização dos processos históricos como agentes

estruturantes de novas formas de gestão dos sistemas produtivos, a valorização das redes locais e dos ambientes culturais que as abrange como espaços privilegiados para disseminação das inovações técnicas e culturais e a valorização dos processos de ação política coletiva, inclusive os referidos às práticas de experimentação de novas tecnologias e métodos.

Na trajetória da AS-PTA, estes programas locais representam a experiência de concreta de enfrentamento de dois dos principais dilemas que estão nas entrelinhas de seu discurso sobre a promoção do desenvolvimento: seu papel nos encontros com o Estado e a relação entre a sua proposta e a inserção produtiva dos beneficiários nos mercados. A análise aponta para crescente perda da postura anti-Estado como resultado das relações estabelecidas tanto com as institucionalidades governamentais locais quanto com agentes que gerem localmente programas nacionais ou estaduais de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar.

A inserção dos agricultores com os quais trabalha nos mercados é um tema que parece sistematicamente escamoteado nos discursos construídos pela AS-PTA, que não se insere no rol crescente de ONGs que buscam, por meio da agroecologia, instituir mercados de produtos orgânicos ou alternativos. A AS-PTA, na contramão deste processo, parece mais preocupada em afirmar determinados princípios, contrários à mercantilização da dimensão ecológica da produção. Diante desta postura, coloca-se a questão do sentido de uma proposta de desenvolvimento, realizada por meio de um trabalho de assessoria que imagina um tipo de emancipação para os seus beneficiários que passa à margem da consideração do mercado como fator decisivo à conquista desta emancipação. A idéia da necessidade de mercantilização dos sistemas de produção agroecológicos, neste caso, não alcança importância fundamental à construção de sua proposta. Na prática, isto pode ser atestado pela introdução de técnicas de produção e variedades de cultivo que têm poucas possibilidades de competição, nos mercados estabelecidos, com cultivares convencionais baseadas em parâmetros de elevada produtividade e desempenho comercial.

Os temas e problemas sugeridos neste preâmbulo retornarão no decorrer do trabalho que segue. Ressalto que os limites desta análise são demarcados pela consideração da dimensão ideal do processo de construção da proposta da AS-PTA para o desenvolvimento rural. A dimensão real que estas concepções e suas práticas derivadas são, em alguns momentos, problematizadas por meio de referência a outros estudos que se dedicaram ao assunto.

I. AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO

O texto que segue procura analisar a história de um conjunto particular de ONGs que dedicaram sua ação à construção de propostas para a melhoria das condições organizativas e políticas de determinados segmentos ou grupos sociais. Utilizando uma perspectiva histórica e revisando a literatura que trata o tema, procura-se compreender como a trajetória dos atores que formaram estas ONGs conferiu-lhes, em suas origens, uma identidade institucional opositora, dirigida ao Estado e às suas propostas, e como esta trajetória determinou estratégias de ação que contribuíram para a renovação de determinadas compreensões sobre os valores, objetivos e métodos que caracterizavam as ações de promoção do desenvolvimento. A formação desta identidade institucional é analisada a partir dos contextos vivenciados por estas organizações a partir de meados dos anos 70, quando se consolidam, no Brasil, suas primeiras ações.

Nesta análise, é possível identificar um momento inicial no qual as ONGs se relacionavam prioritariamente com os movimentos sociais e com determinados setores progressistas de instituições religiosas, dedicando ênfase ao fortalecimento das lutas para o restabelecimento da democracia e à extensão, aos grupos populares, de direitos políticos e sociais. No caso das ONGs que atuavam no apoio a organizações de agricultores ou em assessoria a entidades que os ajudavam, este mesmo contexto foi também marcado pela busca de alternativas tecnológicas e organizacionais para os que lutavam para ter acesso à terra e para os que enfrentavam dificuldades para nela permanecerem, produtivamente.

Os anos 90 e as mudanças no contexto político trouxeram novas perspectivas para a ação das ONGs, com reflexos sobre os processos de construção de suas propostas de ação. A reforma do Estado e a revisão de seu papel na implementação de políticas públicas conduziram os governos a buscar parcerias com organizações da sociedade civil para a condução de diversos projetos. As ONGs foram convocadas a cooperar em ações conjuntas de diversos tipos e objetivos, conduzindo a um intenso processo de discussão sobre temas como o caráter a ser assumido pelas propostas não-governamentais e por suas institucionalidades, no contexto de crescente interação com a gestão pública de políticas sociais.

1.1 Organizações não-governamentais: uma novidade institucional na promoção do desenvolvimento

O termo organização não-governamental (ONG) foi utilizado originalmente na Carta das Nações Unidas em meados da década de 1940.⁷ Naquela época, a denominação fazia referência às diversas organizações de cidadãos e agências privadas que poderiam ser consultadas, pelas distintas instâncias da Organização das Nações Unidas (ONU), para representar os interesses e as demandas de determinados grupos sociais ou para cooperar com projetos filantrópicos destinados à ajuda, em caso de situações emergenciais, ou à assistência a populações carentes nos chamados países pobres.⁸ A denominação abrangia uma enorme variedade de grupos organizados, entidades, associações e instituições, cuja característica comum – e bastante genérica – era o fato de constituírem espaços institucionais relativamente autônomos em relação aos aparatos governamentais ao mesmo tempo em que não se identificavam como empresas privadas tradicionais (PADRÓN, 1982; KORTEN, 1987).

Principalmente a partir dos anos 50, no contexto dos esforços internacionais para a promoção do desenvolvimento social e econômico dos chamados países do Terceiro Mundo, a ação das “organizações voluntárias privadas”⁹ começou a ganhar visibilidade e importância. Estas organizações direcionavam sua ação aos processos de elaboração e execução de programas ou projetos que, atuando junto aos setores sociais mais carentes, buscavam realizar melhorias materiais e sociais em suas condições de vida. A sua ação não objetivava obter lucros, canalizando recursos de fontes mais abastadas – por intermédio de doações, principalmente – para viabilizar sua existência e para auxiliar, com o seu trabalho, aqueles grupos populacionais. De certo modo, agiam para compensar, pontualmente, as desigualdades geradas pelas estratégias de desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos (SOMMER, 1980; MASONI, 1985).

De acordo com KORTEN (1987), este tipo de organização fez parte de uma primeira geração de estratégias de ação, de caráter não-governamental, direcionadas à promoção do desenvolvimento.¹⁰ A ação destas organizações partia do pressuposto que o principal problema enfrentado pelas populações carentes era a escassez de bens e serviços, causada pela incapacidade dos governos para fornecê-los. A sua intervenção pretendia minimizar os efeitos desta carência, buscando mobilizar recursos materiais para ajudá-las. Assim, a atuação deste tipo de ONG, relacionada à caridade e à

⁷ O texto do Artigo 71 da Carta das Nações Unidas afirma que: “O Conselho Econômico e Social poderá entrar nos entendimentos convenientes para a consulta com organizações não-governamentais, encarregadas de questões que estiverem dentro da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o membro das Nações Unidas interessado no caso” (SENNA FILHO, 1994, p.54).

⁸ De acordo com VIEIRA (2001, p.115), o uso do termo naquela Carta, refletia, por um lado, a própria participação de diversas “organizações de cidadãos” em seu processo de elaboração e, por outro lado, fazia referência à tradição das diversas organizações da sociedade civil, remontando à criação da Cruz Vermelha e de outras organizações similares (muitas das quais relacionadas às obras assistenciais das igrejas) em meados do século XIX.

⁹ Na literatura internacional são conhecidas como “*private voluntary organizations*” (SOMMER, 1980).

¹⁰ A tipologia que o autor propõe foi baseada em sua experiência de pesquisa com ONGs que atuavam em projetos de desenvolvimento na Ásia Central durante a década de 80 (KORTEN, 1987). Embora o autor trabalhe com a idéia de “gerações” para tipificar e qualificar as mudanças nos objetivos e estratégias de ação das ONGs, ele destaca que não pretendeu criar uma tipologia de caráter linear, na qual os distintos tipos de ONGs se sucedam com o passar do tempo, alertando para o fato que, à época da publicação de seu estudo, era possível identificar, em plena atividade, tanto ONGs que se aproximavam mais às características da “primeira geração” quanto outras cujos comportamentos institucionais eram mais próximos ao da “segunda geração” e, ainda, ONGs que mesclavam características dos três tipos de estratégias de ação que identificariam as distintas gerações.

assistência social, buscava suprir estas necessidades mais imediatas, distribuindo comida, remédios e/ou abrigo. Seu trabalho, de um modo geral, não pressupunha criar vínculos mais profundos com os beneficiários, conferindo, por isso, pouca atenção às organizações locais, atuando principalmente com os indivíduos e com as famílias.

Many of the larger international NGOs such as Catholic Relief Services (CARE), Save the Children, and World Vision began as charitable relief organizations, to deliver welfare services to the poor and unfortunate throughout the world. The same pattern is observed in some national NGOs such as the Bangladesh Rural Advancement Committee (BRAC). Many of them were focused originally on natural disaster and refugee situations relating to floods, famine, and war (KORTEN, 1987, p.148).

Uma segunda geração de estratégias começou a surgir com o trabalho daquelas ONGs que se aproximaram aos objetivos dos diversos projetos de desenvolvimento de comunidades que, nos países pobres, se tornaram comuns a partir dos anos 50.¹¹ Estas ONGs trabalhavam, geralmente, muito próximas às ações governamentais, a partir da mobilização dos recursos e habilidades dos pequenos grupos e comunidades, criando maiores vínculos com as organizações locais, embora estes fossem limitados ao tempo de duração dos projetos de intervenção. O diagnóstico geral que orientava estas intervenções era que a situação desfavorável dos grupos poderia ser superada a partir da oferta de assistência e capacitação externas, que possibilitassem superar a inércia que, de acordo com a leitura que faziam, caracterizava as ações das instituições locais. Analisando o caso destas organizações no Brasil, OLIVEIRA NETO (1991) argumenta que as entidades de promoção do desenvolvimento comunitário, de modo importante, representaram uma renovação nas concepções então vigentes sobre a assistência social, que ganhou força nas décadas de 50 e 60.

Ainda que inspiradas nos sentimentos de caridade e filantropia, tais entidades passaram a fundamentar suas ações na máxima: “Não dar o peixe, mas ensinar a pescar”. Assim, atuam de forma marcante em projetos de geração de renda, habilitação e treinamento profissional, economia doméstica, apoio ao setor informal e microempresas, serviços básicos de saúde e educação etc. Em geral, apresentam-se sensíveis aos problemas de gerenciamento e administração e à introdução de inovações metodológicas e pedagógicas, e possuem boa capacidade de interlocução com o setor privado, organismos governamentais e agências de cooperação internacional (OLIVEIRA NETO, 1991, pp.137-8).

A partir dos anos 80, KORTEN (1990) argumenta que as estratégias de ação das organizações não governamentais passaram a considerar os limites da noção de desenvolvimento comunitário. Seus agentes foram percebendo que o desenvolvimento local auto-suficiente e sustentado somente poderia ser alcançado caso estivesse de algum modo vinculado a projetos de desenvolvimento de alcance nacional. Estas ONGs

¹¹ TREJOS (1998) esclarece que os programas de desenvolvimento de comunidades buscaram, principalmente, desenvolver organizações de base para a ação local. Eles promoviam um modelo de intervenção mediante a adesão de demandas coletivas, sem envolver a intervenção direta do Estado, ou até mesmo com absoluta independência a ele. Estas organizações foram usualmente promovidas como respostas comunitárias à solução de problemas locais, porém tinham uma grande variedade de origens, diferentes padrões de evolução e capacidade para a ação. Algumas organizações eram criadas para resolver problemas da pobreza rural ou para prover serviços; outras tinham por objetivo a promoção de atividades culturais e educacionais, ou para afirmar certos valores políticos, éticos e até religiosos. As fontes de financiamento proviam de três origens básicas: a constituição de fundos especiais, em geral de origem público; a contribuição de fontes externas, em geral de organismos multilaterais ou filantropos; e, a menos comum delas, a recuperação dos custos de operação por intermédio da cobrança pelos serviços prestados.

começaram a trabalhar com o quê o autor denomina, genericamente, de “sistemas de desenvolvimento sustentável”, partindo do pressuposto de que as razões dos problemas enfrentados pelas populações mais carentes estariam principalmente relacionadas aos diversos impeditivos institucionais e políticos que historicamente caracterizavam as suas relações com os sistemas políticos macrosociais dos quais dependiam.¹² Os atores destas ONGs pressupunham que as organizações locais, de um modo geral, e aquelas que representavam as demandas mais imediatas destes grupos, não estavam suficientemente capacitadas para enfrentar os obstáculos políticos que impediam as transformações institucionais necessárias, por sua vez, à melhoria nas condições de vida destas populações, e necessitavam, portanto, de apoio externo.

Estas percepções representaram mudanças substanciais nas estratégias de ação das ONGs. O tempo da intervenção em um determinado contexto, por exemplo, não deveria ser limitado pela duração de um dado projeto, estaria, doravante, subordinado à obtenção de ganhos qualificativos em termos de mudanças positivas nas capacidades locais para enfrentar aqueles impeditivos. A orientação gerencial da intervenção que, no caso do primeiro grupo de ONGs, era direcionada à gestão das doações e, no segundo tipo de estratégia de ação, à gestão dos projetos, neste último caso, era direcionada para a estratégia de intervenção mais ampla. Deste modo, os vínculos estabelecidos entre os agentes das ONGs e as comunidades beneficiárias de sua ação deveriam ser muito mais profundos e duradouros. Ademais, a atuação destas ONGs, embora localmente situada, estava, cada vez mais, relacionada a redes regionais ou nacionais de intercâmbio com outras ONGs e entidades e instituições diversas.

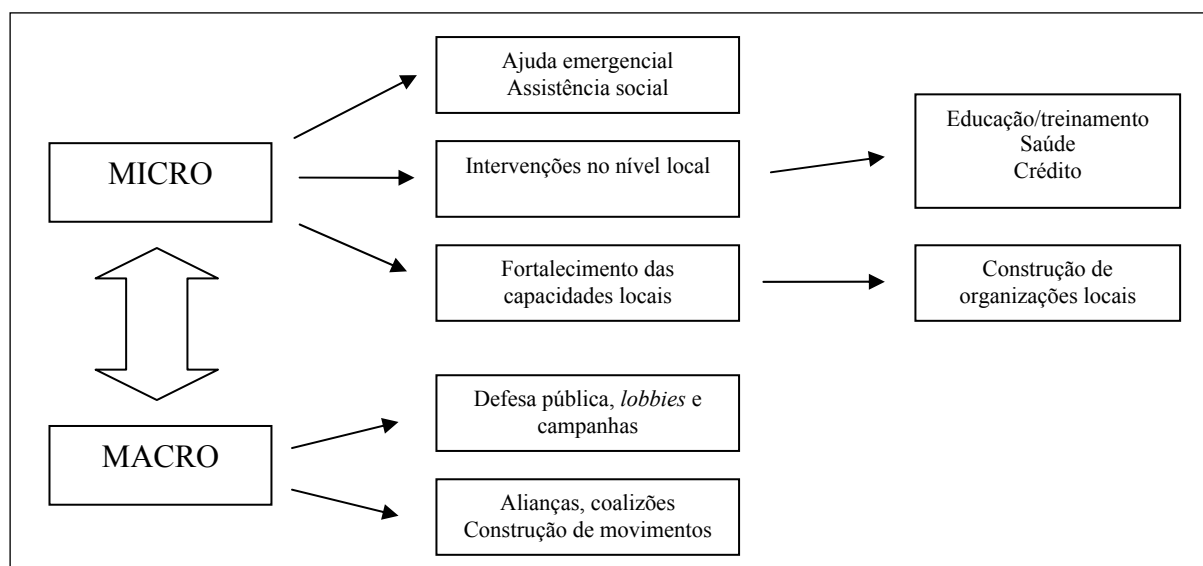
Uma quarta geração de estratégias não-governamentais de atuação seria aquela relacionada, mais recentemente, à formação e ao fortalecimento de ações políticas, vinculadas ou não a movimentos sociais, por intermédio da defesa pública (“*advocacy*”) e formação de “*lobbies*” e campanhas enfocando temas mais amplos como a questão da dívida externa dos países pobres, questões relacionadas ao comércio exterior, à preservação ambiental etc. e suas relações com as ações mais localizadas de desenvolvimento. O diagnóstico geral que orienta tal estratégia de ação indica a necessidade de uma maior visibilidade e capacidade de influência nos processos de elaboração de macropolíticas sociais e de participação na gestão pública destas políticas.

(...) policy advocacy and lobby is an intervention aimed to create an impact in macro level. Civil society organizations (CSOs), NGOs and people’s organizations (POs) can help to shape government policy that could have much more widespread impact for the larger numbers of the poor, even those not directly benefiting from the NGO/PO intervention. The building of networks, coalitions and movements among the poor can strengthen this policy advocacy work and scale up the influence of the NGO/PO intervention (LIAMZON, 2000, p.10).

¹² A noção de “desenvolvimento sustentável” começou a se tornar corrente na literatura sobre as ações de desenvolvimento a partir de seu uso nas diversas discussões promovidas por uma Comissão Internacional, formada em 1987 e liderada pela então primeira ministra da Noruega, Gro Brundtland (o relatório final desta comissão leva o nome da primeira-ministra e é uma importante referência sobre o tema). Estes debates e trabalho da Comissão contribuíram para disseminar internacionalmente a noção de sustentabilidade e as estratégias de desenvolvimento que partiam de suas premissas, quais sejam, guiar as ações de desenvolvimento de modo que elas possibilitem a satisfação das necessidades presentes sem comprometer os recursos para o desenvolvimento das futuras gerações (FISHER, 1998). Na perspectiva da tipologia construída por KORTEN (1987), os “sistemas de desenvolvimento sustentável” estariam relacionados às ações concretas que objetivavam o fortalecimento das capacidades dos grupos locais para criar condições de auto-sustento e autonomia política.

De um modo geral, na argumentação de KORTEN (1990), as estratégias da ação não-governamental transitam, ao longo do tempo e de acordo com as especificidades das situações concretas, das ações emergenciais, assistenciais e de capacitação, mais localizadas, para as tentativas de influenciar e participar dos processos decisórios e executivos que acontecem nas esferas macropolíticas mais amplas.

Figura 1. Diagrama das relações entre as diversas estratégias de ação das ONGs



Fonte: Adaptado de KORTEN (1990).

Para STEIN (1989), a imprecisão e o caráter genérico do termo ONG justificam o esforço teórico para construção de tipologias que identifiquem as organizações que, de acordo com o seu argumento, trabalham com o objetivo de fortalecer as ações dos setores populares. A compreensão das diferenças entre as ONGs que compõem o conjunto das que dedicam sua ação a projetos de promoção do desenvolvimento, argumenta o autor, não pode prescindir da análise dos determinantes históricos relacionados ao surgimento destas organizações na América Latina. Para ele, a diversidade de organizações não-governamentais não deve ser compreendida apenas a partir da diferenciação das funções que desempenham ou das temáticas que elegem para atuar. É necessário que sejam analisadas as raízes históricas e culturais que estiveram na base do processo inicial de construção das propostas de intervenção em cada caso.

Partindo deste pressuposto, o autor afirma que é possível tipificar as ONGs latino-americanas que atuam na promoção do desenvolvimento dos setores populares em duas grandes categorias: (a) as ONGs que surgiram e trabalharam para manter as estruturas sociais vigentes, atuando muito próximas às institucionalidades governamentais. Estas organizações, de acordo com o seu argumento, não estavam preocupadas em questionar ou transformar os condicionantes estruturais que eram extremamente desfavoráveis à emancipação dos grupos populares marginalizados. Este seria o caso de diversas ONGs que foram criadas por governos latino-americanos ou por agências de cooperação internacional para apoiar ou complementar suas políticas; e (b)

as “ONGs críticas”, que comporiam uma segunda categoria. O surgimento destas organizações relacionou-se a diversos processos sociais de construção de visões críticas e contestatórias sobre as causas da marginalização de distintos grupos sociais e à rejeição das estratégias governamentais forjadas para enfrentar os problemas destes segmentos da população. Na origem destas ONGs estava a busca por alternativas organizacionais, tecnológicas, institucionais etc., que possibilitassem transformações sociais em benefício dos setores populares. Sua ação, geralmente localizada, foi voltada, a princípio, para apoiar as iniciativas das organizações e dos movimentos destes setores.

(...) el tipo de ONG que interesa, orienta sus acciones, no solo a la satisfacción de necesidades puntuales de individuos, familias, grupos o comunidades, sino a promover actitudes personales, familiares, comunales, o de clase que trascienden las necesidades mismas de los pobladores, y tratan de impulsar modelos de desarrollo social alternativos a los vigentes (...) Este tipo de ONGs puede contribuir por medio de sus acciones a impulsar o a apoyar iniciativas desde la base para la superación de las manifestaciones más visibles de la pobreza; a legitimar la idea de la búsqueda de caminos alternativos que favorezcan a los sectores mayoritarios, basados en criterios de justicia social, democracia y solidaridad, con una visión crítica de la realidad en la que operan y, por lo tanto, al fortalecimiento de la sociedad civil en la región (STEIN, 1989, p.347).

Na América Latina, o surgimento e a disseminação de organizações não-governamentais comprometidas com a geração de alternativas políticas de desenvolvimento para os setores populares entrelaçou-se com dois outros fenômenos sociais contemporâneos: a debilidade das instituições tradicionais – fossem elas vinculadas às institucionalidades governamentais ou aos partidos de esquerda, por exemplo – para oferecer tais alternativas e a tendência, principalmente a partir de meados da década de 80, de privatização das políticas públicas, como um dos desdobramentos da revisão do papel do Estado (DRAIBE, 1993). Naquele contexto, por um lado, os agentes das ONGs tomaram a iniciativa de construir propostas alternativas de ação que pudessem atender às demandas específicas de seus beneficiários. Por outro lado, como argumenta TREJOS (1998, p.20), as organizações privadas, dentre elas as ONGs de desenvolvimento, foram, a partir de certo momento, impelidas a assumir funções públicas que o Estado foi paulatinamente abandonando e a desempenhá-las, cada vez mais, de forma cooperativa, complementar ou, em muitos casos, substitutiva às ações governamentais.

No Brasil, apesar da imensa diversidade das ações concretas, os diversos processos sociais de construção de propostas alternativas para a promoção do desenvolvimento pelas ONGs compartilharam uma forte identidade (LANDIM, 1998). Alguns autores argumentam, inclusive, sobre a existência de um “movimento não-governamental” (FERNANDES, 1994, FISHER, 1998). Estas iniciativas compartilham uma origem comum: ações que se organizam a partir das bases da sociedade, isto é, do trabalho de apoio e assessoria a organizações locais como associações, sindicatos ou grupos pouco institucionalizados. Para FISHER (1998), nas últimas duas décadas, a proliferação de iniciativas conduzidas por ONGs foi criando um tipo peculiar e forte de associação local entre profissionais mais instruídos ou capacitados com populações cujas organizações demandam apoio e assessoria.¹³

¹³ Para FERNANDES & CARNEIRO (1994, p.83), corroborando o argumento da autora, o assessoramento poderia ser descrito como “(...) una forma de relacionar intelectuales con organismos o movimientos sociales, sin que esa relación establezca un vínculo jerárquico entre las partes”.

A partir de los años setenta, la disponibilidad de asistencia extranjera dio a los profesionales jóvenes idealistas una alternativa para los empleos gubernamentales sin esperanza o la emigración hacia los países desarrollados. Ahora estos profesionales podían crear miles de organizaciones de apoyo a las bases (OAB) que se ocuparían del desarrollo, el ambiente, el papel de las mujeres y la atención médica primaria (FISHER, 1998, pp.25-6).

Esta identidade entre os atores que conduziram estas ações não-governamentais também foi construída a partir da legitimação social de um “*ethos*” opositor, por eles compartilhado (LANDIM, 1987, DOIMO, 1995)¹⁴. Estes atores tenderam, em um primeiro momento, a se opor às iniciativas governamentais e a construir suas propostas para oferecer resistência ao poder instituinte das burocracias estatais e às lógicas dos mercados que, diagnosticavam, não atendiam as demandas mais específicas de determinados setores populares. Neste sentido, os atores envolvidos com as iniciativas não-governamentais, de um modo geral, agiam em uma tentativa de subverter a lógica perversa dos processos decisórios que desconsideram as especificidades e as reivindicações daqueles grupos locais destituídos da possibilidade de participação mais bem qualificada nos processos políticos.

1.2 A construção da identidade institucional das ONGs de desenvolvimento

As dificuldades que envolvem a tarefa de atribuição de significados à categoria ONG refletem, por um lado, a relativa novidade institucional destes atores na dinâmica das relações sociais e como objeto de pesquisa e, por outro, é um reflexo tanto da enorme diversidade de modelos e de tipos organizacionais que as ONGs podem assumir em suas ações concretas quanto da variedade de concepções sobre os papéis sociais que lhes são atribuídos. A busca por conceitos e por definições desencadeou um processo social de construção de uma categoria de análise que possibilite, minimamente, delimitar o fenômeno ONG (LANDIM, 1998). Tratando sobre as dificuldades que se apresentam àqueles que estudam as ONGs, FISHER (1998, p.29) afirma que:

una grave dificultad para evaluar este fenómeno entrelazado del crecimiento y el intercambio organizacional e informacional deriva del hecho de que, mientras han producido un cuerpo sustancial de conocimientos acerca de organizaciones y movimientos particulares, la mayoría de las ONG permanece aislada o aun invisible.

Para TEIXEIRA (2002), as interpretações sobre o que seriam as ONGs conformam um campo social de disputa, no qual diversos atores (acadêmicos, imprensa, governos, partidos, agências internacionais, organismos multilaterais etc.), formulam distintas definições a partir de suas posições sociais.

¹⁴ De acordo com MONTERO (*Apud.* DOIMO, 1995), a noção de identidade tem um sentido antropológico muito específico, referido a quaisquer situações de crise em que a competição ou a luta política se instaura em nome de atributos e de sinais culturais (sociais, étnicos, de gênero ou valorativos), opondo entre si grupos sociais, seja contra apelos discriminatórios, seja pelo predomínio de uma visão possível, seja pela conquista de um mesmo espaço social. PLUMMER (1996, p.39) destaca que a política da identidade, tornada pertinente, a partir dos anos 60, pela ação de movimentos sociais de minorias étnicas e religiosas e pela questão de gênero, usa tacitamente o modelo marxiano de consciência de classe, “no qual um grupo subordinado desenvolve uma percepção auto-consciente de sua posição social e se galvaniza para a ação política”.

A literatura que trata o tema informa que as ONGs de desenvolvimento representam um tipo peculiar de organização social¹⁵, detentora de uma relativa autonomia econômica e institucional em relação ao Estado, ao mesmo tempo em que não compartilha a lógica empresarial que orienta a ação das organizações econômicas tradicionais, ou seja, seu objetivo principal não é a obtenção de lucros por intermédio de venda de produtos e serviços, o que não quer dizer que não atuem, administrativamente, com critérios de racionalidade e eficiência econômica para gerir sua ação (STEIN, 1989). Geralmente são pequenas, partem de uma atuação local, possuem poucos funcionários, operam com baixos custos e às vezes demandam trabalho voluntário (CERNEA, 1988, SANYAL, 1993). Seus ambientes de trabalho tendem a ser mais flexíveis quanto a divisão hierárquica da autoridade e, principalmente, quanto à burocratização dos processos administrativos, fato que, de acordo com alguns autores, confere uma vantagem comparativa das ONGs em relação às agências governamentais, no sentido de estarem supostamente melhor capacitadas a buscar, com maior rapidez e flexibilidade, soluções originais e mais bem adaptadas aos problemas enfrentados no cotidiano de sua ação e às demandas de seus clientes (IICA, 1989).

Diversos analistas destacam a capacidade das ONGs de desenvolvimento “chegarem onde o Estado não chega”. Alguns associam tal característica à flexibilidade institucional, que viabilizaria uma ação local com maior grau de autonomia nos processos decisórios, ao contrário da agência governamental, geralmente burocratizada e dependente de decisões a serem tomadas pela centralidade administrativa, distante dos contextos locais de intervenção (HEIJDEN, 1985, CERNEA, 1988). Outros analistas associam esta suposta capacidade ao caráter militante da ação de seus agentes, pessoas às quais atribui-se uma “forte motivação e vocação para o trabalho junto aos setores populares” (FRANTZ, 1987, p.123). Deste modo, na perspectiva de análise de alguns autores, as ONGs de desenvolvimento são representadas como os agentes sociais mais bem capacitados para, em determinados contextos, assumir funções e tarefas em setores e locais para os quais julga-se prescindível a presença do Estado e inviável a intervenção de empresas que objetivem lucros (BANCO MUNDIAL, 1989, FAO, 1990).

Sua ação é geralmente direcionada ao apoio ou à assessoria de organizações locais de movimentos sociais, grupos ou segmentos da população pouco ou não beneficiados pela ação governamental e inseridos de modo desprivilegiado nos mercados. Para MOLLER (1991), a pobreza, a insegurança e a exploração que sofrem os grupos populares são a razão de ser destas organizações. Seu principal papel, de acordo com LANDIM (1987), seria desenvolver projetos, alternativos aos possibilitados pelas instituições tradicionais, para beneficiar os setores populares. Alguns autores compreendem que a sua ação, em comparação à intervenção das agências governamentais, seria facilitada pela maior proximidade e permanência de seus agentes

¹⁵ De acordo com JACQUES (1965), uma organização pressupõe um certo modo de adaptação de determinados grupos (e, conseqüentemente, de suas propostas de ação) na realidade em que se inserem, favorecendo ou colocando no lugar um determinado modo de controle social, ou seja, ao mesmo tempo em que a realidade molda o tipo de organização, este influi na conformação desta mesma realidade. Para FRIEDBERG (1982, p.446), uma organização caracteriza-se pela existência de objetivo definido, pela divisão de tarefas e de papéis entre seus componentes, pela divisão da autoridade por cadeias hierárquicas cuja função é assegurar a conformidade do comportamento de cada membro com os objetivos da organização, por um sistema de comunicações, de relações e de interdependências entre os diferentes membros e por um conjunto de critérios e objetivos para avaliar e controlar os resultados da organização. BOUDON & BOURRICAUD (1993, p.408), de maneira mais genérica, afirmam que “organizar é colocar uma certa ordem em um conjunto de recursos diversos para fazer deles um instrumento e uma ferramenta a serviço de uma vontade que busca a realização de um projeto”.

junto ao seu público-alvo, ao contrário da ação governamental, geralmente ocasional ou descontinua (IICA, 1989, ORTEGA, 1989). ALTIERE (1988, p.5) afirma ter identificado:

(...) um significativo número de organizações não-governamentais (ONGs) que têm criado programas estimulando a pesquisa, educação, assistência técnica e crédito com o objetivo de desenvolver o setor da pequena produção [agrícola]. Muitos desses grupos (como CET, CAAP, FUNDAEC, PLAN SIERRA, FASE, etc.) têm demonstrado uma singular habilidade para entender a natureza específica e diferente do pequeno produtor e também tem promovido algumas experiências com resultado satisfatório para gerar e transferir tecnologia para o mesmo.

Para viabilizar o seu trabalho, as ONGs de desenvolvimento mobilizam recursos de agências diversas de cooperação financeira. Historicamente, as agências internacionais de cooperação ao desenvolvimento são as responsáveis pela maioria dos recursos canalizados às ONGs brasileiras. Uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de ONGs, Abong, com suas afiliadas (ABONG, 2002), entre agosto e novembro de 2001, constatou que as fontes de recursos em relação ao orçamento total das entidades foram as seguintes:

Quadro 1. Fontes de recursos das ONGs brasileiras em relação ao orçamento total¹⁶

Fonte de recursos	Participação percentual
Agências internacionais de cooperação	50,61
Órgãos governamentais federais, estaduais e municipais	18,46
Empresas, fundações ou institutos empresariais brasileiros	4,19
Comercialização de produtos e serviços	3,83
Agências multilaterais e bilaterais	2,40
Contribuições associativas	1,77
Outras fontes de financiamento	3,99
Valor não especificado por fonte	14,74

Fonte: Adaptado de ABONG (2002).

Para estas organizações, o projeto é o instrumento institucional que possibilita a sua existência. Nele, a proposta de ação é definida, delimitada no tempo e no espaço de atuação e adequada a um orçamento que viabilize a consecução dos objetivos desejados. A tradução das demandas dos possíveis beneficiários da ação da ONG é um fator fundamental à aprovação de um projeto. Nesta tradução, a agência financiadora há de reconhecer – além da coerência argumentativa e técnica que possibilite garantias quanto à exequibilidade das intenções colocadas no projeto – uma leitura da realidade que se identifique com a sua própria leitura. Assim, o projeto de uma ONG alcança legitimidade diante de seus fiadores, a partir da elaboração e da defesa de um discurso “consistente, coerente e tranquilizador” sobre os méritos do financiamento que pleiteia

¹⁶ A pesquisa, que teve por base o ano 2000, considerou um universo de 196 organizações dedicadas a ações nas mais diversas temáticas. Não há, na literatura, números específicos sobre as ONGs que se dedicam à temática do desenvolvimento ou, mais especificamente, sobre aquelas que atuam com o desenvolvimento rural.

(ROBINSON, 1994, p.23). Pode-se afirmar que ONGs de desenvolvimento realizam, portanto, um tipo de mediação entre as demandas de seus grupos beneficiários locais, a sua própria leitura do social e as visões das agências (regionais, nacionais ou internacionais) de cooperação, ajuda ou financiamento (FRANTZ, 1987, BEBBINGTON, 1991, FISHER, 1998).¹⁷

O trabalho desenvolvido por estas ONGs é, na maioria dos casos, concebido como um tipo de assessoria externa, por intermédio da qual opera-se uma relação de transmissão de informações e conhecimentos – baseada em confiança e propósitos mútuos – que objetiva fortalecer, em determinadas capacidades, as organizações locais (LANDIM & COTRIM, 1996). Alguns autores consideram que o traço característico da ação das ONGs de desenvolvimento é possibilitar a participação dos beneficiários nos processos decisórios que envolvem sua intervenção. Deste modo, as populações locais teriam um papel muito mais ativo do que aquele que lhes é possibilitado, geralmente, nos projetos típicos do setor público (BEBBINGTON, 1991, CARROLL, 1992). O trabalho de assessoria, neste sentido, entrelaça-se com as atividades de capacitação, ambas, no próprio dizer das lideranças das ONGs, práticas educativas, cujo principal objetivo seria a “capacitação de cidadãos” (FERNANDES & CARNEIRO, 1994). A pesquisa de LANDIM & CONTRIM (1996) com as ONGs brasileiras filiadas à Abong, ao identificar, no discurso de suas lideranças, quais os principais serviços por elas desempenhados (Quadro 2), demonstra o peso que a assessoria assume como atividade principal declarada e possibilita perceber a importância atribuída por estes atores, naquele momento, ao fator “educação para a cidadania”, como um tipo de serviço prestado, no desempenho de suas atividades.

Quadro 2. Serviços prestados pelas ONGs brasileiras¹⁸

Tipo de serviço	Atividade principal*	Parte das atividades gerais**
Assessoria	41,2%	72,7%
Educação popular	14,7%	39,6%
Educação para a cidadania	14,1%	49,5%
Pesquisa/análise	7,4%	43,0%
Informação	4,9%	28,1%
Campanhas/denúncias	4,2%	31,4%
Capacitação	3,3%	56,2%
Educação política	2,5%	-
Outras	7,5%	25,6%

*Uma única resposta

**Respostas múltiplas, listando as cinco principais atividades

Fonte: Adaptado de LANDIM & COTRIM (1996).

¹⁷ De acordo com SENNA FILHO (1994), os termos “agência de financiamento”, “agência financiadora” e “agência de cooperação” se equivalem para designar diversas entidades governamentais nacionais ou estrangeiras, organismos internacionais, entidades não- governamentais (inclusive confessionais e ligadas a empresas) e outras quaisquer que financiem as iniciativas das ONGs, com ou sem devolução do financiamento.

¹⁸ As autoras consideraram um universo de 121 organizações dedicadas a ações nas mais diversas temáticas, tendo por base o ano de 1994.

Os agentes das ONGs de desenvolvimento geralmente não são originários dos grupos locais que se beneficiam de sua ação. Vários autores destacam que a origem sócio-cultural destes agentes está muito mais próxima “dos grupos dominantes que dos grupos dominados da sociedade” (BEBBINGTON & FARRINGTON, 1993). Os vínculos e as relações de confiança e lealdade com estes grupos vão se construindo à medida do desenrolar das atividades ou projetos (PADRÓN, 1982). Grosso modo, seus fundadores são profissionais que tiveram acesso à formação universitária. A sua afinidade ideológica com as causas dos setores populares os conduziu, muitas vezes, à vivência de situações-limite como a ação política clandestina ou o exílio forçado. A vida no interior, próxima a comunidades rurais ou a vida em grandes centros urbanos na Europa possibilitou a estes atores o acúmulo de experiências e conhecimentos que, mais tarde, se revelariam fundamentais para a construção de novas leituras sobre a situação dos grupos ou segmentos para os quais direcionariam sua ação.

As visões construídas por estes atores, de um modo geral, se opõem aos modos e às concepções que fundamentam os tipos de intervenção governamental e privada quando direcionados a ações de desenvolvimento social. De acordo com LANDIM (1987, p.31), estes atores reuniram-se em torno de uma identidade comum, “balizada pela atuação voltada para a questão social referida a setores populares na cidade e no campo”. Geralmente atuam por intermédio de redes sociais de intercâmbio de informações e apoio, mobilizando organizações diversas que referendam ou legitimam suas propostas e ações locais.

O conjunto de características anteriormente descrito tende a identificar as ONGs de desenvolvimento como arranjos institucionais pouco burocratizados, nos quais a hierarquização de funções e o domínio especialista do conhecimento – como objeto norteador das práticas – têm papéis secundários na gestão de sua ação. Neste caso, estas ONGs conferem maior importância à possibilidade de construção de relações menos verticalizadas – ou dominadas pelo “argumento da autoridade” – entre os atores envolvidos nos processos, seja dentro da própria organização, seja com os agentes das outras instituições das quais interdependem, seja com o público-alvo de sua intervenção (SENNA FILHO, 1994, DOIMO, 1995). Esta opção política e metodológica supostamente amplia o compartilhamento do poder decisório entre diversos atores, contribuindo para a maior participação dos beneficiários na definição dos rumos dos projetos e para a maior flexibilização de suas propostas às demandas que são processualmente identificadas. A negação dos tipos de intervenção que tradicionalmente caracterizam a agência governamental – principalmente em relação à centralização dos processos decisórios – tende a identificá-las como instituições preocupadas em possibilitar uma maior interação entre os valores e os conhecimentos que são atribuídos aos seus beneficiários e aqueles defendidos pelos projetos que conduzem. Tais características, aparentemente, intensificam as interdependências de compreensões entre agentes e público beneficiário, impulsionando os processos de desenvolvimento sob sua gestão (FISHER, 1998).

Por todos estes qualificativos, dentre outros, as ONGs que trabalham com a temática do desenvolvimento passaram a ser identificadas como portadoras de uma proposta de mudança política das concepções e dos modos de intervenção relacionados às demandas sociais segmentadas ou localizadas. Muitas vezes, a direção destas mudanças, nos discursos construídos por seus agentes, está pautada por referentes

universais de direitos civis, políticos e sociais que, nos diagnósticos elaborados naqueles discursos, necessitam ser estendidos a populações ou a grupos que deles não usufruem. Como afirma CARROLL (1992, p.64), embora atuem localmente, as ONGs de desenvolvimento “cultivam uma visão totalizadora da ação social, que as impulsiona a atuar tendo em vista os grandes processos”.

Para LANDIM (1988), as ONGs gravitam em um espaço relacional que processualmente conforma a sua institucionalidade à medida que se aproximam em maior ou menor grau de outras instituições sociais, como as igrejas, as universidades, os partidos políticos, os sindicatos etc. Neste processo o seu discurso vai construindo sua identidade e conformando os limites deste espaço de inter-relações. Para tornar possível seu trabalho de elaboração crítica a respeito da ordem social instituída, reconstróem, de modo peculiar, determinadas capacidades profissionais, na tentativa de oferecer respostas alternativas aos problemas que identificam nos contextos que atuam e para adequar sua inserção no ambiente macrossocial de interação. É neste contexto que as ONGs de desenvolvimento discursam estar a serviço dos movimentos sociais, das camadas oprimidas, exploradas ou excluídas da população, compreendendo seu papel a partir de “uma perspectiva de transformação social” (DOIMO, 1994).

Para MASONI (1985) as ONGs atuam em contextos sociais moldados, em grande parte, pela presença da institucionalidade governamental. O diagnóstico geral que constroem defende a necessidade de transformações sociais, comumente apontando para as insuficiências nas concepções, nas leituras e estratégias de ação das agências governamentais, quando direcionadas aos setores sociais mais carentes. Diagnosticam também a ausência de políticas públicas que beneficiem estes setores, assumindo, perante o Estado, um caráter propositivo, ao indicar e defender alternativas de ação (FAO, 1990). PADRÓN (1982) afirma que as ONGs defendem concepções próprias sobre o desenvolvimento, que podem ser similares, complementares ou alternativas àquelas anunciadas pelos governos. Para HEIJDEN (1985), a maioria das ONGs aceita o conceito evolucionista de desenvolvimento, não questionam a esta noção em si, apenas contribuem positivamente para a construção de estratégias de desenvolvimento que o tornem mais “humano”, atendendo às necessidades básicas das populações ao mesmo tempo em que respondam às demandas por sustentabilidade ambiental das ações. FRANTZ (1987), em uma outra perspectiva, destaca o papel destas organizações na tentativa de superação das práticas paternalistas, quando elas propõem estratégias políticas locais que objetivam gerar mais autonomia e poder de participação nas decisões públicas às populações locais. Para os ativistas das ONGs, prevalece, de acordo com FISHER (1998), a idéia generalizada de que o fortalecimento político trabalhado desde as bases sociais pode subverter a lógica das “conexões perversas” que historicamente vêm sustentando a pobreza e a ausência de desenvolvimento.

1.3 Antes das ONGs: as entidades privadas e a promoção do desenvolvimento

Ao contarem a história das ONGs brasileiras, FERNANDES & CARNEIRO (1994, p.85) afirmaram que estas organizações nasceram de um movimento de rupturas e continuidades com as obras de assistência social conduzidas por diversas entidades,

principalmente aquelas criadas pela Igreja Católica desde sua chegada ao Brasil. Estes espaços institucionais da Igreja, voltados à caridade e à assistência social, remontam à época do Brasil Colônia e ao estabelecimento de Irmandades, Casas de Misericórdia e outras entidades dedicadas ao auxílio aos pobres e necessitados. Como informa BUENO (1978), até 1890, quando foi promulgado um decreto que estabelecia a separação entre a Igreja e o Estado no Brasil, a ação social destas instituições era mantida com recursos públicos. Com a diversificação das suas fontes de financiamento, desde aquela época tem se desenvolvido a cultura institucional das diversas associações e organizações voluntárias que norteiam sua ação a partir dos valores defendidos pela ética cristã, ou seja, servir ao próximo, especialmente aos pobres e desfavorecidos, prestando-lhes assistência e, por vezes, acesso aos serviços educacionais baseados naqueles valores.

Na década de 1930 começaram a surgir organizações voluntárias de caráter laico, vinculadas ao setor privado e ao emergente empresariado, em uma conjuntura na qual o assistencialismo tornava-se uma importante estratégia política do governo Getúlio Vargas (FERNANDES, 1994). Na época, surgiram várias entidades beneficentes e filantrópicas, favorecidas por novos instrumentos legais que facilitavam a transferência de recursos públicos para instituições privadas de caridade. CARRION (2000) argumenta que desde aquele período até os anos 60 o Estado e a Igreja dividiram a condução de obras assistenciais marcadamente paternalistas, avessas ao questionamento dos fatores sociais que causavam as situações de carência e de necessidade que, por sua vez, provocavam a sua ação.

As instituições tradicionais de caridade, como os abrigos e patronatos para crianças abandonadas, idosos, indigentes portadores de deficiências físicas e mentais, e as atividades de distribuição de alimentos e roupas, inspiraram-se nos sentimentos de compaixão, misericórdia, caridade, filantropia e no sentimento de urgência que o clamor dos miseráveis requer. Embora passíveis de críticas pelo caráter paternalista, puramente assistencialista e gerador de dependência de suas ações, tais entidades atuam no campo da emergência social. Impotentes diante da dimensão da miséria no país, encontram-se, porém, profundamente ligadas aos interesses imediatos da população. Essa inserção social, aliada às vinculações institucionais, com igrejas e patronos do setor privado, e a seu baixo desempenho na politização e publicização dos conflitos sociais, garante-lhes o acesso aos recursos públicos e uma função suplementar às políticas governamentais (OLIVEIRA NETO, 1991, p.137).

A conjuntura latino-americana do pós-guerra evidenciava a forte influência do expansionismo ideológico norte-americano sobre todo o continente. Aquele era o contexto da Guerra Fria, do confronto político e ideológico entre as duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial: os Estados Unidos e a União Soviética. A ameaça do “comunismo internacional” justificava, para os norte-americanos, interferências no poder dos Estados Nacionais que resistissem à integração ao mundo capitalista (RODRIGUES, 1994). Em um mundo polarizado por disputas geopolíticas, os norte-americanos defendiam a rápida expansão das supostas benesses do desenvolvimento econômico aos países da América Latina. As suas sociedades, predominantemente rurais, eram tidas como potenciais ameaças à contenção da expansão soviética no continente, principalmente após a revolução cubana de 1959. Às nações ricas e desenvolvidas, apregoavam os norte-americanos, caberia fornecer os capitais – econômico e cultural – necessários para que aqueles países conseguissem superar sua, assim diagnosticada, condição de atraso em relação ao Primeiro Mundo.

Na América Latina, a campanha anticomunista passou a ser um dos aspectos importantes do expansionismo ideológico norte-americano. As relações econômicas e políticas com países deste hemisfério eram efetivadas mediante negócios e alianças com suas burguesias hegemônicas nativas, induzindo-as a acreditar que o tipo de capital e tecnologia que lhes ofereciam era a melhor solução para os problemas de emprego, acumulação de capital e controle das ameaças de subversão socialista (FONSECA, 1985, p.63).

Os esforços para a promoção do desenvolvimento deveriam ser orientados para a melhoria das condições de vida das populações pobres do continente, para a ampliação dos mercados de consumo e, principalmente, para a modernização de determinados setores produtivos da agricultura, como meio para alcançar os demais objetivos. Analisando o contexto brasileiro da época, MEDEIROS (1989, p.17) argumenta que:

A agricultura (...) ainda voltada para predominantemente para a exportação, pouco se modernizou e não apresentava significativos aumentos de produtividade. Quanto à produção de alimentos, realizada em grande medida por pequenos produtores, frente ao rápido crescimento das cidades, impunha problemas de abastecimento e altas de preços, incompatíveis com o crescimento industrial. O descompasso entre a agricultura e a indústria, tal como percebido na época, colocava em questão a importância de adequar as atividades agrícolas à nova etapa do desenvolvimento do país. Constitui-se, assim, uma certa unanimidade quer entre intelectuais, quer entre forças políticas sobre a necessidade de eliminar o “atraso” que reinava no campo.

A partir dos anos 50, esta conjuntura deu impulso, na América Latina, a duas principais orientações macropolíticas: modernizar e desenvolver a capacidade produtiva do setor agropecuário e enfrentar o problema do “atraso” da população rural. Para eliminar os limitantes estruturais que impediam a superação do atraso, as políticas de modernização da agricultura e os programas de reforma agrária e desenvolvimento de comunidades tornaram-se estratégias político-institucionais amplamente difundidas pelos governos latino-americanos, assumindo diferentes configurações e importância de acordo com as mediações estabelecidas, em momentos históricos diversos, com as distintas conjunturas dos países (IICA, 1989). As políticas de modernização de segmentos do setor agropecuário e os programas de desenvolvimento rural eram, de um modo geral, estratégias marcadamente distintas quanto aos seus objetivos e abrangência.

Es necesario resaltar que hubo una diferencia importante en el manejo de ambas orientaciones, en cuanto la primera fue concebida y ejecutada como parte de un conjunto de políticas macroeconómicas de un modelo global de desarrollo económico y durante un período de pelo menos tres décadas. La segunda se caracteriza por haber sido administrada como programas y proyectos específicos, con cobertura limitada, de carácter episódico y en la mayoría de los casos no originados dentro del cuadro general de políticas macroeconómicas de cada país (IICA, 1989, p.240).

Desenvolver o mundo rural significava, naquela época, desenvolver a agricultura e suas bases tecnológicas. Era necessário aumentar os níveis de produção da agricultura, fosse por intermédio da incorporação de terras, oriundas de processos de reforma agrária ou de colonização para fins de ampliação das fronteiras agrícolas, fosse via canalização de recursos pelos aparatos estatais, para que estes pudessem prover a infraestrutura necessária para desencadear o desenvolvimento agrícola.

(...) la evolución del medio rural pasaba necesariamente por el desarrollo y la modernización de la agricultura. En tal sentido, las instituciones que apuntalaban la estrategia de desarrollo estaban orientadas a lograr un mejor desempeño de la agricultura,

com la idea de que su mejor desempeño produciría un mejoramiento en las condiciones de vida del campo, por efecto de derrame (TREJOS, 1998, p.8).

Nos aparatos institucionais locais, estabelecidos para conduzir estas estratégias de desenvolvimento, a importância da criação de entidades para-governamentais ou privadas era considerada maior à medida que fossem desfavoráveis os diagnósticos elaborados pelas agências internacionais de cooperação ao desenvolvimento sobre as estruturas locais de governo, sobre sua concordância ou não ao ideário desenvolvimentista e sobre sua capacidade organizacional para conduzir as estratégias modernizantes.¹⁹ Estas entidades privadas eram vistas, de uma maneira geral, como interlocutoras alternativas àqueles governos estatistas, neutralistas ou francamente pró-socialistas que começavam a aparecer com maior frequência, tanto na Europa quanto nos países latino-americanos mais importantes (IICA, 1989; ALBUQUERQUE, 1995). Também concorria o fato da inexistência, em alguns países, de estruturas governamentais, que possibilitassem um tipo de trabalho mais próximo às bases sociais e dispusessem de um corpo técnico devidamente qualificado. Nos países nos quais havia uma franca receptividade governamental ao ideário desenvolvimentista e pró-estadunidense, a canalização de recursos seguia via burocracia estatal; caso contrário, trilhou-se o caminho das entidades privadas. Em muitos dos casos, aos olhos das agências de cooperação, estas entidades, funcionalmente, eram vistas como “canalizadoras mais eficientes de insumos para o desenvolvimento”. As burocracias locais, por outro lado, eram por vezes diagnosticadas como genericamente inaptas na implementação de políticas públicas, ineficientes no uso ou aplicação dos recursos e propensas à corrupção (MASONI, 1985, IICA, 1989).

Foi neste contexto que começaram a surgir diversas agências, entidades e organizações para-governamentais ou privadas, criadas para promover programas de desenvolvimento voltados às populações mais carentes, especialmente as de pequenos produtores rurais. As políticas norte-americana e européia de ajuda filantrópica e de cooperação internacional representaram, geralmente, o suporte financeiro e forneceram o norteamento ideológico da ação destas agências. Sob a influência deste ideário, por exemplo, começou a se organizar, no Brasil do começo dos anos 50, o aparato de extensão rural, principal agente divulgador da modernização da agricultura no país nas duas décadas que se seguiram à sua implementação. Forjado a partir do modelo norte-americano, instaurou-se inicialmente por Minas Gerais e em poucos anos espalharam-se pelo país as associações de assistência técnica e crédito rural (ACAR), constituídas como entidades privadas sem fins lucrativos que objetivavam levar às comunidades rurais mais remotas os preceitos da agricultura moderna. A institucionalização dos aparatos de assistência técnica e crédito rural foram viabilizados principalmente por intermédio de convênios com fundações norte-americanas a American International Association for Economic Development (AIA), criada por Nelson Rockefeller em 1946 (FONSECA, 1985).

Durante os anos 60, as estratégias de desenvolvimento começaram a valorizar outros aspectos que iam além do mero incremento físico das produções. Os diversos

¹⁹ Os processos de desenvolvimento rural, na América Latina estão intimamente relacionados às entidades creditícias internacionais (Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, essencialmente) e a organismos internacionais de assessoria e assistência técnica, especialmente a FAO, ao Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) (IICA, 1989).

projetos de desenvolvimento rural integrado e de desenvolvimento de comunidades, baseados em financiamentos internacionais, trataram de estimular o estabelecimento de organizações locais e comunitárias para desenvolver ações de combate à pobreza rural. Estas estratégias, de um modo geral, consideravam que os objetivos do desenvolvimento deveriam ir além do estímulo ao aumento da produtividade das culturas, abrangendo também melhorias nos níveis de bem-estar social e de organização comunitária. As suas ações envolviam projetos de melhoria material, capacitação e organização de serviços que facilitassem os processos de transferência de tecnologias modernas (IICA, 1989, TREJOS, 1998).

Todas estas ações, no entanto, eram pouco preocupadas em politizar os conflitos sociais que surgiam a partir dos seus preceitos. OAKLEY (1980) destacou como, de um modo geral, os programas de desenvolvimento de comunidades, entendidos como projetos construídos fora dos contextos locais de sua implementação, determinavam de que modo deveria ocorrer a participação dos beneficiários nos projetos, qual deveria ser a natureza desta participação e as condições nas quais ela deveria ocorrer. Ou seja, as ações destas entidades tinham, salvo raras exceções, um caráter marcadamente paternalista e assistencialista. O paternalismo informava a construção de relações hierarquizadas e geralmente autoritárias entre os técnicos e os agricultores. Os técnicos atuavam, autorizados pelo governo, para garantir a execução das recomendações que, construídas previamente, mudariam os modos instituídos localmente para gestão dos sistemas de cultivo e criação. O assistencialismo decorria de práticas que não tinham um caráter educativo ou emancipatório. Os agricultores aprendiam procedimentos técnicos, mas haveria sempre a dependência de assistência especializada caso precisassem fazer mudanças ou adaptações em tais procedimentos, de modo que não comprometessem os rendimentos prescritos pelas tecnologias modernas.

Profundamente relacionadas aos interesses mais imediatos das populações, as ações das entidades privadas pouco se interessavam em tornar públicos os conflitos sociais que subjaziam à sua intervenção nos contextos em que atuavam. Esta ação, deste modo, caracterizava-se principalmente por exercer uma função complementar, e pouco crítica, às ações governamentais.

1.4 Os primeiros tempos: a serviço dos movimentos sociais e de costas para o Estado

No Brasil, o início dos anos 60 marcou o surgimento de vários movimentos sociais de base e reivindicativos que, organizados a partir de carências específicas, passaram a demandar do Estado direitos de inclusão que ampliassem os níveis de bem-estar social e reformas estruturais (RICCI, 2002). Estes movimentos foram, em parte, estimulados pelas políticas populistas de desenvolvimento que incentivavam a participação de amplas camadas sociais nas assim-chamadas “reformas de base”.²⁰

²⁰ As “reformas de base”, reivindicadas durante o Governo João Goulart (1961-64), compreendiam um conjunto de mudanças na ordem sócio-econômica brasileira, tais como reformas agrária e urbana, universitária e do sistema tributário. Defendia-se também a nacionalização de diversos setores industriais considerados essenciais à independência nacional (energia elétrica, petróleo etc.).

Vários movimentos se gestaram e ganharam força, nos quais havia uma presença expressivas de profissionais, intelectuais e estudantes, na sua maioria preocupados com as transformações sociais e econômicas. O proletariado urbano e rural vê modificada sua relação de forças com a burguesia e, em conjunto com outras frações das classes subalternas, como o campesinato, organiza-se e adquire força reivindicatória por direitos e mudanças estruturais (WANDERLEY, 1993, pp.27-8).

Para os trabalhadores rurais, a luta pela terra forjava-se como principal bandeira de mobilização. A sua crescente organização se incrementou com o surgimento das primeiras Ligas Camponesas em Goiás e no Triângulo Mineiro no começo dos anos 50, pouco depois se expandindo ao Nordeste. Ao mesmo tempo, aumentava a ocorrência de greves de trabalhadores rurais de grandes plantações, lutando por melhorias salariais e por direitos trabalhistas. Por sua vez, arrendatários, parceiros, meeiros e posseiros entravam em conflito com proprietários de terras em busca de melhores condições para permanecerem produtivamente no campo.

No bojo dos conflitos que emergiam, eram duas as formas de organização privilegiadas: os sindicatos e as associações civis, tais como associações, ligas, uniões, irmandades. Os sindicatos eram a organização dos trabalhadores que, de alguma forma, podiam ser considerados como assalariados, como era o caso de colonos, moradores, camaradas. Na leitura das forças políticas que então apoiavam as lutas no campo, a sindicalização seria a forma mais eficiente de luta por direitos trabalhistas e encontrava respaldo legal na CLT, que a permitia, embora não a regulamentasse (...) As associações civis, por sua vez, destinavam-se aos que de alguma forma tinham acesso à terra (posseiros, arrendatários, meeiros etc.) e cuja luta se voltava principalmente contra os despejos, aumento de renda etc, culminando nas demandas por alterações fundiárias (MEDEIROS, 1989, p.25).

Por outro lado, naquele momento, também se fortaleceram o sindicalismo urbano e rural e o movimento estudantil; além disso as Sociedades de Amigos de Bairro (SABs) “atraíram moradores urbanos para o projeto de modernidade e permitiram que os movimentos percebessem e vocalizassem seus direitos enquanto cidadãos” (DAVEIRA *apud*. OTTMANN, 1995, p.194). Neste cenário de crescente mobilização popular, a Igreja Católica, por intermédio do Movimento de Educação de Base (MEB)²¹, criado em 1961 no Nordeste, e da atuação de militantes cristãos (principalmente da Juventude Universitária Católica e da Ação Católica Operária) junto aos setores populares, teve presença determinante na mediação com vários movimentos reivindicativos.

Neste contexto de renovação da institucionalidade da ação social da Igreja, surge a Ação Popular (AP), uma organização política criada por setores da Ação Católica, que, em oposição às práticas populistas do Governo João Goulart e da esquerda da época, “ênfatiza uma conscientização *à la* pedagogia do oprimido de Paulo Freire” (OTTMANN, 1995, p.195). No movimento estudantil, os adeptos do catolicismo, organizados na Juventude Estudantil Católica (JEC), na Juventude Universitária Católica (JUC) e, mais tarde, na Ação Popular organizaram por todo o país diversas associações comunitárias, sindicatos, cooperativas etc. entre as classes populares, cumprindo um papel fundamental no estabelecimento de uma abrangente estrutura não-

²¹ O MEB teria sido o primeiro esforço sistemático da Igreja Católica para elaborar uma metodologia de trabalho junto às bases da sociedade. A proposta educativa do MEB, de acordo com DE KADT (1970), era fornecer informações aos agricultores, por exemplo, para que eles pudessem compreender seu papel e suas responsabilidades sociais como “agentes da história”. De acordo com seu argumento, “this will enable him to choose between either accepting the existing situation, or attacking at the roots the unjust and inhuman set-up under which he is suffering” (p.218).

governamental de organização popular. Esta presença dos adeptos do catolicismo também representava uma reação ao surgimento das Ligas Camponesas e ao temor de que as massas de trabalhadores rurais fossem cooptadas e controladas por facções da esquerda radical (OAKLEY, 1980). Ademais, o trabalho de organização dos camponeses, para usar a designação corrente na época, era muito influenciado pelo sentido imposto pelo governo de João Goulard à disseminação do sindicalismo rural: “criar uma alternativa, mais controlável que as ligas camponesas, para a organização dos trabalhadores rurais” (LIMA & ARANTES, 1984, p.89). Era um período de intensa movimentação da Igreja Católica, evidenciando diversas disputas para a determinação de que sentido deveria ter a sua ação social. De acordo com WANDERLEY (1984, p.43):

Sob o impacto da dura realidade, as mensagens da Comissão Central da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tornaram-se mais incisivas, efetuando críticas ao sistema como um todo e exigindo as reformas de base. Estruturaram-se, então divergentes visões de mundo e perspectivas de ação, divergentes concepções sobre a missão da Igreja no temporal, no seio das instituições, dos grupos, dos movimentos católicos (PDC, Ação Católica, sindicalismo rural, MEB). (...) Toda esta constelação de elementos tendia para o nascimento da “Igreja Popular”.

Desta maneira, a Igreja Católica tornou-se a instituição mais importante na articulação dos movimentos populares nos anos 60. Naquela época começava a ser elaborado, pelas alas mais progressistas, o esboço de uma teologia do desenvolvimento, construída como crítica ao ideário desenvolvimentista e suas consequências sociais, que daria origem, no final daquela década, à Teologia da Libertação.

Já no início dos anos 60 estava escrito na encíclica *Mater et Magistra* o apelo à “autonomia” da sociedade em relação ao Estado e a necessidade de se criarem “corpos e organismos intermediários”. Subjacente estava a intenção de enxugar sua estrutura interna e, ao mesmo tempo, revitalizar a sociedade civil contra o avassalador crescimento do Estado (...) O clamor pela “autonomia” da sociedade contra o totalitarismo e o liberalismo desenfreado é seguido da valorização do papel de organizações profissionais e culturais e do apelo à ajuda internacional como meio de constituição do “povo como sujeito” e da criação das Comissões de Justiça e Paz (DOIMO, 1995, p.81).

Para determinados setores da Igreja, este ideário era visto como uma nova maneira de fazer teologia, no qual a prática (“*práxis*”) ou o conjunto de práticas moleculares junto às bases das sociedades conduziriam à transformação do sistema capitalista.²² Esta transformação seria construída a partir do fortalecimento da religiosidade popular e do resgate dos valores comunitários supostamente perdidos com a modernização capitalista das sociedades. Para as alas progressistas, o papel da Igreja deveria ser o de contribuir para a formação de movimentos e organizações sociais que buscassem libertação das diversas formas de opressão capitalista. No discurso comunicado a estes movimentos começava a ser elaborado um referencial crítico às políticas desenvolvimentistas e ao ideário populista de intervenção política. Institucionalmente esta crítica teve nascedouro na Igreja e em suas organizações de base criadas e incentivadas a partir de então.

²² De acordo com Guimarães apud. WANDERLEY (1993) “base” para a Igreja Católica significava “a parte da população de uma sociedade que se encontra privada, ao mesmo tempo, do ter, do poder, do saber”.

Para pôr em prática esta proposta, Gutiérrez²³ menciona a necessidade do teólogo (religioso ou leigo) tornar-se um novo tipo de “intelectual orgânico”. Conforme a expressão de Gramsci, isto é, organicamente ligado ao projeto popular de libertação (...) O povo organizado é uma condição prévia para transformações maiores. Para a Teologia da Libertação estas organizações assumem a forma de comunidades eclesiais de base, isto é, voltadas para a Igreja, e com participação não hierarquizada entre leigos e religiosos (SHERER-WARREN, 1987, p.127-8/132).

O ímpeto dos movimentos desencadeados a partir destas idéias sofreu o duro impacto do golpe militar de 1964. A ação da Igreja junto aos movimentos populares passou a ser reprimida. Tanto os núcleos militantes da Ação Católica e do MEB quanto os agentes dos sindicatos rurais incentivados pela Igreja foram perseguidos pelos militares, sob a acusação de incentivo a práticas subversivas. Dentro da própria Igreja, os setores mais conservadores retomaram o espaço conquistado pelos progressistas e “abandonaram à própria sorte os grupos então perseguidos” (SADER, 1995, p.151).

Naquele momento, a participação popular pública foi praticamente anulada e, com o recrudescimento do regime militar a partir de 1968, as lideranças dos movimentos populares quando não eram transformados em presos ou desaparecidos políticos, seguiam para o exílio. Para os que permaneceram restava a intervenção clandestina, na maioria das vezes desenvolvida no interior, longe das capitais e da visibilidade pública, sob a guarda institucional da ala progressista da Igreja Católica, cujos agentes, embora temerosos do poder da repressão política, resistiam e trabalhavam na organização popular, em busca da retomada da democracia e dos direitos políticos usurpados pelos militares. Esta resistência, como argumenta SADER (1995, p.151), fazia referência e alimentava-se da “mística dos cristãos perseguidos que não temiam sacrificar-se pela boa causa”. A experiência da repressão deixou marcas profundas no ânimo dos ativistas cristãos, por vezes fortalecendo a crença em sua “missão redentora”. A narrativa transcrita a seguir simboliza esta crença:

Também no Brasil fizemos essa experiência durante a repressão. Quem passou pelas celas de tortura da OBAN e do DOPS, pensa no mundo diferente. Quebram-se barreiras de séculos, revivem-se experiências da Igreja primitiva, do tempo das perseguições; compartilham-se situações semelhantes às dos profetas, no tempo da humilhação e do exílio, ou as descritas pelo autor dos Atos dos Apóstolos, referentes às comunidades de Jerusalém e de Antioquia: a opressão se desmacara, a mensagem de justiça dos Evangelhos se concretiza, descobre-se uma fraternidade de fundo, uma solidariedade misteriosa unindo os oprimidos independentemente de suas crenças e ideologias (CATÃO, 1986, p.26-7).

Nos final da década de 60, a nova postura da Igreja Católica para a América Latina teve um papel decisivo na rearticulação dos espaços participativos cerceados pelo regime militar. Na encíclica *Populorum Progressio*, lançada em referência à realidade latino-americana na segunda metade da década de 60, a Igreja Católica já se posicionava diante das desigualdades sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento então dominante. A partir da Conferência de Bispos de Medellín²⁴, na Colômbia, em 1968, a ação da Igreja, relacionada à assistência social, passou por um processo de reorientação doutrinária, em resposta ao Concílio Vaticano II, passando a

²³ “Gustavo Gutierrez, filósofo e teólogo peruano, com formação também em psicologia, é considerado um dos mais importantes pensadores, propagadores e militantes da teologia da libertação” (SHERER-WARREN, 1987, p.120).

²⁴ Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano.

defender uma atenção prioritária aos pobres do continente²⁵, por intermédio de um novo processo de evangelização. Assim, os agentes vinculados às alas progressistas Igreja Católica na América Latina, aliados às outras forças interessadas em promover a transformação social, por meio da libertação dos oprimidos, colocavam-se em posição oposta aos Estados sob regime militar, articulando diversos segmentos da população que tinham perdido espaço de atuação.²⁶

Há quase trinta anos, batalhões de sacerdotes de aldeia, freires e leigos do movimento social Ação Católica vêm ajudando a organizar, criar auto-consciência e propósito ético entre os pobres. Lançaram milhares de cooperativas, campanhas de vacinação, cursos de capacitação sanitária e programas de emprego. Treinaram legiões de “promotores” e técnicos em todos os campos do desenvolvimento comunitário e espiritual. Do modesto início da pastoral social entre sacerdotes de aldeia (geralmente em países com história de anticlericalismo, tais como o México e a Guatemala) ao estabelecimento de aproximadamente 100 mil comunidades eclesiais de base no Brasil, a Igreja reorganizou substancialmente a estrutura social e intelectual da América Latina no meio rural (ANNIS, 1987, p.20).

Tal fato foi de tamanha significância, importância e abrangência que:

(...) pelos meados da década de 70, quem sentisse a necessidade de envolver-se em algum tipo de ativismo social na América Latina, fosse a pessoa religiosa ou materialista confessa, o melhor que tinha a fazer era procurar algum membro da “Igreja dos pobres” (FERNANDES, 1994, p.36).

Depois do golpe de 1964 a institucionalidade da Igreja Católica foi se adequando às exigências do novo contexto e tornando-se muito mais próxima ao cotidiano e às experiências dos grupos e dos movimentos sociais. Os leigos, antes restritos à participação nos apostolados, especialmente na Ação Católica, assumiram um outro papel, muito mais importante e ativo nas novas instituições que surgiram. Além disso, a coalizão de interesses contra a ordem sócio-política estabelecida no país aproximou da Igreja vários intelectuais, que trouxeram consigo novas visões e leituras sobre a conjuntura do país naquele momento. Neste contexto, surgiram “pequenos organismos ou centros” ou organizações como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, posteriormente, as Pastorais (DOIMO, 1995, p.82). Na avaliação de (FERNANDES, 1994, p.38-9), as CEBs:

(...) seriam as sementes para este enraizamento [o da Igreja junto aos setores populares], multiplicando-se como pequenos círculos vitais no território das antigas paróquias. Leves institucionalmente, reunindo-se em qualquer espaço. Dependendo sobretudo da iniciativa local, fazendo uso intenso de pessoal leigo, as CEBs deveriam romper a inércia das estruturas tradicionais (...) As CEBs puseram as pessoas para falar. Sua marca distintiva não foi a missa, mas o estudo da Bíblia, feito em grupos, num círculo, com as escrituras funcionando como ponto de partida gerador de uma troca de opiniões sobre a pergunta

²⁵ “Optar pelo pobre significa optar por uma classe contra a outra, tomar consciência do confronto de classes sociais e tomar partido dos despossuídos. Optar pelo pobre significa ingressar no mundo da classe social explorada, de seus valores, de suas categorias culturais. Significa fazer-se solidário com seus interesses e lutas” (GUTIÉRREZ apud. SCHERER-WARREN, 1987, p.129).

²⁶ DOIMO (1995, p.82) destaca três fatos importantes que marcam a posição da Igreja a favor dos movimentos populares naquela época: “a intensa campanha de esclarecimento público deflagrada em 1973 sobre os direitos humanos no Brasil; o documento ‘Escutai os clamores do meu povo’, subscrito por bispos e religiosos do Nordeste; e o documento dos bispos de Goiás e do Centro-Oeste, ‘Marginalização de um povo’.

sempre repetida: o que a palavra de Deus nos diz, a nós que aqui estamos, neste lugar, com tais problemas e tais esperanças?.

A criação de milhares de CEBs ocorreu ao mesmo tempo do surgimento de diversas pequenas organizações que apareceram em seu entorno e que se diziam estar a serviço dos grupos e dos movimentos sociais, prestando-lhes assessoria e, de acordo com o discurso que enunciavam, promovendo o desenvolvimento da sociedade. Estas organizações geralmente se autodenominavam “centros” (uma referência a “um lugar para convergência”) e se dedicavam à promoção da educação popular, à alfabetização das classes populares pelo método Paulo Freire e, como lembra SADER (1995, p.148), dedicavam-se a formar “consciências críticas no interior de coletividades auto-organizadas”. Por todo o país proliferaram centros de promoção social e de educação popular apoiados, muitos deles, por programas internacionais de cooperação ao desenvolvimento que fomentavam o trabalho comunitário ou a intervenção local. Neles, grosso modo, predominava o voluntarismo de muitos de seus agentes, a premência das relações interpessoais em oposição ao padrão burocrático das repartições públicas, os pequenos projetos econômicos, os trabalhos de educação e de animação das bases e as assessorias esporádicas a diversos grupos sociais. FERNANDES (1994, p.43) argumenta que a proliferação dos movimentos sociais e das organizações que surgiam para a sua assessoria, em plena ditadura militar, foi possível por sua atuação bastante localizada, reunindo poucas pessoas, por isso, quando “vistos de cima, não pareciam ameaçar os centros do poder”.

As estratégias de ação dos Centros aproximavam-lhes, num primeiro momento, de um enfoque assistencialista tradicional muito semelhante àquele difundido pelas ações da Igreja Católica. Gradativamente foi ganhando força a necessidade de desenvolver uma consciência crítica, nas comunidades trabalhadas, sobre as condições nas quais elas se encontravam e sobre as possíveis alternativas de reversão das realidades desfavoráveis. A educação popular, até então uma prática vinculada às experiências de alfabetização de adultos, começou a ser utilizada como método de atuação para conscientizar as pessoas, em clara oposição à assim diagnosticada ênfase dada pelos projetos governamentais às reformas de estruturas físicas, à ação assistencialista e pontual e ao teleologismo de suas metodologias de trabalho.²⁷ Por intermédio das práticas de educação popular difundia-se a “crença de que as pessoas ao pensarem juntas serão capazes de transformar a si próprias e o mundo” (FERNANDES, 1994, p.39). Deste modo, os Centros foram paulatinamente reelaborando o seu perfil, distanciando-se das práticas assistencialistas ou filantrópicas que os caracterizaram inicialmente, afastando-os da ação das diversas entidades privadas que, como vimos, dedicaram esforços à promoção do desenvolvimento.²⁸

²⁷ BRANDÃO (1984) concebe a educação popular como “todo tipo de prática de mediação que promove ou assessora os movimentos populares (...), cuja teoria desde Paulo Freire, faz a denúncia dos usos políticos da educação opressora e cuja prática converte o trabalho pedagógico do educador em favor do trabalho político dos subalternos.”

²⁸ O assistencialismo e o filantropismo estavam intimamente relacionados à ideologia do desenvolvimento de comunidades propalada pela Aliança para o Progresso, que financiou vários destes programas e projetos através da Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). SCHILLING apud. SILVA (1982) assim descreve a Aliança para o Progresso: “O enunciado do Governo Kennedy ‘Aliança para o Progresso’ constitui-se num projeto de auxílio às transformações das estruturas sociais latino americanas: reformar para não revolucionar.”

Esta conscientização das classes populares, argumentava-se, deveria formar a base de uma cultura popular autêntica, emancipada, que levaria a uma nova experiência histórica. A produção de uma nova realidade histórica por meio de uma cultura popular transformaria então valores e crenças numa base normativa mais humana para a vida social, econômica e política (DE KADT *apud*. OTTMANN, 1995, p. 195).

Havia entre os atores sociais envolvidos neste processo a concepção do Estado como um ente monolítico, como a instância detentora da legitimidade social e da força coercitiva para elaborar e implementar políticas públicas conducentes à resolução dos problemas sociais. Estas políticas, no entanto, dado o cerceamento dos canais políticos democráticos, eram concebidas e implementadas para atender, principalmente, aos interesses dos grupos sociais dominantes. O domínio do aparato estatal por uma determinada classe social, e por seus valores ideológicos, era diagnosticado como a causa da marginalização dos grupos e setores sociais que não atendiam aos imediatos interesses de suas metas desenvolvimentistas. Este quadro, para os que se opunham ao Estado, representava a clara impossibilidade de diálogo entre as propostas que se confrontavam naquele momento.

Os novos projetos e práticas de educação popular, conduzidos pelos Centros de Promoção Social, passaram a compor uma nova postura ético-política, caracterizada pela busca da autonomia em relação ao Estado e independência dos partidos políticos. Tanto para os movimentos sociais quanto para as nascentes organizações não-governamentais, estes códigos ético-políticos colocavam-lhes de costas para o Estado e sua institucionalidade governamental e os impulsionava a trilhar seus próprios rumos na busca por alternativas de intervenção social.

Assim, reelaborando-se a força da catolicidade, que sempre lutou contra a racionalidade do Estado Moderno, que passou a rechaçar a cultura de tutela do Estado, e respaldando-se em certos agentes desejosos de investir numa nova concepção de desenvolvimento centrada na sociedade civil, ergue-se um clamor genérico contra o Estado e as grandes instituições políticas (...) Autonomia, independência e democracia de base eis, então, os principais códigos ético-políticos de orientação (DOIMO, 1994, p.45).

Este também foi um momento em que as esquerdas, dispersas, procuraram reconstruir suas relações com os movimentos sociais.²⁹ Embora os espaços públicos possibilitados pelas pastorais católicas, como as CEBs, tivessem sido decisivos à rearticulação de organizações e de experiências populares, estas pastorais, nas palavras de SADER (1995, p.178), “não tinham um discurso capaz de dar conta dos problemas das lutas de classe e das condições da sociedade capitalista, como requeriam os militantes”. Foi neste sentido que as reelaborações marxistas sobre o tema, feitas por militantes de organizações fragmentadas pela repressão militar, ganharam importância naquele momento.

Os militantes de esquerda revolucionária viviam a crise gerada pela constatação da imensa distância entre as suas chamadas “vanguardas revolucionárias” e as massas trabalhadoras. As massas deveriam, teoricamente, protagonizar, sob orientação das

²⁹ Dos anos 60 havia surgido a “nova esquerda”, constituída em oposição à burocratização e ao conformismo atribuídos à ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para os militantes da nova esquerda, a revolução deveria guiar suas estratégias de ação, “da luta ideológica contra o reformismo às lutas de rua em 1968 e à luta armada entre 1969 e 1971, a esquerda revolucionária chegou ao seu apogeu com os enfrentamentos sonhados, que foram, no entanto, o seu momento de derrota” (SADER, 1995, p.169).

vanguardas, a derrocada das forças políticas opressoras e estabelecer novas relações de poder. Como se sabe, isto não aconteceu. Na autocrítica construída então, diagnosticou-se a premente necessidade de enraizamento dos grupos de vanguarda nas dinâmicas próprias dos movimentos populares.

Nos rumos tomados por este movimento de autocrítica é possível reconhecer uma espécie de culto às virtudes da “paciência pedagógica” (...) sem cancelar estratégias revolucionárias elaboradas em pequenos círculos conspirativos, procuram enraizá-las nas massas, vinculando-se às ações coletivas de resistência, por diminutas que fossem. Pensavam que ao longo dessas experiências – e desde que orientados por suas “vanguardas” – os trabalhadores fariam o aprendizado que levaria à consciência de classe (...) era cada vez maior o número de militantes que – individualmente ou em grupo – começava a se desprender dessas organizações e manter suas atividades junto aos trabalhadores já sem as referências totalizadoras das estratégias revolucionárias (SADER, 1995, pp.172-3).

Naquele momento, os militantes de esquerda trataram de se aproximar das organizações populares, dos sindicatos e das associações, principalmente. Carregados de valores ideológicos, caberia aos que estavam ao lado dos grupos populares, “mobilizar, organizar e conscientizar os pobres”, para incorporá-los à luta mais ampla pela conquista do poder político. Somente assim, imaginava-se, poder-se-ia transformar o sistema (STEIN, 1989). De tal modo, estes agentes partiram para o trabalho cotidiano de conscientização dos trabalhadores quanto o papel do Estado como legitimador das condições de desigualdade (política, econômica...) prevalecentes. Em sua fala, o mais importante era enunciar, a partir de concepções marxistas do processo histórico, como capitalismo engendrava a sua lógica exploradora; explicar como os movimentos populares, uma vez unidos e conscientes de sua condição de classe explorada, poderiam, a partir de sua experiência e de sua história, transformar esta realidade.

O programa revolucionário passou a ser reconstruído a partir de experiências cotidianas, do espaço micros social e do paciente trabalho de conscientização dos trabalhadores. Não sem conflitos ou contradições estabelecidos com os ideais mais amplos de transformação social. Em um momento em que as estratégias revolucionárias e a própria teoria marxista, de um modo geral, estavam sendo questionadas, restava, aos que se identificavam com a militância de esquerda, olhar para o cotidiano e para as experiências do povo explorado.

O sentido desta reorganização de estratégias de ação social direcionada aos setores populares, promovida tanto pela Igreja Católica quanto pela militância de esquerda, era influenciado, de um modo geral, por um tipo de leitura que a intelectualidade fazia da então emergente crise do marxismo a partir, principalmente, da obra de Gramsci, evidenciando o papel da cultura popular em oposição ao centralismo democrático. Visualizava-se, nesta leitura, a possibilidade de construção do poder popular por intermédio do conceito de hegemonia. Além disso, ao fazer a releitura do clientelismo e do populismo, reelaborava-se a importância do senso comum, do saber popular no cotidiano e buscava-se resgatar a capacidade ativa do povo contra as tradicionais práticas de cooptação e de manipulação política, tão presentes nas organizações de representação tradicionais. Naturalmente, todo esse raciocínio associava o exercício intelectual a uma vivência prática, a um engajamento comunitário vinculado ao desejo de criar um “contra-poder” ou um poder paralelo, que surgiria a partir das bases; do estímulo direto à organização das comunidades (FERNANDES & CARNEIRO, 1994; DOIMO, 1995).

Estancando assim o ímpeto participativo gerado na década anterior [os anos 60], uma saída para os que olhassem numa outra direção: para baixo e para o plano local, justamente para as “comunidades”. Se agir sobre a sociedade como um todo já não era possível, quem sabe então as transformações pudessem ser preparadas, numa outra escala de tempo, trabalhando-se pela base do edifício social (FERNANDES, 1994, p.34).

O discurso do “povo como sujeito de sua própria história” entre o início dos anos 70 e meados dos anos 80 podia ser localizado na Igreja Católica, especialmente nos setores progressistas, no ecumenismo, em segmentos da intelectualidade acadêmica e em segmentos da esquerda desencantados com as estratégias violentas de ações transformadoras (DOIMO, 1995).³⁰ Boa parte deles unidos em uma opção política de oposição e de não enfrentamento direto com o governo autoritário, construindo uma identidade, por vezes ambígua, a partir de um trabalho paralelo, não cooperativo com as agências governamentais, feito à margem das grandes instituições sociais. Na sua própria versão da história:

(...) consolidamos nossa existência voltados de costas para o Estado. Este era pensado como algo que nos atrapalhava, e o nosso trabalho tinha como característica básica a criação de pequenos espaços de participação, num corpo a corpo com os grupos populares. Essa era a nossa única forma possível de caminhada, para o povo: dentro de um espaço autoritário, a criação de núcleos, células de organização popular. Uma contra-sociedade³¹ (CENPLA/ FASE/Ibase, 1986, p.32).

DOIMO (1994, p.53) argumenta que toda esta movimentação social, em tempos de ausência de democracia política no país representou para os atores envolvidos:

(...) pelo menos dez anos de um diálogo crítico com a cultura política autoritária que, embasado em ações reivindicativas concretas, refutou a subordinação da nação pelo Estado, então patrocinada pelo regime militar, rejeitou o modelo nacional desenvolvimentista, pelo qual o povo fora subtraído em nome da eficácia intelectual do planejamento tecnocrático, desconfiou da noção do “nacional-popular”, segundo a qual as vanguardas redimiram o amorfismo e a passividade das massas; abominou o populismo, porquanto sempre desvirtuou o potencial organizativo da sociedade pelas práticas de cooptação, e, enfim, rejeitou qualquer possibilidade de se criarem clientelas para efeitos de manipulação política.

Foi justamente no período mais crítico do regime militar, aquele de maior repressão às atividades políticas tidas como subversivas, em meados dos anos 70, que surgem os movimentos populares representados principalmente pelo clamor reivindicatório e, por vezes, contestatórios das associações comunitárias. Multiplicam-se as associações de moradores, associações de amigos de bairro e, no ABC paulista, surge o “novo sindicalismo”. E no entorno destes movimentos cresce também o número de organizações não-governamentais que lhes prestavam apoio, serviços e assessorias.

FERNANDES (1994, p.66) identifica que:

³⁰ Coerente com a nova leitura sobre sua ação social, a ala mais progressista da Igreja Católica (aquela mais ligadas às bases) altera profundamente sua concepção de “leigo”, atribuindo-lhes um papel muito mais ativo e destacado na realização de serviços pastorais, abraçando objetivos de organizar e conscientizar pessoas e comunidades, agregando-lhes valores éticos-políticos, voltados para a construção do “povo como sujeito de sua própria história”.

³¹ Exposição de Miguel Darcy Oliveira do Instituto de Ação Cultural (IDAC) no Encontro Nacional de Centros de Promoção Brasileiros.

a primeira geração de ONGs na América Latina surgiu, via de regra, como uma solução *ad hoc* para a falta de opções, que se imaginava ser conjuntural no sistema institucional existente – centros de pesquisa que se formaram à margem das universidades submetidas a pressões do Estado autoritário, núcleos de educação popular paralelos ao sistema escolar oficial, grupos de apoio a movimentos sociais emergentes sem conexões com organismos políticos legais etc.

1.5 As ONGs históricas e a busca de uma identidade institucional

Em 1972, algumas pessoas ligadas a projetos de educação popular e promoção social realizaram, com o apoio de organizações não-governamentais internacionais, um encontro nacional para discutir e trocar informações e experiências sobre suas práticas, então bastante localizadas e dispersas.³² O “Encontro de 72” ou “Encontro *Ad Hoc*”, como ficou conhecido por seus participantes, tornou-se um “marco nas origens e identidades buscadas por estes agentes”, uma espécie de ato inaugural da história das ONGs no Brasil.

A reunião de cinco dias, montada cuidadosamente e com a participação dessas pessoas pinçadas de norte a sul e de algumas poucas agências internacionais de cooperação (de “ajuda”, na época), em um convento da Igreja Católica, em tempos nada propícios para agitações (...) concluiu pela necessidade de se criarem condições de “intercomunicação, pesquisa e avaliação” do que se fazia pelo país e portanto de se criar uma organização com sede própria, espaço para “discutir o trabalho popular com cobertura técnica, capacidade, competência”, nas palavras de um entrevistado. “Cria, que a gente apóia”, teriam dito os representantes da ajuda internacional presentes. E fundou-se, então, uma organização de assessoria, avaliação e pesquisa – o que, na idéia de narradores da história, diretores ainda hoje desta organização ou de outras fundadas posteriormente, teria sido uma futura ONG (LANDIM, 1998, p.34).³³

Mesmo antes do Encontro de 72, entre os agentes que participavam de algum tipo de ativismo social, já havia tentativas para estabelecer, de modo bastante informal, algum modo mais institucionalizado para trocar informações e experiências. Um dos fundamentos destas incipientes redes era demonstrar solidariedade às ações desenvolvidas ao mesmo tempo em que se buscava afirmar alguma identidade entre as experiências dispersas. Havia o interesse em construir relações pessoais de confiança e identidade entre atores que lutavam por uma causa comum. Os contatos e os encontros buscavam reunir pessoas conhecidas, desenvolver afinidades com novas pessoas que se identificassem com as causas populares e com a ação social em tempos de repressão política. Com forte apelo às relações interpessoais e às metodologias de trabalho que privilegiavam encontros e reuniões, as chamadas trocas de experiência, esta forma de comunicação alternativa aos canais convencionais culminaria, mais tarde, na formação

³² LANDIM (1998, p.35) informa que este encontro foi apoiado pelo Comité Catholique Contre la Faim et Pour le Développement (CCFD), uma ONG francesa, pela organização canadense Développement et Paix e pelo Conselho Mundial de Igrejas, organização suíça, todas organizações pertencentes aos “espaços transnacionais da religião”.

³³ A entidade criada no Encontro foi a Nova Pesquisa e Assessoria em Educação (NOVA), no Rio de Janeiro. Na citação acima, os trechos entre aspas, ressalta a autora, reproduzem fragmentos de depoimentos colhidos em entrevistas realizadas em 1992.

de várias redes sociais movimentalistas³⁴, constituídas tanto na dimensão territorial quanto no entorno de objetivos temáticos. Os canais de encontro e comunicação percorriam principalmente as institucionalidades alternativas da Igreja Católica (MEB, AP, Ação Católica e CEBs, posteriormente) e usufruíam a enorme capilaridade e a legitimidade construídas por estas instituições junto aos movimentos populares. As novas organizações de apoio aos movimentos sociais foram surgindo no entorno destes movimentos.

Os personagens fundadores deste novo tipo de organização são os “educadores de base”, ou seja, professores, religiosos, trabalhadores sociais que, em sua grande maioria, haviam participado, antes de 1964, dos programas de alfabetização de adultos inspirados por Paulo Freire, dos movimentos de cultura popular promovidos por organizações estudantis e governos estaduais como o de Miguel Arraes em Pernambuco, bem como dos projetos de educação e desenvolvimento comunitário apoiados pela Igreja Católica (...) Muitos desses “agentes” haviam aprendido seu ofício em entidades como o MEB – Movimento de Educação de Base – e na FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, ambas fortemente ligadas à Igreja Católica e seu trabalho pedagógico de assistência e promoção social (OLIVEIRA, 2000).

A política internacional de cooperação ou de ajuda à promoção do desenvolvimento dos países pobres, especialmente a de natureza confessional, manteve um crescente interesse em financiar os recém-criados organismos não-governamentais, na época estreitamente vinculados à Igreja e portadores de uma militância anônima que ocultava as conexões políticas e confessionais que lhes davam sustentação (LANDIM, 1998). Conexões estas que explicam como estas organizações pequenas, aparentemente frágeis e contrárias a qualquer tipo de autoritarismo político, proliferam, paradoxalmente, no momento mais recrudescido da ditadura militar.

Intensificam-se os programas de colaboração internacional e criam-se (...) uma profusão de ONGs voltadas à implementação da “educação popular”. Por trás disto está a reorientação da “política de ajuda” no sentido de desviar a ação, que antes passava pelo crivo do Estado, para o âmbito da sociedade civil e conseqüentemente formação do “povo como sujeito de sua própria história” (DOIMO, 1995, p.83).

Além dos agentes que construíram sua ação social como educadores de base, bastante próximos ou pertencentes à institucionalidade da Igreja Católica, outros importantes protagonistas da fundação das primeiras ONGs foram os ativistas de esquerda que permaneceram no Brasil durante a ditadura e os exilados políticos que retornaram ao país no final dos anos 70. Durante a ditadura, uma significativa parte da esquerda radical fora para o exílio e lá, além de acompanhar as sistematizações críticas do pensamento marxista, muitos participaram da formação de novas agências privadas de cooperação internacional, isto é, futuras ONGs financiadoras. Deste modo, estes atores estreitaram laços entre o mundo das financiadoras com futuros dirigentes de ONGs brasileiras. Na descrição de LANDIM (1998, p.43-4), os ativistas foram se incorporando ao trabalho das primeiras ONGs eram:

(...) em geral especialistas na política que freqüentemente prosseguiram seus estudos lá fora – muitos também tendo prolongado, em outras terras, seu período de militância, ou renovado ideários e ligações políticas – voltando talvez mais qualificados do que seus pares

³⁴ Conceito utilizado por DOIMO (1994) para designar a interação formada por pessoas e organizações predispostas ao incentivo e à participação em movimentos sociais autônomos e independentes.

brasileiros, para efeito do que interessava. Quanto a isso e sobretudo, esses exilados trouxeram consigo – repetindo as histórias de outras idas e vindas para o exterior de gente de ONGs – as relações de confiança construídas com agências não governamentais financiadoras (...) trouxeram não só um capital acumulado em relações, mas também um maior domínio do funcionamento dessas organizações internacionais, em diversos países, de sua natureza, de seus papéis e possibilidades, de suas políticas internas e externas – da complexidade das forças sociais e políticas em jogo na sua atuação.

Entre os fundadores das primeiras ONGs, a sua origem bastante diversificada e as distintas contribuições em termos de conhecimentos e habilidades geraram várias ambigüidades ou tensões impressas, ao longo do tempo, à identidade destas organizações. Estes atores, via de regra, haviam perdido espaço em seus ambientes de atuação profissional por conta da conjuntura política vivida no país. Trabalhar em um centro de educação popular ou em uma organização similar poderia significar a possibilidade de reencontrar ou reconstruir sua inserção profissional de modo socialmente mais crítico. O depoimento a seguir é emblemático:

Em 68 eu tinha participado do movimento estudantil, entrado de cabeça naquilo, e tinha descoberto as organizações de esquerda clandestinas. Escapei da repressão e alguns anos depois voltei à universidade. Fiquei trabalhando em pesquisas com o campesinato, pelo interior do país, pela primeira vez entrei em contato mais direto com esta realidade. Resolvi, então, sair da universidade e trabalhar nesta entidade (de educação popular), aí tive outro momento de grande descoberta. Fui mandada para fazer uma espécie de assessoria no interior do Pará, e aí conheci o trabalho o trabalho que o pessoal da Igreja (Católica) estava fazendo, padres, freiras, leigos. Fiquei absolutamente maravilhada: eram pessoas com outro tipo de cabeça que eu não conhecia, de um humanismo profundo, que moravam há anos lá no meio do mato, com os camponeses, misturando religião com luta política, parecendo integrados com a população. Algo completamente diferente da esquerda que eu conhecia. Parecia uma alternativa, na época.³⁵

Como afirma LANDIM (1998, p.38), as ONGs também foram criadas por conta das limitações à ação e por conta dos cortes de empregos em instituições tradicionais, surgindo como “possibilidade alternativa de ação autônoma e ‘flexível’”. Ao mesmo tempo em que vislumbravam esta nova possibilidade de orientação profissional, os atores conviviam com a tarefa de compatibilizar valores como ativismo, voluntarismo e aversão à burocratização, característicos da militância política que envolvia sua ação e a necessidade, nem sempre manifestada, de identificarem a nova atividade com a estabilidade tradicional que deveria caracterizar um emprego formal. Além disso, imaginava-se que a assessoria aos movimentos sociais seria algo temporário. Tão logo capacitados, os grupos assistidos e as organizações de movimentos sociais não teriam mais necessidade de apoio ou assessoria, podendo caminhar com suas próprias pernas.

A nova inserção profissional também requeria uma habilidade específica no trato e na convivência com os grupos populares, socialmente distantes dos meios de origem dos ativistas dos grupos de assessoria. E esta era uma outra fonte de tensão entre os militantes e os movimentos. No entanto, no final dos anos 70 diversos novos atores incorporaram a assessoria aos movimentos sociais como sua atividade principal. Eram egressos de organizações de esquerda de cunho marxista, ativistas que fugiram da repressão buscando a clandestinidade, exilados de volta ao país e egressos de quadros de movimentos estudantis dos anos 60. Em busca de trabalho após o período de

³⁵ Entrevista com uma agente de ONG, realizada em janeiro de 1987 (LANDIM, 1988, p.33).

clandestinidade e repressão política, estes atores encontraram nas recém surgidas organizações não governamentais, ainda marcadamente influenciadas pela ideologia e pelo estilo cristãos dos “centros”, um espaço para a atuar e tiveram um papel importante ao conferir-lhes um perfil mais profissional e ao diversificar as suas temáticas de atuação. As ONGs de prestação de serviços e assessoria, no início dos anos 80, proliferaram e consolidaram suas identidades institucionais e suas propostas de ação em tempos de gradual abertura política, nos quais concomitantemente proliferaram novos movimentos sociais. Naqueles novos tempos, a invisibilidade das ações sociais já não era mais uma norma de atuação, as intervenções passaram a acontecer e a se consolidar na cena pública.

Estávamos diante de um tipo de recriação humanista da intervenção social, resultante do diálogo crítico com o assistencialismo cristão e com a ideologia desenvolvimentista que norteavam a ação das instituições tradicionais.

Nas representações que daí emergiram iria ressaltar um certo tipo de humanismo. Nelas se valorizavam as práticas concretas dos indivíduos e dos grupos em contraposição às estruturas impessoais, aos objetivos abstratos e às teorias preestabelecidas. Valorizavam-se também os atos de solidariedade através dos quais os indivíduos transcendiam a rotina vazia imperante na sociedade. E valorizava-se fundamentalmente uma sede de justiça que denunciava a situação social vigente. Em todos esses aspectos, as novas práticas discursivas atingiam a racionalidade tecnocrática e o individualismo burguês dos discursos dominantes (SADER, 1995, p.194).

Os centros de educação popular e de promoção social construíram, ao longo dos 70 até meados dos 80, sua autonomia em relação à institucionalidade da Igreja Católica e em relação aos próprios movimentos sociais com os quais, em alguns casos, acabavam por se confundir. Neste processo, ao mesmo tempo, as ONGs se afirmaram, assumiram a denominação e passaram a construir uma identidade comum em complexos e conflituosos campos de interação. Por um lado, as ONGs, uma novidade institucional, tinham que se afirmar perante as agências financiadoras, adequando e legitimando seus projetos e suas propostas às demandas destas agências. Por outro lado, o processo de afirmação identitária mediava com as demandas dos grupos, organizações e movimentos sociais com os quais desenvolviam atividades. Como destaca LANDIM (1998), a construção desta identidade gravitou entre tensas relações de autonomia e dependência estabelecidas com os componentes destes dois universos de interação.

Sobretudo, esta identidade foi sendo afirmada por distinção aos modelos tradicionais de normatização, institucionalização e representação políticas. No contexto político e cultural do país, caracterizado pela gradual reabertura dos canais de participação, vivenciava-se um amplo questionamento das organizações tradicionais. Os sindicatos e os partidos políticos eram bombardeados pelas novas temáticas e reivindicações colocadas em cena pelos novos movimentos sociais. Temas como o ambientalismo e o feminismo, na esteira dos questionamentos sobre o conceito marxista de classe social, foram paulatinamente desmanchando a solidez dos fundamentos teóricos das culturas de representação social baseadas em interpretações marxistas mais ortodoxas. Toda esta conjuntura contribuiu para que se atribuísse cada vez maior importância às iniciativas locais e ao reconhecimento das diversidades culturais (LANDIM, 1998, FICO, 1999).

O quadro referencial comum que parecia cimentar a identidade das ONGs pode ser compreendido, inicialmente, a partir da análise das diversas trajetórias individuais de seus fundadores e suas de relações com as também diversas trajetórias institucionais que caracterizaram os campos relacionais que deram suporte ao surgimento e à legitimação das ONGs. Estas trajetórias direcionam suas estratégias de ação e seus esforços cognitivos à viabilização de uma alternativa institucional à conjuntura política adversa e aos modos de inserção das instituições tradicionais naquela conjuntura. É deste modo que LANDIM (1998, p.34) sintetiza os elementos-chave estruturadores do ambiente social das primeiras ONGs. Estes seriam caracterizados pela:

(...) criação de redes de relações sociais horizontais entre determinados agentes da sociedade brasileira; [pelo] estabelecimento de relações com organizações internacionais, basicamente também não-governamentais (as quais por sua vez terão um papel na estruturação daquelas relações no país); e [pela] existência de relações diretas com grupos sociais na base da sociedade.

Na construção desta identidade parecia estar em jogo a intenção de demarcar as distintas e opostas compreensões da realidade brasileira e a conseqüente elaboração de projetos de mudanças ou transformações sociais. No amplo campo oposicionista à ditadura militar começou a ser construído um universo institucional arquitetado em contraposição àquele projeto de sociedade que era identificado como dominante. Um universo organizativo que também foi erigido contra dadas permanências institucionais, localizadas principalmente na burocracia estatal que, de acordo com o diagnóstico que faziam os atores do campo oposicionista, tentavam impor à sociedade brasileira uma leitura da modernidade por intermédio de um ideal de progresso fundado, por sua vez, em uma lógica desenvolvimentista, de modo a desconsiderar ou simplesmente negar todos os tipos possíveis de tradicionalidades culturais diversas que a este projeto de modernização oferecessem algum obstáculo.³⁶

No contexto dos anos 70 e 80 – época de modernização e de diversificação da sociedade brasileira – os atores que participavam da formação das ONGs diagnosticavam que as leituras da realidade, caracterizadas por interpretações totalizadoras da dinâmica social, predominavam entre aqueles que decidiam os rumos políticos e econômicos do país. Estas leituras influenciavam, de modo determinante, as compreensões sobre os modos de desenvolvimento econômico, principalmente, e, de acordo com a leitura dos atores das ONGs na época, se desdobraram – de modo mais evidente a partir do pós-guerra – em grandes projetos nacionais de desenvolvimento, que privilegiavam o setor industrial e colocavam em segundo plano qualquer iniciativa que vislumbasse o desenvolvimento social, até porque a melhoria das condições sociais era compreendida como uma decorrência do desenvolvimento econômico. Estes grandes projetos passaram a ser sucessivamente implementados pelos governos militares, fundamentados na cultura política autoritária imposta à sociedade e apresentando particularidades, de acordo com jogo político instituído a cada momento histórico, que não descaracterizavam sua essência totalizante e excludente (PÉCAULT, 1990).

³⁶ A noção de tradicionalidade é aqui utilizada para significar o que GIDDENS (1991) argumentar ser uma tentativa reflexiva, de um determinado grupo social, para não sucumbir a uma investida externa que, de algum modo, venha-lhe impor o desrespeito ou o “desligamento” dos valores e dos símbolos que “contém e perpetuam a experiência de gerações”.

Este diagnóstico geral concorda, em parte, com aquele elaborado por FURTADO (1995, p.103), quando este autor afirma que, a partir do golpe militar de 1964, toda a política econômica brasileira “passa a ser estritamente uma política de industrialização, intensificando a exclusão social (...), criou-se uma profunda antinomia entre desenvolvimento e projeto social”. Naquela conjuntura, os atores envolvidos nas primeiras ações não-governamentais direcionadas a projetos de promoção social diagnosticavam que a intervenção das agências governamentais pautava-se em um modelo econômico que, além de não beneficiar os setores populares, excluindo-os de condições de melhoria de sua situação precária, impossibilitava a manifestação de outras propostas – decorrentes de outras leituras da realidade – e de outras práticas que, supostamente, melhor atendessem as demandas daqueles setores. A partir da defesa deste diagnóstico, estes atores situam-se em posições políticas demarcadamente opostas à assim diagnosticada “posição do Estado” e, em consequência, opostas ao modelo de desenvolvimento que a institucionalidade governamental possibilitava.

A leitura que possibilita o discurso das ONGs, naquela época, evidencia a predominância de uma concepção monolítica do aparato estatal (ALMEIDA, 1996, DIAS, 1998). As categorias de análise utilizadas pelos atores sociais vinculados às ONGs – ao menos até meados dos anos 80 – são referidas, grosso modo, aos instrumentais teóricos da economia política, sob influência marxista. A leitura que elaboram da realidade se aproximava aos referenciais do estruturalismo e do determinismo econômico. A partir desta leitura, o Estado era compreendido como um instrumento político da classe dominante, um aparato burocrático e administrativo construído para impor e para legitimar ideologicamente, naquela conjuntura, um modelo geral de desenvolvimento para a sociedade. O Estado era representado como o ator social responsável pela realização de um projeto de desenvolvimento, que alcançaria um elevado grau de homogeneidade ao percorrer a institucionalidade governamental, realizando-se em suas práticas.

Esta compreensão sobre o modo de atuação do Estado em relação aos processos de desenvolvimento fornecia o contraponto à construção de propostas e à consolidação da identidade institucional das ONGs que trabalhavam com a temática dos processos de desenvolvimento. Para estas ONGs, os discursos que enunciavam suas propostas permitiam perceber que estas deveriam ser elaboradas de modo a: (a) valorizar intenções como o desvelamento dos conflitos que eram obscurecidos pelos ideais totalizantes que, sob sua ótica, fundavam as doutrinas de desenvolvimento defendidas pela institucionalidade governamental; (b) valorizar a participação dos beneficiários dos projetos em todas as suas fases de elaboração – neste caso, a participação era concebida como exercício de compartilhamento de poder decisório entre todos os envolvidos no processo; e (c) valorizar a disseminação de práticas supostamente mais bem contextualizadas às realidades locais, em uma tentativa de gerar autonomia nos grupos trabalhados (WELLARD, 1993, SCHERER-WARREN, 1995).

As ONGs de desenvolvimento, ao longo dos anos 80, legitimaram seu papel social e ganharam, paulatinamente, maior visibilidade, defendendo o argumento da falência da doutrina econômica desenvolvimentista como instrumento para possibilitar a melhoria das condições de vida da maioria da população que não usufruía as supostas

benesses da modernização.³⁷ Em seu ambiente formativo e ao longo do processo de construção de sua identidade, as ONGs passaram a enfrentar as contradições que emergiam de sua própria atuação. Por um lado, o cerceamento dos canais tradicionais de atuação política somente permitia a ação em contextos localizados, impelindo-as a um tipo de agência pautada em pequenos projetos de desenvolvimento comunitário, muitas vezes de caráter meramente assistencial. Por outro lado, a leitura marxista que parecia informar estas ações apontava na direção da necessidade de transformações estruturais, como único caminho possível à superação da conjuntura adversa.³⁸ Como argumenta DOIMO (1995, p.94), os próprios movimentos sociais para os quais os centros, e posteriormente as ONGs, se diziam estar a serviço e com os quais interagem, comportavam, em suas práticas e concepções, interesses ambíguos em relação ao seu papel social. Se, por um lado, sua ação elaborava uma perspectiva de transformação social, “contestando o caráter excludente do Estado capitalista”, por outro, interpelava-se o lado provedor deste mesmo Estado, reivindicando-se uma maior integração social dos grupos organizados a partir de demandas ou carências específicas. As ONGs dedicadas às questões do desenvolvimento social são filhas e herdeiras desta ambigüidade formativa. Em uma conjuntura na qual se impunha a dicotomia como padrão analítico para a compreensão da realidade, os limites da construção de um projeto de transformação social estavam dados aos agentes que dedicavam sua atuação aos projetos das ONGs.

A construção da identidade deste conjunto de ONGs ocorreu em um movimento de que guardava continuidades com as tradicionais obras de assistência social, conduzidas principalmente pela Igreja Católica. Este movimento, ao mesmo tempo, procurava romper com determinadas características destas obras, prezando por uma postura mais crítica quanto à sua intervenção política junto aos grupos sociais de base (FERNANDES & CARNEIRO, 1994). As contradições deste processo formativo tornaram-se evidentes. Ao mesmo tempo em que, num primeiro momento, o discurso das ONGs rechaçava, por exemplo, o assistencialismo das práticas tradicionais, este mesmo discurso interagiu, nem sempre de modo crítico, com aquele construído a partir da retórica das agências cooperação internacional, cuja ação tem sido tradicionalmente fundada em campanhas caritativas e assistenciais, evitando-se enfrentar ou resolver as contradições inerentes aos processos sociais que geram as situações de desigualdade entre grupos ou classes sociais. Portanto, desde suas origens, as ONGs que dedicam sua ação à temática do desenvolvimento social lidam com a ambigüidade dos discursos que constroem e que fundamentam o processo de construção de sua identidade nos ambientes de relações que lhes dão sustento e legitimidade institucionais; lidam com a tentativa, conflituosa, de atribuir um sentido crítico ao tipo de agência que propõem, de modo a aproximá-la de um processo participativo de geração de autonomia nos grupos atingidos por seu trabalho.

³⁷ FIORI (1995, p.76) argumenta que as características principais do Estado desenvolvimentista centram-se “na ampliação do papel econômico desempenhado pelo Estado na regulação e condução da acumulação. Tal intervenção [no caso brasileiro no contexto dos anos 70] foi responsável pela ampliação continuada da burocracia estatal e, em particular, de seu aparelho econômico, dando lugar ao aparecimento de uma tecnocracia ligada a uma gestão quase sempre autoritária da máquina estatal”.

³⁸ O início de toda transformação estrutural, rezava a cartilha marxista, seria o desvelamento da realidade para aqueles que a vivenciam sem estarem “conscientes” de seu papel na reprodução de suas próprias condições adversas; segue-se, neste prognóstico, a necessidade de união dos “oprimidos” e necessidade de tomada do poder político das mãos dos opressores.

A partir dos anos 80, a leitura construída pelas ONGs de desenvolvimento ganhou *status* de proposta, ou seja, houve uma tentativa sistemática para unificar discursos e práticas, apoiada por organizações internacionais de cooperação ao desenvolvimento (LANDIM, 1993, FERNANDES & CARNEIRO, 1994). Naquela conjuntura, o significado assumido pela identidade opositora e o seu quadro referencial associavam a ação do grupo organizado a um projeto político de transformação da sociedade, mediante o fortalecimento dos movimentos sociais e a organização política dos contingentes populacionais marginalizados do usufruto do bem-estar social, fundando um tipo de resistência política ao poder dominante. Este projeto partiu do diagnóstico da falência dos esforços governamentais para promover o desenvolvimento para estes grupos sociais e, obviamente, da impossibilidade deste desenvolvimento decorrer da livre expansão dos mercados capitalistas.

As ONGs vivenciam o contexto do final dos anos 80 e boa parte dos 90 redefinindo sua identidade e objetivos, num momento em que houve uma significativa reorientação das políticas internacionais de financiamento às suas iniciativas e no qual, na conjuntura brasileira, também houve uma redução dos investimentos públicos na área social e a descentralização – que, em alguns casos, representou a municipalização – de várias atividades e serviços, no contexto dos debates sobre a reforma do Estado. Foi neste momento que as ONGs tornaram-se socialmente mais visíveis e propositivas, mais preocupadas em afirmar sua identidade e suas propostas e a se aproximar do Estado – em suas diversas instâncias – que se tornou um possível parceiro na realização de projetos diversos, em um claro contraste com os objetivos que norteavam estas organizações em suas origens, quando o que menos importava era a visibilidade ou a afirmação de uma identidade institucional e o que mais as caracterizavam era a negação a qualquer tipo de parceria com o Estado.

Neste contexto, interagem discursos diversos que foram compondo um processo elaborativo de propostas de interpretação e de ação sobre a realidade. Para este processo confluem ideais, distintos valores culturais e leituras diversas que, ao mesmo tempo em que fornecem elementos para a organização de um ambiente social distinto, são reapropriados pelas contingências deste próprio contexto. Um ambiente social que passa a reconhecer, a construir e a dar valor e legitimidade a propostas alternativas, diferenciadas de acordo com as diversas áreas de atuação das ONGs que, de algum modo, influenciem na elaboração das políticas públicas. Este contexto é marcado pela gradual superação do sentimento anti-institucionalista que caracterizava tanto os movimentos sociais quanto as organizações criadas para apoiá-los (RICCI, 2002).

1.6 Os anos 90: a reforma do Estado, as ONGs e as alternativas de gestão pública

No Brasil, as ONGs se tornaram populares durante os anos 90, principalmente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUCED), realizada no Rio de Janeiro em 1992, e de sua intensa participação na

apresentação das demandas de diversos movimentos sociais com os quais interagiam.³⁹ Esta popularização, a busca por uma maior visibilidade de suas ações e as mudanças em seus objetivos e estratégias também estiveram associadas à gradual superação da falta de interlocução com o Estado, em todos os seus níveis. Este processo de aproximação entre as ONGs e o poder público culminou, no final daquela década, no estabelecimento do marco legal de atuação das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Dentre outros aspectos, esta lei passou a regular, de um modo geral, os modos de interação entre estas organizações e o Estado.⁴⁰

As mudanças que ocorreram no campo das ações não-governamentais voltadas ao desenvolvimento social estiveram inseridas em uma conjuntura social mais ampla, na qual, por um lado, o próprio Estado, no contexto das reformas macroeconômicas neoliberais – iniciadas no governo Collor, a partir de 1990 – buscou e estimulou a participação da sociedade civil na execução de políticas públicas, diante de um quadro de redução da intervenção estatal e de revisão de seu papel na promoção do bem-estar social. Por outro, e de modo reativo a este contexto, os próprios agentes da esfera pública não-estatal, que passou a ser genericamente identificada como “terceiro setor”⁴¹, redefiniram seus objetivos e imaginaram-se “na perspectiva de uma democratização radical” da gestão pública, para a qual deveriam contribuir com o considerável arsenal de experiências alternativas na promoção do desenvolvimento que acumulavam (BOCAYUVA, 2000).

Como vimos, para as ONGs, a cooperação com os aparatos estatais para a condução de projetos ou para a obtenção de recursos sempre foi criticamente encarada com distância e desconfiança. A institucionalidade pública e seu imaginário político eram tidos como a antítese de suas propostas de ação e da identidade opositora que compartilhavam seus agentes. Ademais, esta era uma compreensão compartilhada com as lideranças dos movimentos sociais com os quais atuavam mais proximamente e para os quais declaravam-se estar a serviço. A partir deste ponto de vista, o Estado era tido como o *locus* privilegiado da gestão pública, senão o único; em outra posição, estava o conjunto dos atores sociais, organizados ou não, que buscavam alternativas políticas aos limites dos canais e dos mecanismos institucionalizados de representação e de participação na esfera pública. Para estes atores, num primeiro momento, parecia não haver outra opção além do incentivo à participação ampliada das bases da sociedade e a luta pela instalação de mecanismos de democracia direta que conduzissem ao poder os aliados destes movimentos e de suas demandas (RICCI, 2002).

Como demonstrou SADER (1995), os novos movimentos sociais, surgidos nos anos 70, trataram de reconstruir as relações com o Estado, estabelecendo um perfil reivindicatório ao mesmo tempo em que defendiam a autonomia organizacional dos setores populares, numa tentativa de superar as práticas corporativas que,

³⁹ Outro acontecimento marcante neste período foi a fundação, em 1991, da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), que congrega o conjunto das ONGs mais tradicionais, as surgidas entre os anos 70 e 80.

⁴⁰ A lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nº 9.790, foi sancionada em 23 de março de 1999.

⁴¹ De acordo com FERNANDES (1994), o conceito “terceiro setor” designa um conjunto de iniciativas particulares que possuem um sentido público. Nelas, quatro segmentos principais podem ser diferenciados: (a) formas tradicionais de ajuda mútua; (b) movimentos sociais e associações civis; (c) ONGs; e (d) filantropia empresarial.

historicamente, caracterizavam esta relação. A defesa desta autonomia, como vimos, implicava defesa do caráter anti-institucional destes movimentos. As entidades que os assessoravam também construíram, num primeiro momento, sua identidade e suas estratégias de ação a partir desta matriz. Os processos de abertura política e de uma gradual democratização da gestão pública, ocorridos a partir do final dos anos 70, começaram a alterar significativamente este quadro.

As eleições diretas para governador, no início dos 80, e as eleições de vereadores e prefeitos municipais, em meados daquela década, conduziram aos poderes executivo e legislativo várias pessoas que mantinham vínculos com os movimentos sociais (alguns eram líderes sindicais ou comunitários). Um processo de renovação com essas mesmas características foi ocorrendo em algumas agências governamentais de prestação de serviços à população. A abertura política, a realização de concursos públicos para admissão de pessoal, a democratização e gradual descentralização das gestões administrativas, foram possibilitando a revisão dos modos de interação destas agências com os diversos públicos beneficiados pela intervenção governamental. Isto, na prática, contribuiu para ampliar, localmente, os espaços de interlocução entre os aparatos governamentais mais progressistas e diversas organizações da sociedade civil. Em alguns casos, este fato contribuiu para o fortalecimento do diálogo entre determinadas agências do governo e os movimentos sociais, tornando possível a vocalização, perante o Estado, de suas demandas particulares. Ademais, a chegada ao poder de políticos comprometidos ou sensíveis às demandas dos movimentos sociais fez surgir alguns novos mecanismos administrativos locais de gestão pública mais participativos, que, geralmente, levavam em consideração a necessidade de serem estabelecidas outras relações com as demandas populares (TEIXEIRA, 2002).

Foi neste contexto que, em alguns municípios, começaram a ser implementados instrumentos de consulta pública, fóruns, conselhos temáticos e paritários, ampliando os canais institucionais de participação popular. A nível nacional, as câmaras setoriais cumpriram a função de proporcionar canais de comunicação entre a burocracia governamental e determinados setores da sociedade civil. Alguns governos municipais se preocuparam em descentralizar suas decisões e a construir relações mais próximas com determinados grupos de interesse organizados. Para RICCI (2002), as vitórias eleitorais de partidos de oposição, para os governos estaduais, na segunda metade dos anos 80, geraram um novo apelo político, demandando a criação de mecanismos de gestão pública que possibilitassem uma participação institucional dos movimentos sociais na estrutura do Estado, pondo em questão a postura anti-Estado, tão cara a estes movimentos e aos seus assessores. Para AVRITZER (2002, p.18), a partir de meados dos anos 70, principalmente nas grandes cidades, as novas práticas de gestão pública, dentre outros fatores, contribuíram para um “aumento significativo no número de associações comunitárias e à intensificação da sua forma de relação com o Estado”.⁴² No começo dos anos 90, ao coordenar uma pesquisa sobre novas políticas urbanas em diversos países da América Latina, REILLY (1994, pp.1-2) também percebeu este movimento de fortalecimento de diversas organizações da sociedade civil:

⁴² Os outros fatores, de acordo com o autor, são: (a) a reavaliação da idéia de direitos; (b) a defesa de autonomia organizacional dos movimentos sociais em relação ao Estado; e (c) a defesa de formas públicas de apresentação e de negociação com o Estado.

Apesar del desequilibrado panorama econômico y la urbanización desenfreada en la mayoría de los países latinoamericanos, hay una buena noticia: una tendencia hacia la democracia y el (re)descubrimiento de la sociedad civil (...) Muchas ONG y movimientos sociales proporcionan a sus miembros la oportunidad de expresar sus puntos de vista y participar en las decisiones de las mismas hasta que sus dirigentes aprenden más o menos rendir cuentas a sus bases. Esta participación en las asociaciones de la sociedad civil es como una ciudadanía “secundaria” que multiplica las oportunidades de negociación, mejora la competencia y la resolución de conflictos, y promueve la búsqueda de un consenso viable.

No Brasil, a nova constituição da República, promulgada em 1988, após um intenso movimento de mobilização social, tratou de institucionalizar a participação popular na promoção de políticas públicas, introduzindo novos direitos sociais e expandindo os direitos de cidadania. As possibilidades de participação da sociedade civil nos novos mecanismos de gestão pública aumentavam ao mesmo tempo em que o papel de regulação social, historicamente desempenhado pelo Estado de modo quase exclusivo, sofria severa retração. No contexto de uma grave crise econômica ocorria, na maioria dos países latino-americanos, uma revisão dos modelos de desenvolvimento, que incluía a diminuição do tamanho dos aparatos governamentais e restrições em seu poder de investimento (FIORI, 1995).

Esta revisão e a conseqüente redução do tamanho, do papel e das funções do Estado estavam, então, principalmente relacionadas à predominância do ideário neoliberal e teve seu corolário durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).⁴³ A partir de uma determinada leitura deste ideário, a consolidação democrática, de um modo geral, estaria primordialmente relacionada à autonomia dos mercados, libertos da intervenção estatal na economia, o que também projetava, dentre outros aspectos, a relativização da capacidade de regulação social por parte do Estado. O mercado foi alçado à condição de “melhor e mais eficiente mecanismo de alocação de recursos”, enquanto a privatização, a terceirização e a “publicização” tornaram-se instrumentos utilizados para a diminuição do tamanho do Estado, redefinindo suas funções.

“Publicização”, para Bresser, tem um significado preciso: organizações não-governamentais assumindo funções de prestação de serviços. Afirmando que a esfera pública não pode ser confundida com a atividade estatal, Bresser ressalta a necessidade de que organizações da sociedade assumam as tarefas estatais, de que haja transferência dessas tarefas para o que ele denomina de campo público não-estatal (TEIXEIRA, 2002, p.123).⁴⁴

De imediato, os processos de descentralização administrativa e de crescente publicização da ação estatal implicaram, como argumenta TEIXEIRA (2002, p.107), transferência de algumas responsabilidades do Estado para os governos municipais e

⁴³ Para DRAIBE (1993), o neoliberalismo pode ser compreendido como um discurso que defende um conjunto de regras de ação – ou de recomendações – para orientar reformas de Estados e de suas políticas. “O neoliberalismo refere-se a idéias e valores que compõem um ambiente particular, espécie de ‘cultura da solução de problemas’, idealizando a especialização e a competência, a ideologia neoliberal projeta uma cultura política ‘despolitizada’ na aparência, movida pela busca de soluções gerais e eficientes. Eficiência e eficácia são portanto os corolários dessa ideologização da ação política”.

⁴⁴ Luiz Carlos Bresser Pereira foi ministro da Administração Federal e Reforma do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso, e um dos mentores responsáveis pela implementação do processo de reforma do Estado.

para a sociedade civil. Neste contexto, as ONGs, por exemplo, diante dos inúmeros limites estruturais dos governos locais, passaram a ser incorporadas no “projeto de elaboração de políticas compensatórias”. REILLY (1994), baseado em uma série de estudos de caso em diversos países latino-americanos, realizados no início dos anos 90, argumenta que, diante das transferências de responsabilidades dos governos centrais aos governos municipais e da falta de estrutura local para a execução de ações, alguns governos municipais passaram a contratar os serviços de ONGs e delegaram aos movimentos sociais determinados serviços. Era a alternativa que lhes restava para enfrentar a falta de recursos e infra-estrutura que, de um modo geral, caracterizava os governos locais.

Los gobernantes de ciudades latinoamericanas grandes y medianas de escasos recursos también están descubriendo que los mediadores de la demanda y el apoyo con frecuencia no son los partidos políticos tradicionales, sino organizaciones no gubernamentales de desarrollo con raíces eclesiásticas y vecinales, y asociaciones dedicadas a los servicios y a actividades productivas. Del mismo modo que se preconiza al sector informal del gobierno basado en asociaciones informales merece igual énfasis. (...) Durante los últimos años, las organizaciones no gubernamentales de desarrollo han ido ocupando partes del espacio informal que el gobierno há dejado vacante (REILLY, 1994, pp.7-8).

Esta revisão do papel do Estado respondia, em certa medida, a algumas demandas das lutas pela redemocratização da sociedade brasileira, empreendidas desde o golpe militar de 1964. Os diversos atores sociais identificados pela luta contra o regime autoritário trabalhavam para romper com o autoritarismo do Estado e com os privilégios que as classes sociais dominantes tinham ao negociar e ao encaminhar suas demandas. A democratização social implicava, na visão dos ativistas contrários ao regime autoritário, o fim destes privilégios e a flexibilização dos mecanismos decisórios, de modo a incorporar a voz e a vontade dos setores sociais historicamente aliados dos processos políticos institucionalizados (DOIMO, 1995).

A partir de 1986, a intensa mobilização social para a discussão da nova constituição federal representou este desejo por maior participação e poder da sociedade civil na gestão pública. Em todo aquele processo de mobilização social, as ONGs cumpriram um papel fundamental ao apoiar a organização popular, propor plebiscitos populares e referendos, audiências públicas, criando conselhos para a discussão e encaminhamento de temas específicos de interesse popular (TELLES, 1998). Esta mobilização social assumiu um caráter mais propositivo, encontrando, finalmente, canais institucionais por intermédio dos quais podiam ser vocalizadas as demandas e reivindicações populares. As ONGs, neste processo, foram gradualmente se distanciando da postura anti-Estado tradicionalmente cultivada, ao mesmo tempo em que construíam uma maior autonomia em relação aos movimentos sociais.

O contexto da cooperação internacional ao desenvolvimento também apresentava, na época, mudanças significativas em relação ao financiamento aos projetos das ONGs brasileiras e também ajuda a compreender os câmbios nas propostas e estratégias de ação destas organizações. Estas mudanças, de um modo geral, se desdobraram na redução dos recursos investidos pelas agências, principalmente as européias, aquelas com as quais as ONGs brasileiras tinham, historicamente, maior proximidade. De acordo com ARMANI (2001), naquele momento, os recursos foram reduzidos porque os governos nacionais diminuíram seus investimentos para o apoio ao desenvolvimento dos países pobres, via ações não-governamentais. Houve também um

declínio das contribuições do setor privado para as ações filantrópicas e de cooperação, em um ambiente de crescente questionamento sobre a eficácia da cooperação internacional ao desenvolvimento (MEYER, 1995, HADENIUS & UGGLA, 1996).

Esta situação fez com que as agências européias reformulassem suas estratégias de atuação. O realinhamento territorial dos recursos passou a favorecer a África e o Leste Europeu, reduzindo o apoio às ONGs latino-americanas, implicando uma significativa redução no número de ONGs apoiadas no Brasil e, principalmente, um maior rigor na seleção de novos parceiros pelas agências de cooperação. Esta nova postura, na prática, significou maiores exigências para as ONGs em termos de planejamento, avaliação, monitoramento e gerenciamento de seus projetos. A profissionalização das ONGs passou a ser um requisito essencial à sua sobrevivência institucional no ambiente de concorrência por recursos para a execução de projetos. Neste cenário, os recursos que poderiam ser obtidos via parcerias com os governos locais ganhavam cada vez maior importância à sobrevivência destas organizações. O Estado passou a ser visto com outros olhos (BOCAYUVA, 1999).

Tempos atrás, as ONGs mais tradicionais, aquelas surgidas a partir dos anos 70 como assessoras privilegiadas dos movimentos sociais, construíam sua ação em espaços abandonados pelo poder público, nos quais podiam elaborar, com relativa autonomia à esfera pública, suas propostas e práticas de ação. A afinidade de objetivos entre a ação destas ONGs e as agências de cooperação garantia esta autonomia. No novo contexto inaugurado nos anos 90, foi o poder público que convocou as ONGs para que se tornassem parceiras na execução das políticas governamentais – compensatórias às consequências das reformas neoliberais – que alcançassem estes mesmos espaços. Foi emblemático daquele momento o neologismo criado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso para denominar os novos parceiros do Estado: “organizações neogovernamentais”.

Naquela conjuntura, de intensas mudanças, o caráter propositivo e crítico das ONGs mais tradicionais passou a mediar, conflituosamente, com as ações de cooperação com o Estado e com o desejo, cada vez mais afirmado, de interferir na gestão e nas políticas públicas. Esta mediação passou a ocorrer por meio de canais institucionalizados, seguindo normas e procedimentos legais que demandaram muito mais que o simples desejo mútuo de cooperação entre as ONGs e o Estado. Estava em jogo, para uma parte destas organizações, a identidade institucional construída sob o signo da crítica e da oposição às propostas e às ações governamentais.

O antagonismo, o confronto e a oposição declarados que caracterizavam essa relação (entre Estado e sociedade civil) no período de resistência contra a ditadura militar perdem espaço relativo substancial para uma nova postura de negociação que aposta na possibilidade de uma atuação conjunta, expressa paradigmaticamente na bandeira da “participação da sociedade civil” (DAGNINO, 2002, p.13).

O processo de cooperação das ONGs com o Estado, normatizado pela Lei das OSCIPs disciplina, em seu segundo capítulo, inclusive, os termos sob os quais devem ocorrer as parcerias entre o Poder Público e tais organizações (JUNGSTEDT, 2000). De acordo com a lei, estas parcerias devem ser monitoradas pelo poder público, desde a estipulação das metas e dos resultados a serem alcançados até a apresentação dos resultados obtidos, incluindo a fiscalização das ações pelos órgãos responsáveis do

Poder Público e a prestação de contas dos gastos e receitas realizados nos termos das parcerias. A aprovação desta lei, como informa BOCAYUVA (1999), também foi um resultado da articulação entre ONGs e organizações da sociedade civil, juntamente com o Conselho da Comunidade Solidária. Esta articulação buscava evitar que entidades não qualificadas se afirmassem como “não-lucrativas”, beneficiando-se de recursos públicos. O evento da lei das OSCIPs marca uma importante transição para as ONGs. Elas adentram uma época de profissionalização de suas relações com Estado, implicando mudanças institucionais profundas e ainda em curso (LANDIM, 1998, TEIXEIRA, 2002).

A idéia de profissionalizar a ação tornou-se uma exigência à sobrevivência das ONGs no novo contexto de maior cooperação com o Estado. Para elas, o tema do desenvolvimento institucional entrou em voga. De acordo com BOCAYUVA (2000), as ONGs deveriam demonstrar transparência administrativa, maior controle na aplicação dos recursos obtidos, desenvolver indicadores que fossem capazes de avaliar os impactos de sua intervenção, capacitar seus técnicos para desenvolver melhores projetos, dentre outras exigências criadas no ambiente de competição por recursos para financiar projetos. Todas estas exigências representavam a transição de um enfoque centrado no fortalecimento político de grupos organizados da sociedade civil para “uma combinação nova entre esfera pública e impacto social” de sua intervenção.

As novidades contextuais incluíam um maior e crescente diálogo entre as próprias ONGs. De acordo com ARMANI (2001), houve, naquele momento, um grande avanço nos mecanismos de informação e comunicação entre ONGs. O ciclo de conferências sociais da ONU contribuiu para um maior intercâmbio, tanto nacionalmente, na articulação de agendas e propostas a serem encaminhadas nas conferências, quanto nos intercâmbios estabelecidos com ONGs de diversos outros países. As redes formadas por ONGs e demais organizações da sociedade civil, em torno de determinadas temáticas, consolidaram sua atuação nos anos 90, desempenhando um papel importante no monitoramento dos acordos das conferências, por exemplo.⁴⁵ Este processo de articulação das ONGs contribuiu para ampliar a escala de trabalho, relacionando os contextos locais de sua intervenção às problemáticas regionais, nacionais e internacionais concernentes à suas temáticas de atuação. A troca de experiências com outras ONGs, movimentos sociais, universidades, poder público etc. tornou-se um processo de desenvolvimento das formas de trabalho e avaliação dos avanços alcançados localmente.

Neste momento, a Abong cumpriu um importante papel ao articular as ONGs mais tradicionais, no contexto da expansão de organizações que eram identificadas como pertencentes ao terceiro setor. Como argumenta ARMANI (2001), a noção de terceiro setor, colada a interesses vinculados à reforma do Estado, contribuía para “diluir, de certa forma, a força da identidade das ONGs”. A idéia de um terceiro setor defendia abarcar sob uma mesma denominação uma diversidade de organizações e entidades que comportavam, por sua vez, objetivos e interesses igualmente diversos. Dentre elas estariam inclusas as ONGs que tradicionalmente conduziam ações, alternativas à intervenção governamental, de promoção do desenvolvimento social. Na

⁴⁵ Para BOCAYUVA (2000, p.22), as redes são “uma mescla entre estruturas de articulação, mediação, informação e *lobby*, com formas emergentes de sujeitos coletivos portadores de plataformas unificadoras e agendas de lutas consensuadas pelos diversos atores”.

leitura da Abong, as ONGs não deveriam ser consideradas, como davam a entender os discursos oficiais sobre o papel terceiro setor, como “substitutas dos processos participativos, nem mesmo como agentes de uma nova assistência social minimalista” BOCAIUVA (2000, p.18). Para Leilah Landim, a noção de terceiro setor surgia com a intenção política de homogeneizar e despolitizar o campo das ONGs tradicionais ou históricas.

Eu sou daquelas pessoas que trabalharam na construção do nome ONG, um nome que distinguia um conjunto de organizações da sociedade civil brasileira que seriam autônomas, voltadas para a construção da cidadania e para a prestação de serviços também, mas dentro de um ideário de democracia, cidadania, participação – um campo que se colocava à esquerda do espectro político do país, um campo que foi importante no processo de democratização, de construção dos movimentos sindicais nas décadas de 70 e 80, no movimento de criação de identidades, no movimento de mulheres, no movimento negro, e por aí vai.⁴⁶

Para o campo das iniciativas não-governamentais em desenvolvimento social, a conjuntura dos anos 90 apresentou sinais bastante complexos que, aparentemente, ofereciam distintas e conflituosas orientações para as suas ações. Por um lado, a cultura política autoritária cedia, gradativamente, espaço às práticas democráticas de gestão pública, abrindo possibilidades a uma participação popular mais qualificada. Por outro lado, estes espaços também foram possibilitados por um movimento de privatização das políticas públicas, articulado com o surgimento de processos políticos mais territorializados. Os partidários da privatização enalteciam o potencial das ONGs como provedoras substitutas de serviços estatais na nova conjuntura. Quanto aos governos municipais, eles assumiram maiores responsabilidades na promoção do desenvolvimento e alguns convocaram os movimentos sociais e suas organizações para conduzir, cooperativamente, determinadas atividades. Tanto as ONGs quanto os movimentos sociais passaram a assumir a gestão pública como um tema diretamente vinculado à sua atuação, rompendo com a tradicional postura anti-Estado.

Para as ONGs dedicadas à temática do desenvolvimento social, esta conjuntura se desdobrou na necessidade de reconstruir seus formatos e estratégias institucionais. O desafio seria preservar, de algum modo, as características que compunham seu perfil histórico, que as posicionava criticamente em relação aos modos de intervenção estatal diante dos “novos patamares de eficiência organizacional, transparência e responsabilidade pública” exigidos pelo contexto de redução da atuação do Estado (ARMANI, 2001). Analisando esta conjuntura a partir do estudo de seis casos de parcerias (ou, nas palavras da autora, “encontros”) entre ONGs e governos, TEIXEIRA (2002, p.121), afirma que:

Os medos da cooptação, da perda de autonomia, da manipulação dos governos, são comuns aos discursos destas organizações que, mesmo com todos estes receios, se lançaram na arriscada aventura de encontros com órgãos governamentais, acreditando que as políticas

⁴⁶ Entrevista concedida a Fausto Rego para o sítio www.rits.org.br, publicada *online* em janeiro de 2002. Landim é antropóloga, conduziu diversos estudos sobre ONGs e, atualmente, preside o Conselho Deliberativo da FASE.

públicas precisam ser feitas “em parceria” com a sociedade civil, que o conhecimento produzido e acumulado por elas precisa e pode ser socializado.⁴⁷

O conhecimento produzido e acumulado pelas experiências das ONGs de desenvolvimento é, em boa medida, resultado de ações que enfrentaram as desilusões e frustrações das populações, e dos agentes destas organizações, com as intenções e as práticas governamentais de promoção do desenvolvimento. Para estas organizações, suas propostas se identificaram, por muito tempo, com a possibilidade concreta de gerar alternativas na busca de meios e fins, materiais ou não, que, uma vez negados pelo Estado, provissem a melhoria das condições de vida e de trabalho dos grupos populacionais para os quais dedicam suas ações. Neste sentido, as ONGs de desenvolvimento aproximam-se dos movimentos sociais e com eles se identificam principalmente quando constroem suas identidades de modo a “reorganizar a vida social e redefinir a vida política”, diante da insatisfação com o poder do Estado (FRANK & FUENTES, 1989, p.29). Diante dos modos socialmente estabelecidos de promoção do desenvolvimento, as ONGs, grosso modo, realizaram o papel de inovadores, ao criar, recriar e articular significados ou interpretações que renovaram as compreensões sobre estes modos de promoção do desenvolvimento. Os ambientes de relação criados pelas parcerias com os governos, colocam à prova este caráter historicamente afirmado.

O conjunto de ONGs mais tradicionais que dedicam sua ação à promoção do desenvolvimento social, aquelas dedicadas à temática do desenvolvimento rural, por exemplo, possui um importante acervo de experiências, acumulado durante quase três décadas na condução de projetos. Estas ONGs foram pioneiras no estabelecimento de redes de intercâmbio e troca de experiências em torno de temáticas como a geração de alternativas de produção para a agricultura familiar e, mais recentemente, a disseminação de práticas agroecológicas. Estas organizações também vivenciaram as transições determinadas pelas mudanças conjunturais ao longo das últimas décadas, lutando para afirmar uma identidade institucional. Transitaram de um momento inicial de grande idealismo e ativismo, no qual a oposição às propostas governamentais e a valorização de enfoques alternativos para o desenvolvimento davam o tom de sua ação, para um momento de maior proximidade com a institucionalidade governamental, no qual os encontros com o Estado trazem novos questionamentos à sua identidade.

Antes de analisarmos o caso de uma destas organizações, tentaremos, no próximo capítulo, compreender quais as teorias e enfoques informaram, ao longo das últimas décadas, o processo de construção das propostas, das estratégias de ação e da própria identidade das ONGs que se dedicaram à questão do desenvolvimento rural.

⁴⁷ A autora estudou as seguintes ONGs: Abia (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS), Fala Preta!, SOS Mata Atlântica, Geledés, ECOS (Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana) e Ação Educativa.

II. EM BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo objetiva-se compreender como as ONGs dedicadas a processos de promoção do desenvolvimento rural mobilizam e articulam determinadas compreensões sobre este tema no processo de construção de propostas de ação. Para isto, inicialmente, é feita a apresentação de um conjunto de enfoques que discutem, a partir de perspectivas teóricas diversas, a temática do desenvolvimento, suas concepções e os modos como tais concepções se converteram, nas mediações com processos políticos específicos, em recomendações para a ação institucional.

A ênfase inicial da análise que segue é compreender como surgiu a distinção, tão afirmada por estas ONGs, entre o desenvolvimento “convencional” e o “alternativo”. O artifício é construir uma classificação que abranja em dois grandes grupos de enfoques que, por sua vez, revelem a diversidade de denominações e características atribuídas por vários autores aos paradigmas convencional e alternativo de promoção de processos de desenvolvimento. Acentua-se, em cada caso, as características peculiares destacadas por seus teóricos mais importantes.

Esta classificação dará suporte ao argumento que questiona a viabilidade da afirmação de uma distinção positiva entre dois modos opostos de conceber e recomendar normas de funcionamento e gestão a processos de promoção do desenvolvimento. Para além desta distinção, a análise propõe que, na construção dos discursos sobre o desenvolvimento, as fronteiras entre o convencional e o alternativo são difusas e complexas e que, na prática, fazem parte de disputas políticas pela afirmação das melhores intenções para promover o incremento das condições estruturais, institucionais e culturais das populações que, no caso, vivem da agricultura.

As inter-relações entre as distintas percepções ficam evidentes quando são apresentadas as características genéticas daquilo que, por distinção, foi denominado de “desenvolvimento convencional”. É perceptível como, neste processo, as concepções alternativas vão surgindo com o decorrer das experiências e ações, das avaliações sobre os seus resultados e a partir da manifestação dos movimentos sociais que vocalizam as demandas e insatisfações dos grupos sociais que foram alvo das intervenções em prol do desenvolvimento. Foi neste contexto que se manifestou a enorme falência, nas três últimas décadas, dos esforços governamentais, amparados pela cooperação internacional, para promover a extensão indiscriminada de um tipo de modernidade – baseada principalmente no crescimento econômico e na difusão de tecnologias – aos países do Terceiro Mundo.

As desilusões com as estratégias governamentais utilizadas na década de 70 para promover o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos fortaleceram os

argumentos dos opositores da idéia de crescimento ilimitado como principal fundamento para alcançá-lo, chamando a atenção tanto para as conseqüências ambientais quanto sociais de tal perspectiva. Nos países pobres, diversos estudiosos enfatizaram os limites estruturais que, de acordo com sua leitura, reproduziam o subdesenvolvimento e reclamaram mudanças. Os movimentos contestatórios, a partir de então, passam a incorporar diversas críticas aos tipos de políticas de promoção do desenvolvimento que desconsideravam as especificidades ambientais e culturais dos países pobres e que, ao invés de proverem melhorias nas condições de vida das populações mais carentes, proporcionavam-lhes maior dependência a fatores externos, resultando em um ciclo vicioso de reprodução e aumento da pobreza.

Neste contexto, de crescente mobilização de organizações da sociedade civil, as ONGs surgiram com uma novidade institucional, empenhadas em construir e difundir novas visões e novas práticas que buscassem fortalecer as capacidades técnicas e políticas dos grupos locais e das organizações de movimentos sociais. Sua ação, inicialmente bastante localizada, ganhou, ao passar do tempo, uma enorme importância na disseminação de novos valores, objetivos e métodos para a promoção de processos de desenvolvimento. No contexto dos anos 90, os resultados fragmentados de inúmeras experiências alternativas de promoção do desenvolvimento começaram a alimentar diversas redes de discursos críticos, influenciando e contribuindo para mudanças gradativas nos modos convencionais e nas políticas públicas relacionadas à promoção do desenvolvimento.

2.1 Enfoques teóricos sobre o desenvolvimento: uma tipologia

Desde suas origens mais remotas a noção de desenvolvimento vem sendo construída como reação às intenções e às decorrências do próprio processo humano para tentar transformar, fazer evoluir, progredir ou desenvolver tudo aquilo que foi sendo valorativamente compreendido como latente, imperfeito, inacabado, incivilizado ou atrasado. As visões sobre o desenvolvimento tenderam a imaginá-lo como um processo histórico de constante acúmulo e progresso. À semelhança das grandes narrativas evolucionistas, a idéia de desenvolvimento e a sua realização em ações planejadas ofereceriam outra ordem às realidades sociais, partindo de contextos mais simples e tradicionais, alvos destas ações, até alcançar ordenamentos sociais mais complexos e modernos (GIDDENS, 1991).

Ao longo do tempo, as visões sobre o desenvolvimento, concretizadas em propostas de interação e políticas, transitaram de modos compreensivos mais simples e gerais para reflexões mais complexas e diversas, dialogando reflexivamente com experiências prévias e, neste processo, respondendo a demandas sociais geradas pelos próprios limites teóricos e concretos das ações de promoção do desenvolvimento. Como argumenta HUNT (1989), a história das teorias do desenvolvimento também é a história

da evolução das elaborações teóricas sobre as mudanças sociais no Terceiro Mundo⁴⁸, estas surgem mais ou menos na década de 1940, expandindo-se no cenário do pós-guerra.⁴⁹ As teorias sociais e econômicas procuraram entender a natureza do desenvolvimento, dedicando-se à compreensão das suas diversas noções, ao mesmo tempo em que, de modo reflexivo, construíam outras; dedicaram-se também à compreensão das causas dos insucessos na promoção do desenvolvimento, tentando explicar o subdesenvolvimento; e, por fim, buscaram estabelecer os rumos ou procedimentos por intermédio dos quais as sociedades poderiam alcançar o tão desejado desenvolvimento econômico.

Para os teóricos, sempre foi muito importante classificar as diversas visões sobre o desenvolvimento. As categorias foram imprescindíveis à fundamentação de críticas e à construção de outras concepções e modelos. Embora todos concordem sobre os limites impostos pelas categorizações, principalmente quando elas implicam risco de simplificar ou reduzir características observadas, as idéias e as noções sobre o desenvolvimento sempre foram qualificadas para possibilitar sua distinção ou pertinência a determinadas escolas de pensamento ou a certas doutrinas políticas.⁵⁰ Este processo se acirrou com o surgimento, principalmente a partir dos anos 70, de várias críticas e divergências aos modos mais convencionais ou dominantes de promoção do desenvolvimento econômico e a conseqüente proposição de novos rumos à sua realização. Essas outras elaborações teóricas teriam sido responsáveis pelo surgimento de novos modelos, doutrinas, correntes, perspectivas, enfoques, noções, abordagens, paradigmas etc. Na extensa literatura internacional, predominantemente em língua inglesa, houve uma profusão de denominações às distintas visões sobre o desenvolvimento. Muitos foram os métodos e critérios utilizados pelos teóricos para elaborar sínteses e categorizar estas diferentes visões. Talvez a única certeza é que sempre houve pouca concordância sobre as classificações e seus métodos, em um campo teórico em constante disputa pela afirmação de novos conceitos e noções.

Para HUNT (1989), a distinção entre diferentes enfoques teóricos que orientam as noções e as práticas de desenvolvimento deve ser feita a partir do agrupamento destes enfoques seguindo certos critérios. De acordo com seu argumento, as contribuições teóricas podem ser classificadas em determinado enfoque, primeiro porque oferecem uma interpretação distinta da natureza do desenvolvimento e/ou do

⁴⁸ De acordo com BOUDON & BORRICARD (1993, p.134), a noção de Terceiro Mundo “foi forjada por A. Sauvy (...), ela sugere que a nova ordem mundial impõe à sociedade das nações uma divisão de classes. A oposição ‘desenvolvimento/subdesenvolvimento’ ou ‘países desenvolvidos/países em via de desenvolvimento’ sugere um processo evolucionista linear. A noção de Terceiro Mundo, trazendo implícita a hipótese de que a dialética da luta de classes estende-se à escala do planeta, retoma, modernizando-a, a visão historicista de Marx”.

⁴⁹ HUNT (1989) identifica duas principais escolas de pensamento na origem da economia do desenvolvimento: na América Latina, a escola estruturalista teve como principal teórico o economista argentino Raúl Prebisch; na América do Norte e Europa Ocidental emergiu, a partir dos trabalhos de diversos teóricos durante as décadas de 1940 e 1950 (Lewis e Rostow seriam os dois mais destacados autores desta abordagem), o que a autora denomina de “*paradigm of the expanding capitalist nucleus*” (p.62).

⁵⁰ Em referência às teorias gerais sobre o desenvolvimento construídas pelos diversos estudiosos, BOUDON & BORRICARD (1993, p.139) argumentam que: “Não há dúvidas que estes modelos ampliaram consideravelmente nossa capacidade de compreensão dos processos de mudança e de desenvolvimento, exatamente como a teoria marxista contribuiu para a nossa compreensão da história das sociedades industriais. Mais freqüentemente, porém, os mecanismos evocados pelos teóricos do desenvolvimento devem ser concebidos como modelos que descrevem, de maneira simplificada, processos mais complexos. Além disso, devem ser considerados como de validade ou alcance limitados.”

subdesenvolvimento. Em segundo lugar, porque apresentam elementos teóricos e categorias analíticas em comum, em sua especificação sobre as causas e fatores que geraram ou o desenvolvimento ou o subdesenvolvimento. Além disso, para que uma determinada perspectiva teórica possa ser classificada como modelo de análise ou paradigma, conceito com o qual a autora trabalhou, há dois outros fatores fundamentais, acrescidos aos já citados. Assim, além de apresentar uma interpretação peculiar e utilizar elementos e métodos analíticos em comum, determinada perspectiva, para se tornar um paradigma, deveria ser referendada por um grupo significativo de estudiosos. Conseqüentemente, deveria, a partir de suas elaborações iniciais e de sua influência no campo acadêmico, proporcionar uma evolução teórica posterior e servir de orientação para ações concretas como, por exemplo, a elaboração de políticas.

Seguindo este método é possível afirmar que desde o período que se seguiu à Segunda Guerra até o início dos anos 70 houve um modo prevalecente ou um paradigma dominante que orientou a promoção do desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo (HUNT, 1989, PIETERSE, 1998, SANTOS & RODRÍGUEZ, 2002). Embora, neste mesmo período, houvesse outras concepções e experiências históricas que não podem ser identificadas a este modelo dominante – ao contrário, foram construídas ou para readequar seus princípios e métodos ou, em oposição ao seu domínio, negavam seus fundamentos. Para alguns autores, estaria caracterizado um campo de disputas acadêmicas e políticas que, esquematicamente, estaria dominado, em um dos pólos, por um “pensamento científico convencional” sobre os meios de promoção do desenvolvimento e, em outro pólo, por “pensamentos alternativos”, gestados na tentativa de transformar o “sistema de relações sociais existentes” (GUZMÁN, 1997, p.20).

Deste modo, ao longo do tempo e da diversificação das abordagens, os teóricos do desenvolvimento trataram de construir tipologias e classificações que pudessem dar conta da variedade de visões sobre o desenvolvimento econômico – e das compreensões sobre as causas do subdesenvolvimento. Estas tipologias, ao mesmo tempo em que simplificavam a complexidade das elaborações teóricas classificadas, direcionaram, teoricamente, o processo posterior de construção e atribuição de sentidos ao seu objeto. O tipo criado e/ou o conceito estabelecido, apesar de suas insuficiências, uma vez aceito pela comunidade científica, difundia princípios que, por sua vez, geravam e estruturavam tanto as práticas quanto as representações sociais que derivavam destas práticas. Portanto, as classificações devem sempre ser vistas como princípios metodológicos e instrumentos normativos geradas pelo próprio processo contínuo do conhecimento em diálogo com as experiências prévias.

A corrente teórica principal, aquela que alcançou maior poder político de disseminação entre os financiadores e os executores das ações em prol do desenvolvimento, ganhou, ao longo do tempo, várias designações e qualificativos. Na literatura brasileira tem sido mais comum a referência a um “modelo dominante de desenvolvimento”, embora a sua denominação de “modelo hegemônico” também seja corrente. Ambas designações denunciam uma visão crítica sobre o desenvolvimento, ou seja, para estas leituras, o desenvolvimento se impunha por meio do poder político e ideológico e da submissão das outras maneiras de concebê-lo. Este viés crítico foi um tanto relativizado no léxico internacional. FOSTER-CARTER (1976), por exemplo, designou a corrente dominante de “*mainstream western development*”, acentuando o

predomínio geopolítico de suas idéias formativas. Neste caso, o qualificativo “principal” (“*main*”) aparece no lugar de “dominante” ou “hegemônico”. Esta categoria (“*mainstream*”) também foi utilizada, por alguns estudiosos, para designar, de modo equivalente, a abordagem estruturalista do desenvolvimento, surgida na América Latina. Para HIRSCHMAN (1982), a abordagem hegemônica foi designada sinteticamente de “*development economics*”, destacando o viés econômico de sua concepção quando contrastada a perspectivas que reivindicavam outros qualificativos para o desenvolvimento.

A tipologia construída por HUNT (1989) argumenta que o desenvolvimento convencional engloba dois paradigmas distintos que surgiram para rejeitar a explicação do paradigma neoclássico aos problemas das economias subdesenvolvidas. Portanto, para esta autora, o paradigma estruturalista e o paradigma da “expansão do núcleo capitalista dinâmico” conformam o modelo convencional de promoção do desenvolvimento econômico. Para WEBSTER (1990), o desenvolvimento convencional aconteceu por intermédio do que ele denomina “*the tradition/modernity model of modernisation theory*”, destacando o processo de difusão das idéias e valores ocidentais e da “lógica da industrialização” para promover a modernização o Terceiro Mundo, livrando-o do, assim-diagnosticado, ranço tradicional. PIETERSE (1998) simplifica a designação de Foster-Carter, anteriormente citado, e categoriza o paradigma dominante como “*mainstream development*”, contrapondo-o às outras abordagens que se proclamaram alternativas a este ou que simplesmente negaram a idéia ou a necessidade do desenvolvimento. Por fim, nas teorias sociais, a “teoria da modernização” (ou simplesmente “modernização”) e a “industrialização”, particularmente na sociologia do desenvolvimento, aparecem como designações mais importantes para significar a predominância de um modo normativo de promoção das mudanças sociais a favor do desenvolvimento (SZTOMPKA, 1998).

As denominações atribuídas aos paradigmas ou aos enfoques de desenvolvimento alternativos ao convencional, a depender dos critérios utilizados pelos diversos autores, apresentaram uma maior diversidade. Deste modo, para FOSTER-CARTER (1976), os paradigmas alternativos de desenvolvimento econômico foram representados pelas abordagens neoclássica e neomarxista. CHENERY (1975) e LITTLE (1982), argumentam que apenas o paradigma neomarxista poderia ser considerado uma abordagem alternativa ao modo convencional utilizado para conceber o desenvolvimento econômico. Para HIRSCHMAN (1982), o campo das elaborações teóricas alternativas é mais complexo. Além dos neomarxistas, o pensamento alternativo deveu sua fundamentação aos paradigmas marxista clássico e ao paradigma neoclássico.

A classificação criada por HUNT (1989) vai além. Para ela, os paradigmas alternativos ao modelo de desenvolvimento econômico dominante são o neoclássico, o marxista, o neomarxista, o maoísta e o paradigma das necessidades básicas (“*Basic Needs*”). WEBSTER (1990), que não trabalhou com a noção de paradigma, argumenta que seriam duas as perspectivas alternativas de desenvolvimento, uma denominada “*the model of capitalist underdevelopment*”, construído pelos teóricos da dependência, e a outra denominada chamada de “*the ‘alternative development’ perspective*”, um rótulo que abrangeria um conjunto de idéias que propõem alternativas ao modo de produção de massa capitalista, amplamente estabelecido. Finalmente, para PIETERSE (1998), o campo da busca de alternativas ao modelo convencional de desenvolvimento englobaria três

vertentes principais: o desenvolvimento alternativo (que poderia ser compreendido como um “paradigma alternativo de desenvolvimento” ou como um conjunto disperso de perspectivas alternativas), o pós-desenvolvimento (reunindo correntes críticas e contrárias à própria noção de desenvolvimento) e o desenvolvimento reflexivo (um modo de imaginar a construção de alternativas a partir da própria reconstrução da idéia de desenvolvimento). O Quadro a seguir apresenta a síntese destas tipologias de acordo com suas datas de divulgação. Estas tipologias serão retomadas mais adiante, quanto forem apresentadas e discutidas as características de cada um destes paradigmas, tanto os convencionais quanto os alternativos.

Quadro 3. Tipologias dos paradigmas de desenvolvimento

Autores	Denominações atribuídas ao paradigma convencional	Denominações atribuídas aos paradigmas alternativos
FOSTER-CARTER (1976)	MAINTREAM WESTERN PARADIGM	NEO-CLASSICAL PARADIGM NEO-MARXIST PARADIGM
CHENERY (1975) e LITTLE (1982)	MAINTREAM WESTERN PARADIGM	NEO-MARXIST PARADIGM
HIRSCHMAN (1982)	DEVELOPMENT ECONOMICS	NEO-CLASSICAL PARADIGM CLASSICAL MARXIST NEO-MARXIST PARADIGM
HUNT (1989)	PARADIGM OF THE EXPANDING CAPITALIST NUCLEUS STRUCTURALISM PARADIGM	NEO-CLASSICAL PARADIGM MARXIST NEO-MARXIST THEORY THE MAOIST PARADIGM BASIC NEEDS
WEBSTER (1990)	THE TRADITION/MODERNITY MODEL OF MODERNISATION THEORY	THE MODEL OF CAPITALIST UNDERDEVELOPMENT THE “ALTERNATIVE DEVELOPMENT” APPROACH
PIETERSE (1998)	MAINSTREAM DEVELOPMENT	ALTERNATIVE DEVELOPMENT POST-DEVELOPMENT REFLEXIVE DEVELOPMENT

Fonte: Adaptado de HUNT (1989), WEBSTER (1990) e PIETERSE (1998).

Os próprios autores destas tipologias alertam para os riscos de que elas, em vários momentos, representem tanto simplificações quanto generalizações que podem distorcer realidades mais complexas. Tampouco há consenso sobre o uso da categoria paradigma para designar determinadas abordagens ou elaborações teóricas (HUNT, 1989). O objetivo deste quadro panorâmico – que apresenta uma determinada evolução dos diversos modos de conceber o desenvolvimento e de compreender as causas dos insucessos em sua promoção – é fornecer um roteiro inicial que funcionará como ponto de partida à compreensão mais detida dos referenciais que contribuíram para a geração de alternativas à promoção do desenvolvimento, especificamente à promoção do desenvolvimento rural, campo de atuação de algumas ONGs, objeto deste estudo. Na

seqüência serão apresentadas as principais características das formas convencionais e alternativas de analisar e recomendar a promoção do desenvolvimento.

2.2 O desenvolvimento econômico convencional: do otimismo à falência das suas boas intenções

A noção de desenvolvimento, explica LATOUCHE (1988), data do século XVII e representa um desdobramento da idéia de que as sociedades poderiam experimentar um progresso permanente e auto-impulsionado de suas potencialidades latentes. As concepções modernas sobre o desenvolvimento, para COWEN & SHENTON (1996), tiveram origem no começo do século XIX, concomitantemente ao surgimento da própria Sociologia. Para eles, em textos clássicos de Comte, Spencer, Durkheim e Weber poderia ser encontrada a gênese de várias arguições sobre o desenvolvimento. Assim, determinados aspectos históricos sobre os processos de desenvolvimento, e suas conseqüências, apareceram com maior clareza e desenvoltura nos estudos acadêmicos sociológicos, em comparação aos esforços teóricos dos economistas. A visão construída sobre o desenvolvimento associava a sua ocorrência à contínua evolução econômica de uma sociedade, o que garantiria seu progresso, compreendido como a gradual superação dos limites impostos pelos diversos tipos de apego a tradições. Desenvolver, afinal, nesta perspectiva, também significava romper com um determinado envolvimento já existente. Argumento com o qual concorda STIGLITZ (1998), quando afirma que o desenvolvimento representa a transformação de uma sociedade, um movimento das relações e dos modos de pensamento tradicionais em direção aos modos modernos de lidar com a saúde, a educação e a produção, por exemplo.

Nos esforços para caracterizar o desenvolvimento econômico convencional, os teóricos costumam ressaltar que, talvez, o viés mais importante associado à tarefa de sua promoção, quando relacionada ao campo das políticas macroeconômicas difundidas no pós-guerra, tenha sido seu apego à idéia da existência de uma trajetória comum – ou de uma única grande transformação – que todas as sociedades atrasadas deveriam percorrer para superar seu, assim-diagnosticado, estado inferior em relação a um valor universal de civilização desenvolvida. Quando direcionada às políticas nacionais, esta percepção sobre o desenvolvimento pressupunha, ao mesmo tempo em que legitimava e fixava “o” parâmetro de convergência ou o ponto final dos processos de desenvolvimento. Senão, vejamos:

O desenvolvimento envolve uma série de transformações intencionalmente induzidas em diferentes esferas e setores daquelas sociedades nacionais que se atrasaram em relação ao ritmo de avanço da “revolução industrial” dos tempos modernos, a fim de atender as crescentes e legítimas aspirações de suas populações e assim superar, em curto prazo, os índices de atraso que caracterizariam sua posição na sociedade internacional (PINTO, 1970, p.6).

Esta concepção sobre o desenvolvimento foi referendada, inicialmente, pelos economistas da escola estruturalista. Surgida na América Latina, esta escola tornou-se influente por meio dos trabalhos de Raoul Prebisch e de Celso Furtado. Ambos trabalharam, a partir de 1948, na Comissão Econômica para a América Latina

(CEPAL), um órgão regional das Nações Unidas ligado ao Conselho Econômico e Social. Influenciados pela crise econômica latino-americana dos anos 30 e 40, estes autores dedicaram estudos à compreensão dos entraves econômicos ao desenvolvimento destes países. Nesta empreitada, rejeitaram a tradicional argumentação da economia neoclássica sobre o comércio internacional e elaboraram uma nova teoria explicativa que deveria servir de base à formação de políticas econômicas nacionais (HUNT, 1989).⁵¹

Na visão dos estruturalistas, o modo de inserção dos países subdesenvolvidos na economia mundial os tornara, historicamente, fornecedores de matérias-primas baratas para as economias avançadas e importadores de bens de consumo e tecnologias. Esta posição, além de representar um entrave ao desenvolvimento, havia gerado, nos países pobres, estruturas econômicas dualistas, nas quais conviviam um setor majoritário, de economia atrasada ou tradicional, voltada ao autoconsumo e predominantemente rural, com um pequeno setor emergente, tecnologicamente mais moderno, que baseava sua economia no trabalho assalariado. Este setor moderno dependia da importação de tecnologia para a sua manutenção e sofria com a falta de expansão dos mercados internos. Diante deste quadro, os estruturalistas argumentavam que o objeto do desenvolvimento deveria ser a transformação estrutural destas economias nacionais, de modo a possibilitar o seu crescimento econômico e uma outra posição na ordem internacional. Espelhando-se em caminhos já trilhados por nações desenvolvidas, a principal recomendação política desta concepção de desenvolvimento era romper a dependência às exportações primárias e expandir e diversificar o setor industrial interno, o que envolvia desde a adoção de medidas para possibilitar uma melhor distribuição da renda nacional até a promoção de reformas nas estruturas agrárias predominantes. Estas transformações estruturais deveriam ocorrer sob a promoção dos governos nacionais com a ajuda da cooperação internacional ao desenvolvimento, em processos de longo prazo e por meio de negociadas reformas políticas e econômicas.

Um outro diagnóstico, com as suas recomendações políticas associadas, foi feito pelos economistas que defendiam a expansão do capitalismo “mais bem-sucedido” e auto-sustentado aos países subdesenvolvidos, como modo para resolver seus problemas econômicos ao mesmo tempo em que contribuíam à contenção da possibilidade de expansão do comunismo no cenário geopolítico da Guerra Fria. Revelava-se nesta perspectiva, para além dos objetivos econômicos, um forte viés ideológico na luta contra a disseminação dos ideais socialistas ou comunistas, principalmente na América Latina. Para HUNT (1989), estes teóricos construíram um paradigma de desenvolvimento econômico que foi por ela denominado de “paradigma da expansão do núcleo capitalista dinâmico”⁵². Estas formulações teriam sido sintetizadas em dois importantes trabalhos publicados por Lewis e Rostow, em 1954 e 1956, respectivamente.

Ao contrário dos estruturalistas, os teóricos da expansão do núcleo capitalista dinâmico diagnosticavam que os constrangimentos ao crescimento econômico dos

⁵¹ HUNT (1989, p.49) explica que durante os anos 50 até o início dos 60 a perspectiva estruturalista atraiu importantes economistas além dos latino-americanos, o que contribuiu à disseminação mundial de seus postulados. Hans Singer e Duddley Seers são citados pela autora por suas contribuições ao estruturalismo.

⁵² No original: “*the paradigm of expanding capitalist nucleus*”, como já foi citado anteriormente.

países pobres eram determinados por fatores internos, muito mais do que por condicionantes históricos externos, embora eles também devessem ser considerados. Estes fatores determinantes eram atribuídos às instituições tradicionais, às atitudes locais e, principalmente, à baixa capacidade destes países para poupar, o que lhes possibilitaria investir em seu próprio desenvolvimento. Este diagnóstico indicava a necessidade de transformar a economia tradicional, suas instituições obsoletas e as mentalidades atrasadas que lhes davam suporte. Ao modo do receituário estruturalista, deveria ser incentivada uma economia capitalista mais dinâmica, cuja base seria o trabalho assalariado. Nesta economia moderna, a classe empresarial ganhava destaque especial. Os empresários seriam aqueles com maior capacidade para acumular capital, poupar e investir na produção, por isso deveriam receber todos os incentivos. A concentração de renda na classe empresarial ou capitalista possibilitaria a manutenção de taxas elevadas de crescimento econômico.

From these propositions more specific recommendations follow with respect to wage policy, fiscal policy and the choice of production technology, all designed to enhance the rate of profit and the command over scarce resources of the capitalist class, and, hence, the rate of productive accumulation (HUNT, 1989, p.63).

Estas duas perspectivas, ou paradigmas, a estruturalista e a da expansão do núcleo capitalista dinâmico, conformaram um conjunto de recomendações amplamente difundido sobre o modo de promoção do desenvolvimento econômico nos países pobres. A ampla divulgação e aceitação deste modelo convencional estiveram relacionadas, de acordo com HUNT (1989), primeiro com a lógica relativamente simples de seus postulados fundamentais, que lhe conferia um enorme potencial de difusão no nível teórico. Segundo, seu prognóstico otimista a respeito do desenvolvimento e o amplo apoio da cooperação internacional às iniciativas motivadas por este modelo de análise fizeram parte de um contexto mundial dominado pela idéia de reconstrução do cenário pós-guerra. Esta conjuntura contribuiu para disseminar a crença de que os entraves ao desenvolvimento poderiam ser vencidos com a ajuda internacional e com o investimento para a modernização tecnológica dos países pobres via industrialização. Findo o período de austeridade vivido durante a guerra, as imagens do desenvolvimento e da prosperidade tornaram-se ideologicamente imbatíveis naquela época.

De acordo com a lógica do modelo convencional, as ações de promoção do desenvolvimento não poderiam, inicialmente, ser dissociadas de um caráter intencional e planificável que garantissem uma determinada direção às mudanças desejadas. Neste sentido, o desenvolvimento representaria um progresso cumulativo, incremental ou mesmo revolucionário em direção a uma melhoria das condições inicialmente diagnosticadas como desfavoráveis, que equiparasse as sociedades a um dado padrão evolutivo de bom funcionamento econômico.⁵³ Desenvolvimento e progresso se apresentam, geralmente, como concepções entrelaçadas, embora a noção de desenvolvimento tenha se tornado, analiticamente, um conceito organizador com maior poder de orientação de métodos e de direcionamento dos processos que buscaram realizar mudanças nas sociedades (COWEN & SHENTON, 1996).

⁵³ Em diversos textos a noção de desenvolvimento aparece como a denominação de processos históricos em que as sociedades progridem do estado agrário para o comercial e, finalmente, alcançam a industrialização.

Para realizar estas mudanças, as ações de promoção do desenvolvimento não deveriam considerar as especificidades históricas das diversas comunidades, povos ou nações. Ao contrário, as realidades, objeto das intenções de desenvolvimento, é que deveriam ser, de algum modo, homogeneizadas, na tentativa de facilitar sua aproximação ao padrão de convergência considerado. Aos contingentes populacionais atingidos pelas agências em prol do desenvolvimento restariam o ajustamento e a adaptação aos seus ditames. Esta concepção parece ser coerente com o projeto teórico da modernidade, do qual as narrativas universalizantes são signatárias.

Um importante conceito na idéia de progresso vem com a época das descobertas geográficas. Torna-se visível que as sociedades humanas, culturas, organizações políticas e econômicas, não são todas do mesmo tipo. A enorme variedade de estruturas sociais em várias partes do mundo torna-se evidente. Porém, para preservar a idéia de unidade da espécie humana e de sua progressão necessária, a diversidade é interpretada de maneira peculiar. Declara-se que a variedade é devida aos diferentes estágios de desenvolvimento, ou de progresso, atingidos pelas diferentes sociedades. As mais primitivas são vistas como situadas nos estágios iniciais, mostrando às mais civilizadas a imagem de seu próprio passado; estas, por sua vez, representam estágios posteriores, oferecendo às mais primitivas um vislumbre de seu futuro. Existe o pressuposto de uma trajetória comum ao longo da qual todas as sociedades se movem (SZTOMPKA, 1998, p.59).

A construção da idéia de desenvolvimento também esteve associada ao desejo de determinar um caráter previsível ao desenrolar dos processos sociais de mudança. Neste caso, as pesquisas históricas e comparativas cumpriram um papel fundamental à determinação de parâmetros que deveriam ser seguidos pelas sociedades atrasadas. Na prática, os países em vias de desenvolvimento trilhariam os mesmos rumos daqueles que passaram por processos bem sucedidos. A crença em uma espécie de contínua evolução econômica se desdobrou na possibilidade de estabelecimento de leis, estágios ou etapas que deveriam ser obedecidas para se alcançar o desenvolvimento econômico, garantindo um certo grau de previsibilidade sobre o desdobramento dos processos.⁵⁴ As concepções sobre o desenvolvimento foram historicamente informadas por esta compreensão, a ciência e a tecnologia proveriam a expansão e o aperfeiçoamento ilimitados. No entanto, de acordo com BOTTOMORE (1975), somente para dois casos, relacionados entre si, parece ser possível aplicar a noção de desenvolvimento com alguma previsão, quando se trata do crescimento do conhecimento humano sobre determinado assunto ou tema e quando se refere ao “crescimento do controle humano sobre o meio natural, evidenciado pela eficiência tecnológica e econômica”.

Na maioria dos escritos sociológicos recentes, o termo “desenvolvimento” tem sido utilizado de maneira bem diferente, primeiro para diferenciar dois amplos tipos de sociedade – de um lado, todas aquelas sociedades industriais, e, de outro lado, todas aquelas sociedades (muito mais diversas sob outros aspectos) predominantemente rurais, agrícolas e pobres – e segundo, para descrever o processo de industrialização ou modernização (...) Além disso, os estudos de desenvolvimento nesse sentido concentram-se principalmente no desenvolvimento econômico (BOTTOMORE, 1975, p.262-3).

Para que fossem bem sucedidos, os processos de promoção do desenvolvimento não poderiam ser dissociados da necessidade ou da existência de algum tipo de tutela

⁵⁴ Neste caso, a busca de leis gerais, empiricamente fundamentadas, é coerente com a tradição sociológica positivista. Para esta tradição, argumenta LEVINE (1997), o estabelecimento de leis gerais permitiria a predição sobre o desenrolar dos processos sociais, o quê conferiria maiores poderes, aos agentes, para a solução dos problemas práticos enfrentados nas ações concretas.

que garantisse sua direção e sua gestão. As potencialidades para o desenvolvimento poderiam ser compreendidas como imanentes às sociedades, as habilidades e o controle para condução dos processos, nem sempre. Estas ações deveriam ocorrer, normalmente, sob controle, supervisão ou coordenação de um agente externo, aquele que garantiria o suprimento de capital, de diversos tipos, à consecução do progresso desejado. Assim, como afirma THOMAS (1997, p.2), o desenvolvimento tornou-se “um processo que resulta de esforços deliberados da parte de várias instituições ou agências, inclusos os governos, todos os tipos de organizações e movimentos sociais”.

Neste sentido, o desenvolvimento poderia ser compreendido como parte da política do Estado para conduzir os objetivos de uma nação na promoção do seu incremento econômico e na geração de autonomia perante outras nações. Por outro lado, considerando um outro nível de abstração, o desenvolvimento também poderia ser compreendido como parte dos esforços de agentes não-governamentais e privados para promover o incremento das habilidades e capacidades de determinados grupos ou setores da população, de modo complementar ou independente à ação do Estado. Neste caso,

(...) development is constructed as “a process of enlarging people’s choice”; of enhancing “participatory democratic process” and the “ability of people to have a say in the decisions that shape their lives”; of providing “human beings with the opportunity to develop their fullest potential”; of enabling the poor, women, and “free independent peasants” to organize for themselves and work together (COWEN & SHENTON, 1996, p.3).

Na realidade, o Estado foi, historicamente, o principal promotor e o principal tutor das ações de desenvolvimento, tanto dos processos de elaboração e gestão das políticas e intenções quanto dos processos de execução, em diversos níveis, das ações em prol de algum tipo de desenvolvimento. A proeminência do Estado sobre os processos de desenvolvimento teve suas origens na Europa, nos contextos das políticas imperialistas e ganhou ênfase no cenário pós-1945, nos esforços para a reconstrução européia e nas intenções de incremento dos níveis de vida das colônias e ex-colônias e de erradicação da pobreza nos países do Terceiro Mundo, que deveriam ser empreendidos principalmente por intermédio do planejamento e da administração estatais. O sucesso da reconstrução da Europa e da estratégia de ajuda externa, por meio do Plano Marshall, teriam legitimado a idéia de que um aparato estatal forte e ativo, baseado na planificação, poderia, por meio de suas ações, enfrentar o problema do desenvolvimento, principalmente a pobreza e o desemprego na África, Ásia e América do Sul.

(...) desde os primeiros anos após a Segunda Guerra, o objetivo declarado dos programas econômicos nacionais dos países semiperiféricos e periféricos e dos programas de ajuda internacional empreendidos por países centrais e agências financeiras internacionais tem sido a aceleração do crescimento econômico dos países subdesenvolvidos, como meio para “eliminar o fosso” entre estes e os países desenvolvidos (SANTOS & RODRÍGUEZ, 2002, p.45).

Nesta perspectiva, a promoção do desenvolvimento, via programas e projetos governamentais, era tida como um problema meramente técnico-administrativo, principalmente referido a questões econômicas, demandando, pois, soluções técnicas e qualificadas (STIGLITZ, 1998). Os programas de desenvolvimento surgidos no pós-guerra caracterizavam-se por serem concebidos e implementados de modo a

desconsiderar quaisquer demandas, necessidades ou especificidades das populações locais que não estivessem anteriormente previstas pelos formuladores das políticas de desenvolvimento. Os projetos eram, geralmente, impostos “de cima para baixo”, sem que as populações locais fossem devidamente consultadas ou que a sua participação, em sua elaboração e implementação, fosse considerada importante ou desejada. Embora estas populações fossem as principais afetadas pelas decisões políticas que determinavam os rumos dos programas, o seu planejamento e a sua administração cabiam às burocracias estatais centralizadas ou aos técnicos de agências internacionais que trabalhavam como consultores ou executores locais dos programas. Nesta perspectiva, as especificidades locais tornavam-se meros objetos de intervenção para fins da promoção da mudança social (FONSECA, 1985, AMMAN, 1991).

Os programas de desenvolvimento convencionais geralmente enfatizavam uma racionalidade estritamente econômica. A meta seria o crescimento econômico, essencialmente o do setor industrial, que, uma vez alcançado, proporcionaria o desenvolvimento de todas as demais potencialidades sociais até então latentes. Esta crença era fundamentada na própria teoria econômica geral, para a qual o crescimento geraria, por efeito de propagação, benefícios para todos os demais setores das sociedades (MALUF, 2000). Esta ênfase nos resultados macroeconômicos colocava em um plano secundário outros objetivos. Para SANTOS & RODRÍGUEZ (2002, p.46), houve, historicamente, uma marginalização “de outros objetivos sociais, econômicos e políticos”. Estes outros objetivos incluíam a participação mais bem qualificada das populações atingidas pelos programas, uma preocupação com a “distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente”.

Esta maneira de compreender o desenvolvimento e suas práticas decorrentes começaram a ser questionadas ainda nos anos 60, quando ganhou força a discussão sobre os limites do crescimento econômico.⁵⁵ Estes debates, como informa BRÜSEKE (1995), representavam desdobramentos de um movimento que vinha ganhando adeptos e força desde o início daquela década, colocando em pauta os riscos da deterioração ambiental gerados pelo crescimento econômico dos países industrializados. A percepção difundida na época relacionava diretamente o crescimento econômico com a geração de desequilíbrios ambientais, principalmente. O movimento ambientalista, ainda incipiente, tomava forma a partir de estudos de cientistas naturais, principalmente norte-americanos. De acordo com SANTOS & RODRÍGUEZ (2002), aquela época foi marcada por um intenso movimento de difusão de reflexões e realização de eventos que tentavam sintetizar críticas à abordagem tradicional de promoção desenvolvimento econômico e construir concepções alternativas. Na percepção de DIESEL (1994, p.36):

(...) a década de 60 marca a origem de uma percepção diferenciada quanto às relações sociedade-ambiente, ou pelo menos, delimita o momento em que tal preocupação começa a difundir-se para a população em geral nos Estados Unidos e Europa. Esta percepção se refere à complexidade e gravidade dos problemas ambientais. Complexidade devido ao fato de ultrapassarem a esfera do local (as interdependências), do visível (apreensão dos efeitos

⁵⁵ SZTOMPKA (1998, p.61-2) identifica que, no campo das teorias sociais, foi “somente no trabalho de Ferdinand Tönnies (1885-1936) que surgem as primeiras dúvidas sobre a natureza progressiva das mudanças e as primeiras advertências contra os efeitos colaterais do desenvolvimento (...) Tönnies enfatizou as virtudes da *Gemeinschaft* (comunidade) tradicional, em processo de substituição pela *Gesellschaft* (sociedade) moderna, industrial e urbana. Antecipou assim a ampla desilusão com o progresso, bem como um dos seus sintomas, a busca da ‘comunidade perdida’, que iria disseminar-se um século mais tarde”.

degradadores de substâncias químicas presentes no meio e nos alimentos, por exemplo) e do imediato (efeitos cumulativos). Gravidade quanto aos efeitos sobre a saúde humana, sobre os potenciais dos ecossistemas e sobre as possibilidades de sobrevivência da espécie humana.

A difusão destas novas percepções também trazia à cena o desencanto com os resultados da promoção do crescimento econômico e da própria idéia de modernidade (LEIS, 1999). O desenvolvimento passou a ser questionado em sua capacidade concreta para promover o incremento social e ambiental nos níveis de vida das populações-alvo de programas e projetos como mera decorrência do crescimento dos indicadores econômicos das nações. A prosperidade material das nações, avaliada pelo incremento nos índices de renda *per capita*, deixava, gradualmente, de ser uma medida única à aferição do desenvolvimento. As críticas às concepções e práticas de desenvolvimento além de denunciarem os efeitos perversos decorrentes das intenções de sua promoção – deterioração ambiental e aumento global da pobreza – também refletiam as frustrações com os resultados até então alcançados pelos programas governamentais de promoção do desenvolvimento. A idéia do desenvolvimento e o modo convencional de promovê-lo foram postos em questão. Suas boas intenções pertenciam, cada vez mais, ao campo da retórica política internacional. Aos que declaravam a falência das boas intenções, restavam a busca e a construção de outros modos para promoção do desenvolvimento.

A necessidade de repensar o desenvolvimento justifica-se, no mínimo, como contraposição à convencional prescrição de “mais crescimento econômico” acompanhado de instrumentos compensatórios das evidentes mazelas sociais e ambientais geradas pelos padrões de crescimento que vigoram até os dias atuais (MALUF, 2000, p.55).

2.3 As críticas ao modelo convencional: da percepção dos limites para o crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável

A crescente percepção social sobre os limites do crescimento econômico e suas consequências sócio-ambientais foi um dos resultados do próprio incremento teórico dos campos científicos da ecologia e da teoria econômica, e também produto das mudanças provocadas pelas novas percepções e demandas dos movimentos sociais (ADAMS, 1995, GUIMARÃES, 1997). Os trabalhos divulgados por diversos estudiosos, a partir dos anos 50, influenciaram decisivamente uma maior consciência social a respeito dos problemas provocados pelo crescimento econômico dos países industrializados e pela tentativa de repetição de suas estratégias nos países do Terceiro Mundo. O amplo e difuso movimento que contestava os meios e os objetivos do desenvolvimento convencional cresceu acompanhando a evolução dos métodos e conhecimentos da ecologia, principalmente nos países mais ricos do hemisfério norte, e a divulgação de vários estudos econômicos que, ao diagnosticar as falhas e insuficiências do modelo convencional de promoção do desenvolvimento, sugeriam alternativas reformistas à solução dos problemas enfrentados.

Ao examinarmos a influência dos conhecimentos ecológicos e ambientalistas, nas origens mais remotas das análises que contestavam o modelo convencional de desenvolvimento está a Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e

Utilização dos Recursos, realizada nos Estados Unidos, em 1949. Foi a primeira conferência da ONU a tratar de um tema ambiental, embora seus debates se limitassem a aspectos científicos e não tivessem obtido maiores repercussões, em uma época em que os países enfrentavam temas de maior prioridade, como a reconstrução das cidades e a luta contra a fome após a Segunda Guerra mundial (MEYER, 1994). Naquele mesmo ano, paralelamente ao evento da ONU, aconteceu a Conferência Técnica sobre Proteção da Natureza, com participação de organizações internacionais e representantes de instituições de pesquisa. As conclusões desta conferência – de caráter mais político que a da ONU – foram visionárias, ao antecipar preocupações que ressurgiriam com maior força uma década depois. Suas conclusões defendiam, por exemplo, a necessidade de promoção do estudo da ecologia humana “para melhor proteger a natureza; considerar o impacto ambiental dos grandes projetos de desenvolvimento; controlar o uso de pesticidas na agricultura etc.” (LEIS, 1999, p.76).

Nos anos 60, os estudos com perspectiva ambientalista ganharam enorme notoriedade. Seguindo uma visão catastrófica sobre o futuro da humanidade, estes estudos difundiam os perigos da crença no crescimento econômico e no avanço tecnológico ilimitados, marcando uma forte oposição entre preservação ambiental e crescimento econômico. Alguns trabalhos eram baseados em idéias neomalthusianas, relacionando o crescimento populacional à progressão dos problemas ambientais; outros denunciavam o progresso tecnológico e seus efeitos deletérios como os verdadeiros vilões ambientais. O livro de Rachel Carson, “Primavera silenciosa”, publicado em 1962, pertencia a este segundo grupo. Ele trazia um estudo de limitadas pretensões acadêmicas que, no entanto, alcançou enorme repercussão ao denunciar os abusos na utilização de agrotóxicos na moderna agricultura norte-americana e seus efeitos sobre o meio ambiente (HECHT, 1989). Nesta mesma linha, foi publicado em 1971 o livro “*The closing circle: nature, man and technology*”, no qual Barry Commoner, um biólogo norte americano, argumentava que os avanços tecnológicos eram os principais responsáveis pela degradação ambiental. Duas outras obras de grande repercussão naquela época foram o livro “*The population bomb*” (1968), de Paul Ehrlich, e o artigo “*Tragedy of the commons*” (1968) de Garret Hardin, ambos biólogos que construíram seus argumentos a partir de idéias malthusianas. Estes trabalhos, de um modo geral, questionavam o “desenvolvimento do industrialismo (...) relacionando a degradação ambiental dos recursos naturais ao crescimento populacional” (EHLERS, 1994, p.58).

Os encontros acadêmicos e políticos (congressos, seminários, conferências) se sucediam com maior frequência e, ao reunir estudiosos, políticos e ativistas, tinham o papel de disseminar novas idéias e informações científicas de pesquisas de cunho ecológico e ambiental, consolidando novas visões sobre os processos de desenvolvimento e sua relação com o uso dos recursos naturais. Assim, em 1968 aconteceu em Paris a Conferência Internacional da Biosfera, organizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura), ocasião em que ficou acordada a necessidade de organizar um encontro de maior porte, patrocinado pela ONU, para debater, de maneira mais ampla, os problemas da relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente (MEYER, 1994). Este encontro de maior porte viria a ser a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), realizada em Estocolmo na Suécia, em 1972.

Anunciada dois anos de sua realização, a Conferência de Estocolmo desencadeou uma intensa movimentação de cientistas e ativistas políticos, todos queriam ter voz na Conferência. Assim, em 1971, um grupo de estudiosos se reuniu em Founex, na Suíça, para elaborar um documento preparatório à conferência da ONU. Este documento trazia um amplo diagnóstico sobre a situação da degradação ambiental do planeta, apontando recomendações políticas à reversão do cenário que descrevia. O estudo, que ficou conhecido como o “Documento de Founex”, tornou-se um importante instrumento de difusão da crítica ao crescimento econômico ilimitado, influenciando decisivamente os debates em Estocolmo (CEPAL, 1991).

Um pouco antes da Conferência, já em 1972, foi publicado pelo Clube de Roma – uma associação de cientistas, políticos e empresários preocupados com os rumos do crescimento econômico – um relatório intitulado “Os limites do crescimento” (MEADOWS *et al.*, 1973), que havia sido encomendado ao Massachusetts Institute of Technology (MIT). Este relatório trazia uma ampla denúncia, baseada principalmente em dados quantitativos, sobre a relação entre o uso considerado irracional dos recursos naturais e a deterioração ambiental, como consequência da crença no crescimento econômico ilimitado. O relatório projetava uma visão sombria sobre o futuro do planeta, caso persistissem os ritmos de crescimento observados até então.

Segundo esse famoso relatório, os principais problemas ambientais são globais e sua evolução acontece a ritmo exponencial. A simulação feita no computador do comportamento das diversas variáveis mostrava que a catástrofe era inevitável, caso não se tomassem medidas preventivas. A tragédia aconteceria em poucos anos, no final do século XX, e seus principais sintomas seriam a exaustão dos recursos naturais, a poluição industrial e a falta de alimentos. Havia, então, uma necessidade urgente de reconhecer os limites existentes no meio ambiente para o crescimento indefinido da economia e da população e, portanto, de estabilizar tanto uma quanto a outra (LEIS, 1999, p.83).

No final daquele mesmo 72 foi publicado, pela revista inglesa *The Ecologist*, o artigo “*Blueprint for survival*”, um outro influente documento que, corroborando em parte as teses do Clube de Roma, preconizava mudanças radicais nos modos de promoção do desenvolvimento econômico, defendendo a descentralização das decisões políticas, a diminuição das escalas de produção e a preocupação com a conservação ambiental. A idéia de determinar limites ao crescimento, ou até mesmo impor o “crescimento zero”, sobressaía como a principal proposta defendida pelo pensamento ambientalista divulgado pelos cientistas naturais e pelos ativistas que participavam das primeiras instituições e organizações da sociedade civil preocupadas com a preservação e conservação ambientais.⁵⁶

Na conferência de Estocolmo, a idéia de limitar ou mesmo congelar o crescimento econômico em prol da preservação ambiental foi recebida com desconfiança pelos países mais pobres. Como argumenta LEIS (1999), pareceu-lhes uma tentativa dos países industrializados do Norte para manter os laços de dependência dos países subdesenvolvidos, limitando, deste modo, a possibilidade de acesso a um rápido incremento econômico a estes países. Foi, em parte, a reação dos países do Sul que determinou a ampliação do debate ambientalista, que passou a englobar, em suas

⁵⁶ As ONGs ambientalistas começaram a atuar no cenário mundial na década de 60. Em um primeiro momento tinham um perfil mais científico, com ênfase preservacionista. O WWF (World Wild Fund) foi criado em 1961, o Friends of Earth surgiu em 1969 e, em 1971, a mais famosa das ONGs ambientalistas, o Greenpeace.

elaborações, a fome e a pobreza como problemas a serem enfrentados. Neste debate e na mudança de seus rumos foi decisiva a participação de diversas organizações da sociedade civil na conferência. Foi a primeira vez que estas organizações marcaram presença em um encontro internacional de grande porte.

Da conferência de Estocolmo nasceu o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUD), criado logo após o evento, e surgiu a “Declaração sobre o Ambiente Humano”, documento que buscou institucionalizar as nascentes demandas éticas, de cunho ambientalista, no circuito internacional de conferências das Nações Unidas e nos meios acadêmicos. A conferência foi um marco na mudança da percepção ambientalista sobre o desenvolvimento. As críticas às propostas de crescimento zero surtiram o efeito de trazer à tona a necessidade de alternativas de desenvolvimento que fossem ambientalmente sustentáveis e que não abandonassem, por completo, a idéia de promoção do progresso material aos países pobres.

Com um enfoque mais econômico, mas não deixando o argumento ambientalista de lado, foi publicado, em 1973, na Europa e nos Estados Unidos, o livro “O negócio é ser pequeno” de E. F. Schumacher, que também argumentava sobre a necessidade de urgentes mudanças sociais em favor de novos métodos de produção, de uma revisão nos padrões de consumo e da geração de tecnologias mais bem apropriadas às diferenças culturais das distintas sociedades e equilibradas com as leis da natureza, como meio para humanizar os esforços em prol do desenvolvimento.⁵⁷ De acordo com Schumacher, havia necessidade urgente de rever e mudar os valores que guiavam as sociedades rumo ao desenvolvimento (HECHT, 1989, EHLERS, 1994). A busca de tecnologias de produção intermediárias ou apropriadas inspirou grupos de pesquisadores em todo o mundo. Vários foram os centros de pesquisa criados para estimular o uso de tecnologias mais baratas e adaptadas à pequena escala de produção (WEBSTER, 1990).

Para DIESEL (1994, p.38), naquele momento, era possível distinguir basicamente duas linhas de interpretação para a crise do modelo convencional de desenvolvimento econômico: “uma preocupada com o ritmo do desenvolvimento e outra preocupada com o sentido do desenvolvimento”. A abordagem desenvolvimentista convencional, baseada no crescimento econômico e na modernização, enfrentava cada vez maiores dificuldades de aceitação, principalmente nos países ricos do Norte.

Também nos campos das teorias econômicas e da economia política, no final dos 60 e durante toda a década de 70, houve uma profusão de eventos e publicações que propunham outros caminhos ao desenvolvimento. A análise sobre os mecanismos que perpetuavam o subdesenvolvimento dos países pobres ganhava importância nos estudos econômicos, tanto entre os neomarxistas quanto entre os estruturalistas⁵⁸. Ambas

⁵⁷ Na versão brasileira, o livro ganhou um inspirado e elucidativo subtítulo: “um estudo de economia que leva em conta as pessoas”.

⁵⁸ Neomarxismo, neste caso, se refere a releituras dos modos como Marx, Lenin e Trotsky haviam tratado a questão do desenvolvimento econômico em suas obras e à busca de explicações para as causas do subdesenvolvimento dos países pobres. Esta revisão teve, nos anos 50, Paul Baran como um dos pioneiros (sua obra mais relevante foi “A economia política do desenvolvimento”, publicada pela primeira vez em 1957). Nos anos 60 o debate sobre as causas do subdesenvolvimento se ampliou, com destaque para trabalhos de autores como Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra, André Gunder Frank, Arghiri Emmanuel e Samir Amim, dentre outros. Os estruturalistas trabalhavam, como vimos, a partir da CEPAL e seus representantes mais significativos são, dentre outros, Raul Prebisch, Osvaldo Sunkel, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

correntes de teóricos do subdesenvolvimento reforçavam as teses da Teoria da Dependência, ou seja, criticavam os rumos dos processos de desenvolvimento ressaltando o condicionamento histórico do incremento econômico dos países pobres às forças externas, interessadas na manutenção dos laços de dependência. Estes teóricos também revelavam as desilusões com as consequências da industrialização baseada na substituição de importações, amplamente difundida na América Latina (DORE, 1988, HUNT, 1989).

Uma tese importante dos teóricos neomarxistas da dependência era a que denunciava a colaboração das elites políticas dos países periféricos com a condição de dependência destes países em relação aos centros de domínio econômico. Como afirma HUNT (1989, p.207):

There is a continuing presumption amongst members of this school that the dominant class alliances in the periphery (*comprador* trade bourgeoisie, local monopoly capitalists, landowners and the state bureaucracy) will, in alliance with metropolitan capital, continue to prevent the full development of the periphery.

Diante deste diagnóstico, o caminho alternativo seria a ruptura política, ou seja, uma revolução de caráter socialista que, nas palavras de Theotônio dos Santos, estabelecesse governos populares revolucionários que conduzissem ao socialismo, único meio imaginado para alcançar um tipo de desenvolvimento mais equitativo e autônomo (DOS SANTOS, 1978).

Por outro lado, os economistas neoclássicos iniciaram, concomitantemente, uma reação crítica às elaborações de cunho estruturalista, tentando realizar suas próprias recomendações políticas. A preocupação destes economistas não era a distribuição do controle sobre os excedentes de renda dos países do Terceiro Mundo nem a sua alardeada dependência às economias metropolitanas, ênfases das análises dependentistas. Embora compartilhassem a crítica à substituição de importações como base da industrialização, estes teóricos focavam na promoção de uma maior eficiência, das economias dos países pobres, na alocação dos seus recursos, um dos princípios fundamentais da economia neoclássica. Ajustes governamentais neste sentido teriam boas implicações para o crescimento econômico destes países, argumentavam.

Neste debate, havia economistas que não aceitavam nem os argumentos neomarxistas nem a retórica de que a iniquidade na distribuição de renda era um traço intrínseco ao crescimento econômico. Tampouco referendavam as soluções ou recomendações políticas dos neomarxistas ou dos neoclássicos. Estes economistas elaboraram – a partir de instituições acadêmicas ou de instituições privadas vinculadas às Nações Unidas – estudos que buscaram alternativas de ajustes ao modelo convencional de promoção do desenvolvimento. Entre 1972 e 1974 foram divulgados quatro estudos – que se tornaram os mais influentes na época – propondo soluções ao problema da concentração de renda gerada pelo crescimento econômico. SEERS (1972) argumentou que o desenvolvimento deveria ser repensado, de modo a ampliar seus objetivos para além do mero crescimento, enfocando os problemas da pobreza, da má distribuição de renda e do desemprego. No mesmo ano, o International Labour Office (ILO) publicou um relatório (que ficou conhecido como “*The Kenya Report*”) defendendo a transferência de recursos dos setores econômicos mais ricos para promover investimentos na produção em pequena escala, de modo a beneficiar os

pobres, possibilitando uma maior equidade na distribuição da renda nacional (ILO, 1972). Em 1974, uma equipe formada por técnicos do Banco Mundial e do International Development Studies (IDS) publicou uma coletânea de artigos cujo título acabou denominando esta perspectiva econômica da primeira metade dos anos 70: “*Redistribution with growth*”. De acordo com HUNT (1989), estes últimos estudos reforçavam as concepções e propostas de SEERS (1972) e ILO (1972), argumentando que uma melhor distribuição dos recursos poderia ser a saída para tornar mais equânime a relação entre crescimento econômico e distribuição de renda. Na segunda metade dos 70 esta concepção ganhou força nas instituições de cooperação internacional ao desenvolvimento, dentre elas o Banco Mundial (ILO, 1976, SOEDJAMOTO, 1979).

O quarto estudo foi publicado por Lefebber em 1974. Em “*On the paradigm for economic growth*” (LEFEBBER, 1974) ele enfatizava que, para possibilitar o desenvolvimento do setor industrial dos países subdesenvolvidos haveria de ser incentivada, prioritariamente, a produção do setor agrícola, aquele do qual participava a maior parte da população daqueles países. Para tanto, duas medidas políticas seriam necessárias: redistribuir a renda em favor dos pobres do campo, para elevar a demanda local por alimentos, e redistribuir os direitos de propriedade. Redistribuir a renda em favor dos pobres do campo significava inverter a prioridade do desenvolvimento, em primeiro lugar teriam que ser criadas estratégias para promover um maior acúmulo de renda entre os mais pobres das áreas rurais. Para Lefebber, não se tratava mais de “redistribuição com crescimento”, mas de redistribuir para poder crescer. Esta leitura e suas recomendações buscavam contribuições na experiência chinesa de propriedade e operacionalização sociais da produção. HUNT (1989) assinala que este artigo de Lefebber sintetizava um crescente interesse dos economistas sobre a experiência chinesa (e de alguns países africanos sob governos socialistas) com a promoção do desenvolvimento.

O paradigma maoísta (HUNT, 1989), na China, e o socialismo populista rural (WEBSTER, 1990), na África, chamavam a atenção por propor mudanças integradas, de ordem social, política, ideológica e econômica, e porque previam um abandono da idéia de que a promoção do desenvolvimento requeria pesados investimentos de capital, particularmente por intermédio da ajuda externa, o que, em sua leitura, conduzia a um tipo de desenvolvimento dependente. Sob forte controle estatal, a estratégia de desenvolvimento promovida na China, a partir de 1949, procurou eliminar as diferenças de renda, impondo a propriedade social de toda a produção do país. A estratégia previu o desenvolvimento da indústria de geração de energia e da indústria pesada de modo que promovesse a equidade entre as regiões do país, enfatizado a intensificação do uso da mão-de-obra da agricultura, que geralmente era sazonal. Uma vez mobilizada, esta mão-de-obra foi maximizada para aumentar o ritmo da acumulação de capital. Tendo sido disponibilizada a infra-estrutura, foi incentivada a instalação de pequenas e médias indústrias em áreas rurais, aumentando o seu potencial produtivo, pois possibilitava empregos e renda extra à população do campo. Para o país, os incentivos às pequenas e médias indústrias rurais aumentaram a renda agrícola e a disponibilidade de bens de consumo básicos. No plano político, sob forte controle estatal, as decisões foram descentralizadas de modo a conferir uma maior autonomia regional, dinamizando a estratégia de desenvolvimento. Para os analistas econômicos que buscavam alternativas ao modelo convencional, esta experiência estava de acordo com a leitura que defendia a revisão dos rumos do desenvolvimento no sentido de redistribuir a renda em favor dos mais pobres e de descentralizar e diminuir as escalas de produção.

Voltando ao debate de enfoque ambientalista, após conferência de Estocolmo em 1972, os eventos mais importantes que marcaram a conformação do campo crítico-contestatório ao paradigma convencional de desenvolvimento foram o “Seminário sobre Padrões de Utilização dos Recursos, o Meio Ambiente e as Estratégias para o Desenvolvimento”, realizado Cocoyoc no México, em 1974⁵⁹, a publicação, em 1975, pela fundação sueca Dag Hammarskjöld, de um influente documento preparatório a uma sessão especial da Assembléia Geral das Nações Unidas⁶⁰, e o artigo de Ignacy Sachs, intitulado “*Environment and styles of development*”, divulgado em 1976.

A “Declaração de Cocoyoc”, refletindo os debates de Estocolmo, ocorridos dois anos antes, e as argumentações construídas pelos economistas, consolidou o novo momento nas percepções sobre a relação meio ambiente e desenvolvimento, inaugurado em Estocolmo. O discurso ambientalista desde a década de 50 vinha sendo construído, como vimos, em oposição ao crescimento econômico. Esta ênfase foi-se deslocando, a partir de Estocolmo, para a busca de alternativas de promoção de um tipo de desenvolvimento que fosse ambientalmente mais sustentável. O diagnóstico, elaborado nesta nova perspectiva, colocava no centro do debate a questão da pobreza nos países do Terceiro Mundo, fato que aproximava este debate àquele conduzido nos fóruns econômicos.

A Declaração de Cocoyoc (...) enfatizava várias hipóteses: a) a explosão populacional tem como uma de suas causas a pobreza; b) nos países subdesenvolvidos, a pobreza leva à destruição ambiental; e c) os países desenvolvidos contribuem para os problemas do subdesenvolvimento com seu exagerado consumo, sendo portanto indiretamente responsáveis da pobreza e destruição do meio ambiente dos países do Terceiro Mundo (LEIS, 1999, p.147).

Intitulado “*What now? Another development*”, o documento da fundação sueca Dag Hammarskjöld preconizava a necessidade de mudanças nos sentidos atribuídos ao desenvolvimento, defendendo que, na nova visão, ele deveria ser guiado à “satisfação das necessidades” das populações, ser “endógeno e autodependente” e conduzido “em harmonia com o meio ambiente”. Reafirmando as posições de Cocoyoc, o texto “afirmou que os sistemas de poder existentes nas relações internacionais estavam intrinsecamente relacionados com a degradação ecológica” (LEIS, 1999, p.148). O “outro desenvolvimento”, ao elaborar uma ampla síntese dos debates e desejos manifestados na época, tornou-se mote para elaborações de abordagens críticas e para construção de estratégias e modelos alternativos de promoção do desenvolvimento.⁶¹

⁵⁹ Este seminário foi promovido em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e pela Organização das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), dele resultou a “Declaração de Cocoyoc”.

⁶⁰ O Relatório foi preparado para a Sétima Sessão Especial da Assembléia Geral, realizada em setembro de 75, e foi chamado de “*The 1975 Dag Hammarskjöld report on development and international cooperation*”. Naquele mesmo ano ele foi publicado como número especial da revista “*Development Dialogue*”.

⁶¹ O texto “*What now? Another development*”, corroborava os argumentos do Relatório de Founex (junho de 1971) e da Declaração de Cocoyoc (outubro de 1974). Representava também um reflexo das discussões conduzidas pelo ciclo de conferências das Nações Unidas: Meio Ambiente (Estocolmo, 1972), Matérias-primas e Desenvolvimento (Nova Iorque, 1974), População (Bucareste, 1974), Alimentação (Roma, 1974), A Lei e o Mar (Caracas e Genebra, 1974) e Industrialização (Lima, 1975) (DAG HAMMARSKJÖLD FOUNDATION, 1975).

Com “*Environment and styles of development*”, de 1976, Ignacy Sachs fundamentou o conceito de ecodesenvolvimento, uma expressão que havia sido utilizada pela primeira vez em 1972, por Maurice Strong, secretário geral da conferência de Estocolmo. Ao argumentar sobre uma proposta de desenvolvimento ecologicamente orientado, Sachs lançou as bases do ecodesenvolvimento, inicialmente uma estratégia de desenvolvimento para comunidades rurais que valorizava os conhecimentos locais, em oposição à agência tecnocrática dos órgãos governamentais. Para Sachs, as dimensões ecológicas eram um dos fatores a serem considerados quando se pensava em promover o desenvolvimento. Além de atender as necessidades básicas das populações e respeitar as culturas locais, havia necessidade de incentivar a solidariedade com as gerações futuras, por meio de um uso mais responsável dos recursos naturais (SACHS, 1986). Como explica LEIS (1999), em um segundo momento, a noção de ecodesenvolvimento ganhou uma maior complexidade e passou a analisar tanto o campo das relações internacionais entre o Norte rico e o Sul subdesenvolvido quanto a crítica a modernização industrial e suas consequências ambientais, principalmente.

A discussão sobre o atendimento às necessidades básicas das populações, como uma demanda prioritária dos projetos de desenvolvimento, também era feita no campo das teorias do desenvolvimento. Entre os seus estudiosos, a partir da metade dos 70 foi crescendo o consenso de que as políticas de redistribuição de renda não seriam instrumentos suficientes para garantir a eliminação da pobreza e promover o bem-estar de milhões de pobres que viviam, principalmente, nos países subdesenvolvidos. Para enfrentar o desafio do alívio da pobreza e da fome nestes países emergiram várias recomendações políticas e econômicas que, de acordo com HUNT (1989), foram sintetizadas no paradigma das “necessidades básicas” (“*basic needs*”). Um relatório do ILO (ILO, 1976) apresentou o teor das mudanças propostas por este paradigma, afirmando que todas as nações deveriam dar prioridade às necessidades básicas de todos os membros de suas populações. Estas necessidades incluíam alimentos, acesso a bens e serviços públicos, oportunidade de emprego e, não menos importante, o direito a participar das decisões políticas que afetavam diretamente suas vidas. Para aqueles que procuravam alterar significativamente os rumos do desenvolvimento, o enfoque das “necessidades básicas” passou a significar uma referência à defesa do incremento da renda dos mais pobres como condição primeira ao crescimento econômico. As recomendações políticas baseadas neste paradigma incluíam a promoção de reformas agrárias e o incremento de serviços públicos, como pesquisa científica, extensão rural e crédito subsidiado, para apoiar o desenvolvimento da pequena escala de produção rural, que privilegiasse o uso de trabalho intensivo. A proposta geral seria promover a dispersão do capital, isto é, o inverso da concentração de capital que ocorria no modelo convencional de promoção do desenvolvimento (ILO, 1976, HUNT, 1989).

No campo político, as vozes críticas também partiram de ex-colônias européias e dos países do Terceiro Mundo que, dado momento, passaram a ser ouvidas em conferências e em organismos internacionais e a reclamar uma maior autonomia na determinação de seus próprios caminhos rumo ao desenvolvimento (WEBSTER, 1990). Do mesmo modo, o clamor por alternativas veio da Igreja Católica, cuja encíclica “*Populorum Progressio*”, já em 1963, posicionava-se diante das desigualdades e mazelas sociais geradas pelos esforços em prol de desenvolvimento econômico. Mais tarde, durante os anos 70, a Teologia da Libertação – com forte inspiração na crítica romântica ao capitalismo (LÖWY, 1988) – reforçou e ampliou a crítica de setores do

catolicismo aos rumos do desenvolvimento na América Latina, fundando um importante referencial aos ativistas que também lutaram pela democratização política e pelo acesso das benesses do desenvolvimento econômico na América Latina.⁶²

O primeiro documento de importância mundial na década de 80 foi o “Relatório global ano 2000”, publicado em 1980 a pedido da presidência dos Estados Unidos. Tratava-se de um amplo diagnóstico, de cunho ambientalista, que versava sobre o estágio da deterioração ambiental da biosfera na época e fazia um prognóstico sobre as duas décadas que se seguiriam, avaliando que os modelos de desenvolvimento e de estilo de vida do Norte representavam uma ameaça à vida humana e não eram extensíveis aos países pobres do Sul. Foi um documento histórico. Era a primeira vez que um governo, de uma grande potência econômica, reconhecia a dimensão global dos problemas ambientais e a necessidade de cooperação internacional para enfrentá-los (VARGAS, 1997).

As visões difundidas por estes debates, embora fossem bastante diversas, tornavam evidente que se estava discutindo a insustentabilidade, em longo prazo, do estilo de desenvolvimento convencional (GUZMÁN, 1997). Os padrões de produção e consumo estariam conduzindo a um tipo de escassez diferente daquela alardeada pelos estudos de caráter neomalthusiano da década de 70. Ao invés de absoluta, vivia-se uma ameaça de escassez relativa dos recursos ambientais e de produção. Para ALIER (1995), os grandes responsáveis pela introdução do qualificativo “sustentável” à noção de desenvolvimento na política internacional foram a International Union for the Conservation of Nature (IUCN), por meio de um documento publicado em 1980, e, principalmente, por intermédio da divulgação, em 1987, do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (criada em 1983), também conhecida como Comissão Brundtland, que levava o nome da então primeira-ministra da Noruega, que a presidiu durante seus quase quatro anos de trabalho.⁶³

O relatório da IUCN, intitulado “*World conservation strategy*”, foi publicado em 1980, lançando as bases das idéias tecnocêntricas sobre a conservação da natureza. De acordo com ADAMS (1995), o documento, partindo de uma visão utilitarista da ciência, defendia três objetivos principais a serem alcançados por uma estratégia mundial de conservação da natureza: manter os sistemas essenciais que dão suporte à vida no planeta, preservar a diversidade genética e promover o desenvolvimento sustentável de espécies e ecossistemas. O desenvolvimento, portanto, deveria levar em conta o seu impacto sobre o meio ambiente. À ciência cumpriria o papel de oferecer soluções para que o desenvolvimento ocorresse sem ocasionar elevados custos ambientais.

O relatório da Comissão Brundtland ganhou o título de “Nosso futuro comum”, uma indicação de que analisava os problemas globais relacionados ao desenvolvimento

⁶² Mais adiante argumentaremos como a Teologia da Libertação também representou uma crítica que negou o desenvolvimento como idéia, apegando-se à crítica romântica ao capitalismo.

⁶³ Esta Comissão era independente a ONU e foi criada por sua Assembléia Geral para criar propostas inovadoras que tentassem, concretamente, harmonizar desenvolvimento e meio ambiente e “estava composta por personalidades representativas de países com diferentes culturas, sistemas políticos e graus de desenvolvimento (a comissão tinha 23 membros, dos quais 12 vinham de países subdesenvolvidos, 7 de países desenvolvidos e 4 de países de regime comunista)” (LEIS, 1999, p.149).

econômico e suas relações com o uso dos recursos naturais. Suas recomendações se referiam à tentativa de forjar estratégias supranacionais de preservação dos ecossistemas (VARGAS, 1997). O argumento principal era que o desenvolvimento deveria estar voltado à “satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades” (GUZMÁN, 1997, p.21). O seu diagnóstico político referendava a tese do “Relatório global ano 2000”: problemas globais demandam esforços mundiais para a sua solução.

O conceito de sustentabilidade difundido pelo “Relatório Brundtland” projetava três dimensões fundamentais para a formulação de políticas de reformas institucionais: a ambiental, a social e a econômica. A ambiental apontava tanto para a preservação quanto para um uso mais racional dos recursos naturais. A dimensão social estava preocupada com a qualidade de vida das populações, associando-se à noção de desenvolvimento humano, que posteriormente seria amplamente difundida pela ONU. A dimensão econômica, por fim, propunha rever a lógica do crescimento econômico, limitando-o à consideração da distribuição da riqueza e à racionalização do uso dos recursos naturais. Para tanto, foram feitas várias recomendações de ações para os governos, tais como limitar o crescimento populacional, garantir a segurança alimentar das populações em longo prazo, preservar a biodiversidades dos ecossistemas, desenvolver tecnologias mais baratas e baseadas em fontes de energia renováveis, limitar a produção industrial a determinantes ecológicos e satisfazer as necessidades básicas das populações mais pobres. De um modo geral, estas propostas apresentavam, com forte acento diplomático, uma continuidade com aquelas difundidas, desde os anos 50, tanto pelos estudos ambientalistas quanto pelas contribuições trazidas pelos teóricos do desenvolvimento. No entanto, como argumenta VARGAS (1997, p.118):

(...) uma advertência se faz necessária, na medida em que dedica um espaço bastante diminuto à crítica à sociedade industrial e aos países industrializados, não toca na questão da propriedade da terra que envolve os grandes latifúndios improdutivos (principalmente nos países do Terceiro Mundo) e, ainda, torna a superação do subdesenvolvimento dos países do hemisfério sul quase que totalmente dependente do crescimento continuado dos países industrializados.

Para LEIS (1999, p.151), considerando a dimensão ambiental do debate sobre o desenvolvimento, o principal mérito do “Relatório Brundtland”, ao relativizar o radicalismo das propostas que o antecederam, foi ter trazido a este debate uma importante contribuição ética. Ao propor o conceito de desenvolvimento sustentável ele rompia com uma postura antropocêntrica, que “assumia o ser humano como centro de todas as coisas”, substituindo-a pela consideração da relação deste com a natureza. Este apelo ético a uma “responsabilidade entre gerações para com a natureza” e o deslocamento da crítica radical à sociedade industrial, teriam determinado uma rápida e ampla aceitação do termo.

Para obter uma perspectiva realista que não negue o crescimento econômico (como na década anterior), os autores do relatório uniram inextricavelmente desenvolvimento e meio ambiente. Conseguiram assim amplas bases de consenso para a causa ambientalista e legitimaram, impensadamente, o acesso a considerações éticas no cenário da política internacional (LEIS, 1999, p.152).

De acordo com a visão sobre o desenvolvimento difundida em “Nosso Futuro Comum”, o progresso material, construído por meio do crescimento econômico, seria

legítimo deste que obedecesse ao apelo ético por prudência (GUIMARÃES, 1997). Esta nova postura teve desdobramentos surpreendentes. Ela se refletiu, por exemplo, na crescente demanda por adoção de padrões ambientais pelas empresas e indústrias. Uma demanda reclamada e difundida não apenas pelos movimentos sociais ambientalistas ou pelos políticos ou governos identificados pela causa ecológica, mas, principalmente, por determinados setores do empresariado internacional. Em 1992, o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – fundado dois anos antes por várias empresas multinacionais – publicou o relatório “*Changing Course*”, argumentando a necessidade de mudanças na economia e nos negócios em favor de práticas produtivas que fossem ambientalmente mais sustentáveis. Parte do empresariado dos países mais ricos buscava demarcar o seu lugar na institucionalidade do desenvolvimento, tentando, neste processo, agregar valor à idéia da promoção da sustentabilidade ambiental. Justo em um momento em que havia um reclame, de caráter ideológico neoliberal, para a retração do Estado em seu papel de principal promotor do desenvolvimento.

The success of mainstream sustainable development is due very largely to the compatibility of the technocratic, managerial, capitalist and modernist ideology it draws from northern environmentalism with Western economic development theory and development practice (ADAMS, 1995, p.93).

A aceitação da sustentabilidade – social, econômica e ambiental – como parâmetro para a promoção do desenvolvimento foi referendada por representantes de governos, cientistas, políticos e ativistas sociais durante a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Paralelo à conferência foi realizado o Fórum Mundial, reunião de diversas entidades da sociedade civil e ONGs de mais de 150 países. A Rio-92, como ficou conhecida a conferência e seus encontros paralelos, deu enorme visibilidade ao debate ambientalista e às organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que deixou a impressão de ter alcançado poucos avanços concretos – diante das enormes expectativas positivas criadas com o anúncio de sua realização e durante a mobilização social de preparação para o encontro – principalmente em relação a possibilidade de avanços na capacidade global de governabilidade da crise ambiental (VARGAS, 1997, LEIS, 1999). O documento mais importante da conferência foi a Agenda 21, uma carta de intenções que, de acordo com FISHER (1998), combina duas perspectivas de ação sobre o desenvolvimento, uma que enfatiza a necessidade de acesso aos recursos pelos mais pobres e uma outra preocupada com a administração sustentável dos recursos naturais. Para monitorar o cumprimento das recomendações da Agenda 21 e referendar decisões governamentais foi criada a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, que parece não ter ido muito além das boas intenções que fundamentaram sua criação.

Este amplo processo de revisão das idéias sobre a promoção do desenvolvimento ocorreu em um contexto histórico mundial também marcado por profundas transformações sociais. STIGLITZ (1998) argumenta que foram três os principais eventos definidores das mudanças nas estratégias de desenvolvimento desde a década de 80: o colapso das economias socialistas/comunistas e o fim da Guerra Fria, os limites e resultados das políticas públicas inspiradas no Consenso de Washington e o milagre econômico do leste asiático e sua crise. Com o fim da Guerra Fria parecia que o debate ideológico também chegava ao fim, o mercado assumia o centro da economia, ao passo que o Estado deveria ter um papel mais regulador e menos empreendedor. Os rumos da promoção do desenvolvimento, livres dos ditames ideológicos, deveriam se adaptar às

especificidades de cada país. No entanto, aqueles países que seguiram com maior obediência às recomendações do Consenso de Washington começaram a compreender que o desenvolvimento necessitava tanto de um Estado forte, o contrário do que era receitado, quanto de uma infra-estrutura institucional bem fundada, baseada no incentivo às democráticas sociais mais participativas. Sem este desenvolvimento institucional, a obtenção de lucros poderia ser limitada pela ausência de provisão de serviços sociais. O milagre econômico do leste asiático demonstrou o forte papel a ser cumprido pelo Estado para promover, sem privatizações excessivas e com forte papel regulador sobre a economia, o crescimento econômico ao mesmo tempo em que reduzia a pobreza, melhorando os níveis de vida das populações com pesados investimentos em educação e tecnologia. Estes eventos traziam novos desafios às estratégias de promoção do desenvolvimento.

De acordo com o argumento de PIETERSE (1998), neste amplo debate – consideradas todas as mudanças conjunturais – tanto na vertente econômica quanto na de cunho ambientalista, a noção de desenvolvimento, em si, não estava sendo questionada. As mudanças reclamadas pareciam indicar a impossibilidade de abandono da crença na razão. O conhecimento científico ganhava outros qualificativos, mas estava sempre presente na validação da noção de aperfeiçoamento, de avanço como resultado da aplicação de inovações e aportes cognitivos e de técnicas trazidas por algum tipo de agência, que passavam a ser tutoradas por processos de promoção do desenvolvimento. O desenvolvimento, como enfoque normativo, tornou-se um conceito naturalizado, pouco referido a situações concretas, representando aspirações políticas diversas. E, cada vez mais, no contexto macrosocial, servia aos interesses do acúmulo do poder econômico no campo de disputas geopolíticas, agora regionalizadas em blocos econômicos. As vozes dissidentes e críticas, cada uma a seu modo, pediam por redefinições, redirecionamentos e adequações dos objetivos e métodos de sua promoção, diante do diagnóstico da falência, ineficácia ou parcialidade das intenções e das ações até então empreendidas. Para WEBSTER (1990), as críticas ao desenvolvimento não foram muito além de diagnósticos dos problemas evidenciados pelas experiências, trataram de buscar soluções para os sintomas do problema, mas não para a doença em si.

Estes debates e a construção social de novos significados representaram rupturas e continuidades com determinadas concepções convencionais e dominantes sobre o desenvolvimento. Por um lado, indicaram uma necessidade de reconhecer outros valores, em parte uma reação ao declínio da força normativa da idéia de história universal e também uma decorrência dos resultados concretos altamente contestáveis dos ideais de progresso aplicados às políticas desenvolvimentistas. Deste modo, a concepção de modelos de desenvolvimento como processos naturais, com propriedades transferíveis das sociedades desenvolvidas àquelas ainda não-desenvolvidas encontrava enormes dificuldades para ser sustentada. O viés etnocêntrico foi, em parte, posto em xeque e a dimensão cultural do desenvolvimento assumiu um papel relevante na formulação das intenções de sua promoção (TUCKER, 1996).

Como explica LATOUCHE (1988), a partir destas críticas, o desenvolvimento convencional passou a ser sistematicamente associado a vários qualificativos que tentavam incorporar o teor das mudanças que estavam sendo propostas e reclamadas. Nos amplos e calorosos debates, o desenvolvimento passou a ser discursado como

“comunitário”, “auto-dependente”, “auto-centrado”, “autêntico”, “solidário”, “integrado”, voltado à satisfação das “necessidades básicas”, “apropriado”, “participatório”, “local”, “centrado nas pessoas”, “humano” e “sustentável”. Todos estes qualificativos vieram acompanhados de novos enfoques e contribuições à compreensão dos limites do desenvolvimento que tinha como objetivo quase exclusivo o crescimento econômico. A visão geral sobre o desenvolvimento tornou-se, de um modo geral, mais preocupada com as consequências ambientais e sociais de sua promoção. As agências em prol do desenvolvimento tornaram-se também mais localizadas, na medida em que a institucionalidade do desenvolvimento foi mudando, com uma maior participação de agentes locais e regionais, envolvidos na elaboração e condução de projetos.

2.4 A construção de discursos entre a afirmação do alternativo e a negação da noção de desenvolvimento

As perspectivas críticas apresentadas anteriormente foram, em diferentes momentos, mobilizadas por diversos atores para a construção de discursos sobre o desenvolvimento alternativo. Ao longo das três últimas décadas, o apelo por alternativas ao modelo convencional atraiu ativistas e teóricos (CRUSH, 1995). As perspectivas e enfoques distintos àqueles comumente difundidos foram surgindo das análises sobre os insucessos, da articulação de novas experiências e da difusão de novas visões e leituras sobre a promoção do desenvolvimento. Assim, a idéia de um modelo alternativo pode ser descrita, inicialmente, como a articulação de um conjunto de experiências e de elaborações teóricas bastante heterogêneas que oferecem alternativas pontuais aos vários impasses enfrentados pelo modo convencional de promover o desenvolvimento.

Como argumenta PIETERSE (1998), sob rótulo “alternativo” passou a caber, virtualmente, toda forma de crítica ao modelo de desenvolvimento convencional tal como ele foi difundido nos países do Terceiro Mundo. Embora imersas em uma enorme diversidade, estas críticas tenderam a ser vistas como representantes de uma alternativa coesa ou até mesmo como um novo paradigma para a promoção do desenvolvimento, relacionado a amplas mudanças institucionais. Além disso, negando as complexas relações de influência mútua entre as perspectivas convencionais e as que a elas se opunham, o desenvolvimento alternativo também tendeu a ser imaginado como uma construção teórica externa ao modelo convencional, elaborada e conduzida em improváveis enclaves isolados das influências dos ideários desenvolvimentistas.

Ao contrário deste imaginário difundido, as fronteiras entre o convencional e o alternativo são tênues e costumam se embaralhar na medida em que, na prática, as distintas perspectivas se influenciam mutuamente (WEBSTER, 1995). A ampla institucionalização do tema da sustentabilidade é um exemplo destas influências que se cruzam e nem sempre se rejeitam totalmente. Como vimos, após uma década de debates, a sustentabilidade representou um meio termo entre uma postura mais convencional (que defendia a tese do crescimento econômico ilimitado como único meio para alcançar o desenvolvimento) e a postura ambientalista mais radical (defensora da tese do “crescimento zero”, como único meio para evitar a exaustão dos recursos naturais). Deste modo, parece mais produtivo considerarmos que o

convencional e o alternativo convivem, dialeticamente, em discursos e propostas que, além de determinadas influências teóricas comuns, compartilham, antes de tudo, a crença na idéia do desenvolvimento como noção válida para a promoção do progresso material e social (via crescimento econômico) de determinados grupos, setores da sociedade ou países (SANTOS & RODRÍGUEZ, 2002).

As propostas alternativas ao desenvolvimento convencional, ao olharem para as experiências passadas, passam a criticar os seus objetivos e valores, os seus métodos de intervenção e à própria organização institucional de suas agências promotoras. Ao construir estes discursos críticos, pretendem demarcar posições políticas e instituir novos modos de conceber e promover ações de incremento das capacidades locais. Estes discursos geralmente condenam a racionalidade estritamente econômica que parece informar os valores e objetivos das intervenções convencionais, propondo que outros valores sejam considerados, de modo a tornar os processos culturalmente mais conseqüentes e ambientalmente mais sustentáveis; criticam os seus métodos de intervenção, que geralmente pouco consideram as possibilidades de participação das populações locais na determinação de seus rumos e na gestão de sua implementação; em conseqüência disto, propõem inverter o sentido convencionalmente atribuído a estas ações que, na sua visão, deveriam partir das bases da sociedade, fundar novas institucionalidades e, “de baixo para cima”, conferir poder político às demandas e necessidades das populações locais; e, por fim, combatem o protagonismo estatal nas intervenções de promoção do desenvolvimento, defendendo que novos atores preferencialmente oriundos de organizações comunitárias ou sociais, passem a assumir maiores responsabilidades (PIETERSE, 1998, TREJOS, 1998). Deste modo, os discursos sobre o desenvolvimento alternativo são construídos em referência a estas três esferas principais: valores e objetivos, métodos e agentes.

Na prática, as críticas e as experiências que são construídas nestas três esferas podem variar em um amplo espectro, adotando desde posturas mais brandas e/ou conservadoras até posturas mais radicais que se aproximam da negação ao desenvolvimento e das propostas de ruptura com determinados sistemas políticos e ideológicos. Outro aspecto metodológico importante a ser observado é que, dependendo da maneira pela qual o desenvolvimento alternativo é definido, estas posturas críticas podem assumir distintos papéis.⁶⁴ Assim, caso o desenvolvimento alternativo seja imaginado com um conjunto amplo e pouco coeso de críticas ao desenvolvimento convencional, os argumentos destas críticas seriam vistos como discursos meramente reativos e pontuais, que variariam de acordo com as mudanças e ajustes conjunturais da perspectiva convencional. Em uma segunda possibilidade, o desenvolvimento alternativo estaria relacionado ao conjunto de experiências concretas e metodologias construídas por atores locais. Embora diversas e geralmente conectadas de modo bastante precário, estas experiências alcançariam uma determinada autonomia em relação às mudanças conjunturais do modelo convencional. Esta autonomia conferiria ao desenvolvimento alternativo um caráter mais propositivo que reativo, muito mais relacionado às iniciativas de desenvolvimento local principalmente conduzidas por ONGs. Por fim, o desenvolvimento alternativo poderia ser compreendido como um

⁶⁴ PIETERSE (1998, p.344) afirma que há três modos para definir o desenvolvimento alternativo: (a) como uma perspectiva frouxa, de perfil indefinido que agrega várias teorias sem elaborar uma síntese própria; (b) como um paradigma; e (c) como uma modo pós-paradigmático de pensar o desenvolvimento. Esta categorização inspirou a apresentada na seqüência, para a qual também busquei argumentos em SANTOS & RODRÍGUEZ (2002).

novo paradigma, o que implicaria esforço para encontrar, apesar da diversidade de elaborações teóricas que o compõe uma teoria do desenvolvimento alternativo. Na realidade, dada a diversidade de perspectivas e fundamentações teóricas que são mobilizadas pelos também diversos atores que constroem discursos alternativos para a promoção do desenvolvimento, talvez seja metodologicamente mais interessante considerar que as três possibilidades de definição não são mutuamente excludentes, ou seja, elas podem contribuir para, dependendo do caso estudado, esclarecer o modo como determinados atores constroem propostas que se identificam com o discurso do desenvolvimento alternativo.

O questionamento dos objetivos e dos valores defendidos pelos teóricos do desenvolvimento convencional foi sendo construído, inicialmente, pela crítica ambientalista. O debate sobre os limites ambientais do crescimento econômico contribuiu, a partir dos anos 70, para difundir novas percepções sobre os impactos do progresso científico e econômico sobre as sociedades. Concomitantemente, nos países mais pobres, crescia a percepção de que os frutos do crescimento da economia não beneficiavam a todos. A pobreza aumentava no mesmo ritmo em que cresciam e se tornavam mais evidentes as desigualdades de distribuição de renda entre setores das sociedades. E isto ocorria inclusive naqueles países que aceitavam e seguiam rigidamente as políticas econômicas impostas pelos países mais ricos por meio de instituições reguladoras como Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (ADAMS, 1993). O produto interno bruto (PIB) e a renda *per capita*, tradicionais índices de aferição do crescimento econômico, iam perdendo legitimidade como parâmetros para avaliar a ocorrência de desenvolvimento.

Entre alguns teóricos críticos, a nova realidade trouxe a preocupação em rever determinados pressupostos destas políticas econômicas. O elemento “humano”, ou a consideração das pessoas e de suas particularidades culturais, passou a ser considerado (KORTEN, 1990). Nas instituições tradicionais, durante os anos 70, cresceu a percepção de que o desenvolvimento só poderia ocorrer caso, antes de qualquer iniciativa, fosse enfrentada a questão da pobreza. A perspectiva das “necessidades básicas”, naquela época, propunha mudar os rumos do desenvolvimento, para que ele passasse a ser compreendido como “uma forma de promover melhores condições de vida para a população em geral, e para os setores marginalizados em particular” (SANTOS & RODRÍGUEZ, 2002, p.46).

Nas instituições tradicionais dos governos e das agências internacionais de cooperação, a perspectiva humana do desenvolvimento, via satisfação das necessidades básicas, enveredou pelos caminhos do investimento em capital humano (educação e saúde, principalmente) como meio para, sem prejudicar a ênfase econômica dos investimentos públicos, promover, compensatoriamente, a provisão de determinadas necessidades ao mesmo tempo em que eram reforçadas certas capacidades profissionais das populações de baixa renda. A crise econômica dos anos 80 conduziu as macropolíticas econômicas, sob influência do paradigma neoliberal, à ênfase aos ajustes estruturais, uma postura que colocava em segundo plano o atendimento às necessidades básicas (HUNT, 1989). Mas, como argumenta NERFIN (1977), o desenvolvimento alternativo e uma outra versão mais radical da idéia da satisfação das necessidades básicas vingavam em um outro campo, no terreno de um “terceiro sistema político”, aquele que partia do diagnóstico dos fracassos governamentais (o primeiro sistema) e do

poder econômico (o segundo sistema) para promover o desenvolvimento de modo a atender as demandas dos setores populares das sociedades. Neste contexto, as alternativas deveriam ser construídas em relação ao Estado e ao mercado, mas não necessariamente, como argumenta PIETERSE (1998), em relação ao discurso desenvolvimentista.

Esta outra visão sobre o desenvolvimento esteve, desde suas origens, relacionada, de um lado, à revisão e diminuição do papel dos Estados nacionais na promoção do desenvolvimento. De outro, relacionava-se a experiências locais, a pequenos empreendimentos estimulados por organizações comunitárias, associações, sindicatos, grupos de pesquisadores universitários e, principalmente, por organizações não-governamentais que agiam, geralmente, de modo independente aos aparatos governamentais. Estas práticas promoviam significativas mudanças na institucionalidade da promoção do desenvolvimento (FISHER, 1998). Ao enfatizarem a ação local, colocavam em questão a centralização do poder decisório sobre os rumos do desenvolvimento nos aparatos burocráticos governamentais. Em reação aos projetos e programas que sempre caíam de pára-quedas, propunham um papel protagonista às organizações da sociedade civil e às próprias comunidades alvo destes projetos. Traziam à tona o debate sobre as assimetrias de poder que fundamentavam as várias relações em que se baseavam os projetos de desenvolvimento. Desde as mais amplas, entre os países ricos e os pobres, até as que ocorriam no cotidiano das ações locais. Os fundamentos teóricos à ação destas organizações e profissionais eram principalmente fornecidos por estudiosos dos países mais pobres, enriquecendo o debate sobre a promoção do desenvolvimento com novas perspectivas e visões (CRUSH, 1995).

Na revisão dos valores e objetivos do desenvolvimento havia, na literatura internacional, um claro tom antiimperialista, um pensamento pós-colonial que criticava as assimetrias de poder historicamente criadas, a princípio, nas relações Norte-Sul (CARMEN, 1996). Os pensadores desta perspectiva argumentavam a partir de um enfoque estruturalista (muitos defendiam os argumentos dos teóricos da dependência) e enfatizavam, acima de tudo, a necessidade de mudanças macroeconômicas nas relações entre os países mais ricos do Norte e os mais pobres do Sul (ADAMS, 1993). Nesta visão, o desenvolvimento, ao não dar conta dos problemas relacionados à pobreza e à fome, representava um fracasso global. A única saída, na tese de AMIM (1990), seria um tipo de desenvolvimento alternativo, que favorecesse a cooperação entre os países pobres do Sul, livrando-os da dependência econômica aos países ricos do Norte. Estas idéias, desde os anos 70, foram reforçadas e recriadas por teóricos que criticavam, por exemplo, os processos indiscriminados de transferência de tecnologia dos países mais ricos aos mais pobres (processo que era entendido como uma invasão cultural). O pano de fundo era a crítica à extensão indiscriminada da modernidade ocidental ao Terceiro Mundo por meio do poder econômico, reproduzindo relações de dominação.

Estes autores colocaram no centro do debate sobre as concepções de desenvolvimento o tema da dominação, em uma discussão que não era, obviamente, restrita aos economistas e teóricos do desenvolvimento. Assim, por exemplo, Franz Fanon, em 1962, com *"The wretched of the earth"*, argumentava que a alienação cultural dos "condenados da terra" (os pobres do Terceiro Mundo) e os sentimentos interiorizados de inferioridade perpetuavam uma situação de subordinação aos ditames dos colonizadores. Paulo Freire, em *"Extención o comunicación?"* de 1969, criticou o

que ele chamou de invasão cultural dos processos de transferência de tecnologias agropecuárias conduzidos pelos aparatos de extensão rural, no qual os seus agentes atuavam a partir de pressupostos autoritários, desconsiderando as culturas locais para facilitar processos de difusão de tecnologias modernas. Robert Chambers, em *“Rural development: putting last first”* de 1983, propunha trazer à frente das intenções de desenvolvimento as percepções e os conhecimentos dos atores que, historicamente, foram meros objetos da intervenção externa dos processos de modernização: os agricultores (FANON, 1962, CHAMBERS, 1983, FREIRE, 1988). Os discursos alternativos também construíam, deste modo, uma crítica às perspectivas científicas que não levavam em conta os conhecimentos construídos à sua margem.

Para KORTEN (1990), a força dos discursos sobre o desenvolvimento alternativo está em seus argumentos sobre as mudanças institucionais e políticas. As experiências conduzidas por ONGs foram fundamentais à elaboração e à consolidação de novos métodos para promover o desenvolvimento. Esta promoção, de acordo com SANTOS & RODRÍGUEZ (2002), estaria voltada não para o crescimento econômico adquirido a partir da acumulação de capital, mas para um tipo de transformação social, mais localizada, que buscava melhorias na capacitação das pessoas, para que elas pudessem organizar processos produtivos menos dependentes de fatores externos. Nesta perspectiva, o desenvolvimento humano tornou-se o objetivo maior, significando o processo por intermédio do qual os membros de uma sociedade incrementariam suas capacidades pessoais e institucionais para mobilizar e maximizar recursos e produzir com sustentabilidade, distribuindo, por entre todos, as melhorias em suas qualidades de vida (KORTEN, 1990). As fontes para alcançá-lo deixavam de ser unicamente o capital, a tecnologia, o comércio, o investimento estrangeiro e a presença de especialistas externos e passavam a ser, prioritariamente, as pessoas, suas habilidades, os recursos e os conhecimentos locais, organizados de modo mais cooperativo e participatório. Ao contrário da crença nos exemplos exógenos e na transferência de tecnologias, na nova visão, a modernização seria alcançada por meio da articulação e do estímulo às capacidades locais, compreendendo tradição e modernidade como complementos e não como opostos, como vinha sendo feito até então.

The “mistakes” have been, and continue to be, made on a number of fronts: industrial enterprise is too large, and its technology mind-numbing; the people lack control over their productive labour and suffer the environmental and social damage, the production system engenders; non-renewable resources are washed into the sea or disappear into thin air. [The “alternative development” approach] offers an alternative to industrialization that would involve a significant *de-industrialization* of mass production economies today and the introduction of self-reliant, small scale technological systems in the Third World (WEBSTER, 1990, p.194).

Esta visão sobre o desenvolvimento foi radicalizada em um outro discurso, construído justamente para negar o próprio desenvolvimento e a sua necessidade, rejeitando, conseqüentemente, a noção de crescimento econômico (ESCOBAR, 1995). Defendendo esta perspectiva, W. Sachs, por exemplo, afirmou que o desenvolvimento se tornou uma noção “fora de moda”, o que implicava necessidade de buscar outros modos de promoção do bem-estar social SACHS (1992). Para os teóricos deste enfoque, a história testemunhou que o desenvolvimento foi, em todo o mundo, uma exceção, mas não a regra. Quando aconteceu, ocorreu de modo localizado ou em certos setores da economia e dependeu, ao contrário das recomendações políticas neoliberais, de um papel ativo do Estado e do estímulo ao desenvolvimento de instituições democráticas

nas bases das sociedades, aumentado a possibilidade de participação de organizações civis (STIGLITZ, 1998).

De maneira semelhante aos discursos sobre o desenvolvimento alternativo, as leituras que pretendem negar a noção de desenvolvimento, reclamando por alternativas, também se manifestaram de modo bastante heterogêneo por diversos argumentos e, de acordo com PIETERSE (1998), consolidaram visões que, a partir dos anos 80, podiam ser percebidas em trabalhos de diversos intelectuais na América Latina (Esteve, Escobar), Índia (Nandy, Vishvanathan, Rahnema, Shiva, Alvares), Malásia, França (Latouche, Vachon), Suíça (Rist), Alemanha (Sachs) e Inglaterra (Seabrook). Estas visões clamam por alternativas ao desenvolvimento por entenderem que a sua promoção nas últimas quatro décadas teria sido a prova definitiva da falência da tentativa de extensão indiscriminada da modernidade ocidental, por meio do progresso técnico-científico e econômico, aos países do Terceiro Mundo (ESCOBAR, 1992). Trata-se, portanto, de uma visão que nega as teorias do desenvolvimento e que se tornou conhecida, angariando simpatizantes, ao se articular com as críticas ambientalistas e feministas mais radicais.

Also referred to as “anti-development” and “beyond development”, this is a radical reaction to the impasse of development theory and policy. Perplexity and extreme disaffection with business-as-usual and standard development rhetoric and practice, and disillusionment with alternative development, are keynotes of this position (PIETERSE, 1998, p.360).

A ênfase dos discursos da perspectiva pós-desenvolvimento é a afirmação das diversidades culturais, dos distintos modos que as sociedades encontram para organizar sistemas produtivos que possam garantir sua sobrevivência apesar das influências de forças externas que, por sua natureza, buscam criar mecanismos de dependência. Por isso, em seus argumentos, à semelhança do discurso do desenvolvimento alternativo, há um predomínio da defesa do local e da autonomia comunitária, o que ressalta um caráter de resistência política e cultural à imposição da modernidade globalizada (CARMEN, 1996). Ao argumentar a necessidade de autonomia local em relação à influência externa, os teóricos do pós-desenvolvimento revivem os argumentos da teoria da dependência, transpondo a ênfase dada por aquela teoria aos estados nacionais para as comunidades locais. As iniciativas, experiências ou práticas destas comunidades, dos novos atores e dos novos movimentos sociais são alçadas ao patamar de exemplos daquilo que seriam “discursos endógenos” que se contrapõem à idéia de que há necessidade de estratégias e programas de desenvolvimento (exógenos) para que sejam alcançadas melhores condições de vida (ESCOBAR, 1992).

Para os teóricos que defendem alternativas para o desenvolvimento, é comum concebê-lo como uma parte da história da modernidade ocidental. A idéia de expansão do desenvolvimento teria criado, no Terceiro Mundo, formas de conhecimento, de poder e de intervenção, disseminadas desde o pós-1945 por instituições como o Banco Mundial, as Nações Unidas e as agências bilaterais de desenvolvimento. Para ESCOBAR (1995, p.213), o desenvolvimento nada mais é que “um mecanismo todo-poderoso de produção e gerenciamento do Terceiro Mundo”. Para sustentar tal mecanismo, teria havido um processo de substituição dos sistemas de conhecimento nativos por um novo padrão – que seguiu os estilos e instituições norte-americanas, principalmente – que funcionaria como uma espécie de domínio perceptivo, para o qual o único meio de alcançar a prosperidade seria repetir os processos sociais pelos quais passaram os países mais ricos. A modernização impôs-se, desta forma, como uma necessidade de origem

externa às localidades. Ao contestar tal domínio, o desenvolvimento alternativo, na visão do pós-desenvolvimento, buscou apenas formas pontuais para rever determinados objetivos e métodos, não engendrou uma crítica radical à idéia da promoção do desenvolvimento. Contra esta idéia e este domínio, os argumentos pós-desenvolvimentistas, convergem para busca de um outro domínio perceptivo, que vá além dos limites do desenvolvimento. Os diversos autores, de acordo com ESCOBAR (1995), compartilham argumentos como a construção de uma perspectiva crítica em relação ao conhecimento científico tradicional, a defesa da autonomia local ou comunitária em relação à sua economia e cultura e argumentação de que os movimentos pluralistas e de base são as legítimas fontes das verdadeiras alternativas.

Perante a evidência dos efeitos sociais e ambientais perversos da produção capitalista e da cultura materialista e instrumental que a torna possível, a fonte de alternativas ao desenvolvimento encontra-se nas culturas híbridas ou minoritárias, das quais podem emergir outras formas de construir economias, de satisfazer as necessidades básicas, de viver em sociedade (SANTOS & RODRÍGUEZ, 2002, p.55).

Ao reviverem as manifestações expressas nas lutas contra os diversos tipos de colonialismo, os teóricos do pós-desenvolvimento tendem a ressaltar as capacidades das comunidades locais, em suas batalhas cotidianas contra as forças da globalização. O local passa a ser associado ao que seria verdadeiramente autêntico e original, em contraste ao que chega de fora da comunidade, geralmente para corromper seus valores. De alguma forma, nestes discursos, pobreza e pureza são equacionadas, remetendo às idéias construídas pela crítica romântica ao capitalismo, para a qual a comunidade, contraposta à sociedade moderna, é fortemente idealizada. LÖWY (1988, p.131) argumenta que esta visão idealizada da comunidade foi, de certo modo, construída pela própria sociologia, fundando uma visão dualista da realidade, opondo a comunidade ideal ao mundo moderno. Para o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, o primeiro a tratar da noção de comunidade, ela poderia ser descrita como:

(...) pequenos grupos de seres humanos vivendo em relação direta, com base em uma certa cultura espiritual, religiosa, comum, como na família tradicional, patriarcal, ou na pequena aldeia, e nas pequenas paróquias da Igreja. Contraposto a esta comunidade, há o mundo moderno da sociedade, no qual as relações humanas são utilitárias, puramente superficiais, onde predominam grandes conjuntos nos quais a vida social é anônima e os indivíduos já não têm relações diretas: as fábricas, as grandes cidades, os grandes centros da vida política, profissional, burocrática etc.

O ideais românticos se encontraram, dado momento, com a crítica marxista às sociedades capitalistas. Deste modo, a partir do trabalho de Georg Lukács desenvolveu-se a idéia de um anticapitalismo romântico que buscava, contra a civilização industrial capitalista, pôr em evidência e resgatar determinados valores que estariam em um passado comunitário, fosse ele real ou imaginário. Esta visão crítica da modernidade, caracterizada por um movimento conservador de tentativa de volta ao passado, terá uma relação muito próxima com o pensamento dos teólogos da libertação na América Latina.

Influenciados pela visão difundida pela Teologia da Libertação, ativistas sociais e agentes pastorais, nos anos 70, saíram em defesa das comunidades camponesas e indígenas, tentando defender suas tradições diante do avanço das forças capitalistas modernizantes (LÖWY, 1988). Deste apego às comunidades, à parte a sua idealização, derivou uma preocupação metodológica com os mecanismos e processos políticos cotidianos de manifestação do poder – do modo como os teorizou Michel Foucault – e

uma valorização dos métodos da antropologia e da psicologia social e sua ênfase na compreensão das relações cotidianas (HAGETTE, 1992). Nutrindo-se de todos estes referenciais, os argumentos dos teóricos do pós-desenvolvimento demonstram uma enorme aposta na capacidade de transformação ou mudança atribuída aos movimentos sociais, localizados e pluralistas, e às suas organizações. Estes movimentos e suas organizações são imaginados como os atores coletivos encarregados de reescrever determinadas regras institucionais e democráticas demandadas pela busca de alternativas ao desenvolvimento (FRANK & FUENTES, 1989).

Os teóricos do pós-desenvolvimento identificam nos processos cotidianos e microsociais de reordenamento da produção uma fonte para o questionamento dos processos macrosociais de dominação política. Partem da premissa de que as pessoas não vivem passivamente sujeitas a estruturas de dominação. Ao mesmo tempo em que as estruturas existem e limitam ou regulam a existência das pessoas, por outro lado, os indivíduos participam adaptando, resistindo, transformando ou subvertendo-as. Fazem isso, principalmente, em suas ações cotidianas. Sendo assim, a falência das boas intenções na promoção do desenvolvimento teria aberto espaço para que entrassem em cena “novas vozes e manifestações políticas” (ESCOBAR, 1995, p.218). Estas novas vozes e manifestações poderiam ser traduzidas em experiências concretas que buscam, de forma bastante localizada e fragmentada, articular novas formas de fazer política e de organizar a produção que implicariam, na medida em que os processos se desdobram de modo positivo, reposicionar, mais favoravelmente, determinados grupos frente às adversidades causadas pelos processos políticos e econômicos macrosociais.

This process of articulation is always discursive, to the extent that it always entails a plurality of orientations and subject positions. The processes of negotiation, interaction, building of common interests, and relations to the social and political environment – like all social life – is endowed with and apprehended through meaning. From the dominant side, the process of discursive articulation results hegemonic formation; on the side of social movements, the logic of articulation can lead to radical democracy – groups and movements organizing in autonomous spheres, but also creating the possibility of articulations with other groups and movements, and, in the long run, the possibility of “counter-hegemonic” formations (ESCOBAR, 1995, p.221).

Acentua-se, nesta perspectiva, uma ênfase no potencial democrático da ação dos movimentos sociais, aquilo que STOMPKA (1998, p.490) denomina de “potencial morfogênico”, isto é, a sua eficácia na introdução de mudanças ou transformações estruturais nas sociedades. Neste sentido, as formações contra-hegemônicas, na argumentação de ESCOBAR (1995), convergiriam, por exemplo, para a construção de um outro domínio compreensivo sobre as demandas ou necessidades dos grupos populares ou dos movimentos sociais. Estas demandas ou necessidades vêm sendo historicamente traduzidas e definidas por meio do conhecimento e das intenções dos especialistas que trabalham (direta ou indiretamente) para a institucionalização de determinados serviços e políticas via aparatos governamentais e, menos comumente, via entidades não-governamentais.

Decorre deste processo o fato de que os modos de satisfação destas necessidades, por intermédio de programas de promoção do desenvolvimento, têm posicionado aqueles grupos e movimentos sociais como meros clientes em relação ao Estado, com pouca ou nenhuma possibilidade de definição dos rumos daqueles serviços e políticas. Na perspectiva pós-desenvolvimentista, a ampliação do campo de

participação das pessoas na vida política tenderia a relativizar os sistemas dominantes de interpretação e de satisfação das necessidades. Os movimentos sociais tratariam de politizar e enriquecer (a partir de suas experiências cotidianas) estas interpretações, criando um novo domínio que iria além dos discursos liberais sobre os direitos humanos, transcendendo, deste modo, a racionalidade do desenvolvimento convencional, principalmente em relação ao modo de definição das carências ou das “necessidades básicas”.

Para os autores filiados à perspectiva do pós-desenvolvimento, os movimentos sociais e suas organizações são “agentes, criadores, construtores, atores fundamentais do processo histórico”, enfim, sujeitos de sua própria história (STOMPKA, 1998, p.496). Traduzir esta sensibilidade em um programa propositivo, que vá além das intenções dos programas de desenvolvimento e ofereça uma alternativa viável, parece ser a maior dificuldade enfrentada pelos defensores desta perspectiva. Na contracorrente a esta visão otimista, PIETERSE (1998) argumenta que “alternativas ao desenvolvimento” é uma denominação vazia, porque, na verdade, nenhuma alternativa é proposta. Há, na sua opinião, apenas uma crítica sem construção. De acordo com o seu diagnóstico, os teóricos do pós-desenvolvimento estariam equivocados, pois, ao reclamarem pela premência da “cultura popular” ou indígena, e ao enfatizarem a importância do conhecimento local estariam conduzindo a um tipo de etnochauvinismo e à reificação tanto da cultura quanto da localidade e do popular. De fato, para aqueles que buscam um novo paradigma, as argumentações do pós-desenvolvimento parecem frustrantes ao não oferecerem um outro modelo. No entanto, as suas contribuições – do mesmo modo que as contribuições dos defensores do desenvolvimento alternativo – vão além do desejo pragmático por novos modelos de desenvolvimento.

Com o passar do tempo, a noção de desenvolvimento deixou, gradativamente, de ser algo natural e alheio às expectativas e aos desejos dos grupos sociais que foram alvo de suas intenções. Os esforços teóricos mais críticos, a insatisfação manifestada pelos movimentos sociais e os resultados de experiências concretas com práticas alternativas tornaram a noção de desenvolvimento muito mais complexa e relacional. A dimensão local dos processos passou a ser mais considerada. Este movimento de mudança parece ter ocorrido por meio da mobilização e da articulação dos mais diversos enfoques teóricos, fossem eles rotulados como convencionais ou alternativos.

Os conhecimentos sobre a promoção do desenvolvimento foram apropriados por diversos atores e empregados para responder a uma variada gama de especificidades e demandas enfrentadas no cotidiano de suas ações. Neste processo, distintas concepções se mesclaram e se transformaram. Conseqüentemente, os valores, objetivos e métodos tidos como convencionais sofreram significativas mudanças. Hoje em dia, por exemplo, tornou-se consensual a idéia de que a promoção do desenvolvimento, para ser bem sucedida e alcançar legitimidade, deve abranger um tipo de participação mais efetiva das organizações locais e das próprias pessoas envolvidas nos processos. A possibilidade de participação ativa poderia fortalecer as organizações locais, criando novos laços sociais, incrementando a capacidade de interferência no campo político e, como conseqüência, desenvolvendo a capacidade de manutenção e ampliação de conquistas adquiridas (KORTEN, 1987, PIETERSE, 1998, TENDLER, 1999).

Esta mudança de valores vem tendo um significativo impacto na construção de estratégias de intervenção, contribuindo para relativizar o domínio econômico

prevalecente e abrindo espaço para a realização de outros objetivos, para os quais os indicadores de desenvolvimento humano e social têm maior importância do que os que apenas aferiam a ocorrência de crescimento econômico (STIGLITZ, 1998). Obviamente, estas mudanças não aconteceram da noite para o dia nem foram generalizadas. Representam uma tendência geral e histórica que varia de acordo com os condicionantes da situação ou do caso a ser observado. Na institucionalidade governamental, embora tenha havido avanços consideráveis, no plano macro, os constrangimentos dos ajustes estruturais, de cunho monetário, e, no plano do cotidiano das ações, a lentidão do tempo burocrático no qual se processam as modificações representam empecilhos importantes a mudanças mais radicais. Por conta das características mais conservadoras das instituições e organizações públicas, foi no campo da institucionalidade não-governamental que alternativas e inovações locais se tornaram visíveis e contribuíram de modo mais significativo para a revisão de concepções, métodos e ações para a promoção do desenvolvimento (FISHER, 1998).

É claro que a ação das ONGs que se dedicam à promoção do desenvolvimento não pode ser tomada como homogênea ou conducente a uma única direção de mudanças, supostamente em prol de um outro tipo de desenvolvimento, alternativo e livre de contaminações por valores convencionais, como imaginam ou defendem alguns teóricos e ativistas. Como argumenta PIETERSE (1998), a ação das ONGs, imensamente diversa, também representa uma continuidade da idéia e da necessidade de promoção do desenvolvimento. Por meio das ONGs houve uma significativa transferência de recursos de agências governamentais e privadas dos países mais ricos para os países mais pobres, o que evidencia as inter-relações entre “alternativos” e “convencionais”. Foi deste modo que se legitimou, desde a década de 1940, a política internacional de apoio ou cooperação ao desenvolvimento (MOLLER, 1991). Parte desta política foi construída pressupondo que as ONGs e outras entidades privadas poderiam exercer determinadas funções de modo mais eficiente (e mais barato) do que os governos dos países pobres. Por isso, “tanto os neoliberais quanto seus críticos acerbos gostam das ONGs” (TENDLER, 1999, p.14). Feitas estas ressalvas, cabe destacar, entretanto, o que a ação destes agentes, tão próximos às organizações dos movimentos sociais de base, trouxe de novo para a construção de outros discursos extensões rurais institucionalidades que buscam repensar os valores, métodos e estratégias de desenvolvimento.

2.5 As ONGs e a articulação de outros discursos para repensar o desenvolvimento

No Brasil, as ONGs representaram uma novidade institucional ao trazerem à cena novos padrões de interação e organização dos discursos, das idéias e de determinados meios organizacionais disponíveis para a promoção do desenvolvimento. Estes conhecimentos circularam por diversas “redes de discursos críticos”, por meio das quais se socializaram novas concepções.⁶⁵ Foram, e ainda são, agentes fundamentais para a publicização de várias temáticas (VIEIRA, 2001). Junto com diversas

⁶⁵ “Redes de discursos críticos” foi uma expressão utilizada por EMIBAYER & SELLER (1998, p.739) para explicar o modo como determinados atores “seek to extend the influence of certain tendencies already extant within civil society within and across more established institutions and institutional sectors”.

organizações de base e organizações de movimentos sociais, trataram de articular e incrementar processos microsociais que buscavam alternativas de produção mais bem apropriadas às demandas de grupos sociais historicamente subordinados, contribuindo, ao mesmo tempo, para afirmar ou reafirmar identidades construídas pela ação daqueles grupos (FRANK & FUENTES, 1989, SANTOS & RODRÍGUEZ, 2002).

Estas características gerais, e bastante positivas, no entanto, devem ser atribuídas, principalmente, ao conjunto das ONGs que Leilah Landim definiu como “históricas” (LANDIM, 1998). A ação destas ONGs, inicialmente oposta ao Estado e descolada dos incentivos dos governos, tornou-se, com o passar do tempo, cada vez mais relacionada à crescente transferência de responsabilidades e recursos das instituições e organizações governamentais para as não-governamentais, o que contribuiu, naturalmente, para o abrandamento das propostas ou ideais mais radicais que caracterizavam os primórdios de sua ação social, conduzindo-as a uma postura política de maior colaboração com as institucionalidades governamentais e suas propostas de revisão e reforma das políticas públicas direcionadas aos setores populares. Neste contexto, o principal impacto de sua ação, ao longo de três décadas, talvez tenha sido a disseminação da idéia de que o Estado e os atores econômicos não estavam sozinhos na determinação dos rumos das políticas de promoção do desenvolvimento. Foi ficando evidente que na disputa política por esta determinação tinham entrado em cena novos atores e novas concepções.

A ação destas organizações teve um papel importante na produção de mudanças significativas na institucionalidade da promoção do desenvolvimento. A medida do alcance destas mudanças pode ser percebida em diversos níveis das relações sociais: no modo como se articularam e se difundiram novas visões sobre o tema, influenciando a pesquisa acadêmica e a formação profissional⁶⁶; no surgimento de novos padrões e canais de interação, com a criação de redes de comunicação e solidariedade, que se desdobraram, em alguns casos, no fortalecimento da presença política de grupos locais; e na influência de sua ação sobre a gestão de políticas públicas com o surgimento de novas instituições.

Neste processo, as ONGs, junto com as organizações de movimentos sociais, contribuíram (fornecendo-lhes um quadro organizacional) para tornar pública a mobilização e a luta cotidiana de vários atores que movimentavam a sociedade desde suas localidades, reagindo ao poder determinante das estruturas, inventando novos modos para compreender e promover o desenvolvimento. Com isso, gradativamente, a agenda política da promoção do desenvolvimento mudou, abrindo espaço para novos temas, como, por exemplo, a necessidade de participação mais ativa dos beneficiários das ações, a importância do fator local ou territorial para a formulação de políticas públicas, a sustentabilidade como critério para a implementação de projetos, a consideração do papel da mulher, a necessidade de geração de tecnologias apropriadas às diversidades sociais e ambientais etc.

⁶⁶ Vimos anteriormente como a temática do meio ambiente tornou-se constitutiva do discurso oficial por meio da disseminação do discurso da sustentabilidade do desenvolvimento. Do mesmo modo, o ideal da participação dos grupos beneficiados por ações de políticas públicas ganhou importância nas intenções manifestadas pelos agentes que implementam tais políticas.

Obviamente, estas mudanças institucionais devem ser sempre compreendidas como processos sociais nos quais ocorrem determinações complexas e recíprocas. Assim, no momento em que as ONGs trabalhavam na mobilização de atores e no incremento de experiências alternativas e locais, houve um contexto estrutural mais amplo que, a partir dos anos 90, facilitou, por caminhos enviesados, a sua emergência institucional e a visibilidade pública de seus ideais. Naquele momento, as ONGs, a partir da microdinâmica de suas ações, fortaleceram um discurso do imaginário democrático que, ao clamar por justiça econômica e social, direitos humanos etc., reivindicava do Estado, dentre outras coisas, um maior protagonismo das organizações da sociedade civil na determinação dos rumos políticos da promoção do desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, o Estado, no plano das macroestruturas políticas, fortaleceu o discurso neoliberal que reclamava, dentre outros aspectos, a diminuição do seu tamanho, a redução de suas responsabilidades e a restrição de seu papel empreendedor, inclusive aquele relacionado às demandas sociais mais básicas, incentivando, diante da sua anunciada ausência, a ação social de organizações privadas ou voluntárias (DOIMO, 1995, NEVES, 2001, DAGNINO, 2002). Ambos discursos, embora essencialmente tão distintos, por força da conjuntura e por linhas tortas, se encontraram. Nos vínculos entre as dinâmicas macro e micro dos processos sociais, estes fatores se mesclaram à descrença nas práticas revolucionárias, tão caras aos ativistas sociais que lutaram contra o regime autoritário, e à chegada aos poderes executivo e legislativo, via eleições diretas, de vários políticos simpáticos às causas dos movimentos sociais. Neste processo, relativizaram-se posturas críticas mais radicais que afastavam aqueles ativistas de qualquer tipo de vínculo com a institucionalidade governamental. Este contexto contribuiu para explicar tanto a postura reformista predominante a partir de então, quanto a enorme aceitação das mudanças propostas pelas ONGs a partir dos anos 90.

Ao discutir a historicidade das ONGs e sua influência sobre mudanças institucionais na sociedade, é também importante compreender o lugar social que deu origem ao seu discurso sobre a promoção do desenvolvimento e o modo como ele foi socializado com outros atores. Uma primeira constatação indica que as ONGs construíram seus discursos a partir de suas ações com os grupos sociais mais carentes, beneficiários dos projetos que empreendem. Seus atores falam a estes grupos como assessores e, não raro, de certo modo, falam por eles quando diagnosticam sua situação, quando negociam com seus financiadores ou parceiros ou quando discursam à sociedade sobre o trabalho que executam. Portanto, ao mesmo tempo em que lhes proporcionam novas capacidades, estes agentes também estão interessados em apreender seus costumes, modos de vida e de produção para que possam traduzi-los, quando explicitados em outras redes de comunicação, em novas demandas que justifiquem seus projetos. Deste modo, também trabalham para re-significar as carências destes grupos a partir de sua visão sobre os processos de desenvolvimento e do diagnóstico que constroem das realidades nas quais trabalham. Detêm, portanto, uma posição privilegiada, para entender e traduzir demandas locais e para construir discursos alternativos que sejam compreendidos e aceitos quando falam para além das comunidades com as quais compartilham suas propostas.

Embora estejam mais próximos dos grupos locais, a origem de seus agentes é, geralmente, outra. Eles são, na maioria dos casos, profissionais originários da assim-

chamada “classe média” (FERNANDES & CARNEIRO, 1994). A análise da trajetória das ONGs históricas revela o predomínio de lideranças que tiveram acesso à boa formação acadêmica e política. Muitas vezes, a experiência prévia com projetos de desenvolvimento, em organismos internacionais, ou as relações firmadas com atores de organizações de financiamento dos países ricos atuam como facilitadores da viabilidade financeira das suas propostas. Embora sejam portadores de um discurso crítico com relação aos modos estabelecidos de condução das ações em prol do desenvolvimento, a sua origem lhes garante, nas esferas de debate mais convencionais – supostamente refratárias a novidades e mudanças – um nível de compreensão dificilmente alcançado pelos atores das organizações de movimentos sociais que, de um modo geral, são tão dependentes de mediadores para serem bem sucedidos em mesas de negociação. Os agentes das ONGs são profissionais que, obviamente, dominam a linguagem política e, não raro, também a linguagem acadêmica. Essa possibilidade de interlocução bem sucedida ilustra a histórica das influências recíprocas entre as distintas propostas sobre a promoção do desenvolvimento e a visibilidade e o alcance social das idéias, digamos, alternativas.

Para compreender melhor esta interação complexa entre distintas propostas, convém imaginarmos que as redes de discursos críticos, articuladas pelas ONGs, perpassam distintos modos pelos quais são construídas as mudanças nas estruturas sociais. Deste modo, estes discursos tanto se mesclam às mudanças latentes que vêm das bases da sociedade e são atribuídas aos movimentos sociais e às suas organizações quanto influenciam e são influenciados pelas mudanças latentes ou manifestas originadas da ação que ocorre nos meios político-administrativo e acadêmico.⁶⁷ No primeiro caso, ocorre um tipo de interação mais direta com atores que estão participando de mudanças cotidianas (muitas delas estimuladas pela ação das próprias ONGs), provocadas pela introdução de novos costumes, modos de vida, formas de relacionamento político ou modos de organização da produção. Neste caso, as redes de discurso tendem a ser mais horizontalizadas, prevalecendo, geralmente, uma maior partilha do poder de decisão entre os distintos atores envolvidos. No segundo caso, ocorre uma interação discursiva mais indireta, da qual participam atores cuja função social é conduzir mudanças ou reformas de modo planejado, provocadas por ações governamentais, administrativas ou educacionais. Neste caso, as redes discursivas por onde circulam propostas críticas ou alternativas tendem a ser mais verticalizadas, adentrando canais de comunicação mais institucionalizados, nos quais, geralmente, há uma hierarquização mais marcada e a partilha do poder decisório sobre mudanças é mais bem definida e centralizada.

Desta maneira, a estratégia das ONGs para a socialização de discursos que buscam repensar o desenvolvimento ocorre por diversas direções e diferentes níveis, buscando, entre distintos atores, angariar reconhecimento e legitimidade para a sua ação e, ao mesmo tempo, afirmar a identidade dos que constroem tais discursos alternativos. Se, por um lado, as ONGs e as organizações de movimentos sociais trazem à cena “novas formas de fazer política” (RICCI, 2002), expandindo o domínio político para abranger determinados valores e práticas cotidianas consideradas inovadoras, também é verdade que, por outro lado, têm que adentrar os canais políticos convencionais com um

⁶⁷ “Mudança social latente” e “mudança social manifesta” são categorias utilizadas por STOMPKA (1998, p.464) para explicar o modo como elas ocorrem na sociedade, enfatizando o papel dos movimentos sociais em seu desencadeamento.

repertório discursivo que seja compreendido e aceito por seus interlocutores. Este parece ser um requisito básico aos atores sociais que buscam, por meio de reformas, mudanças na sociedade. Neste caso, a estratégia de ação das ONGs dedicadas à promoção do desenvolvimento se aproximaria do que STOMPKA (1998, p.477) denomina de “lógica expressiva do vetor da mudança pretendida”, ou seja, sua ação luta para afirmar sua identidade institucional, imaginada como alternativa ao padrão dominante, ao mesmo tempo em que luta para obter aceitação para os novos valores defendidos por sua proposta de mudança. Portanto, nesta perspectiva, a construção de suas propostas deve ter um caráter essencialmente articulador. Na prática, a busca de fontes discursivas distintas para a construção de propostas atua de modo a conectar interpretações que, salvo uma intenção e um método articuladores, não teriam maior aceitação entre os atores que decidem sobre a realização de mudanças na sociedade.⁶⁸ Assim, quanto menos radical for a proposta colocada em cena, maior será sua capacidade de aceitação pública e maior será sua capacidade de influenciar os processos de partilha do poder (DAGNINO, 2002).

Este caráter articulador (manifestado mais recentemente) da estratégia de ação das ONGs de desenvolvimento as afastaria da lógica instrumental do tipo de ação social que luta pela conquista do poder político para, por seu intermédio, impor as mudanças pretendidas na sociedade. Quanto à abrangência da mudança pretendida, a natureza da ação das ONGs de desenvolvimento a situa, portanto, entre os atores sociais reformistas. Sua estratégia de ação não busca rupturas ou uma mudança total das estruturas, está mais próxima à participação ativa – geralmente por meio de canais institucionais tradicionais – nos processos de mudança parcial dos discursos políticos, das instituições, dos mecanismos estabelecidos do poder (principalmente o local) e, mais especificamente, no caso das ONGs de desenvolvimento rural, nos processos de mudanças culturais relacionadas aos modos sociais de organização da produção.

Ao tratar diferentes tipos de movimentos sociais, STOMPKA (1998, p.474) propõe que eles devam ser diferenciados, dentre outros aspectos, em relação à qualidade da mudança que pretendem provocar nas sociedades. Deste modo, os movimentos podem ser diferenciados entre “progressistas”, quando enfatizam a inovação cultural, lutando para “introduzir novas instituições, novas leis, novas formas de vida [ou] novas crenças”, e “conservadores ou retroativos”, quando o objetivo de sua ação é “restaurar instituições, leis, modos de vida e crenças estabelecidas no passado e desgastadas ou abandonadas no curso da história”. Olhando para a proposta de mudança contida nos discursos das ONGs de desenvolvimento, percebemos como, na prática, os ideais progressistas e conservadores convivem lado a lado, sem que haja uma clara distinção entre os pólos.

Considerando o caso daquelas que trabalham com a temática rural, notamos como a sua proposta tanto aponta para inovações institucionais quanto para a restauração de algumas características de antigos modos de vida e de produção. Inovam quando, por exemplo, reagem à centralidade administrativa e burocrática, característica tradicional das agências governamentais, e ao propor um maior protagonismo das

⁶⁸ A agroecologia, como proposta de reconversão dos sistemas produtivos em prol de métodos ecologicamente corretos, por exemplo, não teria tido uma enorme aceitação se não estivesse relacionada à criação de nichos de mercado extremamente lucrativos para aqueles aptos a explorar a força comercial propiciada pela revalorização de produtos tradicionais, supostamente livres de agrotóxicos e mais saudáveis.

organizações locais e dos próprios agricultores na determinação dos rumos dos projetos que implementam. Ao relaxarem o poder da autoridade e de decisão do agente externo ou dos especialistas que buscam elaborar diagnósticos e difundir novas tecnologias, as ONGs tratam de tornar os processos de assessoria mais complexos, contingentes, multi-determinados e, principalmente, mais politizados. Desta forma, idealmente, rompem com determinados mecanismos de clientelismo, troca de favores ou personalismo tão comuns nas relações entre agentes de desenvolvimento e populações locais. Por outro lado, a mudança pretendida assume um caráter conservador ou retroativo quando, ao reagir a um tipo de modernização dos processos de produção na agricultura, olha para o passado e busca resgatar antigos padrões ou modos de vida mais comunitários, nos quais a organização da produção é baseada no trabalho familiar e em tecnologias mais rudimentares, de baixo impacto sobre o equilíbrio ecológico do meio ambiente.

Neste caso, a qualidade da mudança proposta pelas ONGs está principalmente relacionada à construção de um outro interesse público sobre a promoção do desenvolvimento. Por meio de sua ação, é possível perceber como foi mudando a percepção geral sobre as carências dos grupos-alvo de ação. Como argumenta ESCOBAR (1995), o “discurso das necessidades” vinha sendo historicamente construído pelos especialistas, por técnicos com qualificação para diagnosticar e traduzir tais necessidades em objetos da administração estatal. A satisfação destas necessidades colocava as organizações dos agricultores, por exemplo, como clientes em relação ao Estado e às políticas públicas. A ação das ONGs de desenvolvimento, ao politizar estas necessidades ou carências, modificou esta relação assimétrica de poder a favor dos grupos sociais de base ou das organizações de movimentos sociais.

Se, num primeiro momento esta mudança foi bastante molecular, limitada à interação local entre comunidades atendidas e agentes de ONGs, ao passar do tempo e com o crescimento das redes de intercâmbio, a proposta de mudança alcançou certa influência nos modos de concepção sobre a promoção do desenvolvimento e na formulação de políticas públicas. As “necessidades básicas”, como consequência, deixaram de ser meramente econômicas ou de “infra-estrutura”. Para as ONGs, politizar estas necessidades ou carências, significou proporcionar qualificação técnica aos grupos trabalhados e às suas organizações, aumentando, desta forma, a sua capacidade de participação ativa nos processos decisórios que envolviam os projetos, ao mesmo tempo em que suas lideranças tornaram-se mais capazes de se fazerem ouvir nos fóruns deliberativos que encaminhavam mudanças públicas nos modos de promoção do desenvolvimento.

Um número bastante significativo de ONGs tem assumido essa tarefa [a da qualificação técnica] junto aos vários movimentos sociais. Várias delas – e outros setores da sociedade civil – concebem a questão da qualificação técnica como parte de uma qualificação mais ampla, onde a dificuldade central é enfrentar o peso de uma matriz cultural hierárquica que favorece a submissão frente ao Estado e aos setores dominantes, além de afirmar a política como uma atividade privada das elites (DAGNINO, 2002, p.285).

O processo de articulação de novos discursos para repensar o desenvolvimento, conduzido pelas ONGs e pelas organizações de movimentos sociais, chama a atenção para a dimensão política do desenvolvimento. Como argumenta PIETERSE (1998), o desenvolvimento está mais relacionado à política do que aos modelos explanatórios sobre como promovê-lo. As mudanças observadas nas três últimas décadas confirmam

esta assertiva. A promoção do desenvolvimento passou a ser relacionada à sua capacidade de possibilitar uma maior participação política das pessoas e grupos sociais na determinação dos valores, objetivos e métodos de ação das intervenções que lhes alcançam.

(...) estudos concretos de desenvolvimento podem ser reveladores de disputas políticas que embutem a luta pelo poder de definir direções para o desenvolvimento (exercido, principalmente, a partir do Estado) e pelo controle dos recursos que permitem para tornar efetivas as direções definidas. A validade do debate sobre as “melhores intenções de desenvolver” reside assim, na explicitação dos critérios para a definição de ações de desenvolvimento, como forma de permitir aos diversos atores envolvidos uma maior consciência – e, a partir dela, um maior controle – sobre as direções, sentidos e ritmos do desenvolvimento (MELO, 1999, p.119).

Em busca de alternativas para a promoção do desenvolvimento, as ONGs trilharam caminhos desbravados por vários teóricos que se dedicaram à revisão de concepções estabelecidas nos campos acadêmico e político. Em certo sentido elas puseram em prática diversas teorias que imaginaram uma outra sociedade, na qual os grupos oprimidos – para usar uma expressão corrente entre os ativistas das ONGs no auge de suas propostas de transformação social – poderiam ter outras possibilidades de emancipação.

III. AS TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS E O DESENVOLVIMENTO RURAL: A TRAJETÓRIA DA PTA-FASE

O objetivo deste capítulo é apresentar a experiência histórica da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), desde a sua criação, em 1983, até os dias atuais. Será dada ênfase ao processo de construção de suas propostas e aos modos como este processo influenciou e foi influenciado pelas mudanças conjunturais e pelas relações estabelecidas com as diversas instituições que dão suporte à ação da AS-PTA. Estaremos interessados em compreender os motivos e os fatores que, dado momento, tiveram maior peso em possíveis mudanças nos valores, nas concepções, nos modos de organização das propostas de ação e em suas estratégias.

Para alcançar tais objetivos, inicia-se situando a experiência da AS-PTA no contexto mais amplo das políticas governamentais de promoção do desenvolvimento rural. Deste modo, faz-se, inicialmente, uma caracterização do modo convencional pelo qual foi proposta, a partir dos anos 50, a modernização de amplos setores da agricultura brasileira, enfatizando o contexto dos anos 70, auge da difusão do modelo de desenvolvimento conhecido como revolução verde. Argumenta-se que a percepção social sobre as graves consequências sociais e ambientais da modernização parcial da agricultura, aliada ao contexto de democratização social nos anos 80, possibilitou o surgimento, por intermédio de vários movimentos sociais, de críticas à agricultura moderna (e às suas consequências) e de ações, pouco coordenadas, de busca de alternativas de produção aos principais prejudicados por aquele processo, os agricultores de base familiar.

Dentre os atores contestatórios, destaca-se a ação da AS-PTA e da rede de organizações por ela coordenada. A sua história revela, a partir da divulgação de uma proposta articuladora, de caráter reformista, a difusão do discurso sobre a possibilidade de uma outra agricultura, alternativa à convencional, chamando a atenção para a necessidade de valorização da agricultura tradicional, dos seus modos de organizar sistemas de produção e de vida. Neste processo, difundem novos significados, novas orientações simbólicas e culturais e novos questionamentos sobre os modos de promoção do desenvolvimento rural. As maneiras como estas novidades interagem com a rede de relações sociais que dá suporte à ação da AS-PTA foram determinando significativas mudanças em sua estratégia de ação.

3.1 Desenvolvimento desigual e predatório: a cor da revolução não era verde⁶⁹

No Brasil do final dos anos 70, os indicadores de produção agropecuária permitiam perceber a extensão das iniciativas governamentais para desenvolver o agro no decorrer da última década. A adoção de padrões tecnológicos modernos, associada à disponibilidade de crédito e de assistência técnica para uma parcela significativa de produtores rurais, representou, por um lado, a potencialização da capacidade produtiva da terra e do trabalho agrícola, possibilitando consideráveis ganhos em produtividade.⁷⁰ Em diversas regiões do país, as condições técnicas de produção agropecuária passaram por transformações radicais. Por outro lado, no desenvolvimento de suas bases materiais de produção, observou-se uma crescente subordinação da força de trabalho e dos processos de organização social da produção aos interesses econômicos imediatos e à sua racionalidade, ambos cada vez mais distantes da localidade e mais relacionados aos objetivos das macropolíticas de promoção do crescimento econômico, para as quais o desenvolvimento agrícola desempenhava um papel fundamental.⁷¹

Naquele contexto, a agricultura era estimulada a modernizar seus sistemas produtivos e sua base tecnológica, integrando-os, em diversos níveis, à indústria. Ao setor agrícola caberia fornecer matérias-primas tanto para a exportação quanto para suprir as necessidades dos centros urbanos, cujos processos de crescimento populacional traziam novas e crescentes demandas. A agricultura tradicional, de pequena escala de produção e baseada no trabalho familiar, histórica fornecedora de alimentos básicos, era vista como um problema, um obstáculo às intenções desenvolvimentistas (MARTINE, 1990).

No campo das teorias do desenvolvimento, entre as décadas de 50 e 60, período do auge do discurso da “revolução verde”, o setor agrícola tradicional passou a ser visto a partir de uma perspectiva que identificava nele uma série de impedimentos estruturais à realização dos ideais de progresso (ABRAMOVAY, 1985). A partir de 1965, no Brasil, sob o comando de um Estado autoritário – e, por isso, quase onipresente no cenário político – o principal objetivo traçado para a ação governamental foi promover a superação daqueles obstáculos. Este processo implicou, como ponto de partida, o fortalecimento de uma imagem negativa atribuída aos agricultores tradicionais, associando-os ao atraso, ao apego a maneiras ultrapassadas de organização social e de cultivo da terra e à resistência a mudanças.

⁶⁹ “Green is not the color of the revolution” foi o título de uma seção do artigo “The corporate seed”, publicado pelos editores da Revista Balai em 1983 (HOBELINK, 1990).

⁷⁰ Houve crescimento, na década de 70, no número de estabelecimentos rurais, principalmente nas regiões de fronteira agrícola (Regiões Norte e Centro-Oeste), diversificação da produção, expansão das áreas cultivadas, crescimento dos rebanhos e melhorias da produtividade do trabalho e da produtividade física das culturas e da criação animal (SZMRECSÁNYI, 1990, p.73).

⁷¹ Para GIDDENS (1991, pp.26-7), o “lugar” onde decorrem os processos sociais pode ser mais bem compreendido por intermédio da idéia de local, referido aos “cenários físicos da atividade social situada geograficamente”. A modernização, para ele, significa um processo de crescente esvaziamento do local, de transferência de seu poder instituinte, exercido sobre as relações sociais, para outras instâncias, situadas em outras esferas de sociabilidade. Deste modo, “o que estrutura o local não é apenas aquilo que está presente no cenário, a forma visível do local oculta relações distanciadas que determinam a sua natureza”.

Os modos tradicionais de fazer agricultura eram diagnosticados como dispendiosos no uso da mão-de-obra e geradores de baixa produtividade, portanto, pouco lucrativos. A estratégia governamental era promover transformações radicais na organização dos sistemas produtivos tradicionais, modernizando-os, sem que isto implicasse mudanças estruturais significativas na distribuição da propriedade das terras, uma demanda de várias organizações de trabalhadores rurais. Para desencadear tal processo, foram organizados aparatos de pesquisa agropecuária, ensino formal e extensão rural com o intuito principal de adequar setores da agricultura tradicional aos objetivos de promoção do crescimento econômico. Naquele contexto, a busca por maior produtividade agrícola tornou-se uma verdadeira obsessão entre os agentes governamentais. Sob esta ideologia, os extensionistas foram a campo, desencadear o que FONSECA (1985) denominou de “um projeto educativo para o capital”.

A partir da década de 70, o processo de modernização parcial da agricultura brasileira ganhou maior impulso e contornos estratégicos mais precisos. A promoção do progresso tecnológico dos sistemas de produção agrícola começou a ser disseminada de modo mais amplo e sistemático, desbravando, inclusive, novas fronteiras (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 1983). Neste processo, a transferência e a difusão de tecnologias foi, num primeiro momento, o modelo estratégico que guiou a ação dos agentes. A questão tecnológica tornou-se o centro do debate sobre as melhores maneiras para alcançar a modernidade (CARVALHO, 1982). As idéias do difusionismo, que davam suporte à intervenção dos aparatos de extensão rural, construíam uma visão simples e limitada sobre o processo de desenvolvimento, imaginando que as diferenças de produtividade observadas entre os agricultores de uma mesma região – ou até mesmo entre distintas regiões ou países – poderiam ser explicadas pela falta de conhecimento e de divulgação de tecnologias já existentes (e aplicadas com sucesso) em outros contextos. Estas tecnologias, uma vez difundidas aos agricultores tradicionais, e por eles adotadas, resultariam no incremento dos índices de produtividade.

Nesta perspectiva, a promoção do desenvolvimento era reduzida a um mero problema de comunicação e de mudança de comportamento (CAPORAL & COSTABEBER, 1994). Aos agentes de extensão rural bastaria trabalhar na difusão de tecnologias já conhecidas pela sua capacidade de promover ganhos em produtividade. Este seria o principal argumento levado aos agricultores para que eles as adotassem. Deste modo, a necessidade de pesquisa, experimentação ou adaptação de tecnologias foi, num primeiro momento, colocada em segundo plano e a extensão rural, como difusora de inovações, assumiu um papel preponderante na promoção da modernização da agricultura tradicional (ACCARINI, 1987, PINHEIRO, 1995).

Uma das características essenciais do difusionismo é a não consideração de variáveis estruturais; em contraposição, reduz-se a realidade social ao psicológico. Esta concepção se filia à “teoria da modernização”, em que a mudança social não se vincula a qualquer sistema produtivo e sim com o surgimento de novos comportamentos e orientações culturais (CANUTO, 1984, p.52).

Contudo, os resultados obtidos trouxeram a constatação empírica de que, na verdade, as tecnologias agrícolas possuíam uma elevada especificidade biológica e ambiental, ou seja, eram adaptadas às condições para as quais haviam sido criadas, fato que inviabilizava a simples transferência entre regiões distintas. Tal especificidade se revelava até mesmo entre agricultores de uma mesma região. Estes argumentos faziam

parte das idéias defendidas pelo economista Theodore Schultz e divulgadas em seu livro “Transformando a Agricultura Tradicional”, originalmente editado em 1965. Para Shultz, não era viável, do ponto de vista econômico, para os países pobres do Terceiro Mundo, uma política de promoção do reordenamento de amplos setores da agricultura tradicional. A sua tentativa, dispendiosa, implicaria, no final das contas, inexpressivos ganhos de produtividade (SCHULTZ, 1965). Da influência de suas idéias decorreu uma recomendação política importante. O público beneficiado pelos projetos de desenvolvimento deveria ser estratificado em categorias ou setores, de acordo com o seu maior ou menor potencial para gerar retorno econômico aos investimentos públicos. Esta estratificação deveria ser, doravante, a base para a elaboração de políticas públicas direcionadas à promoção do desenvolvimento rural. Na prática, esta recomendação legitimou a marginalização da pequena escala de produção, uma vez que o retorno econômico parecia ser uma prerrogativa das médias e grandes unidades, mais próximas à racionalidade empresarial das monoculturas, dependentes do uso intensivo de fatores modernos de produção, de áreas férteis mais extensas e de contínua assistência técnica.

O modelo de desenvolvimento baseado no uso de insumos modernos, teorizado inicialmente por Shultz, também argumentava que os agricultores considerados aptos à modernização produtiva não necessitariam apenas de novas tecnologias, mas de novos fatores de produção, isto é, insumos modernos a preços acessíveis que possibilitassem a superação de seu apego a técnicas e métodos tradicionais ou atrasados. Seguindo esta recomendação, as políticas de crédito rural prestaram o apoio necessário à conversão dos sistemas de produção. Para GRAZIANO DA SILVA *et al* (1983, p.29), “o sistema de crédito rural para custeio e investimento a juros subsidiados tornou-se inegavelmente o agente catalisador, a condição necessária da modernização da agricultura”. Para apoiar a modernização, a extensão rural, além de difundir novas tecnologias e assessorar os agricultores para utilizá-las de modo mais eficiente, deveria orientá-los a gerir empresarialmente seus processos produtivos.

Este modelo de promoção do desenvolvimento rural, via modernização seletiva, encontrou ampla aceitação entre aqueles que planejavam as ações das agências governamentais ao longo dos anos 70. A opção pelo crescimento econômico direcionou os esforços da pesquisa agropecuária e da assistência técnica para determinados tipos de produtos (aqueles com maior potencial de exportação) e produtores, aqueles que demonstrassem maior receptividade às mudanças propostas pelos técnicos e, conseqüentemente, maior potencial de retorno econômico aos investimentos feitos. Dando suporte a este sistema, as universidades e escolas agrotécnicas públicas, espalhadas pelo Brasil, em consonância com os objetivos dos diversos Centros de Pesquisa e Experimentação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), dedicaram seus esforços para a sua viabilização.

No auge desse processo de modernização, as instituições brasileiras de pesquisa agropecuária – dentre elas o IAPAR⁷² – foram levadas a especializarem recursos humanos e a priorizar seus programas de pesquisa para as atividades de monocultura. Inúmeros temas de pesquisa foram remetidos para serem implementados, sem que se considerasse a necessária compreensão do trabalho e a organização regional da agricultura e dos agricultores (IAPAR, 1986).

⁷² Fundação Instituto Agrônomo do Paraná.

Ambos aparatos, o de pesquisa e o de ensino, passaram os anos 70 legitimando os direcionamentos políticos do projeto modernizador. A pesquisa aplicada tratou de enfatizar a adaptação de tecnologias agropecuárias importadas, enquanto o ensino agrônomo baseava seus projetos pedagógicos na reprodução de receituários e manuais (com forte influência norte-americana) que pouco ou nada tinham a ver com a diversidade real vivida pela maioria dos agricultores. O pensamento crítico ainda era embrionário naquela época. A depender dos acadêmicos e pesquisadores, encantados com as possibilidades tecnológicas da modernização, a integração do sistema social objetivada pelo ideário modernizante estaria assegurada.⁷³

As estratégias políticas de reprodução deste padrão de desenvolvimento passavam pela manutenção da estrutura fundiária, com o incentivo à predominância de médias e grandes propriedades e pela colonização das áreas de fronteira. Os elevados índices de produtividade da agricultura de larga escala, obtidos a partir de então, mantinham-se às custas de pesados investimentos em insumos químicos e mecânicos, da exploração do trabalho assalariado e de uma sistemática exaustão dos recursos naturais (GRAZIANO NETO, 1985). Os altos investimentos eram necessários para garantir a máxima artificialização dos ambientes utilizados, possibilitando a instalação e o bom rendimento dos monocultivos. Sem insumos como fertilizantes químicos e agrotóxicos, uso intensivo de maquinário para o preparo dos solos e irrigação abundante não seria possível garantir a produtividade dos cultivares geneticamente melhorados. Eles eram “melhorados” justamente para responder à máxima artificialização do meio ambiente, à mecanização e a quantidades crescentes de fertilizantes químicos (EHLERS, 1999).

Ao contrário das médias e grandes propriedades, as pequenas unidades de produção baseadas na mão-de-obra familiar, foram postas à margem dos incentivos governamentais, embora delas viesse a maior parte dos gêneros alimentícios básicos.⁷⁴ Quando algum programa governamental as alcançava, estabelecia-se, como regra, uma relação bastante desigual entre os técnicos e os agricultores. Os técnicos geralmente detinham os conhecimentos considerados válidos e o poder de decisão. Os pacotes tecnológicos disponibilizados aos agricultores associavam o crédito à aceitação de uma proposta de mudança do sistema produtivo. O poder de negociação dos agricultores era praticamente nulo. Para ter crédito e assistência técnica eles deveriam se submeter a projetos fechados e a técnicas que, muitas vezes, lhes eram estranhas e de difícil compreensão. A resistência dos agricultores às novidades impostas pelos técnicos era vista como teimosia, medo da mudança, apego ao passado, falta de iniciativa e de caráter empreendedor. As estratégias extensionistas, naquele contexto, não viam a agricultura como um modo de vida, reduziam-na ao emprego de técnicas e modos de organização da produção para torná-la economicamente mais eficiente. Assim, os

⁷³ Logicamente, houve exceções profissionais que começaram, pouco a pouco, a despertar um pensamento crítico sobre as consequências sócio ambientais da modernização da agricultura. Um exemplo foi a atuação da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), que se apresentaria, nos final dos anos 70, como uma das principais articuladoras dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA), ocorridos a partir do início dos anos 80 (FEAB, 1987).

⁷⁴ De acordo com GRAZIANO DA SILVA *et al.* (1983, p.29), em meados dos anos 70, o conjunto dos estabelecimentos rurais com até 30 ha de área total representavam 83% do total dos estabelecimentos. Embora ocupassem apenas 14% do total de terras agricultáveis, produziam 43% do valor total da produção agropecuária. Para estes estabelecimentos eram direcionados 21% do valor total dos financiamentos agrícolas. Os estabelecimentos com até 50 ha “aglutinavam quase 70% da força de trabalho total empregada na agricultura brasileira, sendo que retêm 83% do total da mão-de-obra familiar não remunerada”.

agricultores tornavam-se agentes passivos do processo difusão das tecnologias modernas, deveriam executar as receitas comunicadas pelos técnicos. A racionalidade da proposta moderna encontrava-se no técnico extensionista, um mero divulgador de pacotes tecnológicos. Este processo também implicava uma crescente perda dos referenciais cognitivos destes agricultores, acumulados com a experiência de seu trabalho no cultivo da terra (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 1983, CANUTO, 1984).

(...) quando se questiona a tecnologia veiculada através da Revolução Verde, titulada de moderna, questiona-se também o tipo de relação que foi instituída frente ao saber do agricultor, pois conjuntamente com este, instalou-se a autoridade suprema do pesquisador e do extensionista; os técnicos é que possuíam a primeira e a última palavra, eram os que sabiam e que tinham a melhor saída para os agricultores (ALMEIDA, 1996).

O modelo que impulsionou a modernização parcial do agro brasileiro foi mantido, inicialmente, sob o suporte financeiro de vários programas internacionais de ajuda econômica aos países em desenvolvimento. Estes programas visavam possibilitar recursos financeiros para a formação de estruturas administrativas (extensão rural e pesquisa agropecuária, principalmente) capacitadas a difundir os ideais modernizantes, ao mesmo tempo em que possibilitavam recursos aos agricultores para o financiamento dos insumos e máquinas necessários à modernização dos sistemas de produção. O Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford estavam entre os principais agentes envolvidos neste processo. A partir da segunda metade da década de 70, a abundância dos recursos canalizados por estas instituições foi minguando, em decorrência da crise do petróleo. Os limites à expansão da modernização tornaram-se maiores com a crise econômica que o Estado brasileiro atravessou na década seguinte, como consequência das dificuldades para pagar os encargos da dívida externa. A escassez de recursos, aliada às manifestações dos movimentos sociais e à proliferação de estudos acadêmicos que davam conta das nefastas consequências sociais e ambientais advindas das insuficiências e parcialidades do modelo, contribuíram para o redirecionamento parcial dos objetivos da modernização ao longo das décadas de 80 e 90.

Analisando o contexto dos anos 70, GRAZIANO DA SILVA *et al.* (1983) afirmaram que o principal efeito social da modernização da agricultura brasileira foram os diversos tipos e graus de expropriação aos quais foram submetidos os agricultores mal ou simplesmente não adaptados aos requisitos das estratégias modernizantes. A principal expropriação era a relativa à perda da posse ou da propriedade da terra de cultivo e criação. Às consequências sociais da modernização dos processos produtivos da agricultura somaram-se os desdobramentos sociais e ambientais da ocupação de novas fronteiras agrícolas (principalmente nas regiões Centro-Oeste e Norte) e da expansão das grandes unidades de produção monocultoras, baseadas em intensa mecanização e uso, em larga escala, de insumos químicos – fertilizantes e inseticidas, principalmente – culminando em processos de degradação dos recursos naturais (GRAZIANO NETO, 1985).

No final dos anos 70, evidenciando uma das consequências das estratégias de modernização do agro, os conflitos por posse de terras eclodiram dispersamente por todo o país. Os agricultores que produziam em pequena escala tinham cada vez maiores dificuldades para se manter no campo. Naquele cenário, a luta pela permanência na terra assumiu um papel preponderante e trouxe à cena novos atores na busca de alternativas, principalmente políticas, às diversas formas de expropriação. Os agricultores *atingidos*

por barragens organizaram-se em um movimento que buscava a reconstituição de seus modos de vida e de trabalho, após serem deslocados de suas terras para dar espaço à construção de usinas hidroelétricas; no Norte do país, os *seringueiros* resistiam à decadência de sua atividade extrativista e à invasão dos pastos, que destruíam os seringais nativos; e os *pequenos produtores*, à margem das benesses da modernização, vislumbravam poucas alternativas à sua reprodução social. Muitos desses agricultores:

(...) ou perderam suas terras ou percebiam que seus filhos dificilmente teriam acesso a ela, e constituíram o contingente que acabou por conformar a identidade política de “sem-terra” (...) Além disso, outras reivindicações emergiam e requalificavam a questão agrária. As demandas por parcelas de pequenos produtores, que conseguiram se tecnificar, por melhores preços para os seus produtos, por crédito etc., e as mobilizações decorrentes mostravam a existência de um vasto segmento que, embora detentor da propriedade da terra e, em alguma medida, beneficiário do desenvolvimento tecnológico dos anos 70, necessitava de políticas específicas de apoio para garantir suas condições de produção e tornavam o Estado objeto de interpelação (MEDEIROS, 1994, pp. 15-6).

O processo gradual de abertura política e redemocratização social, no final dos anos 70 e início dos 80, possibilitou a vocalização destas várias demandas.⁷⁵ As novas formas de organização e de encaminhamento das lutas no campo tinham os agentes pastorais de setores progressistas da Igreja Católica – aqueles mais próximos aos ideais da Teologia da Libertação – como os seus principais mediadores, sobretudo os atuantes na Comissão Pastoral da Terra (CPT) (SCHERER WARREN, 1989, p.41)⁷⁶. Nos discursos construídos pela diversidade de atores, na época, sobressaía a constatação de que a luta pela terra não acabava com a conquista de sua posse, havia necessidade de criar alternativas à permanência, no campo, dos agricultores que produziam em pequena escala e que tinham a mão-de-obra familiar como principal meio de suporte aos sistemas de produção.

Naquele momento, formava-se um amplo e heterogêneo campo de contestação e de crítica endereçado às políticas públicas de desenvolvimento direcionadas para o agro. A modernização da agricultura era questionada por seu caráter conservador e parcial. Aos novos movimentos sociais e aos seus mediadores interessava questionar o perfil centralizador das intervenções governamentais e buscar espaços políticos para realizar as mudanças reivindicadas. Neste vasto campo de contestação, a busca por estratégias de ação alternativas era enfrentada por grupos da sociedade civil que se fundamentam em distintas concepções políticas, objetivos e metodologias de ação. A nível nacional, o padrão tecnológico da agricultura moderna passou a ser questionado por sindicatos de trabalhadores, por cooperativas rurais, por organizações de produtores, por associações

⁷⁵ Para SCHERER-WARREN (1989, p.42), as mais importantes formas de organização no campo, surgidas até meados dos anos 80 foram: O Movimento dos Agricultores Atingidos por Barragens (a partir de 1976, com Sobradinho e Itaparica no Nordeste; de 1978, com Itaipu Binacional; na década de 80, na Bacia do Rio Uruguai nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Tucuruí, no Pará, dentre outras), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (a partir de 1979, no Sul e Sudeste) e o Movimento de Mulheres Agricultoras (a partir de 1981). Outras três mobilizações populares tiveram importância ao “incorporarem de forma emergencial alguns elementos de conscientização sobre um novo modo de fazer política”, quais sejam: o movimento de saques no nordeste (durante a grande seca de 1979-83), o movimento de bóias-frias, com suas greves, a partir do final da década de 70, e a mobilização dos seringueiros no norte do país.

⁷⁶ Esta autora também destaca a participação “de uma corrente do sindicalismo no campo denominada de ‘novo sindicalismo’ ou ‘sindicalismo combativo’”. A novidade destes movimentos sociais estaria nas novas formas de organização, que privilegiariam “a luta pela ampliação do espaço da cidadania, incluindo-se aí a busca de modificações em nível de relações sociais cotidianas” (SCHERER WARREN, 1989, p.42).

profissionais e estudantes, por grupos eclesiais de base etc (SOTO, 1992, ALMEIDA, 1994). No contexto internacional, este questionamento podia ser percebido em discursos e ações da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Banco Mundial e de diversas ONGs norte-americanas e européias. Alguns marcos históricos deste contexto foram apresentados no segundo capítulo.

É neste amplo e difuso contexto que se fortalece o debate sobre as possibilidades alternativas à agricultura moderna, por diversos atores diagnosticada como seletiva (beneficiadora de determinados segmentos, produtos e regiões) e ambientalmente insustentável. Entre os diversos críticos da agricultura moderna erigia-se um diagnóstico consensual, afirmando que a lógica deste padrão de desenvolvimento inviabilizava os agricultores que produziam em pequena escala e sob condições estruturais precárias. As propostas em discussão apontavam para a busca de alternativas tecnológicas e organizacionais; para a busca de tecnologias de produção mais baratas, mais acessíveis, mais adaptadas às condições daqueles agricultores marginalizados pelas estratégias modernizantes. Os novos processos e as novas tecnologias deveriam estar mais bem adaptados às regiões remotas, com sérios limitantes agroecológicos à produção e deveriam responder, apropriadamente, às demandas locais de organização da produção. Para além da luta pela terra, os mediadores e os assessores dos movimentos sociais viam-se impelidos a enfrentar a questão do desenvolvimento das pequenas propriedades.

3.2 A crítica às consequências da modernização e a busca de alternativas

Os anos 80 marcaram a gradual redemocratização da sociedade brasileira. Foi um período de retomada da participação política dos grupos e organizações que permaneceram à margem da institucionalidade pública durante o regime militar. Naquele momento começou a ganhar força um amplo movimento de contestação da agricultura moderna e do modelo de desenvolvimento que lhe dava suporte, influenciando, gradativamente, significativas mudanças nos discursos oficiais sobre a promoção do desenvolvimento rural. Estas mudanças ou adaptações partiam da constatação dos problemas enfrentados pelos pequenos produtores que, ou eram postos à margem das iniciativas governamentais ou, quando incorporados aos projetos e programas, tinham dificuldades de aceitação e de adaptação aos seus objetivos e métodos.⁷⁷

O debate sobre os rumos das mudanças na agricultura moderna ocorria em uma ampla e complexa rede de inter-relações. Alinhava-se às revisões das políticas de promoção do desenvolvimento econômico e às suas preocupações com o combate à

⁷⁷ A denominação “pequeno produtor” era, então, amplamente aceita e utilizada. Nas palavras de CARVALHO (1986, p.3), a pequena produção rural “é a unidade de produção que é administrada por um grupo doméstico (família singular e parentes) e cujo processo de trabalho apresenta como componente determinante a presença da força de trabalho deste grupo doméstico, utilizando-se ou não de capital intensivo para produzir. Isto pressupõe que a utilização da força de trabalho assalariada é esporádica, não se constituindo, portanto, na maior parte do total da força de trabalho consumida”.

pobreza e com a preservação ambiental. Os discursos construídos mediavam com os argumentos elaborados pelas agências internacionais de ajuda e cooperação técnica à promoção do desenvolvimento, com os debates acadêmicos, e com as reivindicações de ONGs e movimentos ambientalistas dos países ricos. No Brasil, a crítica à agricultura moderna originava-se de grupos progressistas das universidades públicas e das instituições de pesquisa e extensão rural. Envolvia, de certo modo, os sindicatos e os partidos políticos, mas encontrou sua maior expressão no encontro entre religiosos progressistas e ativistas de esquerda – que se deu, num primeiro momento, em meados dos anos 70, longe da institucionalidade pública – e da relação construída entre as organizações locais, nascidas daquele encontro, com organizações internacionais de financiamento a projetos de desenvolvimento.

Antes de analisarmos a construção dos discursos críticos originados no campo não-governamental, é preciso destacar que a busca de alternativas à promoção da agricultura moderna não foi uma exclusividade das organizações de apoio aos movimentos sociais ou da sociedade civil. Em determinadas agências do Estado havia uma crescente preocupação com necessidade de revisão dos objetivos do modelo de desenvolvimento rural dominante. Por um lado, o quadro de abertura política estimulava o afloramento de visões críticas sobre o modo convencional de promoção do desenvolvimento do agro. Por outro lado, embora houvesse um diagnóstico geral indicando a insatisfação com os resultados obtidos com o modelo de transferência de tecnologias, diante das demandas e dos problemas enfrentados pelos pequenos produtores, há de se considerar que a revisão nos objetivos e métodos das estratégias de modernização agrícola ocorreu, durante os anos 80, em uma conjuntura de severa crise econômica (PINHEIRO, 1995).

Naquele contexto, a promoção do desenvolvimento às custas do incentivo para a extensão do modo de produção agricultura de larga escala, fortemente baseado no uso de combustíveis fósseis, tornou-se economicamente inviável para os países pobres (ALTIERE & MASERA, 1997). Ao associarmos ao fator econômico desfavorável a necessidade do Estado responder as demandas dos agricultores não beneficiados pela modernização e, em um outro plano, responder aos reclames internacionais por uma maior responsabilidade ambiental dos processos de crescimento econômico, perceberemos a amplitude das motivações que animavam a reorientação nos discursos governamentais sobre a promoção do desenvolvimento nos anos 80. Alguns organismos internacionais passaram, por exemplo, a recomendar “soluções simples para problemas complexos”.⁷⁸

Numerosas experiências geradas nos países da América Latina e Caribe demonstram que o desenvolvimento agrícola e rural poderia ser promovido através de modelos alternativos eficazes baseados no uso mais intensivo dos recursos existentes nas unidades de produção e nas comunidades rurais, sem necessidade de depender tão fortemente da introdução de elementos externos, que, como a experiência mostra, são caros e insuficientes. O principal recurso é o produtor ele mesmo e este recurso, sim, é abundante. O modelo proposto se baseia, portanto, em incrementar o alcance e a eficácia do principal recurso complementar – a capacitação do produtor e de sua família – para melhorar a produtividade e eficiência com que este utiliza os recursos e serviços a sua disposição (FAO, 1991, p.1).

⁷⁸ Subtítulo de uma influente publicação, de 1988, da Oficina Regional da FAO para a América Latina e Caribe (FAO, 1991).

Estas recomendações, interessadas na busca de alternativas baratas à promoção do desenvolvimento, lançavam um olhar sobre as diversas experiências locais – conduzidas, na maioria dos casos, por ONGs – e sobre a crescente literatura internacional que orientava tais iniciativas. A crítica à agricultura moderna, elaborada nos ambientes institucionais responsáveis por sua propagação, associava-se, de modo peculiar, aos argumentos ambientalistas e incorporava idéias de estudos antropológicos para afirmar que a promoção do desenvolvimento deveria se tornar ecologicamente mais sustentável e ter “o produtor como protagonista e beneficiário de seu próprio desenvolvimento” (FAO, 1991, p.1). Estas recomendações tinham origem uma literatura que argumentava sobre a falência do padrão tecnológico da revolução verde e buscava um novo modelo para a promoção do desenvolvimento. O diagnóstico era claro:

This is a time for reassessment of research and development strategies for farmers of the third world. The “green revolution” of the 1960s has had dramatic impacts in food production especially with the new high yielding varieties (HYVs) of wheat and rice, but small farmers on rain fed lands have not benefited nearly as large operators of well irrigated farms. Although in some cases small farmers have clearly benefited from HYVs, it has become increasingly clear that a simple “trickle down” process will bring them few of the potential fruits of agricultural research and development. Without a new strategy designed to meet the needs of small farmers, we can expect the much publicized strata of the rural poor to remain in their depressed condition (WHYTE, 1977, p.51).

Nesta revisão dos discursos estava inclusa uma crítica às concepções científicas e metodológicas que embasavam o processo de modernização da agricultura tradicional. Em “*Rural development: putting the last first*”, um texto de enorme repercussão, Robert Chambers, sintetizando estudos desenvolvidos desde meados dos anos 70, argumentou que os erros cometidos nos processos de promoção do desenvolvimento estariam principalmente relacionados à reprodução, na relação entre técnicos e agricultores, do mesmo caráter de dominação que caracterizava as mediações entre os países ricos e pobres. Os técnicos tendiam a impor aos agricultores a sua visão sobre os meios mais apropriados para superar seus problemas sem, no entanto, levar em conta a visão destes agricultores (CHAMBERS, 1983). Para ir além desta mentalidade autoritária, Chambers propunha permitir aos agricultores o protagonismo dos processos de desenvolvimento, incentivando a sua participação.⁷⁹ Para isto, argumentava que os profissionais de desenvolvimento necessitavam de novos enfoques e métodos para que pudessem interagir e conhecer melhor a realidade dos agricultores, valorizando, neste processo, os conhecimentos construídos à margem do pensamento científico tradicional. No final das contas, previa, este esforço remodelaria o próprio conhecimento científico.

Os valores profissionais dominantes entre os cientistas envolvidos em pesquisa agropecuária prejudicam a sua capacidade de trabalhar com os pequenos produtores (...) é necessário que lhes alterem estes valores e comportamentos para que possam entender melhor o pequeno produtor e o meio em que vivem e, também, que este fato se reflita na pesquisa agropecuária por eles realizada. Para entender as mudanças necessárias, devemos iniciar não pelos pequenos produtores, mas por aqueles que buscam conhecê-los melhor (CHAMBERS, 1984, p.5).

⁷⁹ Colocar o agricultor em primeiro lugar nas intenções e no planejamento dos programas tornou-se a designação de um enfoque de desenvolvimento amplamente difundido no início dos anos 80, o “*Farmer First*”. Robert Chambers tornou-se internacionalmente conhecido como um dos precursores das metodologias participativas de diagnóstico rural, atualmente trabalha para o Institute of Development Studies da Universidade de Sussex, Inglaterra.

Ao longo da década de 80, os serviços de extensão rural foram reorientados a intensificar sua presença junto aos pequenos produtores, pautando seus objetivos pela promoção da participação, com ênfase em métodos educativos (PINHEIRO, 1995). Naquela época, a mercantilização do mundo rural, como resultado da modernização dos sistemas produtivos, estimulou o aparecimento de diversas cooperativas de produção (que geralmente tinham um serviço de assistência técnica próprio) e de empresas privadas de prestação de assessoria técnica (BRANDEMBURG, 1993). Contando com este aparato, os médios e grandes produtores se distanciavam dos serviços públicos, buscando orientação e assistência em cooperativas e empresas privadas. Este fato foi mais um incentivo para que os órgãos oficiais de extensão rural revissem objetivos e decidissem, afinal, qual seria o público-alvo prioritário de sua intervenção.

Há quem diga que a extensão rural teria revisado sua política e diretrizes de trabalho em virtude do risco de se ter o criador devorado pela criatura, já que os produtores de médio e grande porte optaram por receber orientação técnica através das cooperativas e da iniciativa privada. De qualquer modo, a característica de atividades agrícolas diversificadas na pequena propriedade exigiu da extensão rural a retomada do entendimento da “propriedade agrícola como um todo” e, portanto, da visão eclética e sistêmica dos problemas da agricultura (MUZILLI, 1989, p.144).

Também a pesquisa agrônoma viveu momentos de mudança. A recomendação era redirecionar as prioridades de pesquisa, deslocando a ênfase das grandes culturas e das ótimas condições de cultivo e criação para focar a situação dos pequenos produtores e de suas culturas de autoconsumo, geralmente conduzidas em condições ambientais precárias. O incentivo à participação dos agricultores – principalmente por meio de práticas de diagnóstico – e ao uso de enfoques de conhecimento mais sistêmicos tornaram-se elementos norteadores da reorientação dos discursos sobre pesquisa e desenvolvimento nos anos 80. Em 1981, por exemplo, o Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) deu início ao Programa de Tecnologias Poupadoras de Insumos, objetivando pesquisar e identificar aquelas tecnologias que “busquem mobilizar harmonicamente todos os recursos disponíveis na unidade de produção” (CNPq, 1981, p.4). No campo político, o acirramento da crise econômica e o crescimento dos movimentos sociais tiveram o mérito de colocar em debate os verdadeiros objetivos da intervenção governamental: afinal, a quem deveriam servir prioritariamente a pesquisa agrônoma e os aparatos de extensão rural? Este quadro conjuntural de incertezas contribuiu para reorientações e reformas no campo governamental da promoção do desenvolvimento rural.

No entanto, a apropriação do pensamento crítico sobre a agricultura moderna e sobre o processo de modernização foi, na institucionalidade governamental, relativizada pela conjuntura de crise econômica e pela conjuntura de crise do próprio Estado. Neste contexto, as alternativas tenderam a ser valoradas instrumentalmente e, quando muito, salvo raras exceções, representaram maquiagens discursivas, de alcance bastante limitado quanto às possibilidades de transformação da agência governamental em prol do desenvolvimento.

Tanto o [enfoque] Farmer First quanto o PRA [Diagnóstico Rural Participativo] mantém a mesma abordagem linear de intervenção planejada e os conceitos implícitos de desenvolvimento e participação não representam nenhuma mudança substancial em comparação a enfoques anteriores. Na prática, em consequência, os resultados estão fazendo pouca diferença (PINHEIRO, 1995, p.1341).

Entre os atores sociais que trabalhavam na construção de alternativas ao modelo convencional de desenvolvimento rural, difundia-se o diagnóstico que a questão não se limitava – como dava a entender a análise mais aceita entre os atores governamentais – a “trocar o sinal das prioridades”, democratizando o acesso dos pequenos agricultores aos modernos insumos de produção. Havia necessidade de uma “mudança de enfoque”, orientado por uma crítica radical às tecnologias que embasavam a propagação da revolução verde (ALMEIDA, 1991, p.4). Este desejo se manifestou no movimento em defesa da promoção de um tipo de agricultura que representasse uma opção à convencional.

No início dos anos 80, o movimento pela agricultura alternativa vicejou a partir do interesse de pequenos grupos de estudiosos e acadêmicos, professores e estudantes – principalmente de cursos de agronomia – que se mostravam mais sensíveis aos problemas ambientais e sociais surgidos com a modernização do agro e à necessidade de oferecer soluções a estes problemas. Por um lado, o movimento foi se difundindo no cotidiano de alguns cursos de agronomia, em palestras e encontros promovidos por organizações estudantis e de representação profissional. Por outro lado, longe da academia, o movimento ia se construindo por meio da ação de pequenos projetos técnicos conduzidos por profissionais, geralmente ligados a ONGs ou a ações locais de igrejas, que assessoravam organizações de pequenos produtores. Este movimento tinha motivações bastante amplas, algumas próximas a diversas vertentes do debate ambientalista, outras mais preocupadas com os impactos sociais da modernização e com a necessidade de fortalecer as organizações políticas dos pequenos produtores. Os seus protagonistas buscavam informações em uma literatura bastante restrita, cujos argumentos iam sendo socializados nos encontros e nas incipientes redes de comunicação que eram criadas.

As idéias sobre a promoção de técnicas alternativas na agricultura remontam, como informa EHLERS (1994), à implantação, em 1972, da Estância Demétria, no interior de São Paulo. Esta instituição era uma estação experimental que, utilizando princípios e práticas da agricultura biodinâmica (formulada pelo alemão Rudolf Steiner), buscou gerar tecnologias alternativas para a recuperação da fertilidade de solos naturalmente pobres. O sucesso alcançado pela experiência se alardeou, despertando o interesse pelas práticas da biodinâmica. A crítica aos fundamentos da agricultura moderna ganhou reforço com a publicação, em 1976, de “Fim do futuro: manifesto ecológico brasileiro” (LUTZENBERGER, 1976). A primeira edição do livro do agrônomo José Antônio Lutzenberger, “vendeu, em bancas, 12.000 exemplares, e o restante da primeira edição, de 20.000 unidades, foi vendido rapidamente. A edição em formato de livro, de 10.000 exemplares, esgotou-se também em pouco tempo” (URBAN, 2001). No livro, Lutzenberger denunciava os efeitos perversos, para o meio ambiente, da expansão do industrialismo, propondo, no caso da agricultura, o desenvolvimento e a aplicação de métodos mais ecológicos.

Neste mesmo ano [1976], o professor Adilson Paschoal, recém chegado dos EUA, onde teve a oportunidade de conhecer as idéias de Rachel Carson, criava na ESALQ [Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz] uma disciplina sobre ecologia e recursos naturais. Em 1977, organizou um seminário para discutir os efeitos dos agrotóxicos sobre os agroecossistemas, iniciando nesta Faculdade uma discussão praticamente inédita (EHLERS, 1994, p.70).

Em 1979, Adilson Paschoal publicou “Pragas, praguicidas e a crise ambiental”, no qual argumentava que o uso crescente de agrotóxicos na agricultura moderna tinha um efeito paliativo no combate às pragas. Ao invés de eliminá-las aumentava-lhes a resistência aos seus princípios tóxicos e matava, indiscriminadamente, seus inimigos naturais, favorecendo o seu ressurgimento. Estas idéias, embora criticadas por inúmeros acadêmicos, foram amplamente difundidas, atraindo curiosos e adeptos ao debate sobre alternativas tecnológicas para a agricultura moderna. Naquele contexto, a Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo (AEASP) criou um grupo de trabalho para debater os problemas ambientais e sociais provocados pela modernização do agro. Este grupo, pouco depois, com o crescimento de adesões e do interesse pelo tema da agricultura alternativa, passou a pesquisar sobre experiências com métodos alternativos (GRAZIANO NETO, 1985).

Em 1980, Ana Primavesi, então professora da Universidade Federal de Santa Maria, publicou “O manejo ecológico do solo”, questionando os modos convencionais que eram utilizados para avaliar e para reproduzir a sua fertilidade natural. Primavesi defendia que os solos deveriam ser considerados como substratos vivos que davam suporte à produção agrícola, uma concepção que rompia com a percepção convencional que os imaginava como meros suportes mecânicos e químicos para as plantas. Estas diferenças de percepção implicavam recomendações técnicas bastante distintas quanto ao uso de adubos e fertilizantes químicos e, talvez mais importante, traziam à tona um debate sobre modos alternativos de compreensão e uso do conhecimento científico a respeito das interações entre a prática agrícola e o meio ambiente.

Este debate de cunho ambientalista dialogava com os argumentos que defendiam a necessidade de reforçar estratégias políticas que permitissem aos pequenos produtores permanecer no campo, em melhores condições, sem que para isto tivessem que, necessariamente, aderir aos pacotes tecnológicos da revolução verde. Contribuindo com este debate, em 1981, circulou um texto de João Bosco Pinto, intitulado “Tecnologia e pequena produção no desenvolvimento rural” (PINTO, 1981), no qual ele expunha o argumento que uma agricultura alternativa deveria reforçar os processos de organização e de resistência dos agricultores tradicionais no campo, ao mesmo tempo em que deveria buscar novas estratégias de produção e inserção nos mercados. Naquele mesmo início de década, Horácio Martins de Carvalho, então diretor de um departamento de economia rural da secretaria de agricultura do governo do Paraná, introduziu o debate sobre as tecnologias socialmente apropriadas, imaginando, naquelas tecnologias, uma alternativa para os pequenos produtores.

(...) se as tecnologias importadas não atendem satisfatoriamente às exigências objetivas dos países em desenvolvimento, torna-se necessário gerar nova tecnologia e um dos problemas que se coloca é fortificar e muitas vezes reestabelecer sua capacidade endógena de invenção e de inovação. Implica, entre outras coisas, a invenção e difusão de novos tipos de tecnologia e de novas formas de organização melhor adaptadas às condições locais (CARVALHO, 1982, p.34).

Estas idéias e ideais ganharam um importante fórum com a realização do I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), realizado em Curitiba pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), com o apoio da prefeitura municipal de Curitiba, então gerida por Jaime Lerner. O evento conseguiu mobilizar um

expressivo número de representantes de organizações públicas, privadas, lideranças de organizações de movimentos sociais, estudantes e acadêmicos em torno do debate sobre a questão tecnológica na agricultura, então o tema de maior atração. O encontro representou a oportunidade para apresentação de trabalhos técnicos e experiências práticas que buscavam alternativas tecnológicas à agricultura moderna. No campo político, foi uma oportunidade para articular várias alianças e organizações para conduzir os rumos do movimento pela agricultura alternativa.⁸⁰

A dimensão política do evento ganhou corpo em 1984, no segundo EBAA, realizado em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, quando vários secretários estaduais de agricultura, convidados ao evento, entraram em contato com o debate sobre a agricultura alternativa e com suas incipientes propostas (EHLERS, 1994). O evento aconteceria ainda em 1987, em Cuiabá, e em 1988, em Porto Alegre, reunindo, em cada um, cerca de quatro mil participantes.

O terceiro EBAA foi marcado por um embate entre dois enfoques distintos em relação à agricultura alternativa: de um lado, um grupo defendia que as mudanças sociais no campo deveriam preceder as mudanças de ordem técnica. Do outro lado, a idéia de que as transformações sociais viriam à deriva das mudanças tecnológicas. Este confronto de opiniões revelou a existência de frentes divergentes dentro do movimento e esfriou a idéia da criação de uma representação nacional para a agricultura alternativa (EHLERS, 1994, p.72).

Embora houvesse divergências sobre os rumos das propostas de mudança, os novos significados, orientações simbólicas e questionamentos postos em cena trouxeram enorme riqueza e diversidade ao debate sobre a promoção do desenvolvimento rural. Além disso, este movimento criou aquilo que MELUCCI (1996) chama de “noções de causalidade e pertencimento”, ou seja, apesar das diferenças internas, erigia-se um certo consenso sobre as causas principais do processo de marginalização dos pequenos produtores e também sobre os meios políticos e organizacionais necessários ao enfrentamento da questão. Além de novos sentidos, o movimento, ao colocar em contato pessoas, grupos, organizações que tinham algo a compartilhar sobre suas experiências com práticas alternativas, contribuiu para a construção de um consenso em torno da construção do significado e do valor cultural da noção de agricultura alternativa. De modo crescente, as pessoas se identificavam com a causa, o que indicava o compartilhamento de orientações simbólicas e significados que eram prontamente aceitos pelos atores envolvidos e que, paulatinamente, iam ganhando novos simpatizantes e interlocutores. A fala de Sílvia Gomes de Almeida, uma das lideranças deste movimento, ilustra bem este processo:

A combinação de efeitos da crise econômica e do processo de redemocratização permitiram, em particular, que se revelasse e se difundisse em escala ampliada o desastre econômico, técnico, ecológico e social da modernização agrícola e, ao mesmo tempo, que organismos da sociedade civil, direta e indiretamente envolvidos, viessem a se expressar e a apontar alternativas às formas vigentes de organização social e técnica da produção agrícola no País (ALMEIDA, 1985, p.16).

⁸⁰ Em 1987, no EBAA de Cuiabá, em virtude do grande número de entidades e organizações surgidas nos primeiros encontros, foi criado o Fórum de Coordenação dos Movimentos de Agricultura Alternativa.

Deste modo, no começo dos anos 80, o processo de identificação dos atores com a causa alternativa ia sendo construído em torno de determinadas leituras, interpretações e visões de futuro que, além de conferirem uma certa unidade discursiva, davam rumo às ações dos diversos grupos. Estas leituras iniciavam com um diagnóstico crítico sobre os processos de modernização da agricultura brasileira, resultando em uma valorização dos agricultores e dos sistemas de produção tradicionais. De acordo com esta visão, era para estes agricultores e para os seus modos técnicos e sociais de organização da produção que as atenções deveriam estar voltadas, quando da elaboração de alternativas à agricultura moderna. Uma segunda leitura bastante valorizada era a que imaginava estes agricultores tradicionais (ou “os pobres do campo”) como os verdadeiros “sujeitos dos processos emancipatórios” (ABRAMOVAY, 2000).

Operava-se, neste sentido, uma reversão da tendência dominante, que concebia os técnicos e especialistas como as legítimas autoridades dos processos de mudança social na agricultura, projetando aos agricultores tradicionais um desejo e uma capacidade de organização e de resistência política aos processos modernizantes. Nesta leitura, as entidades de apoio eram tidas como assessorias de caráter temporário para facilitar o processo de autonomia e emancipação da agricultura tradicional em relação à dependência estatal e à subordinação aos mercados.

A terceira leitura compartilhada pelos atores interessados na promoção da agricultura alternativa era aquela que, coerente com a anterior, defendia que a difusão de novidades tecnológicas deveria ser um processo construído de dentro para fora dos ambientes de interação entre técnicos e agricultores. A elaboração dos novos conhecimentos e técnicas deveria partir do aprendizado das realidades e experiências dos agricultores locais, apropriando-se dos seus interesses e se opondo, deste modo, ao caráter invasivo da intervenção governamental que geralmente impunham às localidades os conhecimentos e as técnicas externas, não levando em consideração as suas especificidades, o que, no final das contas, gerava dependência destes agricultores aos insumos e processos modernos de produção. Por fim, compreendia-se que o Estado era o maior responsável pela situação desfavorável enfrentada pelos pequenos produtores e que, por isso, a construção da agricultura alternativa teria que, forçosamente, ocorrer à sua margem. O caráter anti-Estado do movimento revelava-se com força naquele momento. Portanto, naquele contexto, a agricultura alternativa:

(...) aponta para novas formas de organização social e técnica da produção agrícola – uma nova agricultura – que vai sendo gerada na luta cotidiana, alimentada pelo saber acumulado, pela criatividade e pelo aprendizado no enfrentamento e equacionamento pelos pequenos produtores dos seus próprios problemas (ALMEIDA, 1991, p.2).

Ao construir uma outra interpretação sobre os processos de promoção do desenvolvimento, os atores que defendiam a agricultura alternativa imaginavam também outras maneiras de identificar e satisfazer as necessidades dos grupos carentes com os quais trabalhavam. O seu discurso chamava a atenção para as diferenças culturais e para a necessidade de autodeterminação dos pequenos produtores, clamando por justiça econômica e social. Ao mesmo tempo, tratavam de reivindicar uma maior consideração pelas variáveis ambientais, denunciando os abusos do modelo convencional de desenvolvimento, baseado no estímulo ao uso de recursos naturais não-renováveis e insumos químicos e mecânicos em larga escala. Questionava, por fim, uma concepção de modernidade baseada na crença iluminista no progresso ilimitado, na qual a ciência e

a tecnologia, dissociadas do cotidiano, pareciam ter a solução para todos os problemas da humanidade. Neste caso, os defensores da agricultura alternativa entravam em sintonia com a crítica à ciência moderna que, reconhecendo seus limites, propunha uma maior consideração dos saberes construídos à margem de seus métodos.

A ciência moderna deriva (...) de uma ruptura, neste caso contra o senso comum. Sabemos que esta ruptura permitiu um grande avanço do conhecimento da realidade, mas também foi responsável pela expropriação de uma boa parte da capacidade de participação das pessoas, enquanto atividade cívica, no desvelamento do mundo e na construção de regras de vida para viver sabiamente (LEIS, 1999, pp.163-4).

Além de sua dimensão utópica, dirigida à transformação da sociedade capitalista, o movimento pela agricultura alternativa também se voltava para o cotidiano e para a valorização da experiência, estimulando o surgimento de várias organizações que buscaram recuperar esta capacidade de participação das pessoas na determinação de suas próprias histórias. As organizações não-governamentais foram, naquele momento, as principais representantes deste processo.

3.3 Em busca de tecnologias alternativas: os primeiros tempos do PTA-FASE

A necessidade de criar alternativas para o desenvolvimento da pequena produção agrícola de base familiar mobilizou, por exemplo, agentes da Comissão Pastoral da Terra em Parati, interior do Estado do Rio de Janeiro. Naquele município, no início dos anos 80, a CPT apoiou uma comunidade local em sua luta para receber seus títulos de propriedade da terra, após dez anos de resistência, produzindo e comercializando banana, em pequena escala, e dedicando-se a pequenos cultivos e criações para autoconsumo. Após a vitória, obtida a posse da terra, muitas famílias trataram de vender suas recém-adquiridas propriedades e, com o dinheiro da venda, abandonaram o campo em busca de melhores condições de vida na cidade (WEID, 1997).

Para os assessores da CPT e da FASE envolvidos naquele processo, decepcionados com a atitude dos agricultores, tornava-se claro que a posse da terra não era o fim da luta pela permanência dos trabalhadores no campo e pela manutenção de seus estilos de vida. A questão da oferta de condições para esta permanência, avaliou-se, havia de ser enfrentada pelos agentes que trabalhavam na assessoria aos grupos de pequenos agricultores. Os problemas técnico-produtivos e de comercialização eram o impasse a ser encarado após a conquista da posse da terra, tanto pelos agricultores quanto pelos agentes sociais que apoiavam suas lutas. Esta também era uma constatação de vários outros atores envolvidos com a questão agrária naquele momento, dentre eles, a FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (MELO, 1996).

A FASE foi uma das primeiras ONGs brasileiras a intervir na organização de iniciativas direcionadas ao desenvolvimento rural.⁸¹ No final dos anos 60, no Nordeste Brasileiro, a FASE – muito próxima à ação de grupos de ativistas ligados à Igreja Católica – começou a institucionalizar propostas de trabalho em comunidades rurais. Estas propostas defendiam a extensão dos programas de educação popular, especialmente direcionados à organização política, para aquelas comunidades. De acordo com OAKLEY (1980), estes programas não buscavam satisfazer as demandas tecnológicas dos grupos de agricultores que deles se beneficiavam. A intervenção da FASE, naquela época, direcionava-se à preparação de grupos de trabalhadores rurais para que eles próprios se tornassem, com o passar do tempo, capazes de encaminhar suas demandas organizacionais e políticas, livrando-se da dependência à mediação de outros agentes ou da subordinação aos interesses patronais. A sua prioridade de ação era a formação política de trabalhadores organizados, a partir de atividades pedagógicas, dirigidas à formação de oposições sindicais que se tornassem mais bem capacitadas a intervir nos aspectos políticos da realidade agropecuária (PTA-FASE, 1988).

A questão da intervenção nos processos produtivos, para a oferta de alternativas tecnológicas àquelas disponibilizadas pela ação governamental, começou a aparecer como uma demanda dos agricultores e como problema às equipes de assessoria no final dos anos 70. SOTO (1992) relata que o então coordenador nacional da FASE, Jean Pierre Leroy⁸², avaliava, na época, a possibilidade de complementar a atuação da FASE, relacionada ao apoio a organizações de trabalhadores rurais, criando um projeto de assessoria técnica. Este também era o interesse manifestado pela CPT, que mantinha estreito diálogo com a FASE.

A CPT (...) originalmente interessada na questão da luta pela terra, não tinha condições de se dedicar às problemáticas técnico-produtivas e de comercialização específicas à pequena produção agropecuária, problemática que a CPT avaliava como prioritária a ser considerada, uma vez que observava que a tecnologia tradicional não dava resultados para as condições de produção marginais nas quais se encontravam a maioria dos assentamentos de reforma agrária. Neste sentido, a preocupação da CPT era a de abordar o problema da pequena produção como um todo (SOTO, 1992, p.54).

Em Parati, na comunidade de pequenos agricultores que ameaçava trocar o campo pela cidade, os assessores da CPT resolveram investir em uma iniciativa para oferecer aos agricultores uma esperança para permanecerem na terra em condições mais favoráveis. Para tanto, em 1980, dois economistas com especialização em agricultura, então vinculados ao Institut National de la Recherche Agronomique (INRA), em Paris, começaram a trabalhar voluntariamente, em uma “assessoria de fim de semana”, na tentativa de elaborar um projeto de desenvolvimento que pudesse trazer as melhorias desejadas. Estes assessores eram Jean Marc von der Weid e Sílvia Gomes de Almeida, ambos profissionais com experiência em projetos internacionais de desenvolvimento que, durante o regime militar, tinham se exilado na Europa. Jean Marc havia sido consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na África,

⁸¹ MANFREDI (1996, p.133) explica que, nos anos 80, “a característica central do projeto da FASE se constituiu num acompanhamento direto e permanente dos grupos prioritários, o que implicava numa aproximação e num conhecimento dos grupos e da realidade em que os grupos estão inseridos; numa atuação no planejamento e desenvolvimento de atividades de formação e de outras práticas políticas e organizativas, condizentes para o avanço das lutas e da organização das classes subalternas”.

⁸² Jean Pierre Leroy foi coordenador da FASE entre 1978 e 1987.

ocasião que trabalhou em um projeto de pesquisa sobre o uso de métodos e tecnologias alternativas para enfrentar condições adversas para a produção agrícola. Em um texto do final dos anos 80, ele descreveu da seguinte maneira os primeiros passos do que se tornaria o “Projeto de Tecnologias Alternativas”, criado três anos depois da experiência de Parati:

Em 1980 queríamos montar uma equipe pluridisciplinar de assessoria técnica a pequenos produtores. Para grupos organizados, é claro. Para apoiar as lutas no campo, é óbvio. Mas não tínhamos a menor idéia do que fossem tecnologias alternativas, agricultura orgânica etc. Ainda lembro da incredibilidade com que eu e Sílvio ouvimos, no exílio, em Paris, lá por 1977, uma palestra de um americano profético questionando a racionalidade econômica, ecológica e social da moderna agricultura dos Estados Unidos. Não, em 1980 a proposta era intervir na organização da produção e da comercialização ao nível das comunidades para otimizar o uso da terra e da mão-de-obra e melhorar as relações de força no relacionamento com o mercado. Estes aspectos do trabalho eram por nós dominados, com a nossa formação e experiência como agroeconomistas. Quanto à tecnologia, considerávamos *a priori* que, do cabedal de conhecimentos e informações da agricultura moderna, um agrônomo com sensibilidade político-social poderia dar conta de selecionar e difundir o que fosse acessível aos pequenos produtores (...) A idéia era, portanto, simples. Conseguir financiamento para uma equipe de três pessoas: agroeconomista, sociólogo e agrônomo para dar assessoria a comunidades rurais (...) Enquanto se discutiam os recursos, montamos uma assessoria de “fim de semana” (WEID, 1988, p.2).

Na fala do Jean Marc percebe-se como a idéia de uma proposta em construção à medida do contato com a realidade já era uma referência antes mesmo da criação do PTA. Não havia fórmulas mirabolantes ou soluções predefinidas, mas tão somente o desejo de intervir na realidade para modificar uma situação desfavorável, acreditando que o problema principal poderia ser resolvido com a introdução de novas tecnologias nos sistemas produtivos, melhorando, assim, a relação dos agricultores com o mercado. O confronto com a realidade daqueles agricultores foi revelando, no entanto, que nem a experiência profissional deste pequeno grupo de profissionais nem o “cabedal de conhecimentos e informações da agricultura moderna” eram insuficientes para oferecer alternativas àquela realidade. Assim, ela se tornou em fonte de aprendizado e de elaboração da proposta de intervenção.

As condições de produção do local revelaram que, para o cultivo comercial de banana, as condições de solos eram precárias, o que demandaria elevados investimentos para torná-los minimamente competitivos em termos econômicos. Além disso, os assessores tinham que buscar alternativas às dificuldades do mercado de banana na região e a impossibilidade, a curto ou médio prazo, para converter os sistemas de produção da região para outros cultivos alternativos e supostamente mais rentáveis, como a produção de hortaliças (WEID, 1997). Diante da situação, mesmo que houvesse condições de financiamento para um projeto de intervenção melhor estruturado, o grupo avaliou que, ainda assim, haveria necessidade de subsídio financeiro aos agricultores, o que, provavelmente, lhes traria insegurança e risco, uma vez que assumiriam dívidas. Além de dependerem da oferta de assistência técnica contínua na fase de mudança dos seus sistemas de cultivo.

A situação vivenciada colocou para o grupo a questão mais ampla do problema da viabilidade da pequena produção agrícola. A circunstância particular, na leitura que faziam, era representativa da realidade de milhões de pequenos agricultores em todo o

país, naquele momento.⁸³ Pensando em um projeto de intervenção mais amplo, o grupo diagnosticou que havia necessidade de gerar alternativas tecnológicas e sistemas de produção e de comercialização que fossem mais apropriados às condições específicas daqueles agricultores que, em sua maioria, produziam a partir de recursos naturais e financeiros limitados e estavam à margem dos benefícios das políticas públicas direcionadas ao setor agrícola. As novas tecnologias não poderiam onerar os custos de produção, serem de fácil manejo e, de preferência, já disponíveis ou em uso na região. Nada parecido com o pacote tecnológico que era comumente difundido pelas agências de extensão rural do Estado. Naquele momento, a proposta de ação do pequeno grupo de assessoria foi se tornando discursivamente melhor elaborada.

Para responder esta questão era preciso recusar o paradigma dominante em todas as escolas de economia e agronomia que apontavam para a inexorável globalização do modelo agroquímico de produção, também chamado no terceiro mundo de “revolução verde”. Era preciso buscar tecnologias mais baratas, alternativas ao uso de híbridos, fertilizantes químicos e biocidas (WEID, 1997, p.9).

Em 1981, este grupo de assessores, a partir da experiência de Parati, formulou um primeiro projeto técnico, submetido a algumas agências financiadoras européias, que objetivava pesquisar tecnologias alternativas às modernas, que eram caras e pouco adaptadas às difíceis condições de produção dos agricultores mais pauperizados. A proposta de um projeto de assessoria construía a justificativa de financiamento situando o seu lugar no contexto político da época e o desejo de apoiar as lutas dos trabalhadores organizados:

Seu eixo de preocupação é constituído pela massa crescente de trabalhadores rurais atingidos pelo acelerado processo de expropriação da terra: pequenos proprietários, posseiros, moradores, parceiros... (...) em sua formulação e em sua execução, o projeto tem como base a experiência, os problemas e a colaboração estreita dos setores orientados para as questões e as reivindicações concretas que emanam da luta cotidiana dos trabalhadores pobres do campo: comunidades rurais de base, sindicatos, cooperativas, associações profissionais e grupos de militância camponesa (PTA-FASE, 1988, p.21).

A organização inicial do trabalho foi imaginada como uma pesquisa de campo para identificar experiências com alternativas tecnológicas que estivessem sendo propostas ou conduzidas por agricultores (individualmente ou em grupos) ou desenvolvidas em centros de pesquisa ou universidades. O conhecimento prévio sobre estas tecnologias era, de certo modo, restrito à experiência de Jean Marc como consultor em projetos de planejamento e desenvolvimento para o PNUD⁸⁴, na África, e à incipiente literatura sobre o tema. Nesta pesquisa inicial, a equipe imaginava que, assim como ocorria em outros países, também no Brasil haveria diversas situações, ainda desconhecidas, de uso (ou até mesmo experimentação) de aportes tecnológicos mais adaptados às próprias condições econômicas e sociais dos pequenos produtores.

O projeto (...) adquiriu nos seus primeiros passos um caráter de pesquisa militante, de busca de alternativas na prática empírica dos pequenos produtores, para construir um cabedal de alternativas concretas e formar os quadros que pudessem, numa segunda etapa, assumir a tarefa que é nosso objetivo primordial: difundir um modelo alternativo ao esgotamento das

⁸³ Cerca de seis milhões de famílias, de acordo com o Censo Agrícola do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1985 (WEID, 1997).

⁸⁴ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

práticas tradicionais dos pequenos produtores e à agricultura “moderna”, do tipo “industrial” (WEID, 1985, p.10).

Caberia ao PTA identificar estas experiências, caracterizá-las e avaliar o seu potencial de oferta de soluções aos diversos problemas para os quais foram criadas. Naquele momento, para o grupo, havia, ao menos, dois indicativos sobre a importância de pesquisar tecnologias alternativas: o fato de a FASE, por intermédio de seu coordenador nacional, já ter se referido ao tema, por intermédio de uma consulta à CPT, em 1980, sobre o interesse que poderia haver no desenvolvimento de assessorias que possibilitassem apoio técnico nesta área; e o evento do I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), realizado em Curitiba, no Paraná, em abril de 1981⁸⁵, que trouxe à tona o debate sobre alternativas tecnológicas à agricultura moderna, então relativamente restrito aos debates acadêmicos em alguns cursos de agronomia. Naquele mesmo ano, por iniciativa de Miguel Pressburguer, advogado e, na época, assessor jurídico da CPT Nacional, o grupo de assessores entrou em contato com a FASE e, após a apresentação de argumentos e propostas, como resultado dos entendimentos foi feito um acordo para buscar apoio financeiro para a criação de um projeto técnico, vinculado à FASE, para pesquisar e difundir tecnologias alternativas (WEID, 1988).

(...) um elemento importante a ser levado em conta é o fato de que a tecnologia alternativa ou apropriada se funda em grande parte no próprio saber prático do camponês. O inventário das distintas práticas e soluções tecnológicas tradicionais, seu estudo comparado e seu enriquecimento deverão constituir uma preocupação permanente na elaboração e execução de projetos concretos. Isto exigirá um trabalho sistemático de pesquisa antropológica, econômica, de engenharia, etc. É o caso, por exemplo, de distintas práticas de irrigação, de previsão meteorológica, de conservação e estocagem de produtos agrícolas, de consorciação e rotação de culturas, de aproveitamento de sub-produtos, de utilização de encostas, de geração de energia, etc. (PTA-FASE, 1988, p.22).

A idéia de pesquisar tecnologias alternativas já tinha, naquela época, vários precedentes em experiências que se espalhavam por diversos países.⁸⁶ CARVALHO (1985) afirma que uma pesquisa, realizada em 1979 pela Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) registrava a existência de quase 300 instituições, em 80 países, que se dedicavam à questão das “tecnologias apropriadas”, que também eram designadas de intermediárias ou alternativas. A maioria destas organizações assumiu um formato institucional muito próximo àquele que passou a caracterizar as ONGs que se dedicaram à temática do desenvolvimento rural, ou seja, organizavam-se em espaços sociais relativamente autônomos à esfera governamental e aos empreendimentos de caráter estritamente lucrativo, direcionavam sua ação aos grupos marginalizados pelas políticas públicas, compartilhavam uma visão crítica sobre os rumos das intervenções estatais em prol do desenvolvimento e realizavam, de um

⁸⁵ Naquele mesmo ano aconteceu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o I Curso de Agricultura Biológica, promovido pela Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul (SARGRS), evento do qual participaram diversos técnicos de universidades, centros de pesquisa e entidades relacionadas ao desenvolvimento rural. “Este curso foi o marco inicial da criação de um movimento pela agricultura alternativa no Brasil. A partir dele desencadeou uma série de outros eventos, seminários, cursos, encontros, treinamentos, ampliando o número de técnicos, agrônomos, veterinários, zootecnistas, biólogos, entre outros profissionais, interessados nos novos conhecimentos trazidos pelo enfoque alternativo” (MELO, 1993, p.150).

⁸⁶ WEID (1997, p.16), informa que além do PTA-FASE, no período entre 1982 e 1987 a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) realizou o Programa de Tecnologias Apropriadas, com apoio do Groupe de Recherche et Etudes Technologiques (GRET), para catalogar experiências com este tipo de tecnologias em todo o Brasil.

modo geral, um tipo de mediação entre as demandas do público-alvo de sua ação e as diversas agências (governamentais ou civis) de cooperação, ajuda ou financiamento. No exílio europeu, Jean Marc e Sílvia Gomes puderam entrar em contato com este debate e com diversos profissionais que tinham conhecimentos sobre as possibilidades e as formas para obter financiamentos para projetos que objetivassem a pesquisa e a difusão de tecnologias alternativas.⁸⁷

O primeiro projeto técnico elaborado pelo grupo de assessores foi encaminhado a diversas agências financiadoras européias, recebendo sucessivas negativas. A alegação dos financiadores era que eles estavam dispostos a financiar um projeto de assessoria de caráter mais pragmático, e não a financiar um projeto de pesquisa, mesmo que os seus objetivos declarados fossem a aplicação imediata e a difusão das novas tecnologias alternativas descobertas. O projeto elaborado, naquela época, enfatizava a identificação das tecnologias alternativas em contextos empíricos variados e dispersos por todo o país, partindo da constatação de que não havia disponibilidade nem sistematização de tecnologias alternativas, defendia-se a necessidade de um amplo trabalho de pesquisa para identificá-las e, a partir daí, divulgá-las a outros agricultores. As negativas de financiamento para o projeto perduraram até o início de 1983, quando o departamento de cooperação técnica do então governo socialista francês – por intermédio da Solidarités Agro-Alimentaires (SOLAGRAL) e do Service Oecuménic d’Entraide (CIMADE) – aprovou um pequeno orçamento para um projeto de três anos, que possibilitava a manutenção de uma equipe reduzida, a montagem de uma infra-estrutura bastante limitada e recursos para as viagens de trabalho de campo.

Para conseguir estes recursos foi importante o apoio de Marcel Marloie, da SOLAGRAL e de Alain Ruellan, da CIMADE, que funcionou como intermediária no repasse dos fundos. Numa salinha de doze metros quadrados na sede da FASE, na Rua das Palmeiras, começamos a trabalhar, Felícia [⁸⁸] e eu, em março de 1983. Um desafio quixotesco: procurar as bases tecnológicas de uma nova agricultura. Tudo a fazer, tudo a aprender, a construir. Mergulhamos de cabeça (WEID, 1988, p.4).

Na construção de sua leitura sobre a realidade do agro brasileiro, os “modelos tecnológicos convencionais” eram compreendidos, na visão inicialmente difundida pelo PTA, a partir da demarcação que faziam entre dois padrões ou sistemas de produção distintos, utilizados para promover a agricultura. De acordo com WEID (1997), no início do trabalho do PTA, a agricultura brasileira era analisada, de modo esquemático, por intermédio de dois modelos bem diferenciados, o tradicional e o moderno, que serviam de parâmetro à construção das estratégias de ação e à legitimação social do seu discurso. Neste sentido, consideravam como “tradicionais” os sistemas de produção agrícola que utilizavam a queimada (para limpeza das áreas de cultivo) e o pousio das terras como principal método de recuperação da fertilidade dos solos. Este modelo de produção caracterizava-se, de acordo com a sua leitura, pela diversidade de cultivos (e variedades utilizadas), quase sempre consorciados entre si ou associados à criação animal, pelo uso da mão-de-obra predominantemente familiar e pela produção para auto-suprimento, na maioria dos casos, guardando uma certa autonomia em relação aos mercados de

⁸⁷ MELO (1993, p.150), cita os bons relacionamentos mantidos, no início do PTA, entre Jean Marc e Sílvia com pesquisadores do Emerson College, na Inglaterra, da Universidade de Kassel, na Alemanha, e com técnicos dos centros de pesquisa e experimentação com agricultura orgânica na França, Suíça e Estados Unidos.

⁸⁸ Felícia Andrade de Moraes, então responsável pelo Setor de Documentação do Projeto TA – FASE.

consumo. Nesta visão, as unidades de produção baseadas no modelo tradicional ocupavam, historicamente, os ecossistemas mais frágeis, ou seja, as áreas mais remotas e menos favoráveis em termos de qualidade dos solos e de clima para a prática agrícola. De acordo com esta visão, este era o modelo que caracterizava os tipos de empreendimentos rurais da maioria dos agricultores que produziam em pequena escala.

Apesar de todas as pressões que sofre o pequeno produtor, ele constitui a imensa maioria dos quase 6 milhões de produtores cadastrados neste País. Se sua participação na distribuição de terras é bem menos significativa, seu papel na produção, em particular nos produtos alimentares, é da maior significação na medida em que utiliza um alto percentual do pouco solo que lhe é disponível enquanto os imensos latifúndios das várias regiões têm apenas frações de seu potencial em produção (WEID, 1985, p.4).

O outro modelo era identificado como “moderno”, caracterizando os sistemas de produção que utilizavam os diversos meios químicos e mecânicos para reproduzir a fertilidade dos solos. Para tanto, tratavam de promover a máxima artificialização dos ambientes naturais, baseando-se na instalação de monocultivos dependentes de grandes áreas para cultivo e de elevados investimentos em insumos diversos. A agricultura moderna era identificada como o sistema de produção típico da grande produção, de base industrial, que utilizava mão-de-obra assalariada, por vezes temporária, para atender às demandas dos mercados.

O PTA do início dos anos 80 não questionava a viabilidade, em geral, da agricultura moderna mas constatava a sua inadequação para as condições dos pequenos produtores familiares. Por outro lado, constatava que a agricultura tradicional, mesmo em condições ótimas, nunca permitiu aos pequenos produtores distanciarem-se do limite da pobreza, muito embora lhes garantisse a segurança alimentar, exceção feita às regiões e períodos em que a seca é um risco permanente (WEID, 1997, p.10).

Era deste modo que o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) inicialmente demarcava o seu espaço de atuação. As novas tecnologias a serem identificadas (e posteriormente difundidas) deveriam apresentar uma alternativa à falta de sustentabilidade do modelo tradicional para promover o desenvolvimento da agricultura⁸⁹, ao mesmo tempo em que deveriam responder à inviabilidade da extensão dos preceitos da agricultura moderna, com seus elevados custos de investimento e suas danosas conseqüências sociais e ambientais, aos pequenos agricultores. A busca por tecnologias alternativas ou intermediárias representava, naquele momento, a possibilidade de fortalecer tanto a capacidade produtiva dos pequenos produtores quanto um meio para enfraquecer as relações de dominação e dependência as quais estes agricultores estariam sujeitos ao aderirem à agricultura moderna. As tecnologias alternativas tinham, portanto, naquele momento, uma dimensão política importante na construção da proposta do PTA.

(...) ao falar em tecnologia alternativa ao modelo dominante e adequada ou apropriada ao pequeno produtor agrícola, não estou me referindo apenas aos instrumentos de trabalho, às ferramentas passíveis de serem utilizadas pelo agricultor, mas também às práticas agrícolas, aos processos técnicos e às relações sociais que envolvem a geração, a difusão, a incorporação e a utilização desses instrumentos na produção agrícola (...) Ao se discutir o problema da tecnologia, o que está em jogo, não são apenas, digamos, as forças produtivas materiais, mas igualmente a natureza das relações sociais que elas exprimem, materializam

⁸⁹ Principalmente por conta da ausência de condições estruturais, proporcionada por este modelo, para manutenção dos longos pousios como principal estratégia de recuperação e manutenção da fertilidade dos solos.

(...) Essas condições e formas de apropriação da tecnologia podem encerrar relações de dominação ou não; elas podem constituir instrumentos de submissão ou, ao contrário, de resistência dos pequenos produtores à expropriação de sua força de trabalho pelo capital.⁹⁰

Apesar do problema da oferta de alternativas tecnológicas à pequena produção ter sido enfrentado, a princípio, no nível local (na experiência de assessoria à comunidade de pequenos produtores em Parati), o objetivo declarado do PTA era buscar respostas ao problema nacional da agricultura em pequena escala. De acordo com as palavras de Jean Marc, “buscar soluções globais para problemas globais” (WEID, 1997, p.11). Partiu-se, então, para a pesquisa de experiências com agricultura alternativa que trouxessem respostas aos seguintes questionamentos:

Até que ponto e em que condições econômicas, sociais e políticas, a incorporação de tecnologia alternativa pela pequena agricultura camponesa pode articular-se com a luta em curso pela terra; contribuir para a fixação no campo da mão-de-obra familiar; melhorar os padrões sócio-econômicos vigentes de produção e aumentar o poder de resistência e de organização dos agricultores pobres frente ao processo de expropriação? (PTA-FASE, 1988, p.21).

No primeiro semestre de 1983 a pequena equipe do PTA começou a trabalhar na busca e identificação de experiências com tecnologias alternativas. Este esforço inicial de pesquisa foi orientado por alguns pressupostos, todos relacionados àquela tipologia construída sobre os modelos tecnológicos de organização da produção no agro brasileiro. Deste modo, partia-se do pressuposto que o conhecimento agrônomo, institucionalizado nas universidades e nos centros de pesquisa agropecuária, pouco teria a oferecer em termos das alternativas procuradas, uma vez que este conhecimento estaria “centrado no paradigma da busca da máxima artificialização do meio ambiente” (WEID, 1997, p.11), servindo de base e de referência ao modelo de agricultura moderna. Não estava descartada, no entanto, a possibilidade de encontrar soluções pontuais nos centros de pesquisa da Embrapa ou entre acadêmicos dos cursos universitários dedicados à temática rural.

Este diagnóstico sobre o conhecimento agrônomo corrente levava à demanda por novas abordagens, o que desencadeou um processo de pesquisa para sistematizar informações sobre tecnologias e métodos alternativos de organização da produção agrícola. Logo na criação do PTA foi posta em prática a idéia de estruturar um pequeno acervo com textos que servissem de apoio, como material de referência, à capacitação, formulação dos projetos e organização da assistência aos agricultores. Foi o embrião dos Centros de Comunicação e Documentação, criados já em 1984, que eram setores encarregados de organizar novas informações, sistematizar e traduzir textos de interesse ao projeto. De acordo com MELO (1993, p.155), “dezenas de contatos foram realizados com organizações do Brasil e do exterior com o objetivo de resgatar informações dessa natureza”.

Além desta base formada pela literatura sobre métodos e práticas alternativas, os agricultores que organizavam seus sistemas de produção seguindo os preceitos do modelo tradicional tornaram-se a principal fonte de informações e conhecimentos empíricos sobre tecnologias alternativas. Pressupôs-se que estes agricultores

⁹⁰ Trecho de depoimento de Sílvia Gomes de Almeida no debate realizado na Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro em setembro de 1985.

construíram, ao longo do tempo de gestão de seus sistemas produtivos, um considerável acúmulo de conhecimentos e estratégias para enfrentar as mais variadas contingências que afetavam suas lavouras. Embora o modelo tradicional fosse diagnosticado como inapropriado ao desenvolvimento da agricultura, pressupunha-se que as diversas estratégias adaptativas e pontuais, criadas pelos agricultores para enfrentar os problemas cotidianos com os quais se deparavam, poderiam ser identificadas e incorporadas a outras estratégias (de outros agricultores ou oriundas da pesquisa acadêmica) na busca de soluções mais amplas, aplicáveis a diversas situações. Assim, foram definidas as duas fontes principais para identificação de tecnologias alternativas, uma na área acadêmica e científica e outra, mais importante, junto aos agricultores. O conhecimento dos agricultores era imaginado como:

(...) práticas agrícolas e modalidades de organização do trabalho que, se transmitindo e se reproduzindo sob novas formas, constituem experiências na luta pela produção e pela conquista de terra. Através de tentativas, erros e acertos, um número crescente de comunidades de pequenos produtores se mobiliza para reapropriar e criar tecnologias, métodos de produção e processos de organização do trabalho voltados ao fortalecimento de sua própria capacidade para resistir na terra e manter a produção, neutralizando ou limitando a apropriação de uma força de trabalho pelo capital (ALMEIDA, 1985, p.19).

No ambiente acadêmico e científico, a estratégia foi utilizar contatos pessoais para descobrir quem estava trabalhando com alternativas tecnológicas para a pequena produção agrícola. Naquela época, esta temática era compreendida e pesquisada por poucos. No entanto, foram contatados alguns profissionais que trabalhavam direta ou indiretamente com o tema.⁹¹ Nesta busca, também foi possível identificar a manifestação social de dois importantes grupos – não necessariamente organizados – de atores que traziam à cena o debate sobre a necessidade de gerar alternativas à agricultura moderna. Um desses grupos, originário nas escolas de agronomia e incentivado pela FEAB e pela FAEAB, se organizava em torno de um movimento relativamente difuso em defesa da agricultura alternativa. Este movimento culminou na campanha pela lei de controle do uso de agrotóxicos (no início dos 80) e na realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA), a partir de 1981. O outro grupo era composto por pequenos produtores orgânicos ou biodinâmicos, oriundos das classes médias urbanas que produziam em pequena escala para consumidores destas mesmas classes.

Embora o contato com estes precursores da agricultura alternativa servisse para abrir os horizontes do projeto e dar uma base mais sólida à proposta, esbarrava-se na falta de experiências concretas de referência, sobretudo no que concerne uma agricultura familiar típica (moderna ou tradicional) que tivesse sido transformada a partir dos princípios propostos (WEID, 1997, p.13).

Na identificação e resgate das experiências dos agricultores, a estratégia utilizada foi a de chegar até eles por intermédio das lideranças das associações de

⁹¹ WEID (1997, p.12) destaca quem foram estes profissionais: “o professor Pinheiro Machado da UFRGS, introdutor no Brasil do método Voisin de manejo de pastagens e futuro presidente da EMBRAPA (1985-1986), o professor Adilson Paschoal, da Escola Superior de Agronomia “Luiz de Queiroz” em São Paulo, especialista em controle biológico de pragas, o professor Lutzemberger, futuro ministro do Meio Ambiente (1991-1992) e introdutor no Brasil do método Chaboussou de nutrição de plantas, a professora Ana Maria Primavesi, da Universidade Federal de Santa Maria, especialista em manejo ecológico de solos tropicais e o Engenheiro Agrônomo Manoel Baltazar Batista da Costa, do Conselho Nacional de Pesquisas, organizador do primeiro simpósio brasileiro sobre adubação verde, foram pontos de referência importantes na história do PTA”.

trabalhadores rurais, geralmente escolhendo aquelas mais próximas ao trabalho da Igreja Católica.⁹² Isto facilitou os contatos prévios e conferiu uma certa legitimidade do trabalho de pesquisa perante as lideranças e aos próprios agricultores. Os trabalhadores rurais que se organizavam em cooperativas foram preteridos, naquele momento inicial, porque a equipe do PTA diagnosticava que estas cooperativas abarcavam uma enorme diversidade de tipos de agricultores, no meio da qual sobressaíam, geralmente, os interesses dos médios e grandes produtores.

De acordo com a metodologia de ação utilizada, as lideranças escolhidas – como também todos os outros atores contatados – passavam por uma “sensibilização”, ou seja, por um “despertar de interesses” sobre a questão das tecnologias alternativas e sobre a proposta do PTA.⁹³ Este processo de sensibilização, supunha-se, tornaria as lideranças e os demais atores envolvidos nas consultas, capacitados a identificar, “em suas bases”, as experiências a serem estudadas para, fosse o caso, sua posterior difusão. As lideranças escolhidas pelo PTA tornaram-se agentes fundamentais na identificação dos agricultores a serem visitados, orientando na sua localização, ao mesmo tempo em que facilitavam a sensibilização dos mesmos à proposta do PTA. Coerente com a opção por buscar soluções globais ao problema da pequena produção familiar, a pesquisa por alternativas teve um amplo raio de ação, cobrindo os principais estados do Nordeste, do Sudeste e do Sul do país.⁹⁴

Em um ano visitei experiências de grupos de agricultores, de organizações, de universidades, de centros de pesquisa, em doze estados. Contatei direta ou indiretamente (por cartas, telefone, “telepatia” etc.) centenas de grupos e pessoas. Fomos descobrindo os nossos pares, a diversidade enorme dos que, questionando o modelo modernizador, se lançavam como nós na busca de alternativas (WEID, 1988, p.4).

Este trabalho inicial de pesquisa, os diversos contatos e a sensibilização de distintos atores afirmava o desejo por mudanças no padrão tecnológico da agricultura em pequena escala entre os grupos sensibilizados pela proposta.⁹⁵ Consolidava-se, socialmente, a demanda por alternativas de desenvolvimento para este segmento

⁹² Estas organizações de agricultores escolhidas passariam a integrar, em sua maioria, os quadros do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores – DNTR/CUT (WEID, 1997). Os contatos iniciais foram intermediados pela CPT Nacional (PTA-FASE, 1981).

⁹³ No processo de sensibilização “(...) levava-se ao movimento social rural a dimensão política das opções feitas no processo produtivo e nos modelos de desenvolvimento, alertando-se sobre as implicações das propostas do governo e sobre as alternativas às mesmas” (PTA-FASE, 1988, p.4).

⁹⁴ O primeiro projeto do PTA-FASE (PTA-FASE, 1988) apresenta uma relação das entidades que, em resposta a um questionário enviado pela CPT Nacional, demonstraram maior interesse pelo PTA: Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR) de Francisco Beltrão – PR, CPT de Cachoeira de Macacu – RJ, FASE de Agreste – PE, Comunidade de Betânia – CE, CPT de Parati – RJ, Comunidade de São Raimundo Nonato – PI, Comunidade de Mirandópolis – SP, Associação dos Lavradores de Miracatu – SP, Diocese de Barra – BA, CPT de Lins – SP, CPT de Crateús – CE, Movimento de Organização Comunitária (MOC) de Feira de Santana – BA, Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC), de Campina Grande – PB, COTRIJUÍ, de Ijuí – RS, Colônia Witmarsun de Palmeiras – PR, Prefeitura Municipal de Lajes – SC e FASE de Abaetetuba – PA.

⁹⁵ De acordo como MELO (1993), os principais interlocutores do PTA, neste momento, foram a CPT, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MST).

produtivo.⁹⁶ Desta pesquisa inicial e dos contatos feitos resultou um seminário, realizado em dezembro de 1983 em Campinas, interior de São Paulo. Lá foram reunidos, por iniciativa do PTA, mais de noventa representantes de associações de produtores e de entidades (ONGs e similares) que desenvolviam projetos de apoio à pequena produção agrícola, com o objetivo de trocar experiências e discutir os rumos do PTA. A partir das apresentações e das trocas de experiência entre os presentes, embora fossem constatadas enormes diferenças nos modos e nas estratégias de ação das diversas organizações, os participantes do seminário concordaram em unificar esforços em torno da busca de respostas tecnológicas generalizáveis e da promoção das tecnologias alternativas em oposição ao modelo tecnológico dominante, referendando, deste modo, as propostas iniciais defendidas pela equipe do PTA-FASE. O discurso construído nas resoluções aprovadas pela plenária do seminário deixava claras as intenções dos participantes:

Há necessidade imediata da realização de pesquisas que contem com a participação efetiva dos pequenos produtores e de equipes multidisciplinares, como forma de se chegar a resultados que signifiquem uma verdadeira contribuição na geração, sistematização e divulgação de tecnologias alternativas, segundo o conceito aqui adotado. A tecnologia alternativa em si mesma não é resposta aos problemas do pequeno produtor. Ela só ganha em importância na medida em que se associa com as respostas a outros problemas que ela enfrenta, e primordialmente a reforma agrária, acompanhada de uma política voltada efetivamente para os seus interesses (PTA-FASE, 1988, p.47).

Para que o movimento de afirmação das tecnologias alternativas ganhasse maior organização e poder político ficou decidido, no seminário, que o PTA, a partir daquele momento, assumiria a coordenação nacional do movimento, competindo-lhe, inicialmente, animar o debate, estendendo-o a um número maior de parceiros potenciais; organizar a circulação de informações e promover encontros regionais e locais para troca de experiências. Também foi atribuída ao PTA a tarefa de coordenar um processo mais amplo de pesquisa para identificar novas tecnologias. No Seminário de Campinas foram escolhidas cinco experiências com tecnologias alternativas, desenvolvidas por ONGs, que seriam acompanhadas e pesquisadas pelo PTA, por serem identificadas como aquelas, dentre as discutidas, que apresentavam, potencialmente, as maiores possibilidades de oferecer os melhores resultados para fins de difusão.

Na avaliação do conjunto sentiu-se que era possível acumular soluções generalizáveis a partir de uma sistematização das práticas culturais e de comercialização adotadas pelas comunidades em questão. O Projeto T.A. comprometeu-se – no espaço de um ano agrícola – acompanhar estas experiências e produzir, junto com as comunidades e entidades envolvidas, manuais simples que permitissem difundir as soluções encontradas, bem como uma avaliação das condições para a sua reprodução (WEID, 1985, p.10).

Foram escolhidas as experiências do PATAC (Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas às Comunidades de Campina Grande, Paraíba), do MOC (Movimento de Organização Comunitária, de Feira de Santana, Bahia), a da ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, de Francisco Beltrão, Paraná), a do Instituto Vianei de Educação (Lajes, Santa Catarina) e a do CAPA (Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor, de Santa Rosa, Rio Grande

⁹⁶ “Do ponto de vista das motivações havia de tudo um pouco: ecologistas, esotéricos, cientistas, capitalistas e – nossos pares mais próximos – os que pelejavam principalmente nas questões sociais, políticas e econômicas do campesinato” (WEID, 1988, p.4)

do Sul), que se inseriam em contextos sociais bastante distintos e enfrentavam problemáticas igualmente diversas. Em comum, nesta diversidade de ações, havia o fato de lidarem com pequenos produtores carentes de assistência técnica e de crédito, que produziam em condições precárias, conseguindo, quando muito, seu autoconsumo ou uma inserção marginal nos mercados locais. Para o PTA, naquele momento, as experiências daqueles grupos representavam a possibilidade de obter muitas respostas aos problemas colocados pelo objetivo mais amplo de viabilizar a pequena produção, por intermédio da oferta de soluções tecnológicas alternativas.

[Estas experiências] nos pareceram as que representavam o maior potencial tanto de aprendizado da nossa equipe como de capacidade para outras comunidades nas regiões em que estão localizadas. Para tal fim, decidiu-se em primeiro lugar estudar as regiões em questão, tanto do ponto de vista ecológico como sócio-econômico, buscando avaliar o potencial de reprodutividade das experiências selecionadas neste universo mais abrangente. Em segundo lugar, decidiu-se pela elaboração de um plano de pesquisa ao nível das experiências com a participação das comunidades e dos organismos que as assistem – concepção, aplicação, análise (PTA-FASE, 1988, p.60).

No Seminário de Campinas nasceu a proposta de criação e implementação de redes estaduais e de uma nacional de “informação, intercâmbio e ajuda mútua” entre diversas organizações e entidades, para identificação e sistematização de práticas tecnológicas alternativas.⁹⁷

O Seminário constatou também a importância dos contatos diretos entre organizações de produtores e propôs que se fizesse, em cada Estado, um trabalho de articulação entre entidades, visando enfrentar o processo de isolamento e desvalorização das soluções camponesas para os problemas dos pequenos produtores. Propôs criar uma dinâmica de identificação de soluções desenvolvidas pelos próprios produtores e de circulação dessas novas (ou até velhas, muitas vezes) práticas para que elas venham a ser adotadas amplamente, complementado-se umas às outras de forma a responder de maneira mais global ao desafio de criação de um novo modelo. Em segundo lugar, propôs sensibilizar as organizações do (ou ligadas ao) meio rural, para que elas adquiram consciência crítica em relação aos modelos hoje propostos e se integrem na busca de soluções alternativas. Em terceiro lugar, propôs-se criar uma dinâmica de ação coletiva através da formação de uma rede de articulação, pressionando os organismos do Estado, os Centros de Formação e de pesquisa para que estes voltem à busca – em bases científicas – de soluções na linha das necessidades e das descobertas promovidas pelo enriquecimento do conhecimento empírico do saber popular (WEID, 1985, p.11).

O PTA, naquele momento, começava a definir sua nova estratégia de ação. Além de acompanhar e pesquisar as experiências com agricultura alternativa, anteriormente citadas, as estratégias de ação foram definidas em função de três objetivos principais: (a) estudar, sistematizar e avaliar – a partir de suas características sociais, econômicas e agrônômicas – experiências de geração, adaptação e utilização de tecnologias apropriadas para pequenos produtores; (b) lançar as bases de uma rede nacional de informação, intercâmbio e ajuda mútua, abrangendo movimentos de pequenos agricultores (associações, sindicatos etc.) e técnicos comprometidos com o fortalecimento do modelo alternativo de desenvolvimento agropecuário; e (c) prestar serviços de assessoria a organizações e comunidades de pequenos produtores, nas áreas

⁹⁷ “A primeira rede foi criada na Bahia, em 1984, logo depois, em agosto do mesmo ano, foi criada a Rede Pernambuco/Paraíba. O primeiro encontro de TAs [tecnologias alternativas] foi realizado no Recife, em 1985 com mais de 100 pessoas: a maioria eram produtores, que trouxeram muitas experiências interessantes em TAs” (AS-PTA, 1989, p.11).

de produção, comercialização e organização do trabalho (PTA-FASE, 1986a, p.5). Embora suas atividades fossem dirigidas aos processos produtivos, a ação do PTA preconizava uma perspectiva política bem mais ampla: apoiar e reforçar a organização dos pequenos produtores rurais.

O PTA é um instrumento na luta dos pequenos produtores por sua permanência na terra e constitui um suporte na luta pela reforma agrária. É um trabalho que entendemos como uma alavanca, um instrumento de apoio aos movimentos populares rurais para que eles possam contar com mais esta arma na defesa de seus interesses econômicos e políticos (PTA-FASE, s/d).

3.2 A institucionalização das Redes de Intercâmbio e dos Centros de Tecnologia

A partir de 1984, o trabalho do PTA foi impulsionado pelo financiamento da Fondation pour le Progrès de l'Homme – uma ONG francesa – ao projeto de pesquisa e à divulgação de novas tecnologias para pequenos agricultores. Este financiamento possibilitou superar as dificuldades de trabalho no primeiro ano do projeto, cuja equipe resumia-se praticamente ao trabalho de Jean Marc. Assim, em fevereiro de 1984 foi formada a equipe permanente do projeto: Jean Marc Von der Weid, economista, encarregado da coordenação do projeto e de sua execução na Região Nordeste; Sílvio Gomes de Almeida, economista, coordenador do projeto na Região Sul; Ricardo Abramovay, sociólogo; Patrick Maury, agrônomo, cooperante francês; Lourdes Grzybowski, educadora, responsável pela área de comunicação social; e Felícia A. Moraes, encarregada do setor documentação e secretaria (PTA-FASE, 1988, p.88).

Seguindo os encaminhamentos do Seminário de Campinas, o PTA começou a estruturar equipes de trabalho em diversos estados e a formalizar convênios para criação de equipes em outras ONGs participantes da rede. As diversas equipes dariam início ao trabalho de identificação e sistematização das tecnologias alternativas. Os técnicos que inicialmente as compuseram eram oriundos dos grupos de agricultura alternativa ou ecológica que haviam sido contatados no trabalho inicial de pesquisa (muitos dos quais estiveram presentes ao Seminário de Campinas), quase todos recém-egressos de universidades e tendo, na maior parte dos casos, alguma história de vínculo aos movimentos acadêmicos de contestação do modelo dominante de desenvolvimento da agricultura.⁹⁸ WEID (1997, p.13) destaca que, embora demonstrassem interesse pela proposta alternativa do PTA, os técnicos que passaram a compor as equipes tinham recebido uma “formação convencional”, baseada na lógica do modelo moderno de desenvolvimento agropecuário, e não estavam preparados para enfrentar o trabalho com

⁹⁸ No final de 1984, o PTA-FASE contava com três agroeconomistas, quatro agrônomos, um técnico agrícola e um sociólogo (PTA-FASE, 1988, p.61).

pequenos produtores, cujas características (de organização social e técnica dos sistemas produtivos) não eram estudadas nos cursos de graduação.⁹⁹

As “equipes de TA”, como ficaram conhecidos os grupos de trabalho com tecnologias alternativas (TA), sob a coordenação do PTA, iniciaram o trabalho para identificar, sistematizar e difundir as novas tecnologias. Aquelas diretamente vinculadas ao PTA foram estabelecidas no Rio Grande do Sul, em São Paulo, em Minas Gerais, na Bahia, em Pernambuco, no Espírito Santo e na Paraíba. Além destas, foram instituídas equipes em outras ONGs que já vinham desenvolvendo atividades de apoio aos pequenos produtores. Foram criadas três equipes de TA no Rio Grande do Sul, três no Paraná, duas em Minas Gerais, uma em Santa Catarina, outra no Ceará e uma última no Maranhão.¹⁰⁰ As equipes de TA atuavam localmente, em regiões específicas em cada um dos estados, buscando identificar as demandas tecnológicas das organizações de pequenos agricultores, pesquisando as soluções potenciais que os próprios agricultores encontravam para que, depois de registradas, analisadas e sistematizadas, pudessem ser organizados os meios para a sua difusão. Estas equipes trabalhavam para institucionalizar redes de intercâmbio de informações sobre tecnologias alternativas (PTA-FASE, 1988, p.3).

(...) todo o processo de atuação da Rede de Intercâmbio tem como fonte o cotidiano do trabalho dos pequenos produtores. Busca sempre resgatar experiências, técnicas, processos e idéias, alternativas à chamada tecnologia moderna, desenvolvidas por trabalhadores rurais, artesãos, técnicos, e que viessem superar dificuldades, usando recursos e instrumentos predominantemente disponíveis no local, que poupem mão-de-obra, sejam de baixo custo, preservem os recursos naturais e estejam em equilíbrio com o meio ambiente. Tanto interessava à Rede resgatar experiências, técnicas, processos, idéias novas, fruto de descobertas recentes, como tradicionais, transmitidas de geração a geração. Do mesmo modo, interessava indistintamente à Rede, experiências a nível individual, familiar ou coletivo, que dizem respeito aos processos produtivos, de comercialização, organização do trabalho, beneficiamento e transformação dos produtos, conservação e armazenagem e organização política (LIMA, 1987, p.4).

A sistemática de método de trabalho das equipes de TA que compunham a Rede PTA teve como uma de suas referências os objetivos inicialmente traçados por Pablo Renato Sidersky, um economista agrícola que trabalhou em uma equipe de TA com atuação em Pernambuco e na Paraíba. Em maio de 1986, Sidersky, a partir de sua experiência de campo, definiu uma série de procedimentos a serem aplicados na pesquisa de campo pelas equipes para identificar e sistematizar tecnologias alternativas (SIDERSKY, 1986). Em um texto publicado pelo PTA-FASE e amplamente divulgado entre os componentes das redes de intercâmbio, Sidersky explicou como deveriam ser os procedimentos para identificar os atores (“elementos”) que comporiam uma rede de

⁹⁹ Para WEID (1988, p.7), “a formação das nossas universidades (em geral) e das nossas escolas de agronomia (em particular) é do tipo metafísico. O produto das mesmas, salvo raríssimas e parciais exceções, é um técnico capaz apenas de reproduzir técnicas – as do pacote modernizador – muito pouco criativo e sem nenhuma noção do universo real, em particular o do pequeno produtor”.

¹⁰⁰ No processo de formação das Redes de tecnologias alternativas, em 1984 foram firmados convênios com a ASSESSOAR e com o Centro de Formação Irmã Araújo, ambos no Paraná; com o Projeto Vianeí (Santa Catarina), com o Centro Josué de Castro (Pernambuco) e com o MOC (Bahia). Em um primeiro momento, ao PTA coube a coordenação nacional dos trabalhos da rede de intercâmbio, com o passar do tempo, a complexificação das atividades e o aumento do número de profissionais envolvidos, foram criadas duas coordenações regionais, no nordeste e no sul, que passaram a compartilhar com a coordenação nacional o trabalho de gestão da rede (PTA-FASE, 1988, SOTO, 1992).

intercâmbio de informações sobre tecnologias alternativas (conhecidas como “redes de TA”), estabeleceu como poderiam ser classificadas as tecnologias alternativas identificadas e definiu como os fluxos de comunicação no interior de uma rede deveriam ser trabalhados.

De acordo com esta metodologia proposta, o primeiro passo para constituição de uma rede de TA seria a “sensibilização” de todos os seus potenciais participantes sobre a importância da busca de alternativas tecnológicas àquelas possibilitadas pelo modelo de agricultura moderna. A proposta do PTA e a sua visão sobre a situação da pequena produção agrícola deveriam ser comunicadas a todos os interlocutores. Esta sensibilização deveria ocorrer por intermédio de contatos pessoais, reuniões e visitas a pessoas e a organizações, para que fossem apresentados os objetivos mais específicos do projeto e angariar parceiros. Os diversos cursos de capacitação e de treinamento com novas tecnologias já identificadas eram, igualmente, estratégias importantes para sensibilizar os atores. Nestes contatos e mesmo nos cursos, a orientação era tentar romper com o viés autoritário que, pressupunham os técnicos do PTA, caracterizava a intervenção dos extensionistas do governo, sempre inclinados a desconsiderar a importância da participação (e do poder de decisão) dos agricultores na definição de suas estratégias de ação.

O segundo passo seria a identificação dos “elementos” que constituiriam a rede de intercâmbio. Estas redes deveriam ser formadas, preferencialmente, por seis diferentes tipos de elementos (SIDESKY & FIGUEIREDO, 1988), abrangendo *agricultores individuais*, geralmente aqueles com algum perfil de liderança em sua comunidade, com iniciativa para demonstrar sua experiência e participar do processo mais amplo de sensibilização de outros agricultores, tanto em sua comunidade quanto em suas cercanias; *grupos de agricultores* que estivessem localizados geograficamente em torno de comunidades, sítios ou de uma organização ou entidade de apoio à sua luta, por exemplo; *organizações de agricultores*, associações, sindicatos de trabalhadores rurais etc.; *técnico ou profissional*, individualmente ou representantes de agências ou entidades de pesquisa, assessoria aos movimentos populares ou extensão rural; *instituições privadas*, tais como associações profissionais ou de defesa do meio ambiente, por exemplo; e *instituições públicas* como prefeituras municipais, empresas de extensão rural, instituições oficiais de ensino etc.

No momento da formação de uma rede de intercâmbio, a metodologia sugerida por Sidesky orientava que seria importante avaliar o papel a ser cumprido por cada um dos atores pertencentes à rede e entender como cada um era por ela atingido. A rede, com sua própria dinâmica, estaria em constante formação. A incorporação de novos elementos ocorreria por intermédio de referências dos contatos pessoais com atores que tivessem alguma experiência desenvolvida em propriedades da região ou exercessem alguma liderança local.

Esta informação [sobre potenciais novos integrantes da rede] é colhida junto a sindicalistas, agricultores, agentes pastorais, extensionistas, grupos de apoio etc. Nesta fase normalmente não possuímos o endereço certo, tendo apenas um contato intermediário que permitirá o acesso ao local. Consideramos que este elemento está apenas *pré-identificado*. Num segundo momento passamos a ter informações mais concretas sobre o agricultor e sua experiência garantindo acesso direto a ele. Este elemento fica, então, plenamente *identificado*. Finalmente, através de visitas da nossa equipe e/ou envio de correspondência

e/ou participação em eventos promovidos ou apoiados pela rede, esse elemento é *incorporado* à Rede (SIDERSKY & FIGUEIREDO, 1988, p.15 – grifos dos autores).

O terceiro passo seria a coleta (ou o registro) de informações sobre as tecnologias alternativas identificadas. Neste momento, deveriam ser identificadas “as tecnologias que, atendendo aos interesses do pequeno produtor, reforçam sua capacidade de resistência na terra, de melhorar seu padrão de vida e segurança econômica” (SIDERSKY, 1986, p.6). Uma vez identificadas tecnologias que atendessem a estes requisitos, em um próximo passo, estas deveriam ser classificadas ou sistematizadas de acordo com a sua pertinência a um dos seguintes sete grandes grupos: produção agrícola, produção animal, transformação da produção, comercialização, transporte, água e energia de consumo doméstico e saúde e nutrição. Para cada tecnologia alternativa identificada, a equipe de técnicos deveria pesquisar extensivamente o seu histórico na localidade, a sua utilização (objetivos e problema para o qual foi criada), os materiais, conhecimentos e habilidades necessárias à sua implementação, os custos envolvidos na sua implementação; deveriam ser elaboradas descrições precisas sobre o seu processo de funcionamento, manutenção, aplicação e, se possível, os resultados obtidos a partir do seu uso nos processos produtivos.¹⁰¹ Por fim, o quarto passo na constituição de uma rede de TA seria trabalhar com os fluxos de informação, a difusão das tecnologias e/ou experiências, permitindo a circulação da mesma entre os diversos atores que constituíam a rede de intercâmbio.

(...) o trabalho mais especificamente “técnico” de resgate e difusão de tecnologias tinha como pano de fundo as questões presentes no movimento de agricultura alternativa (aproveitando as contribuições de diversas correntes sem se “filiar” a nenhuma delas), onde de uma forma geral duas questões se destacavam: uma era a denúncia ao uso de produtos químicos, e a outra era a questão da degradação dos solos. De certa forma, subjacente a estas duas questões estava a crítica ao modelo energético baseado no petróleo – que se desdobra, na agricultura, no tripé mecanização, agrotóxicos e adubos químicos. As tecnologias identificadas como “alternativas” estavam em geral associadas a essas três questões: eram “alternativas” aos tratores (tração animal, implementos simplificados, etc.), aos agrotóxicos (venenos “caseiros”, métodos de controle de pragas e doenças), e aos adubos químicos (métodos de adubação orgânica) (CINTRÃO, 1996, p.51).

A idéia inicial da coordenação nacional do projeto era que as equipes de TA tivessem uma estratégia geral de ação, com etapas e processos previamente definidos a partir da metodologia descrita anteriormente. Na prática, o que se observou foi uma diversidade de formas de atuação, que variava de acordo com as contingências enfrentadas por cada grupo, a partir de seu embate com a realidade vivenciada (PTA-FASE, 1988). De um modo geral, os técnicos tenderam a trabalhar reunindo os agricultores – com a mediação de líderes das associações de produtores e dos sindicatos de trabalhadores rurais – para apresentar o projeto, discursar sobre a sua importância e fazer um levantamento dos problemas por eles enfrentados. Eleitos os problemas prioritários, de modo participativo, buscava-se explicitar as soluções conhecidas pelos técnicos ou criadas pelos agricultores. Aquelas apresentadas pelos agricultores e que

¹⁰¹ De acordo com LIMA (1987, p.6), o momento de sistematização seria aquele em que “se deve buscar no conhecimento científico a validação/negação do conhecimento empírico dos agricultores. Em maior ou menor grau, dependendo do objeto da experiência, são usados os recursos da consulta bibliográfica, consultas a especialistas e a instituições de ensino e pesquisa. A sistematização deve oferecer um produto em condições de ser divulgado”.

possuíam, na visão do grupo, maior potencial de extensão a outras situações, eram escolhidas para estudos mais aprofundados.

As experiências escolhidas, quando estudadas mais de perto, geralmente revelaram que sua aplicação era bastante restrita às especificidades do sistema de produção local para o qual foram criadas ou demandavam recursos e/ou investimentos (de mão-de-obra, por exemplo) nem sempre disponíveis ou facilmente aceitáveis, fato que limitava sua adaptação a outros contextos e inviabilizava, desta forma, sua extensão direta a outros agricultores. Esta característica das tecnologias alternativas inviabilizava a articulação, a nível nacional, de uma proposta homogênea de identificação, sistematização e difusão que pudesse conduzir à oferta de soluções gerais aos problemas dos pequenos produtores, como era desejo da coordenação nacional do PTA (SOTO, 1992, p.66). Deste modo, o ideal da busca de soluções globais para o problema da produção agrícola em pequena escala encontrou um sério limite no momento em que os técnicos das equipes de TA, ao entrarem em contato com as “condições objetivas do trabalho”, tomaram consciência da enorme diversidade de casos, da complexidade de soluções ou respostas que eles demandavam e das dificuldades estruturais para articular as diversas soluções pontuais que iam sendo conhecidas.

(...) além desta etapa preliminar de *identificação* de experiências, pouco se fez para alcançar o objetivo central do PTA, que é o de torná-las acessíveis ao mais amplo espectro de usuários potenciais. Consideramos que, além das dificuldades operacionais e do reduzido quadro técnico, incidimos em alguns desvios em nossa prática. Nossos quadros concentraram boa parte do seu esforço num trabalho de cunho mais político – a crítica a modelo, ao pacote; a crítica às políticas agrícolas do governo; a propaganda das benesses potenciais das “alternativas”, inseridas no espaço de luta de massas pelas transformações sociais (a reforma agrária como ponto central, bem entendido). Mas os efeitos práticos das “alternativas” (a melhor propaganda possível das alterações do modelo a longo prazo) foram pouco trabalhadas, limitando-se a um processo rudimentar de difusão de determinadas experiências através de intercâmbios diretos entre produtores. Mais ainda: quando levados a um processo mais extenso de difusão (sobretudo através dos cursos de capacitação de lideranças dos pequenos produtores) a tendência dominante foi a de reproduzir um limitado cabedal de conhecimentos alternativos extraídos da literatura corrente (limitadíssima) sobre o assunto. E tome compostagem, cobertura morta, adubação verde, curva de nível etc. às vezes sem muita avaliação das condições específicas para o emprego desta ou daquela técnica. É o pacote alternativo! Ou seja, trabalhou-se muito pouco com o universo da rica inovação empírica dos produtores e muito com o limitado conhecimento teórico adquirido (fragmentariamente) pelos técnicos (WEID, 1988, p.10 – grifo do autor).

O trabalho de pesquisa havia, portanto, sido enviesado tanto pela ênfase nas etapas de sensibilização sobre a proposta e de identificação das tecnologias alternativas – o que conferia maior importância ao trabalho político de divulgação dos objetivos do PTA – quanto pelas deficiências de formação dos técnicos. Havia necessidade de criar novos mecanismos e estratégias que possibilitassem uma articulação mais eficiente entre as diversas soluções tecnológicas encontradas para os problemas específicos, a necessidade de divulgar tais soluções e a construção de um movimento social para dar suporte à proposta de alternativas de promoção do desenvolvimento rural.

A diversidade de respostas descoberta pelas diferentes redes de TA também refletia a relativa autonomia que estas redes estabeleciam em relação à coordenação do projeto pelo PTA-FASE. As próprias metodologias de ação dos diversos grupos, embora seguissem orientações gerais difundidas pela coordenação, eram permeadas

pelas características das realidades nas quais estavam inseridos os técnicos e mediavam com as capacidades (inclusive técnicas) mobilizadas pelos atores que compunham as equipes e as redes de TA.

No que se referia ao trabalho das equipes-rede, todas as equipes estavam de acordo em que estas deveriam se ampliar com base nos contatos e experiências do movimento popular. Entretanto não existia um consenso em relação ao público prioritário que deveria ser assistido e quanto à melhor forma de intervenção (se em uma só comunidade ou município ou, se no “varejo”, através de diversas ações distribuídas entre as diferentes regiões ou municípios do Estado) (MELO, 1993, p.159).

Toda esta diversidade de posições quanto às estratégias de ação implicava questionamentos e disputas sobre os rumos do PTA. Para alguns técnicos ou equipes de TA, o projeto deveria concentrar esforços na pesquisa das tecnologias alternativas e no desenvolvimento de métodos comparativos para compreender melhor o potencial de extensão destas novas tecnologias; outros defendiam que deveria ser enfrentada, com maior ênfase, a questão da circulação de informações e a extensão dos novos conhecimentos aos agricultores; uma outra posição afirmava que a tarefa mais importante estaria relacionada ao projeto político mais amplo, deste modo, maior importância deveria ter o processo de sensibilização dos diversos atores sociais para a questão da alternativa política que representavam as tecnologias alternativas, conferindo ênfase ao trabalho político de fortalecimento da organização dos pequenos produtores, legando a um segundo plano a busca de soluções mais imediatas aos problemas por eles enfrentados. Depois de três anos de experiência, o PTA chegava a um momento de avaliação dos rumos a seguir.

O PTA percebeu muito cedo que este levantamento de informação tecnológica tendia a identificar soluções pontuais que podiam melhorar pontualmente a performance dos sistemas tradicionais ou substituir *inputs* em sistemas agroquímicos, mas tinha caráter aleatório e fragmentário. Esta característica tornava difícil visualizar um processo de construção de sistemas alternativos que respondesse de forma integrada aos problemas e impasses vividos pelos pequenos produtores. Para responder a esta deficiência o PTA criou os Centros de Tecnologia Alternativa (CTA), cujo objetivo era produzir modelos alternativos de produção agropecuária, integrando as várias informações recolhidas das práticas empíricas e das fontes científicas dos centros de pesquisa e das Universidades (WEID, 1997, pp.16-7).

Os Centros de Tecnologia Alternativa foram criados a partir de 1986. De acordo com WEID (1988, p.5), a proposta inicial do PTA não vislumbrava a criação de estruturas de experimentação e demonstração de tecnologias alternativas, apenas o PATAC, em Campina Grande, no Agreste da Paraíba, realizava alguns experimentos com novas tecnologias, cujos resultados eram, eventualmente, compartilhados com as demais equipes da rede. Esta experiência e os seus pressupostos foram descritos da seguinte forma por Maurício Arouche, biólogo, então técnico do PATAC:

(...) é fundamental levar para o próprio agricultor o processo de experimentação. Ele aprender a saber a quantidade de chuva que cai e o que ele pode fazer com ela. O que significa a temperatura do solo e o bem ou o mal que traz para a planta. É saber o que a cobertura morta traz ou não de benefício para o trabalho dele. Para que ele não seja somente repetidor de novas técnicas ou de técnicas velhas com roupagem nova. Ou técnicas velhas ditas por um técnico alternativo. A experiência da gente tem feito com que cada vez mais se entenda a necessidade de mesmo um pequeno pedaço da propriedade de agricultor, que ainda nem acredita no todo da idéia de T.A. se faça uma experiência. Porque ele vendo, acompanhando... no nosso caso, a gente vai mensalmente a cada propriedade e faz um

acompanhamento, mede a temperatura, fura o solo pra ver a profundidade dele, vê o tamanho da planta, vê se ela está sendo ou não atacada pelas pragas, vê quem está crescendo mais, ou de um jeito ou do outro e contando isso, medindo, anotando. Porque na família, por menos que se saiba, tem sempre alguém que sabe fazer uma anotação. Isto tem permitido que a gente saia deste patamar, de técnico para ficar junto ao nível do conhecimento popular. Isto nos tem levado a entender, por um processo bem mais simples de raciocínio, como estas coisas acontecem na natureza e no campo da produção (PTA-FASE, 1986, p.10).

O embrião dos CTAs, no entanto, surgiu no MOC, em Feira de Santana, na Bahia. Lá, os agricultores que participam dos cursos de capacitação oferecidos como parte das atividades da rede de intercâmbio, começaram a pedir por demonstrações com as novas técnicas que eram apresentadas. Estas demonstrações foram se tornando freqüentes. Inicialmente, ocorriam nas propriedades dos agricultores, até que um pequeno sítio, de propriedade do MOC nos arredores da cidade, foi transformado em uma unidade de experimentação e demonstração de novas tecnologias. Difundida entre os participantes do PTA, a idéia ganhou força e foi institucionalizada. Muitas redes de intercâmbio, avaliando os limites da pesquisa de novas tecnologias, já vinham manifestando a necessidade de locais para realizar experimentos e para fornecer cursos de capacitação com demonstrações práticas, o que, de certo modo, também revelava uma demanda dos próprios agricultores participantes das redes de TA (PTA-FASE, 1986). Além destes fatores, as agências financiadoras mostravam-se, naquele momento, mais receptivas à idéia de apoiar projetos mais concretos como os centros de TA do que a financiar as redes de intercâmbio, cujos resultados (ou ganhos) da atuação lhes pareciam menos tangíveis (SAUTIER & SIDERSKY, 1989).

A idéia de criação de centros de experimentação começou a ser discutida pelo PTA em maio de 1985, quando foi sugerido um cronograma para que todas as equipes de TA apresentassem, até o final daquele ano, projetos para estruturação dos centros (WEID, 1985). Inicialmente foram criados dois CTAs, um em Quixeramobim, sertão do Ceará, e outro em Ouricuri, região da Chapada do Araripe, em Pernambuco. O CTA de Quixeramobim iniciou suas atividades em abril de 1986, por iniciativa do Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR), uma das ONGs da Rede PTA, com o apoio financeiro do Centro Alemão para Tecnologias Alternativas (GATE/GTZ) e da Fundação Interamericana (IAF). O CTA de Ouricuri começou suas atividades em julho de 1986 e contou com o apoio da Organização Holandesa para a Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (NOVIB) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

A escolha destas áreas para intervenção – localizadas no semi-árido nordestino – estava coerente com a proposta de trabalhar em regiões severamente adversas às práticas agrícolas, nas quais os limites agroecológicos representassem o maior desafio à oferta de soluções alternativas. De acordo com a proposta do PTA, estes centros distinguiam-se dos centros de pesquisa convencionais porque partiriam da realidade do pequeno produtor, valorizando os seus conhecimentos, trabalhando em sua própria região sob as condições ambientais as quais estavam submetidos aqueles agricultores; porque, metodologicamente, propunham trabalhar a unidade de produção como um sistema, não como “uma sucessão de atividades isoladas no tempo e no espaço”; e porque sugeriam integrar os agricultores em todo o processo de pesquisa de tecnologias alternativas, desde a elaboração dos diagnósticos, passando pelo levantamento das

soluções, pelo processo de experimentação e acompanhamento das práticas até à avaliação dos resultados obtidos.

A proposta educacional do projeto procura combinar vários tipos de pedagogia. De um lado está a pesquisa dos sistemas produtivos, a ser feita com a participação dos interessados. Diagnosticados os principais problemas, lança-se, também, com a participação das organizações comunitárias integradas nas Redes, a busca de soluções parciais, experimentadas pelos próprios produtores – a recuperação do saber popular. Paralelo a isto, as equipes técnicas buscarão soluções nas referências científicas da bibliografia existente ou nas práticas desenvolvidas por outras experiências comunitárias. Identificadas soluções plausíveis – locais, empíricas ou científicas – os produtores interessados discutirão as vantagens e desvantagens potenciais de cada uma e os problemas de sua integração em um todo, a nível de propriedade. Após feita a opção, a equipe testará ao nível do Centro, com acompanhamento de representantes das comunidades. Comprovada a validade das soluções propostas, as comunidades indicarão representantes que participarão de cursos no Centro, junto ao campo experimental e demonstrativo. Esses representantes serão os responsáveis pela difusão, em locais comunitários escolhidos pelos lavradores, dessas mesmas experiências. A equipe do centro acompanhará e aconselhará estes experimentos de campo – se solicitada – até que os difusores tenham suficiente domínio da técnica e dos meios de difusão (WEID, 1985, p.13).

A organização de diversos cursos sobre técnicas de agricultura alternativa deixava clara a intenção pedagógica da proposta dos CTAs, tanto para os agricultores quanto para os próprios técnicos.¹⁰² Narrando a experiência do CTA de Ouricuri, Jean Marc afirma que:

Com as dezenas de experimentações no CTA, os produtores vão aprendendo princípios de ciência – biologia, ecologia etc. – e as aplicam ao seu universo, muito além do mero aprendizado de uma ou outra prática. O método do CTA não é o de descobrir um novo “pacote” agrícola, alternativo. É o de propor soluções adequadas ao pequeno produtor e educá-lo no processo, para uma melhor compreensão do seu universo produtivo, para que ele seja capaz de interferir nele criativamente, inovando-o (WEID, 1988, p.41).

Os cursos e as práticas conduzidas nos CTAs não se limitavam, obviamente, às questões técnicas de produção, havia a intenção de contribuir na formação política dos agricultores e na própria capacitação dos técnicos. Ao mesmo tempo em que eram experimentadas e difundidas novas tecnologias, havia a preocupação em articular este processo ao fortalecimento da organização dos produtores. Deste modo, a atuação dos técnicos e a mobilização dos agricultores ocorria por meio de grupos organizados em torno de associações ou sindicatos, via cooperativas ou por intermédio de ações organizativas da Igreja Católica. De acordo com o depoimento de um técnico do ESPLAR, que participou de todo o processo de criação do CTA de Quixeramobim, a proposta política da defesa das tecnologias alternativas, naquele momento, era clara:

(...) todo o sentido dessa agricultura não é desvinculado de uma idéia mais geral. Nós temos essa idéia de fazer uma unidade mais produtiva porque é uma forma de reforçar a luta dos trabalhadores. Ela deve servir de instrumento de crescimento, de reforço da luta das comunidades. É neste sentido que vai o esforço de organizar este conjunto de técnicas que vai ser uma agricultura alternativa que a proposta que a gente quer colocar em pratica no centro de Quixeramobim (PTA-FASE, 1986, p.7).

¹⁰² Em sua participação no 1º Encontro Estadual de Tecnologias Alternativas do Ceará, em 1986, uma socióloga, técnica do ESPLAR, explicou que nos debates que antecederam a criação do CTA em Quixeramobim, “ficou decidido que este centro seria um local de formação de agricultores e também de técnicos (porque é muito deficiente a formação dos técnicos)” (PTA-FASE, 1986, p.6).

Neste fragmento de discurso também é interessante perceber como a noção de tecnologias alternativas começava a ceder espaço para a de agricultura alternativa, indicando que a proposta se ampliava e absorvia a importância dada pela ação concreta dos técnicos do projeto à difusão de suas intenções políticas. Em 1987 dois novos CTAs foram criados, em Goiás o CTA/COMSAÚDE, financiado pela Zentralstelle für Entwicklungshilfe, e em Minas o CTA-Zona da Mata iniciou suas atividades em novembro daquele ano. No Rio Grande do Sul, o CETAP adotou, a partir de 1988, a estratégia de ação dos CTAs e tornou-se uma unidade demonstrativa e de experimentação de tecnologias alternativas.

SAUTIER & SIDERSKY (1989), embora reconheçam a demanda por unidades experimentais pelos técnicos e agricultores que compunham a rede PTA, afirmam que os CTAs surgiram sem que tivesse havido uma avaliação mais profunda sobre o trabalho das redes de intercâmbio. As diversas unidades componentes da rede diversificavam suas ênfases, refletindo a autonomia que tinham em relação à coordenação nacional e a relativa falta de debate e avaliação sobre os resultados obtidos até então. Assim, enquanto os CTAs enfatizavam a capacitação e o acompanhamento das experiências de grupos de agricultores, outras equipes concentravam esforços no fortalecimento das redes de intercâmbio e outras, ainda, desempenhavam tanto o trabalho mais próximo ao dos CTAs quanto aquele mais relacionado à articulação política das organizações de agricultores. Na avaliação do PTA, os Centros de Tecnologias Alternativas surgiram de propostas apressadas:

Na elaboração das propostas de CTAs, padeceu-se de alguns erros. Em todos os casos, uma pré-condição para a montagem dos CTAs seria uma ampla discussão e participação das bases sociais mais diretamente atingidas pela instalação dos mesmos. Este processo se deu de forma desigual, sendo um tanto super-estrutural e formal na Bahia e um pouco limitado em Goiás e Minas Gerais. No caso baiano esta insuficiente preparação redundou em atrasos e consultas à posteriori às bases – que mostraram-se firmemente interessadas (...) a pressa com que foram montadas as primeiras propostas, com fim de levantar fundos para os CTAs, resultou em que estas sofressem de certa generalidade, sem um plano operacional concreto para a instalação e funcionamento dos Centros (PTA-FASE, 1988, p.78).

A experiência dos CTAs, embora tenha sido bem sucedida em termos de produção de novos conhecimentos e melhorias na capacitação dos técnicos envolvidos, também pôs à prova o ideal de valorização dos conhecimentos dos agricultores como elemento precursor da busca e da construção de soluções alternativas ao enfrentamento dos seus problemas. O objetivo do PTA era que os CTAs funcionassem como se fossem pequenas propriedades, nas quais as técnicas e tecnologias identificadas pelas redes de TA pudessem ser integradas a sistemas de produção criados para enfrentar as mesmas condições adversas vivenciadas pelos agricultores das regiões nas quais se inseriam. A idéia era viabilizar sistemas de produção alternativos, reproduzíveis, depois de adaptados, em outras unidades produtivas.

Este ideal, no entanto, era de difícil consecução. De acordo com WEID (1997, p.17), ainda que muitas práticas dos agricultores tivessem sido efetivamente integradas a sistemas de produção, as soluções tecnológicas construídas, na maioria dos casos, embora partissem da realidade dos agricultores, incorporavam pouco do conhecimento dos próprios agricultores no processo de adaptação pelo qual passavam antes de serem integradas a um determinado sistema de produção. Por isso, os sistemas produtivos que

incorporavam novas tecnologias geralmente não se adequavam à realidade dos agricultores, por exigirem esforços e investimentos além de suas possibilidades:

Embora tenham acumulado inúmeras propostas técnicas parciais interessantes, os CTAs, sobretudo nas zonas de maiores dificuldades como o semi-árido nordestino, não conseguiram efetivamente criar um modelo ideal viável. Impasses técnicos que surgiram ainda estão sem solução definitiva, em particular o manejo da escassa matéria orgânica existente e a otimização dos recursos hídricos pluviais. Por outro lado, os modelos construídos muitas vezes ignoraram condições objetivas dos produtores como a disponibilidade de mão-de-obra (WEID, 1997, p.17).

Destas constatações, então compartilhadas nos encontros regionais da Rede PTA, surgiu a proposta de uma metodologia de trabalho que suprisse as deficiências de conhecimento da realidade das regiões e das condições de vida e produção dos agricultores locais. Os diagnósticos participativos de sistemas produtivos passaram a fazer parte das preocupações dos técnicos locais (PTA-FASE, 1988). Estes diagnósticos seriam os instrumentos facilitadores da difusão das tecnologias alternativas avaliadas nos CTAs.

3.3 A questão da difusão de tecnologias e a reestruturação do PTA em 1989

Contando as equipes vinculadas diretamente ao PTA e aquelas constituídas em outras entidades, por intermédio de convênios com a FASE, a rede nacional do PTA, em 1988, tinha 11 equipes nas regiões nordeste, sudeste e sul do Brasil.¹⁰³ Naquele mesmo ano, cinco após o Seminário de Campinas, a coordenação do projeto reuniu quase todos os seus técnicos para avaliar os trabalhos conduzidos até então e para definir novas estratégias de ação. O Encontro Nacional do PTA, ou simplesmente “o Encontro”, como ficou conhecido, aconteceu no Rio de Janeiro, entre 12 e 16 de dezembro de 1988, reunindo, além dos técnicos das diversas equipes do projeto, vários representantes de entidades conveniadas e diversos outros colaboradores do PTA. Estava em pauta a tentativa de alcançar uma maior unidade discursiva em torno dos objetivos gerais, das propostas e ações do projeto, diante de uma realidade que apontava uma crescente diversificação de métodos e estratégias de ação entre as equipes.

Era um claro momento de transição, tanto nas concepções do projeto quanto na conjuntura política do país. Aproximavam-se as eleições presidenciais de 1989, estimulando a mobilização dos movimentos sociais para que colocassem em debate suas reivindicações e propostas. A possibilidade de eleição de um candidato apoiado por estes movimentos e por partidos políticos de esquerda animava um ambiente

¹⁰³ Sob coordenação da Regional Nordeste havia Redes de Intercâmbio no Ceará (ESPLAR), Pernambuco (Centro Josué de Castro), na Bahia e no Maranhão, com equipes do próprio PTA-FASE; e CTAs no Ceará (também vinculado à ESPLAR) e em Pernambuco, conduzido pelo PTA. Sob coordenação da Regional Sul estavam a Rede de Intercâmbio e o CTAs de Lajes, em Santa Catarina (Projeto Vianei de Educação) e do Rio Grande do Sul (CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares), e a Rede de Intercâmbio do Paraná (RURECO – Fundação para o Desenvolvimento Econômico-Rural para o Centro-Oeste do Paraná; e ASSESSOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural). À Coordenação Nacional, no Rio de Janeiro, estavam diretamente vinculadas as Redes de Intercâmbio de Minas Gerais e do Espírito Santo e os CTAs de Montes Claros e Viçosa (Zona da Mata), em Minas Gerais.

propositivo e esperançoso diante das possibilidades de mudança. Todo este contexto influenciava debates e trazia para o PTA e as organizações que compunham a Rede um desejo por maior visibilidade e afirmação de suas propostas no cenário político nacional, fortalecendo o campo de construção de alternativas políticas. No contexto interno do PTA, o desejo de afirmação de uma unidade propositiva à proposta de uma agricultura alternativa era contrastado com as questões trazidas pelo formato institucional que o projeto havia assumido desde 1983. A avaliação era que o trabalho de coordenação não havia conseguido “dar uma cara” às ações da Rede. Nela, ao contrário das intenções de fortalecimento de uma unidade propositiva, predominavam diferenças de concepção e de estratégia de ação entre as ONGs que a compunham. As necessidades por mudanças também se revelavam no plano interno e – fiel aos princípios que defendem processos decisórios negociados e participativos – foram colocadas em pauta em um grande encontro nacional das várias equipes componentes da Rede.

Estas questões [as colocadas pelas divergências entre as ONGs da Rede PTA] indicam a necessidade de um debate do conjunto, que torne claro para todos a matriz de pensamento do PTA, seu modo de funcionamento, a divisão das responsabilidades na sua condução, sua estratégia de ação, de crescimento, etc. Estas questões não representam, todavia, uma tomada de consciência coletiva e parece-nos uma boa hora para a sua explicitação (PTA-FASE, 1989, p.2).

A pauta do Encontro fazia um roteiro das inquietações que os cinco primeiros anos de ações concretas trouxeram à discussão. Dela constavam “oito itens básicos” que guiaram os debates, começando pela discussão sobre as diversas concepções de tecnologias alternativas, passando pelas questões das relações entre o projeto, os movimentos sociais e o Estado e culminando com um debate sobre a reestruturação organizacional do PTA.¹⁰⁴

O Encontro Nacional foi pensado pelas Coordenações como um *espaço de reflexão* das práticas cotidianas, dando lugar à explicitação de todo tipo de opiniões provenientes dos quadros técnicos tendentes a *clarear* posições com vistas à consolidação de uma idéia clara sobre o Projeto e suas possibilidades e limites no curto, médio e longo prazos (SOTO, 1992, p.81 – grifos do autor).

Para WEID (1997), a questão das estratégias para difusão de tecnologias havia sido o principal problema que limitou o trabalho das redes de intercâmbio e dos CTAs naqueles cinco primeiros anos. Em 1988, o PTA já havia identificado mais de 3000 práticas com tecnologias alternativas e sistematizado aproximadamente 20% deste total, indicando que havia um significativo acervo de práticas a serem experimentadas ou difundidas e que o processo de pesquisa fora bem sucedido, apesar dos limites enfrentados. Aos técnicos das diversas equipes caberia, a partir deste acervo, promover a circulação destas informações entre as comunidades. Este processo de difusão deveria ser guiado por um pressuposto bastante simples. As soluções tecnológicas identificadas em uma determinada comunidade, devidamente sistematizadas, deveriam chegar a outras localidades que estivessem enfrentado um problema semelhante.

¹⁰⁴ Os oito itens da pauta eram os seguintes: (1) A concepção de tecnologia alternativa; (2) As tecnologias alternativas e a transformação social; (3) A natureza e os objetivos do PTA; (4) A relação com os movimentos sociais; (5) Relações com o Estado; (6) Relações com os financiadores; (7) Estratégias de crescimento; e (8) Reestruturação do PTA (PTA-FASE, 1988).

Para as redes de intercâmbio e para os CTAs, o principal fator limitante a esta estratégia de difusão de informações era a insuficiência de “animadores” para coordenar cada um dos momentos do processo. Em cada situação particular era necessário haver um técnico da rede para, junto aos agricultores, apresentar as soluções tecnológicas identificadas em outras situações. A presença de um componente da rede, devidamente capacitado, era imprescindível, visto que a comunicação escrita esbarrava nos limites impostos pelos baixos índices de alfabetização dos agricultores. Além disso, as novas tecnologias, dependendo do caso, demandavam exaustivas demonstrações para convencer os agricultores sobre a importância das mudanças propostas, ao mesmo tempo em que lhes ensinasse como proceder. Portanto, o elo entre estas experiências acumuladas (e não compartilhadas) e aqueles que demandavam por soluções dependia, principalmente, da ação de técnicos/animadores em todos os níveis desta cadeia de troca de informações, já que, supunha-se, as soluções, embora carentes de adaptação local, já estavam disponíveis.

A realidade demonstrou que esta estratégia de extensão rural raramente funcionou (WEID, 1997). Como não havia técnicos em número suficiente para unir todos os elos do circuito, as equipes, geralmente, delegavam às lideranças das organizações de pequenos produtores e dos sindicatos de trabalhadores rurais, principalmente, esta função de animadores da rede de intercâmbio. Evidentemente não capacitadas e, em alguns casos, desinteressadas em realizar este trabalho, as lideranças tenderam a privilegiar ações políticas (de sensibilização dos agricultores) em detrimento do apoio às ações técnicas de difusão de novas tecnologias, fragilizando, deste modo, o intercâmbio de experiências. Ademais, diante da situação de pobreza vivenciada pela maioria dos agricultores, a sua própria participação no processo de difusão era limitada pela ausência de apoio externo para facilitar os deslocamentos a outras comunidades, para participar de reuniões ou cursos ou para compensar os dias de trabalho perdidos. Diante deste quadro, os técnicos das equipes ficavam sobrecarregados de tarefas, pois não tinha outro método de comunicação alternativo à apresentação oral das propostas e esta era uma tarefa a ser realizada por eles mesmos (PTA-FASE, 1988).

A relação com as lideranças com as lideranças sindicais eram tão necessárias quanto complexas. Elas se inseriam na complexidade das relações políticas locais e dependiam da aceitação destas lideranças à proposta das equipes da Rede, do modo como eles a percebiam e como a inseriam nas disputas políticas que participavam. De um modo geral, havia afinidade entre a proposta de transformação social que fundamentava a proposta das equipes de TA e dos CTAs e os sindicalistas. Os sindicatos “sensibilizados” faziam parte da mesma rede de atores que deram suporte ao surgimento do PTA-FASE, ou seja, agentes religiosos, muitos deles ligados a CEBs e à CPT, e ativistas de esquerda ligados ao Partido dos Trabalhadores e à Central Única dos Trabalhadores. Deste modo, a aproximação e afinidade entre as propostas foi, nas palavras de Jean Marc (WEID, 1997, p.15), “enorme, mas enganosa”.

Os sindicalistas viam na proposta de uma agricultura alternativa divulgada pelo PTA a possibilidade de imprimir um caráter mais propositivo à sua intervenção, de modo a satisfazer tanto as demandas de suas bases quanto a fortalecer as relações do sindicato na dinâmica política local. Não imaginam, no entanto, os desdobramentos práticos que faziam parte das expectativas das ONGs da rede. Para elas os sindicatos deveriam atuar como promotores locais de ações de identificação e difusão de

tecnologias alternativas. Os sindicatos, por sua vez, tinham dificuldades para aceitar tais atividades como pertinentes à sua função institucional. Os impasses desta relação que, de acordo com WEID (1997), era corrente em diversas regiões do país, causou dificuldades à disseminação da proposta do modo como ela vinha sendo pensada até então. O papel imaginado para as lideranças sindicais e para os próprios sindicatos teria que ser repensado. Este papel, como argumenta CINTRÃO (1996, p.321), estava relacionado ao “prestígio e empenho das lideranças para a inserção, consolidação e manutenção do trabalho [de assessoria] junto aos agricultores”.

A formação profissional dos técnicos das equipes de TA e dos CTAs também representou um limite à obtenção dos resultados imaginados. Embora o próprio trabalho de campo representasse uma importante oportunidade de aprendizado a todos os envolvidos, aos técnicos não era de se esperar que em tão curto espaço de tempo lhes fosse possível se distanciar de um tipo de formação profissional que conferia extrema valorização ao conhecimento científico e colocava em segundo plano os diversos outros tipos de conhecimento construídos à margem da educação formal. Este fato desdobrou-se na imensa dificuldade dos técnicos em mediar com os conhecimentos dos agricultores (ou com a “cultura camponesa”, termo mais em voga nos textos do PTA naquela época), fazendo com que prevalecessem, durante todo o processo de identificação e difusão de tecnologias, as soluções apresentadas pelos técnicos ou, quando muito, aquelas por eles recriadas a partir do que percebiam junto aos agricultores. Para GRZYBOWSKI (1985, p.61), a oposição e o difícil diálogo entre os saberes camponês e técnico poderiam ser explicados da seguinte maneira:

O saber tecnológico dos camponeses é, sobretudo, um saber experimental. Um conjunto de práticas, mais do que explicações. (...) o saber técnico, diferentemente daquele dos camponeses, é fruto de um conhecimento científico, que tem por base necessidades e interesses definidos no conjunto da sociedade e não em situações sociais específicas de trabalho. (...) Neste processo de confrontação de saberes, porém, sempre ocorreu a imposição do “saber do técnico” sobre o “saber dos camponeses” e a conseqüente desqualificação deste último e não o seu aperfeiçoamento.

Também é importante considerar que os técnicos das equipes de TA e dos CTAs não dispunham de estudos ou diagnósticos mais aprofundados sobre as diversas condições (agroecológicas, sociais, econômicas etc.) nas quais estavam inseridos os agricultores para quem levavam as propostas de novos aportes tecnológicos, o que representava um outro tipo de limite à aceitação e ao sucesso das mudanças e das soluções que propunham (SOTO, 1992). Os diagnósticos rurais ainda era aplicados de modo experimental e não conseguiam incorporar o caráter participativo que os caracterizaria pouco tempo depois. A sua aplicação também encontrava resistência de alguns técnicos que consideravam a metodologia de difícil aplicação e de resultados questionáveis. A participação dos agricultores era buscada por meios mais convencionais, sempre associada a métodos de extensão rural e cursos de capacitação.

Apesar das dificuldades na operacionalização, esta estratégia [de extensão participativa, das redes de intercâmbio] mostrou, onde aplicada com alguma coerência, um potencial interessante, sobretudo na confirmação da importância do saber camponês – inovador e, às vezes, tradicional – bem como a excelência de alguns agricultores como comunicadores/difusores. Mas mesmo nesses casos, o caráter aleatório das questões tratadas na difusão tornou o esforço, pouco eficiente. O fato é que as propostas difundidas eram aquelas que a Rede podia identificar e não necessariamente respondiam às questões prioritárias levantadas pelos agricultores. Verificou-se que era necessário abordar os

sistemas de produção dos pequenos e não buscar respostas pontuais para problemas pontuais. A conclusão foi que o saber camponês e a capacidade de difusão dos próprios agricultores eram elementos-chave de uma estratégia de desenvolvimento mas não podiam, isoladamente, constituir a própria estratégia (WEID, 1997, p.21).

Um outro tipo de abordagem, muito comum entre os técnicos das equipes do PTA, sequer conferia qualquer importância à participação dos agricultores na geração de novas tecnologias, priorizando os aportes alternativos que já eram de conhecimento prévio dos técnicos e repassando-os aos agricultores em cursos de extensão e em dias de campo. WEID (1997) explica que este “pacote tecnológico alternativo” ficou conhecido entre os técnicos como a “síndrome do CCC”, uma referência às três técnicas mais difundidas pelo “pacote”: composto orgânico (para fertilização dos solos), cobertura morta e curva de nível (ambas técnicas utilizadas para diminuir os efeitos dos cultivos na erosão dos solos). Obviamente, esta prática de extensão por atacado desconsiderava as particularidades dos sistemas locais de produção.

Uma das equipes do PTA chegou a realizar 60 cursos para um total de 1000 participantes em um único ano, contando com apenas dois técnicos. Dava-se por contado que os cursandos não só adotariam as técnicas como as difundiriam nas suas bases. Uma avaliação posterior mostrou que a adoção destas propostas ficou muito aquém das expectativas, embora, em alguns casos específicos, os sucessos tenham sido impressionantes (WEID, 1997, p.21-2).

Nos CTAs, as estratégias de difusão de novas tecnologias também variaram bastante de acordo com as características das equipes e, principalmente, com particularidades das áreas de inserção dos centros. Mas, de um modo geral, não houve inovações consideráveis em relação aos métodos correntes de extensão rural. A própria disponibilidade de uma área demonstrativa induzia a práticas de dias de campo e de demonstrações para grupos de agricultores. Em Ouricuri, por exemplo, a equipe técnica desenvolveu uma técnica pedagógica que aliava os cursos de capacitação a práticas demonstrativas (MONTEIRO, 1988). Na avaliação da coordenação nacional, durante os cinco primeiros anos de atuação do PTA, não houve investimento para desenvolver estratégias de difusão ou de comunicação que se mostrassem mais eficazes para a expansão das propostas alternativas. Houve, ao contrário, uma marcante assimetria entre a oferta de alternativas tecnológicas aos diversos sistemas de produção e a capacitação da equipe técnica para torná-las compreensíveis pelos agricultores que deveriam adotá-las. O viés acadêmico dos cursos teóricos intensivos e o papel preponderante do conhecimento científico dos técnicos na explicação das tecnologias e das mudanças demandadas, de um modo geral, criaram mais distanciamento que comunicação entre técnicos e agricultores. Esta percepção também é evidenciada no estudo de CINTRÃO (1996), que tratou do trabalho desenvolvido pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) em Minas Gerais.

As propostas alternativas difundidas aos agricultores demandavam deles a apreensão de uma quantidade muito grande de informações em períodos de tempo muito curtos. A agravante é que estas informações eram referidas a diferentes etapas de evolução do ciclo natural de desenvolvimento das culturas ou criações, requerendo dos agricultores – em caso de sua adoção das novas práticas e na ausência de um acompanhamento técnico eficaz – ou uma sistematização por escrito dos procedimentos aprendidos nos cursos, para consulta futura, ou a busca destas informações em outro material informativo. Nem todos os agricultores tinham acesso a estes recursos. Outro

fator importante na determinação dos limites das estratégias de extensão era o próprio teor das mudanças que as propostas alternativas traziam àquelas praticadas pelos agricultores. Caso aceitassem mudar em parte ou totalmente os seus sistemas de produção, os agricultores deveriam estar preparados para transformações radicais em seus modos de vida e de trabalho, assumindo tanto os riscos inerentes a tal empreitada quanto os investimentos necessários (por exemplo, maior intensidade no emprego da mão-de-obra disponível). Os riscos eram ainda maiores porque não havia, salvo raras exceções, segurança dos técnicos quanto à adequação das novas tecnologias propostas – fossem elas mais ou menos pontuais – aos sistemas produtivos que resultariam das mudanças (PTA-FASE, 1988).

(...) apesar das limitações apontadas anteriormente, a ação do programa foi suficiente para criar uma pré-disposição favorável à sua continuação por parte das organizações de pequenos produtores beneficiados. Além disso, ao nível mais macro, as atividades do programa introduziram o debate sobre as alternativas em meios até então alheios ou hostis a esta problemática, tais como as Universidades Rurais, a Embrapa e a extensão rural oficial. (...) Os impactos obtidos eram positivos mas parciais e pulverizados em comunidades dispersas e ignoradas pelo público em geral, não permitindo uma demonstração mais massiva do potencial das alternativas (WEID, 1997, p.28).

Os debates realizados durante o Encontro Nacional em 88, de um modo geral, concordavam com esta avaliação. Ao mesmo tempo em que as deliberações do Encontro rejeitaram a sugestão de filiação da proposta a uma determinada escola ou corrente de agricultura alternativa, como padrão e referência à sua atuação, afirmavam que a proposta de desenvolvimento do PTA-FASE expressava relações sociais de disputas por poder, portanto não podia prescindir de um marcante caráter político-organizativo, complementar ou até mesmo indissociável ao aspecto técnico-científico, inerente à própria proposta. À coordenação e as diversas equipes de assessoria aos movimentos sociais, avaliavam os debates, caberia desenvolver os meios e as estratégias que possibilitassem um maior equilíbrio entre estes dois aspectos nas práticas de seus agentes.

A avaliação do Encontro Nacional, do final de 88, estimulou a Coordenação Nacional do PTA a rever suas funções e o modo como o projeto vinha se organizando até então. Se por um lado o Encontro representou um marco ao socializar diversos questionamentos e alinhar determinados consensos, por outro, na visão da coordenação nacional, o encontro serviu para confirmar uma tese que já há algum tempo vinha preocupando-a. A coordenação pode constatar, então, como o seu trabalho de articulação das diversas equipes era percebido de modo equivocado pelos componentes destas equipes. De acordo com a leitura que faziam, os coordenadores teriam atribuído à equipe uma imagem do PTA como se fosse uma estrutura hierarquicamente definida, que exercia o seu poder decisório por intermédio das Coordenações Regionais e, principalmente, da Coordenação Nacional (SOTO, 1992). A esta coordenação caberia a função de definir as políticas e estratégias de ação, de financiamento e de expansão do projeto. E isto era tido como algo positivo pelos técnicos; algo que restringia, de algum modo, as responsabilidades das equipes locais, ao mesmo tempo em que assegurava uma certa direção quanto os rumos a tomar. Ao mesmo tempo, as orientações das coordenações eram relativizadas pelas equipes locais, para as quais os preceitos mais gerais da proposta deveriam ser contrastados com os fatores que, em cada situação, influíam nos rumos das ações. Esta tensão enfraquecia a própria proposta do PTA.

Esta constatação conduziu o processo de reestruturação do projeto ao longo de 1989. Neste processo, os discursos foram construídos para reafirmar o caráter do PTA como uma rede interinstitucional, para a qual, diagnosticava-se, não havia a necessidade de uma estrutura hierárquica rígida que possibilitasse o exercício do poder de decisão centralizado em uma coordenação nacional. Também foi selado, naquele momento, o rompimento institucional com a FASE.

O PTA era filho adotivo da FASE. Não foi parido de suas entranhas e talvez por isso mesmo nunca tenha sido totalmente integrado à sua dinâmica. Além disso, cresceu muito depressa e de forma muito autônoma. Acabou criando problemas de identidade com a entidade mãe – ou madrastra. Nada de grave, mas precisava ser resolvido. A opção pelo desligamento foi de comum acordo e o processo (mais de um ano) executado sem traumas e concluído em maio de 1990. Continuamos compartilhando o prédio da Bento Lisboa, 58 em fraternal e fecunda convivência (WEID, 1991, p.7).

Deste modo, na proposta de reestruturação aprovada, desapareceram as funções de coordenadores de rede, substituídas pelo papel de assessoria na tarefa de auxiliar às novas ONGs criadas como resultado do desmembramento da antiga estrutura. A Rede PTA continuaria existindo e seus fóruns de decisões seriam o Encontro Nacional, os Fóruns Regionais (Nordeste, Leste e Sul) e o Fórum Nacional, mantendo a autonomia das ONGs participantes. A reestruturação completava-se com a ruptura institucional entre o projeto e FASE, que o acolhera até então, e o desligamento, ao longo de 1989, das equipes técnicas diretamente vinculadas à coordenação nacional. Cada uma das equipes técnicas constituiu uma ONG autônoma. Surgiram, assim, o Serviço de Assessoria a Organizações Populares (SASOP), na Bahia; o Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais (CAATINGA), em Ouricuri, Pernambuco; a Associação de Programas em Tecnologia Alternativa (APTA), no Espírito Santo; a Rede de Intercâmbio de Tecnologia Alternativa (REDE), em Minas Gerais e a AS-PTA. No Rio de Janeiro, em dezembro de 1989, foi criada a Assessoria e Serviços a Programas de Tecnologias Alternativas (AS-PTA), uma ONG autônoma e com pessoa jurídica própria. Naquele momento, juntaram-se à Rede Nacional outras doze entidades.¹⁰⁵

Este quadro de mudanças dialogava com outros fatores conjunturais que influenciavam as concepções da proposta e a ação da Rede formada pelo PTA. No início dos anos 90, o caráter anti-Estado das ONGs perdia força e sentido diante das experiências e possibilidades de estabelecer parcerias pontuais com a institucionalidade pública, principalmente com prefeituras municipais administradas pelo Partido dos Trabalhadores. Com isso, vislumbrava-se uma possibilidade de exercer alguma influência sobre os processos locais de gestão de políticas públicas dirigidas à

¹⁰⁵ Em 1991, a Rede PTA era composta pelas seguintes entidades: Associação Agroecológica Tijupá, Maranhão; CTA/Rede CE – Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR), Ceará; CAATINGA, Pernambuco; Rede PTA PE/PB – Centro Josué de Castro (CJC), Paraíba e Pernambuco; SASOP, Bahia; APTA, Espírito Santo; Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), Centro de Tecnologia Alternativa Zona da Mata (CTA-ZM), Centro de Assistência Técnica (CAT), REDE, todos em Minas Gerais; Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR), Central Única dos Trabalhadores (CUT) – Sudoeste do Paraná, Fundação para o Desenvolvimento Rural do Centro-Oeste do Paraná (RURECO), no Paraná; Centro Vianei de Educação Popular, em Santa Catarina; Centro de Aconselhamento ao Pequeno Produtor (CAPA IV), Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), Rio Grande do Sul. Além das ONGs que mantiveram o nome da AS-PTA: AS-PTA Região Nordeste, Pernambuco; AS-PTA Região Leste, Minas Gerais; AS-PTA Rede Paraná, Paraná; AS-PTA Região Sul, Rio Grande do Sul; e a própria AS-PTA no Rio de Janeiro.

agricultura de pequena escala, engendrando algumas mudanças em suas concepções e nos seus modos de implementação.

Os vínculos pontuais com as administrações locais aproximaram a Rede da institucionalidade pública, o que foi colocando em questão o caráter anti-Estado e o seu papel na construção da dimensão utópica do movimento pela agricultura alternativa. Quanto ao processo de constante re-concepção da proposta, a busca por alternativas à agricultura convencional ganhou uma outra dimensão com a incorporação do discurso da agroecologia e a aplicação de métodos de diagnóstico rural e análise de sistemas de produção. Para a Rede de ONGs coordenada pelo PTA, o referencial da agroecologia trazia uma possibilidade de elaboração de um outro discurso de legitimação, com maior poder de reconhecimento no campo científico, o que fazia a proposta adentrar outros campos de negociação e disputa.

Esta mudança no discurso de legitimação da proposta parecia coerente com a gradual incorporação, pelas ONGs da Rede liderada pela PTA-FASE, dos estudantes e profissionais que fizeram parte dos movimentos ambientalista e estudantil que, nos anos 80, denunciaram as consequências da modernização do agro e clamaram por alternativas para os pequenos produtores. Deste modo, na base de sustentação dos significados e orientações simbólicas compartilhadas pela Rede, chegam os militantes de origem acadêmica para conviver com os “militantes imbuídos da cultura católica de esquerda dos anos 80” (ABRAMOVAY, 2000). Neste contexto, a legitimidade do discurso científico da agroecologia ganhou força aparentava ter um maior poder de afirmação de um consenso, entre os acadêmicos e gestores públicos, a respeito da formulação de alternativas para a promoção do desenvolvimento rural, quando comparado ao caráter político-organizativo, baseado na postura anti-Estado, e a dimensão utópica que construíram a identidade do PTA-FASE e da Rede PTA desde seu início até a criação da AS-PTA.

As mudanças também respondiam à crescente difusão e incorporação por diversos atores dos temas e das preocupações que motivaram o surgimento e a ação do PTA. Cada vez mais, agentes financiadores, entidades e organizações, públicas e privadas, discursavam sobre a necessidade de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis e agiam em busca de alternativas para a promoção do desenvolvimento dos segmentos mais pobres do campo. A agricultura familiar tornou-se objeto de pesquisa e de intervenção de um número crescente de atores. A agricultura alternativa e a agroecologia, por sua vez, deixaram de ser temas restritos ao campo das ONGs que trabalhavam na perspectiva de gerar processos de desenvolvimento rural. Nas agências governamentais, principalmente nas dedicadas à extensão rural, a idealização das ações era cada vez mais pautada por temas ambientais e pela necessidade de gerar processos mais participativos outrora tão peculiares (e quase restritos) às ações das ONGs de desenvolvimento (TENDLER, 1998). No campo das próprias ONGs, a valorização da agricultura orgânica e dos produtos “livres de agrotóxicos” e a construção de mercados e formas de comercialização específicos para os seus produtos começou a ganhar força, trazendo à cena outros apelos relacionados à promoção de alternativas à agricultura familiar (BRANDEMBURG, 2002).

Neste contexto, o projeto de transformação social defendido pela AS-PTA ganhou novo sentido com a incorporação da agroecologia. A tentativa era, mais uma vez em sua trajetória, estabelecer o seu lugar, demarcando diferenças em relação à

difusão dos princípios ambientais que eram incorporados pela idéia de sustentabilidade do desenvolvimento. Ao mesmo tempo era fundamental manter a coesão em torno da possibilidade de realização daquela transformação que nos anos 80 foi mantida graças à difusão do ideal pela agricultura alternativa. A busca pela legitimação uma ciência ambiental como base para a promoção do desenvolvimento rural passou a orientar os seus objetivos e discursos. Na nova fase, aparecia como crescente preocupação o fortalecimento de programas locais ou regionais de desenvolvimento, de modo que o seu exemplo e o fortalecimento das organizações dos agricultores pudessem ter maior influência nos processos de elaboração e gestão de políticas públicas (ALMEIDA *et al.*, 2001).

O formato institucional assumido pela proposta também passaria por mudanças. De ONG coordenadora de uma rede de outras organizações e entidades, a AS-PTA surgia com a intenção de trabalhar com a prestação de serviços e assessoria e se dedicar de modo mais enfático à construção de métodos de intervenção que possibilitassem superar o que parecia ter sido a grande deficiência desta sua fase de formação: a ausência de bases epistemológicas e metodológicas para dar sustento à sua proposta política de transformação social por meio da promoção da agricultura alternativa.

IV. DESENVOLVIMENTO LOCAL, AGROECOLOGIA E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AGRO

Este capítulo analisará como se deu o processo de construção da proposta da AS-PTA durante os anos 90 até o momento da realização do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) em meados de 2002. Do Encontro de 1988 ao ENA em 2002, dois eventos que sintetizaram o desejo por outros rumos, a trajetória da AS-PTA, dialogando com as mudanças na conjuntura política do país, passou por transformações significativas. A análise que segue buscará compreender o sentido geral destas mudanças e suas características principais, concentrando em três aspectos fundamentais: (a) o processo de construção de métodos de intervenção na realidade, particularmente os métodos de diagnóstico participativos; (b) a adoção da agroecologia como referencial teórico que fundamenta suas ações e garante a coesão dos objetivos em torno do ideal de transformação social; e (c) a estratégia dos programas de desenvolvimento local.

Os programas locais de desenvolvimento permitem analisar como a proposta da AS-PTA foi sendo reconstruída na medida em que enfrentava, na experiência concreta, o desafio de construir novos princípios e institucionalidades locais para desencadear ações de promoção do desenvolvimento; as dificuldades para estabelecer manter relações com o Estado (em suas diversas instâncias); e a necessidade de garantir meios para a reprodução social e econômica dos agricultores. A análise mostrará como a postura anti-Estado, defendida pelo ideário da agricultura alternativa nos anos 80, foi cedendo espaço ao desejo por influenciar politicamente na elaboração e gestão de políticas públicas que levem em consideração os princípios agroecológicos.

4.1 Agricultura e ecologia na construção de novos princípios para a ação local

O tempo do PTA-FASE foi o período de afirmação do projeto alternativo em oposição ao modelo da agricultura moderna e ao Estado, que o referendava. Neste período, o embate político facilmente se deslocava para uma dimensão ideológica. Esta dimensão cumpriu a importante tarefa de disseminar um ideal de transformação social por meio da mudança do modelo tecnológico hegemônico de promoção do desenvolvimento. Embora centrado na dualidade do “alternativo” contra o “moderno”, não se pode negar a capacidade política do movimento liderado pelo PTA-FASE de estabelecer um novo consenso em torno da necessidade de repensar o modelo de

desenvolvimento tecnológico da agricultura, hegemônico na sociedade brasileira de então.¹⁰⁶

O Encontro Nacional da Rede PTA, em 1988, foi o momento em que os limites da agricultura alternativa como referencial para a construção de propostas de promoção do desenvolvimento foram postos em discussão. Não era somente a insatisfação com o modo centralizado de coordenação da ação vinha assumindo o PTA-FASE. Os próprios resultados obtidos pelas equipes de TA e pelos CTAs, nos diversos caminhos que a proposta trilhava em cada contexto, pareciam indicar uma crescente fragmentação de experiências produtivas, que se tornavam carentes de unidade metodológica e até de objetivos gerais comuns. Para o PTA-FASE, naquele momento, os objetivos políticos de sua ação estavam dados e pareciam claros: as tecnologias alternativas promoveriam as mudanças desejadas a partir de sua crescente disseminação. No entanto, a prática demonstrou que a capacidade normativa deste discurso se diluía ao decorrer da mediação com a diversidade das equipes locais, com seus contextos políticos de inserção e da realização de sua dimensão produtiva.

Nas palavras de Sílvio Gomes de Almeida, o projeto político defendido insiria a proposta da Rede PTA na luta dos pequenos produtores em seu “confronto com as políticas do Estado e com as forças da produção e dos mercados que tendem a expulsá-los do campo” (ALMEIDA, 1991, p.5). Tanto o Estado quanto os mercados eram vistos como legitimadores das concepções do modelo da Revolução Verde. Não eram imaginados como parceiros, o que era coerente com a imagem que se construía da proposta até então: um conjunto de experiências e iniciativas que aconteciam à margem dos mercados e do Estado. Com isto, em grande medida, negava-se que o processo de afirmação de uma alternativa política para a pequena produção ocorresse por meios institucionalizados afirmando, ao contrário, que ele deveria ser construído por meio da afirmação de sua autonomia.

Este caráter da ação, principalmente a sua postura anti-Estado, estava, como vimos, relacionado ao contexto político originário da proposta. A imagem negativa atribuída ao Estado afirmava o desejo da não-cooperação, fundamentado na existência de projetos políticos opostos e inconciliáveis. A paulatina perda de sentido das grandes utopias políticas trouxe, além das decepções, a possibilidade para pensar outros tipos de encaminhamento para a luta. Neste contexto, a negação da institucionalidade pública e a afirmação da postura anti-Estado poderiam ser mantidas ao preço de uma autonomia que se desdobraria em isolamento. Uma postura que enfrentava um contexto político-econômico que indicava uma ampla revisão dos padrões estatais de promoção do desenvolvimento, sinalizando a possibilidade de incorporação de novas concepções. Nesta revisão, a dimensão “local” do desenvolvimento ganhava relevância, operacionalizando-se por meio do estímulo a processos de descentralização administrativa (TREJOS, 1998). Ao fortalecer esta dimensão local, eram abertas

¹⁰⁶ Hegemonia e consenso, neste caso, são usados nas acepções mais radicais que lhes confere NOGUEIRA (2003, p.2). Hegemonia, então, faz referência à “capacidade que um grupo tem de dirigir eticamente um novo campo de liderança”. Consenso, por sua vez, significa a qualificação de “uma articulação pluralista de idéias e valores, uma unidade na diversidade”. O autor argumenta que ambos os conceitos são usualmente empregados de modo enviesado. Hegemonia, por ser uma palavra de origem militar é normalmente aproximada à idéia de “monopólio ou uso intensivo do poder, quer dizer, vêm-na muito mais como sinônimo de força, autoridade e imposição. O conceito de consenso sofre algo parecido: (...) acaba por ser reduzido a ausência de dissenso e divergência, uma situação mais de silêncio passivo e unanimidade que de ruído e multiplicidade”.

determinadas possibilidades de participação para que atores vinculados aos movimentos sociais manifestassem suas reivindicações e propostas. O próprio Estado, ao anunciar a diminuição do seu papel na promoção do desenvolvimento, indicava a necessidade de que outros atores assumissem uma função mais ativa nesta tarefa.

Para a AS-PTA, a postura de oposição à institucionalidade governamental começou a ser relativizada tanto por influência deste contexto político quanto, principalmente, em decorrência de sua inserção – que também ocorria indiretamente, por meio das várias equipes das ONGs vinculadas à Rede – nos contextos políticos locais. Seus encontros com a institucionalidade pública vinham ocorrendo no dia-a-dia dos trabalhos. Assim, tornavam-se freqüentes as parcerias eventuais e cooperação pontual com técnicos de prefeituras municipais e empresas estaduais de extensão rural. Em alguns casos, ocorriam inclusive negociações para financiamento a projetos. Embora nem sempre se desdobrassem em bons resultados, esses encontros iam minando a imagem de um Estado “negativo”, autoritário e monolítico. Em seu lugar, ia ganhando terreno a visão que o percebia em sua diversidade e capilaridade. Havia, portanto, possibilidade de contato, diálogo e até mesmo influência sobre certas “pessoas do Estado”, mais receptivas às novidades trazidas pela proposta da agricultura alternativa, instituindo o que DOIMO (1995, p.223) chamou de “relações de seletividade positiva com a esfera político-administrativa”.

Neste contexto, como já ressaltamos, aumentava o número de atores que passaram a pesquisar e a trabalhar com os temas da geração de alternativas de desenvolvimento para a agricultura, principalmente sob a bandeira da sustentabilidade. Isto, para a AS-PTA, gerava a necessidade de afirmar a sua proposta, diferenciando-a das outras que surgiam. O caráter político de sua proposta, embora passando por uma transição, parecia-lhe relativamente estabelecido. A dimensão técnica desta proposta política de mudança do padrão produtivo da agricultura de pequena escala é que ainda não estava bem resolvida. A disseminação de tecnologias alternativas, mais apropriadas às condições dos pequenos produtores e mais bem equilibradas aos fatores ambientais, embora fosse um passo importante, esbarrava na ineficiência ou inadequação dos métodos de disseminação, contribuindo para a dispersão das experiências, o que era agravado pelo caráter pontual das mudanças que elas conseguiam realizar nos sistemas de produção.

Este quadro indicava a premência de desenvolver novas abordagens e métodos que aprimorassem os que vinham sendo utilizados, possibilitando além de uma participação mais qualificada dos agricultores, a obtenção de resultados práticos mais consistentes e de maior alcance. Neste momento da trajetória da AS-PTA, a definição de novos métodos de intervenção na realidade e a fundamentação científica da mudança técnica defendida eram tidos como fatores decisivos à afirmação da proposta alternativa.

Neste processo de transição, não se tratava de negar o aprendizado acumulado na experiência do PTA e da rede de iniciativas inspiradas por sua ação. Os questionamentos à falta de resultados e métodos de intervenção representavam um balanço dos seis primeiros anos de atuação do projeto e o início da redefinição de objetivos e estratégias adotadas, até então, para disseminar e referendar politicamente a proposta. Os limites da agricultura alternativa se revelavam tanto na ausência de bases epistemológicas mais concretas (ALMEIDA, 2002), quanto em relação aos métodos utilizados pelos técnicos para disseminar, entre os agricultores, as alternativas

tecnológicas. Estas deveriam lhes proporcionar uma maior autonomia em relação ao uso de insumos modernos e à necessidade de assistência técnica. Ao mesmo tempo, possibilitariam uma maior integração dos sistemas de cultivo e criação com os fatores ambientais. No entanto, a avaliação corrente era que estes métodos de extensão não se distanciavam muito daqueles tradicionalmente empregados pelos demais agentes – inclusive governamentais – que intervinham no campo, auxiliando pequenos produtores. Principalmente quando o potencial de participação dos agricultores parecia estar sendo limitado ao seu consentimento às mudanças sugeridas pelos técnicos.

A maior parte das equipes da Rede PTA funcionou, a nosso ver, com duas dinâmicas (em geral sucessivas): (1) a difusão de técnicas alternativas conhecidas dos técnicos tais como a compostagem, curvas de nível e cobertura morta, as hortas caseiras e agricultura; (2) a resposta à “demandas” dos produtores que, no mais das vezes, recaíam sobre os temas já mencionados (acrescente-se a criação de pequenos animais) levando-nos a crer que se tratam na verdade de “demandas” induzidas pela própria identidade assumida pelos técnicos/entidades envolvidas. Em outras palavras, os produtores salientam apoio técnico naquilo que sabem que os assessores já têm como oferta (WEID, 1991, p.2).

O que os assessores tinham a oferecer, à medida do aumento da complexidade das demandas, foi se tornando insuficiente e, mais grave, na sua própria avaliação, em alguns casos as técnicas e métodos difundidos não se adequavam culturalmente aos modos de produção que os agricultores assistidos estavam acostumados a lidar. Este fato, constatado no cotidiano das experiências vinha sendo referido, já há algum tempo, em estudos de caso presentes na literatura sobre o tema. Alguns destes estudos foram publicados pela própria AS-PTA, fomentando o debate interno. O primeiro livro da série “Agricultores na pesquisa”, por exemplo, trazia textos de um seminário realizado na Universidade de Sussex, Inglaterra, em 1987, por iniciativa do Instituto de Estudos de Desenvolvimento. Na introdução daquele volume, Jean Marc enunciava as preocupações metodológicas que fundamentavam mudanças nas percepções sobre o trabalho a ser desempenhado pela AS-PTA a partir daquele momento:

(...) apesar de admitirmos como princípio básico de nossa prática o respeito e a incorporação do “saber popular” ao processo de geração e difusão de tecnologia que procuramos animar, ainda estamos longe de dominarmos as práticas metodológicas para realizarmos este princípio. Assim sendo, é muito comum entre nós uma preocupação com a participação (ou controle...) formal dos movimentos nos projetos mas é menos comum se dar espaço concreto para o conhecimento gestado pelos produtores ou para fornecer os instrumentos pelos quais possam eles vir a ser geradores e difusores de inovações tecnológicas (WEID, 1989, p.3).

Estas constatações, além de serem uma síntese das avaliações de diversos técnicos e interlocutores da Rede PTA, representavam um diálogo com o discurso da “participação”, já bem disseminado, naquela época, por agências de promoção do desenvolvimento. Esta percepção da carência de métodos para possibilitar uma maior participação dos agricultores foi construindo outros sentidos e visões sobre o trabalho de assessoria. O processo de concepção da AS-PTA incorporou este debate às suas novas funções. Assim, a partir de sua criação, ela passou a se definir como uma organização de assessoria e serviços, mais relacionada ao desenvolvimento de métodos de trabalho e à elaboração de conhecimento técnico sobre a promoção do desenvolvimento rural, com ênfase nos processos locais. Seu papel de coordenadora da rede de ONGs e de outras entidades cedia espaço à prestação de assessoria a estas ONGs, para a qual o traço marcante passava a ser a perspectiva agroecológica do desenvolvimento.

Assessoria em quê? A AS-PTA considera que o avanço dos movimentos de pequenos produtores para a conquista de um modelo de desenvolvimento agroecológico implica em formular uma série de métodos de trabalho. Trata-se de criar métodos participativos para todas as etapas de um processo de desenvolvimento. Isso vai desde o diagnóstico dos agroecossistemas dos pequenos produtores até a difusão maciça de propostas técnicas e organizativas que viabilizem a pequena produção de forma sustentável. Neste caminho, passamos por questões ligadas à pesquisa, ao resgate de experiências camponesas, à pedagogia da capacitação, à comunicação, etc. A AS-PTA realiza, junto com as organizações da Rede PTA, um esforço permanente para identificar/desenvolver métodos adequados que possam servir a milhares de organizações de produtores, técnicos, ONGs, etc. (...) as questões de método são cruciais na identificação/resolução dos problemas encontrados pelos produtores. São eles que permitem acumular soluções técnicas para a infinita variedade de situações vividas pelos agricultores brasileiros na imensa diversidade de condições econômicas e sociais em que estão inseridos (WEID, 1991, p.8).

A redefinição dos rumos da ação e a busca pelo aprimoramento de métodos de conhecimento e de diagnóstico da realidade partia de certos pressupostos. Avaliava-se que, de um modo geral, a intervenção nos processos produtivos vinha ocorrendo a partir de um conhecimento insuficiente destes processos, o que quase sempre induzia à oferta de soluções muito gerais ou, por outro lado, reducionistas, mesmo que qualificadas de alternativas ou ecologicamente orientadas e que fossem produto das melhores intenções por parte dos seus técnicos. Falando sobre o trabalho desenvolvido pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), um dos técnicos avaliou que:

(...) no início de 1990 conclui-se que depois de dois anos de atuação o CTA-ZM deixava muito a desejar em termos de trabalho técnico aplicado. As propostas eram muito limitadas, principalmente pelo alto grau de generalidade em que se baseavam (FERRARI, 1991, p.32).

Para encontrar soluções mais eficazes “era necessário aprofundar a análise dos sistemas [de produção dos agricultores] para identificar os problemas chave” (WEID, 1991a, p.30), superando as soluções generalistas, tão difundidas nos primeiros tempos do PTA, ou seja, as técnicas agrícolas alternativas ao emprego de insumos modernos: cobertura morta, compostagem e curvas de nível, por exemplo. O uso de métodos de diagnósticos participativos surgia como meio mais apropriado para conhecer melhor a realidade e os problemas particulares de cada região. Nesta visão considerava, como pressuposto, a marcante heterogeneidade dos atores e dos processos envolvidos, inclusive a diversidade da base ambiental que dava suporte à exploração agrícola nos diversos contextos. Deste modo, no processo de intervenção, cada caso tornava-se peculiar, a ação para o desenvolvimento deveria ser, estrategicamente, local, pois “cada grupo ou comunidade está sujeito a um contexto específico que impõe problemas e oportunidades próprias” (PETERSEN, 1996, p.1).

Pressupunha-se também que os agricultores seriam detentores do acervo de informações mais valioso para a construção dos diagnósticos e, posteriormente, para a definição das recomendações para a ação (ALMEIDA, 1991). O conhecimento técnico ou científico, neste caso, era tido como acessório, só teria um sentido processual caso interagisse com os conhecimentos e informações culturalmente construídos pelos agricultores em sua lida cotidiana com os seus fatores de produção. Para esta circunstância, a participação dos agricultores na construção dos diagnósticos seria condição indispensável e, almejava-se, deveria ir além das boas intenções presentes nos discursos. Assim, nesta concepção, tem-se que a resolução dos problemas referentes à

promoção do desenvolvimento é auferida ao processo de mediação entre os conhecimentos técnicos dos agentes incumbidos desta promoção e os conhecimentos acumulados pelo público-alvo. Um dos desdobramentos desta concepção seria possibilitar um outro tipo de distribuição do poder decisório entre os atores envolvidos no processo, distinto daquele que costumeiramente ocorre nas relações tradicionais entre agentes de desenvolvimento e público-alvo, nas quais os primeiros detêm, além dos conhecimentos técnicos supostamente válidos, o poder de decisão sobre a escolha das soluções e sobre os rumos das ações. Na perspectiva da AS-PTA, ambos tipos de conhecimento, dos agricultores e dos técnicos, interagindo, permitiriam um “cruzamento dessas percepções, uma nova visão de cada um e do conjunto” (WEID, 1991a, p.31). No discurso construído pela AS-PTA nos anos 90, este ideário é defendido com vigor:

Desconsiderar o dinamismo e as especificidades das variáveis sociais, culturais e ambientais no planeamento de programas de desenvolvimento é um convite ao insucesso (...) A ideologia que despreza o agricultor como ser pensante com idéias, iniciativas e conhecimentos próprios é extremamente generalizada. Isto se manifesta, via de regra, pela tendência dos técnicos a considerar que o seu conhecimento (supostamente validado cientificamente) é superior ao do produtor e que portanto as soluções dos problemas vividos por este dependem das propostas que os primeiros sejam capazes de produzir (...) A decisão pela adoção de uma determinada prática pelo agricultor é resultado de um longo processo de experimentação e avaliação sujeito a inúmeros factores subjectivos, sendo que muitos dos quais sequer são percebidos pelos técnicos (...) Os pequenos agricultores tradicionais funcionam com uma lógica camponesa e não com uma lógica empresarial (...) são depositários de conhecimentos valiosos e sua vontade e decisão [são] uma condição imprescindível para qualquer processo de alteração dos seus agroecossistemas (PETERSEN, 1996, pp.2-4).

Os diagnósticos participativos tornaram-se, portanto, o principal instrumento metodológico para o conhecimento gradual das realidades nas quais os problemas relacionados à ausência de desenvolvimento se manifestavam e para definição da ação a ser empreendida. Ao mesmo tempo, eles cumpriam o papel de mecanismos de mediação, estabelecendo canais de troca de informações, entre os atores que participavam do processo. Os acordos resultantes da prática de diagnósticos determinavam, de um modo geral, os desdobramentos da intervenção técnica futura, guiada pela busca de soluções para as causas dos problemas identificados. Neste processo, a qualidade da participação dos agricultores estava indissociavelmente relacionada a “um razoável grau de organização e de interesse das bases envolvidas, assim como a qualidade de sua liderança” (WEID, 1991a, p.31). Este grau de organização presente no público-alvo da intervenção possibilitaria “mecanismos de interação/comunicação internos que facilitariam os processos participativos que consideramos essenciais para o sucesso das intervenções nos agroecossistemas” (WEID, 1991, p.7). Por isso, o trabalho de assessoria é bastante seletivo. Ele ocorre por meio da demanda de associações, organizações e entidades ligadas aos agricultores. Estes atores dão legitimidade à intervenção local dos técnicos da AS-PTA e, obviamente, comungam de sua proposta alternativa de promoção do desenvolvimento local.

Um aspecto importante no processo de afirmação de uma proposta alternativa de promoção do desenvolvimento, argumenta DIESEL (1999), é o fato dela construir seu poder persuasivo fundamentando-o, inicialmente, em exercício de deslegitimação dos discursos concorrentes. Como geralmente ocorre com campos discursivos em disputa, os atores que defendem uma proposta alternativa frente a outra que é socialmente

hegemônica, promovem discursos de exaltação de suas qualidades, concepções e estratégias. Assim, a perspectiva agroecológica do desenvolvimento passou a ser afirmada em oposição ao “modelo convencional” ou às “tecnologias modernas”. Na construção do discurso de mediação entre os agentes técnicos e o seu público-alvo, o processo de persuasão tem como elemento fundamental o exercício de desqualificação dos discursos concorrentes e a afirmação identitária da proposta alternativa. Vejamos:

(...) as chamadas “tecnologias modernas” (...) dependem do uso maciço de insumos, tais como adubos químicos, os agrotóxicos, as sementes híbridas, e mecanização motorizada (...) Dificilmente este tipo de tecnologia é adotada pelos pequenos agricultores por uma razão muito simples, são caras (...) Ao adotarem estas tecnologias, os agricultores abandonam suas práticas tradicionais, perdem o material genético que reproduziam a décadas e as vezes a séculos, e degradam o meio ambiente que dependem para sobreviver pois estas tecnologias não são apropriadas as condições ecológicas locais. No fim do projeto os técnicos se retiram alegando que os agricultores não foram competentes em se apropriar das tecnologias por eles proporcionadas (PETERSEN, 1996, p.3).

Na busca por novos métodos de trabalho, a aproximação aos referenciais da agroecologia também ocorreu como um desdobramento de contatos mantidos com outras experiências próximas a do PTA em outros países, principalmente aquelas filiadas ao Consórcio Latino Americano de Agroecologia e Desenvolvimento (CLADES)¹⁰⁷. No início dos anos 90, este consórcio reunia doze ONGs latino-americanas de oito países que trabalhavam com propostas alternativas que, em algum momento, faziam referência ao ideário agroecológico. A idéia do consórcio era difundir as bases dos preceitos agroecológicos, estimulando pesquisas e intercâmbio de informações. A publicação de um periódico semestral, a Revista Agroecologia y Desarrollo, além de possibilitar a publicação de discussões mais conceituais sobre os princípios agroecológicos, cumpria o papel de veículo de divulgação científica de várias pesquisas e experimentos com práticas agroecológicas. A publicação em espanhol teve apenas o primeiro número traduzido, pela AS-PTA, para o português, o que deve ter limitado o alcance de sua influência sobre os técnicos da Rede PTA. Outra estratégia utilizada pelo CLADES foi a promoção de cursos, em vários níveis de especialização, para técnicos de ONGs e lideranças de agricultores.

Embora a AS-PTA, ao menos em seu discurso público, não manifestasse o interesse em filiar-se a uma das correntes que sistematizavam conhecimentos para a construção de modelos alternativos de agricultura, havia uma demanda, de certo modo implícita, de alguns de seus financiadores por uma melhor definição quanto à pertinência da proposta a um referencial teórico menos amplo e difuso do que a noção de tecnologias alternativas propiciava (WEID, 1997). O momento de criação da AS-PTA, começo dos anos 90, era um período de crescente afirmação do discurso sobre a sustentabilidade do desenvolvimento, que começava a angariar bastante simpatia entre os responsáveis pela formulação de planos e propostas de atuação das agências governamentais (em suas várias instâncias) direcionadas ao agro (GUZMÁN, 1997).

A perspectiva agroecológica de promoção do desenvolvimento, longe de ser um receituário acabado sobre estratégias e métodos, identifica-se com o amplo conjunto de enfoques, de cunho ambientalista que, potencialmente, ofereceria alternativas ao estilo de produção praticado e difundido pela agricultura moderna e empresarial, base do

¹⁰⁷ A partir de sua fundação, a AS-PTA passou a integrar o CLADES.

chamado agronegócio. Para a AS-PTA, a agroecologia parecia oferecer maiores possibilidades à sua proposta. Para seus financiadores, com a incorporação do discurso da sustentabilidade do desenvolvimento, a proposta aparentava ganhar maior objetividade, caso direcionasse sua ação a projetos locais, cujos ganhos ou resultados poderiam ser mais bem mensurados. O alcance, a visibilidade e o potencial de persuasão da proposta também ganhariam, imaginava-se, fôlego no campo acadêmico, pois estaria associada a uma ciência ambiental em construção, cada vez mais influente neste campo (ALTIERE, 1988). A proximidade à agroecologia, por fim, incorporava, sem prejuízos, o ideário das tecnologias alternativas ou apropriadas, ao mesmo tempo em que contemplava as suas preocupações com as dimensões sistêmicas dos processos de produção e com o resgate dos conhecimentos e práticas culturais acumulados pelos agricultores tradicionais (ou “familiares”, para ser mais fiel aos novos termos em voga no início dos anos 90).

Podemos argumentar que este processo de transição na proposta da AS-PTA rumo à agroecologia representou a incorporação de seu referencial discursivo de caráter utópico, a agricultura alternativa, em um outro campo de disputa e legitimação, o científico. Assim, o projeto alternativo, ou seja, a agricultura alternativa, compreendida como instrumento de emancipação de sujeitos sociais subordinados a processos de desenvolvimento que não levavam em consideração suas demandas e características sócio-culturais, adentrava uma das dimensões da ciência moderna, que seria aparentemente imparcial quanto ao tema da transformação social, mas importante para a construção outros discursos para referendar e legitimar a proposta. Deste modo, imaginava-se que também estaria assegurado o poder de coesão da identidade construída pelo projeto (e pela rede por ele formada) desde o início dos anos 80.

(...) nunca nos identificamos com nenhuma escola: biodinâmica, orgânica ou natural, ou esta ou aquela, mas a idéia era aproveitar todas as contribuições técnicas que pudessem vir dessas escolas (...) embora nos textos a gente passe a usar agroecologia que parece mais positivamente definido que do que Agricultura Alternativa, que se define pela negação. (...) a gente manteve a questão da Agricultura Alternativa [no nome da AS-PTA] porque já tem uma imagem de marca (...) e se introduzir no nome a questão da agroecologia poderia ser mais complicador do que simplificador.¹⁰⁸

O ideário agroecológico tinha (e ainda tem) como uma de suas principais referências, o Professor Miguel Altieri, chileno, radicado nos Estados Unidos, especialista em Ciência do Solo, que trabalha na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e também é integrante do CLADES. Altieri é responsável por várias pesquisas, amplamente divulgadas em diversos textos (muitos dos quais publicados pelo PTA-FASE e, depois, pela AS-PTA) que divulgam e afirmam as bases científicas da agroecologia. O conteúdo deste ideário, no que se refere às readequações propostas aos sistemas produtivos da agricultura, num primeiro momento, preocupava-se muito mais em elaborar uma fundamentação técnica própria do que teorizar sobre os desdobramentos políticos das mudanças institucionais requeridas e provocadas pela adoção das suas práticas e métodos aplicados a estratégias de desenvolvimento. Coerente com esta assertiva, Altieri identificava, no final dos anos 80, a agroecologia como “uma estratégia para o desenvolvimento da tecnologia agrícola” (ALTIERE, 1988, p.7), restringindo seu escopo.

¹⁰⁸ Depoimento de um membro da AS-PTA citado por MELO (1993, p.172).

Agro-ecology has emerged as the discipline that provides the basis ecological principles for studying, designing and managing agro-ecosystems which are productive and resource-conserving, as well as culturally sensitive, socially just and economically viable (ALTIERE, 1995, p.17).

As recomendações técnicas da agroecologia são comumente construídas em distinção ao que preconiza a agricultura convencional ou moderna e fazem referência ao amplo debate, iniciado nos anos 70 e analisado anteriormente, a respeito da incorporação de variáveis ambientais como limite à expansão tecnológica do controle sobre a natureza. Pode-se melhor defini-la como uma série de princípios normativos que buscam orientar ações e práticas de grupos e organizações que se identificam com tais princípios. Para começar, como a sua própria denominação indica, há, por parte da agroecologia, a defesa de um outro tipo de relação entre a atividade agrícola e o uso dos recursos naturais. Assim, busca-se compreender e reproduzir os tipos de sistemas de cultivo que, historicamente, se desenvolveram em maior integração com os seus meios naturais.

Um dos princípios que norteiam a valorização da harmonia ambiental entre agricultura e natureza é o da diversidade. Ao contrário da ênfase dada pela agricultura moderna às grandes culturas (trigo, soja, arroz, por exemplo) e à sua rentabilidade econômica, traduzida em produtividade, as tecnologias agroecológicas são criadas para favorecer, indistintamente, todos os cultivos, principalmente os que garantem o suprimento de alimentos básicos. Os policultivos, que geralmente combinam variedades genéticas mais rústicas e bastante heterogêneas, são considerados os sistemas de cultivo ideais, contrastando com a ênfase da agricultura moderna às monoculturas geneticamente uniformes, baseadas em sementes geneticamente modificadas.

Os princípios agroecológicos defendem que o estabelecimento dos monocultivos implica uma série de transformações ambientais que tendem a simplificar os ecossistemas, ao contrário dos sistemas de policultivos, que se aproximam “o máximo possível das leis que regem o funcionamento da natureza, com um mínimo de artificialização do meio ambiente e buscando reciclagem de nutrientes como uma estratégia de conservação dos recursos naturais” (AS-PTA, 1995, p.3). Deste modo, um outro princípio importante para a estratégia agroecológica é o que se refere à capacidade regenerativa de suas técnicas e métodos sobre os recursos naturais. Como pouco modificam o seu meio ambiente, os sistemas orientados pelos preceitos agroecológicos conservam, na medida do possível, a fertilidade natural e por isso tendem a depender de uma menor quantidade de fatores externos para manter a sua capacidade de reprodução. Os monocultivos, ao contrário, demandam elevados investimentos tanto para a reposição da fertilidade natural dos ambientes quanto para o controle de insetos e plantas que, reagindo às modificações ambientais promovidas em larga escala, tornam-se ameaças à manutenção da produtividade em patamares elevados. No discurso da AS-PTA, estas diferenças são claramente demarcadas:

(...) a Revolução Verde tem como princípio organizador a acumulação de capital e o aumento crescente da taxa de lucro. Sabemos aonde isso leva de forma cumulativa e necessária: “à maximização das oportunidades”, à especialização produtiva em atividades de renda, à monocultura, à concentração de terra, à dependência em relação à indústria e à corrida tecnológica desenfreada, ao consumo crescente de energia cara e não renovável, ao aumento dos custos de produção, etc. (ALMEIDA, 1991, p.4).

Na proposta de um novo modo de relação entre a agricultura e a natureza, o princípio que defende a auto-suficiência dos agricultores familiares tem um papel preponderante. Este princípio está intimamente relacionado à idéia de segurança alimentar que, neste caso, defende como demanda básica, o livre acesso dos agricultores ao patrimônio genético natural necessário tanto à sua sobrevivência quanto à sua reprodução econômica. Os sistemas econômicos de proteção, patenteamento e comercialização das sementes e cultivares contrariam este princípio ao instituir o mercado de bens biológicos e biotecnológicos, composto por variedades geneticamente modificadas, de elevado custo, criadas para atender aos requisitos de sistemas de cultivo mecanizados e dependentes de insumos industrializados (BUTTEL *et al.*, 1985).

Na construção do discurso persuasivo a favor da estratégia agroecológica, o princípio da auto-suficiência evoca o ideal da autonomia campesina. Assim, a opção por sistemas de cultivos mais diversificados conferiria tanto menores riscos à economia dos agricultores quanto maior preservação de espécies e variedades locais, buscando evitar a erosão genética dos cultivares considerados de baixo apelo comercial. Além disso, ao diversificarem sua produção, os agricultores correriam menos riscos econômicos, pois não dependeriam do bom desempenho de apenas um cultivo ou criação, como fazem os monocultores, para garantirem sua renda. Ademais, a diversidade de cultivos e criações garantiria um elevado patamar de auto-suprimento, inclusive de sementes próprias, diminuindo a dependência aos mercados externos. Este princípio apregoa nada mais que o reencontro dos agricultores com práticas e modos de produção tradicionais, ecologicamente mais adequados.

É importante percebermos que na defesa dos princípios agroecológicos como estratégia alternativa de promoção do desenvolvimento local, a AS-PTA não incorpora a possibilidade de valorização econômica das práticas culturais mais tradicionais aos argumentos que poderiam convencer os agricultores e demais interessados em aderir à sua proposta. Ao dar ênfase a práticas culturais mais tradicionais, a agregação de um “valor natural” ou “tradicional” à produção agroecológica não faz parte do discurso elaborado. Nos argumentos construídos pela AS-PTA, o interesse comercial ou a possibilidade de obtenção de uma maior rentabilidade financeira proporcionada pelos alimentos “tradicionais” ou ecologicamente corretos não alcança, ao menos em seu discurso, qualquer relevância. Novamente, na fala construída, as diferenças são bem demarcadas. Nela se elabora uma distinção entre lógicas distintas que guiariam os objetivos da produção agrícola: a lógica insustentável do capital e do lucro contra a lógica do “produtor campesino”, idealizada como não produtivista e baseada nos valores culturais que os une, atávica e culturalmente, à sua terra:

A organização técnica da produção agrícola desenvolvida pelo e para o capitalismo no campo é boa para o capitalismo, mas se contrapõe e tende a desorganizar a lógica, a racionalidade e as condições de reprodutividade da pequena produção agrícola familiar. Essa não se fundamenta na acumulação e maximização do lucro (...) nada na contracorrente do avanço do capitalismo no campo, da exacerbação da divisão social do trabalho social, da separação campo-cidade e da crescente subordinação da agricultura à indústria (ALMEIDA, 1991, p.4).

Para el productor campesino la lógica es distinta. La agricultura para él es más que una fuente de lucro. El es capaz de mantenerse en la tierra aún cuando es posible que podría ganar más en otro sector. Solamente cuando la miséria lo obliga es que este migra, abandonando sus raíces (WEID, 1994, p.13)

Por fim, o princípio da autogestão organizativa dos agricultores defende que estes devem ser os verdadeiros sujeitos das mudanças de orientação e institucionais nos processos de desenvolvimento local. A presença dos técnicos e assessores deve ser catalisadora e transitória, seu papel é animar processos sociais que promovam os princípios agroecológicos, possibilitem assistência técnica a partir das demandas identificadas em conjunto com os agricultores e garantam, por fim, autonomia aos grupos trabalhados. Coerente com este princípio, no discurso da AS-PTA o fortalecimento das associações locais aparece destacado, como um dos objetivos principais de seu trabalho. Em sua trajetória, este princípio remete à idéia da valorização do aprendizado com as bases. Assim, as novas formas de organização, métodos e tecnologias não seriam meramente fruto das capacidades trazidas pelos técnicos ou assessores, mas, idealmente, produto da interação de conhecimentos e experiências, mediados por um “novo enfoque” científico, o agroecológico, e por novas abordagens metodológicas, de caráter participativo.

O complexo e diversificado saber acumulado pelos produtores nos processos e técnicas de gestão dos agroecossistemas cultivados e na reprodução de sua fertilidade constituem uma fonte inesgotável de riqueza, onde a ciência organizada sob novas formas e novo enfoque deve buscar lições e experiências para valorizar conhecimentos antigos (mas ao mesmo tempo extremamente modernos), adaptá-los e desenvolvê-los (ALMEIDA, 1991, p.6).

A defesa destes princípios é marcante nos discursos construídos pela AS-PTA. O momento de transição vivido no início dos anos 90, suas incertezas institucionais e o cenário político pouco promissor exacerbavam, de certo modo, a difusão de um forte discurso de defesa identitária.¹⁰⁹ A crítica à modernização do agro e à agricultura empresarial alinhava-se à defesa do projeto de transformação social por meio da valorização das experiências cotidianas e tradicionais dos pequenos agricultores familiares (AS-PTA, 1995). Era um momento de afirmação dos limites do modelo de desenvolvimento proposto e conduzido com o aval da institucionalidade pública. A agroecologia aparecia como instrumento e bandeira ideológica para viabilizar as profundas mudanças sociais imaginadas.

No tenemos duda, por lo tanto, que una generalización de la agroecología deberá favorecer al fraccionamiento de las grandes propiedades y aumentar el potencial de las pequeñas y medianas unidades familiares, con significativa retención de mano de obra en el campo (WEID, 1994, p.13).

Embora as formulações da agroecologia fossem carentes de um projeto político, elas se mostravam coerentes com a proposta da AS-PTA, até então defendida, e se adequavam à nova estratégia: trabalhar a partir de programas locais para fortalecer as organizações de agricultores. Este trabalho também envolvia o fortalecimento ou a criação de novos espaços coletivos e instituições que tornassem os processos de promoção do desenvolvimento mais participativos. Como argumenta ALMEIDA (2002, p.3-4), a proposta agroecológica, embora representasse uma tentativa de superação do caráter idealista do discurso da agricultura alternativa, não escapava deste espectro:

Aqueles que idealizam este tipo de agricultura têm razões para pensar que, em se aliando a um projeto de desenvolvimento local, descentralizado, que privilegie a diversidade em cada

¹⁰⁹ O ano de 1989 marcou a derrota do candidato de oposição nas eleições presidenciais. Luis Inácio Lula da Silva simbolizava a possibilidade de chegada ao poder de uma proposta política mais próxima às reivindicações dos movimentos sociais. Em 1990 teve início o breve e desastroso mandato de Fernando Collor de Mello.

meio, estão exprimindo novas aspirações, novas formas de sociabilidade, uma vontade em promover outros modos de desenvolvimento social e econômico que seriam mais “controláveis” e aceitos porque são espacialmente circunscritos e cultural e tecnicamente fundados na “experiência do tempo”. Ao mesmo tempo em que surgem e tentam afirmar novas noções, as ações dos agentes agroecológicos visam colocar em prática um novo tipo de movimento coletivo, que tenta fugir das formas mais ou menos reclusas que assumem a maioria das manifestações de contestação de dominação como um todo.

De fato, a proposta da AS-PTA não parecia preocupada com a oferta de resultados econômicos imediatos aos agricultores que a ela aderissem. A integração aos mercados não seria um objetivo da ação de assessoria, ao menos não um objetivo imediato. Ao se afastar da dimensão mercantilizada assumida por uma determinada vertente de incentivo à produção agroecológica (BRANDEMBURG, 2002), ela ressaltava a proeminência de seu caráter político-organizativo. O objetivo principal seria fortalecer a capacidade de atuação política dos atores locais para que eles tivessem um maior poder de negociação na hora de lutar por financiamentos, crédito e mais assistência técnica perante as instituições públicas. Esta postura indica tanto a dificuldade de lidar com a questão da integração dos agricultores ao mercado quanto a dualidade no enfrentamento das relações com o Estado. Deste modo, revela-se um tipo de comportamento, apontado por DOIMO (1995), que por um lado, partindo de determinados valores, princípios e apelos éticos e políticos, deslegitima a autoridade do Estado para a resolução de determinados problemas. Por outro lado, este comportamento exhibe uma outra face, por meio da qual busca uma maior integração social lutando por acesso a bens e serviços. Esta postura revela que, subjacente ao projeto político que fundamenta a proposta, se manifesta o desejo de construção de um outro Estado, idealizado, na definição de NOGUEIRA (2003, p.7), como:

(...) um Estado que poderíamos chamar de *máximo*: um Estado social radicalizado, democrático e participativo, que se põe como dinamizador da vida coletiva e parâmetro geral dos diversos interesses sociais, balizando-os, de algum modo compondo-os e, sobretudo, liberando-os para uma afirmação plena e não-predatória.

Na re-concepção de sua proposta, os programas de desenvolvimento local, para a AS-PTA, eram compreendidos como instrumentos institucionais mais complexos do que os projetos. Eles implicavam ações que não tinham um período de execução predeterminado, estendendo-se indefinidamente, a depender dos resultados alcançados, que eram concebidos como de longo prazo. Um programa, além disso, poderia abranger vários projetos, o que garantiria a sua presença mais demorada, pela sucessão dos recursos possibilitados por diferentes projetos, na assessoria às organizações de agricultores. Os programas de desenvolvimento local faziam parte de uma nova estratégia para a difusão dos princípios agroecológicos. Ao mesmo tempo em que respondiam a demandas de lideranças e organizações de agricultores, representavam a possibilidade de consolidar experiências em determinados espaços que, uma vez bem sucedidas, dariam um outro tipo de legitimidade social e política à sua proposta.

Entre 1989 e 1990, a AS-PTA definiu uma estratégia de ação visando aumentar a eficiência do movimento por uma agricultura “alternativa” no Brasil. Convencer a sociedade brasileira, os pequenos produtores e suas organizações mas também o meio urbano, o meio científico, os políticos e o poder público, exigia um exercício de demonstração do potencial do modelo alternativo numa escala sem precedentes. Era preciso buscar uma visibilidade ainda não obtida de forma suficiente. Para isto, foi definida uma meta de obter uma transformação integral de sistemas tradicionais e modernos na escala dos municípios, reunindo dezenas a centenas de comunidades. Com este fim, introduziu-se a noção de

desenvolvimento local e buscou-se concentrar, as ações da AS-PTA e da Rede PTA em bases e parceiros de maior potencial, definidos em função de sua adesão à proposta (WEID, 1997, p.30).

4.2 Os programas locais e a construção de novas institucionalidades para o desenvolvimento

No começo dos anos 90, a AS-PTA mudou significativamente sua organização institucional. De entidade coordenadora de uma ampla rede de organizações, ela passou, gradativamente, a enfatizar, por um lado, o empreendimento de ações concretas de promoção do desenvolvimento local com ênfase nos princípios agroecológicos e, por outro, a concentrar esforços na sistematização e difusão de experiências e resultados acumulados pelo PTA-FASE e pela Rede PTA. Na ação local, o objetivo era intervir diretamente na modificação dos sistemas de produção, tradicionais e modernos, contribuindo, com a introdução de novas tecnologias, métodos e capacidades, para a melhoria das condições de vida e de produção dos agricultores familiares assistidos. No plano macro, a intenção era fortalecer a sua capacidade institucional de influir na formulação de políticas públicas (dando visibilidade aos seus métodos e aos resultados concretos alcançados na ação local) para que elas pudessem incorporar os princípios agroecológicos à promoção do desenvolvimento rural (AS-PTA, 1998).

Para alcançar estes objetivos, a partir de 1992, começaram a ser estruturados programas institucionais, chamados de “unidades operacionais”, para os quais seriam organizadas equipes de trabalho para levar adiante os objetivos específicos e as ações pertinentes ao tema ou foco do programa. Assim, três programas principais (Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Metodológico e Técnico) acolhiam nove outros programas específicos.¹¹⁰ Os Programas de Desenvolvimento Local foram implantados, a partir de 1993, em três estados, na Paraíba (nos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca), no Paraná (em 15 municípios da região centro-sul do estado) e em Pernambuco (no município de Mirandiba). Cada um possuía equipes técnicas próprias, diretamente vinculadas à AS-PTA.

Dos três programas, o único que se concentrou em uma só temática (manejo de recursos hídricos) foi o de Mirandiba, criado em 1995. Os demais tinham um escopo inicial mais amplo, mantendo atividades em diversos eixos de trabalho e prestando assessoria a entidades e organizações representativas dos agricultores familiares das suas regiões de abrangência. O programa de Mirandiba acabou restringindo suas atividades ao desenvolvimento de metodologias para o diagnóstico e planejamento participativo do uso dos recursos hídricos, também trabalhando no inventário de inovações técnicas nesta área. Em 2001, a AS-PTA encerrou sua participação no

¹¹⁰ O programa de Desenvolvimento Local abrangia o programa de desenvolvimento local do agreste alto do estado da Paraíba, o programa de desenvolvimento local do centro-sul do estado do Paraná e o programa de desenvolvimento local de Mirandiba (no sertão central de Pernambuco). O Programa Técnico era composto pelo Programa de Biodiversidade (em convênio com diversas ONGs e com a EMBRAPA), do Programa de Recursos Hídricos, do Programa de Agroflorestação (em cooperação com a UFRRJ e o CNPAB), do Programa de Solos, do Programa de Políticas Públicas e do Programa de Ensino e Pesquisa em Agroecologia.

programa, que continuou sob coordenação de organizações locais. A sua temática foi incorporada ao programa da Paraíba.

Tanto na Paraíba quanto no Paraná, a implantação dos programas locais partiu de demandas de organizações dos movimentos sociais dos agricultores, como também de alguma experiência de intervenção na região acumulada por uma entidade da Rede PTA. A base para a ação era, inicialmente, a capilaridade estrutural dos sindicatos de trabalhadores rurais e das organizações e associações de agricultores. Assim, o processo de intervenção abrangia municípios e suas microrregiões percorrendo trilhas já abertas pela ação de organizações locais. Em ambos programas, antes de sua efetiva implantação, houve um acúmulo de negociações, debates, discussões que já faziam parte do processo de sensibilização e convencimento das lideranças locais sobre o sentido e a pertinência da proposta da AS-PTA. Além das lideranças, os próprios agricultores eram mobilizados e chamados a participar de encontros, reuniões, cursos, eventos que iam construindo ou fortalecendo a vontade coletiva para a ação em prol de outros meios para organizar a produção agrícola nas regiões. No sul, como veremos, esta mobilização seguia o caminho de uma ancestral tradição organizativa dos agricultores, muito relacionado à presença da Igreja Católica na região. No nordeste, as dificuldades para a mobilização e organização dos trabalhadores rurais eram bem maiores (SIDERSKY & SILVEIRA, 1997, PETERSEN, TARDIN & MAROCHI, 2002).

O objetivo inicialmente declarado pelos programas era transformar a realidade dos sistemas de produção tradicionais, agroquímicos ou mistos conduzindo-os a sistemas agroecológicos sustentáveis, tendo como ponto de partida os diagnósticos participativos construídos por técnicos (das entidades e organizações participantes) e agricultores. Uma vez identificados os principais problemas e as demandas mais imediatas dos grupos de agricultores a serem assistidos, partia-se para buscar, no acervo acumulado pela AS-PTA e na própria experiência dos agricultores, técnicas e métodos para enfrentar as dificuldades diagnosticadas. O pressuposto era que as soluções para os problemas enfrentados por determinada comunidade deveriam ser encontradas, preferencialmente, na própria comunidade. Os assessores deveriam trabalhar usando métodos que permitissem identificar estas soluções e pôr em prática processos sociais participativos de experimentação e adaptação de tecnologias alternativas introduzidas. A estratégia de ação mais ampla tinha uma intenção política: influenciar, por intermédio do efeito demonstrativo dos resultados alcançados e do fortalecimento das organizações locais, as políticas públicas, de diversos níveis, direcionadas à agricultura familiar.

Para influenciar as políticas e programas públicos a AS-PTA acredita que a melhor estratégia é demonstrativa. É preciso criar uma massa crítica de exemplos de desenvolvimento agroecológico em todas as regiões e garantir-lhes a maior visibilidade. Estes projetos de desenvolvimento local servirão não só para mostrar a viabilidade da proposta agroecológica como também para acumular conhecimentos em técnicas e métodos que possam ser replicados em forma mais ampla a partir do apoio do Estado (AS-PTA, 1995, p.6).

Na região centro-sul do Paraná, os agricultores familiares, a partir dos anos 60, viram-se em meio ao processo de modernização agrícola patrocinado pelo Estado. As consequências imediatas deste processo foram uma tendência à especialização dos sistemas de cultivo e uma maior dependência dos agricultores ao mercado para a obtenção de insumos e demais fatores de produção. As agroindústrias processadoras de

fumo, suínos e laticínios integraram uma boa parte dos agricultores familiares em suas cadeias produtivas, modificando drasticamente os sistemas tradicionais de cultivo e criação praticados por eles.¹¹¹ Os que não quiseram ou não puderam se integrar às agroindústrias permaneceram na margem da capacidade de reprodução econômica e social como agricultores. O mesmo ocorreu com aqueles que não possuíam a propriedade das terras que cultivavam ou não tinham terras em extensão suficiente para mecanizar ou produzir em larga escala. Em sua maioria, estes agricultores produziam milho, feijão e erva-mate e praticavam algum tipo de consórcio que, eventualmente, envolvia a criação de animais (DELGADO & ROMANO, 1999). O uso de variedades e cultivares tradicionais ou rústicas vinha, ano após ano, sob incentivo dos órgãos oficiais de pesquisa e extensão rural, cedendo espaço às variedades melhoradas. Sem outras perspectivas, a melhoria das condições econômicas destes agricultores parecia estar inevitavelmente associada ao acesso a fatores de produção (mecanização, corretivos e adubos) que aliviassem as precárias condições naturais dos solos de cultivo (acidez e baixa disponibilidade de fósforo). A saída vislumbrada era, portanto, a adoção de padrões tecnológicos modernos. Os limites financeiros dos agricultores restringiram esta perspectiva.

Os agricultores modernizados geralmente produziam soja, fumo, leite e suínos e quase sempre se integravam às cadeias produtivas agroindustriais. Sua situação econômica era relativamente melhor do que a dos agricultores tradicionais, embora houvesse um grande número de endividados entre os que arrendavam terras para produzir soja e entre os que dependiam das empresas fumageiras para comercializar suas lavouras. Ademais, a ampla extensão dos cultivos e sua uniformidade, o uso intensivo de mecanização, agrotóxicos e adubos químicos tinham um efeito negativo sobre os recursos naturais, tornando seus sistemas de produção ambientalmente insustentáveis em médio prazo. Para mantê-los minimamente rentáveis, estes agricultores eram forçados a recorrer ao crédito bancário para financiar custos. Muitos não conseguiam saldar suas dívidas e, com o tempo, acabavam perdendo terras e largando a agricultura. Deste modo, tanto os agricultores menos capitalizados quanto aqueles que, bem ou mal, conseguiam se inserir nos mercados regionais sofriam as consequências do modelo de promoção do desenvolvimento baseado nos princípios da agricultura moderna.

No diagnóstico elaborado pela AS-PTA, a modernização dos sistemas de produção tradicionais implicou um processo de “geração de dependência técnica e cultural” dos agricultores em relação aos agentes, geralmente governamentais, que promoviam tal modelo.

Ao romper com as formas tradicionais de produção de conhecimentos para o manejo agrícola, o processo de desenvolvimento tecnológico da agroquímica passa a se dar de forma dissociada das dinâmicas socioculturais das comunidades, numa clara desvalorização dos saberes locais e dos processos espontâneos de geração de inovações técnicas, eles mesmos inseridos na cultura local em sua acepção mais ampla. Nessa ordem de idéias, a incorporação generalizada de “pacotes tecnológicos” da agroquímica pela agricultura familiar (...) favorecia o fortalecimento da indução ao processo de geração de dependência técnica e cultural (PETERSEN, TARDIN & MAROCHI, 2002, p.17).

¹¹¹ Na região, 90% das propriedades têm menos de 50 há, no entanto ocupam apenas um terço da área agricultável. As grandes propriedades o restante (WEID, 2001).

Foi partindo deste quadro e de seu diagnóstico que a AS-PTA, em parceria com diversas organizações de agricultores familiares, desencadeou, na região Centro-Sul do Paraná, o que ela denominou de “processo social de experimentação de padrões alternativos de desenvolvimento” (AS-PTA, 2001). Este processo social é geralmente descrito como o ponto alto da revitalização dos movimentos sociais de agricultores familiares que vinha ocorrendo desde o início dos anos 90 e cujo tema mobilizador foi a construção de uma crítica ao modo hegemônico de condução do desenvolvimento da agricultura na região. A modernização dos sistemas de produção e a sua integração aos complexos agroindustriais passaram a ser vistos a partir de seu caráter seletivo e excludente e de seus impactos negativos sobre a autonomia dos agricultores e a preservação dos recursos naturais.

Esta conscientização dos agricultores e a conseqüente “revitalização da dinâmica sócio-cultural e política” da região são atribuídas à ampliação do horizonte de relacionamentos dos líderes locais e de suas organizações (PETERSEN, TARDIN & MAROCHI, 2002, p.18). A abertura para outras possibilidades foi incentivada pela necessidade de alternativas econômicas para a situação dos agricultores familiares, para os quais restava ou a integração aos cultivos de interesse das agroindústrias, com seus riscos socioambientais inclusos, ou a permanência em um limbo produtivo marcado pelos cultivos para autoconsumo e pela baixa comercialização das colheitas. A AS-PTA encontrou neste ambiente de busca de alternativas e nos novos canais de comunicação criados pelos movimentos sociais locais a sua chance para estabelecer laços com as lideranças regionais e apresentar sua proposta. As negociações para criar um programa de desenvolvimento na região remontam a 1989 e à sua participação em encontros e reuniões que discutiam os problemas enfrentados pela agricultura local. No processo, a entrada nas comunidades foi facilitada por alguns extensionistas que atuavam na região. Estes profissionais, com experiência e conhecimento sobre as dinâmicas locais, ajudaram, junto com as lideranças dos agricultores, a escolher as comunidades que poderiam ser beneficiadas pelo programa (WEID, 2001).

Os contatos e entendimentos culminaram com a criação, em 1993, do Conselho Regional de Organizações Comunitárias, uma instituição política, composta por representantes de agricultores, técnicos e demais lideranças locais, que assumiria, dali em diante, a responsabilidade pelo planejamento e gestão de processos alternativos de promoção do desenvolvimento da agricultura familiar na região. O Conselho também representava um importante espaço para discussão e disseminação da proposta defendida pela AS-PTA. Naquele mesmo 1993 teve início o programa de desenvolvimento local, criado para prestar assessoria técnica às organizações comunitárias integrantes do Conselho. Em 1995 foi organizado o primeiro Congresso de Pequenos Produtores do Centro-Sul do Paraná, evento que, dentre outros assuntos, discutiu os primeiros resultados do trabalho de assessoria da AS-PTA e do qual originou-se o Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná, instituição que passou a se responsabilizar pela representação das organizações de movimentos sociais dos agricultores e pela defesa da “perspectiva do

desenvolvimento agrícola sustentável como referencial de atuação técnica e política” (PETERSEN, TARDIN & MAROCHI, 2002).¹¹²

Para os agricultores, a participação no Conselho e, posteriormente, no Fórum, além de sua presença em cursos seminários e encontros diversos, representava tanto um ambiente de aprendizado político sobre os modos e caminhos institucionais pelos quais as negociações para concretização das propostas ocorriam, quanto um espaço para troca de informações e experiências, com profissionais e agricultores, sobre técnicas e meios alternativos de produção. Eram ambientes de socialização, de contato com velhos e novos valores culturais, principalmente aqueles trazidos pela proposta de inovação tecnológica da AS-PTA. Na verdade, os agricultores eram chamados a participar da construção de novos canais institucionais, nos quais eles supostamente teriam maior poder de decisão sobre os rumos dos projetos de desenvolvimento, revisando a concepção, amplamente arraigada, de que o acesso a negociações políticas e o encaminhamento de propostas aos poderes locais e regionais seria, de alguma modo, restrito aos profissionais da academia ou da política.

A participação dos agricultores nos distintos espaços públicos de participação institucional tem sido fundamental (...). Há, com esse esforço permanente, a perspectiva de que os movimentos venham paulatinamente incorporando a lógica de trabalho ao se relacionar com os órgãos públicos e isso vem sendo reconhecido pelas organizações regionais. Nesse sentido, o conteúdo agroecológico é o pano de fundo da ação política dos movimentos, sendo esta fortemente respaldada pelo processo de experimentação de propostas inovadoras para o manejo dos agroecossistemas e pelas atividades de capacitação. A ação política dos movimentos regionais, nessa ordem de idéias, deve estar colada às iniciativas para a geração e a difusão de propostas concretas para o enfrentamento da problemática vivenciada pela agricultura familiar e essas sendo geradas nos processos locais, envolvendo ampla participação das comunidades (AS-PTA, 1998, p.24).

No processo de promoção da participação dos agricultores e de lideranças locais, o evento da construção do diagnóstico é um elemento central. À parte todos os contatos formais e informais que aconteceram antes e durante a instalação do programa, é na elaboração do diagnóstico que vão se estabelecendo relações mais próximas e significativas entre os agricultores, as lideranças e os técnicos assessores. O diagnóstico, qualificado de rápido e participativo, é, como vimos, um método para construção de novas compreensões e novos sentidos coletivos que possibilitem aos envolvidos em sua feita explicar tanto a realidade quanto as causas da situação vivida por aqueles que a compõem. Imagina-se uma via de mão dupla: os técnicos aprenderiam – a partir dos conhecimentos cotidianos acumulados pelos agricultores e demais agentes – a respeito dos modos de funcionamento do lugar; os agricultores, por sua vez, tomariam contato com explicações científicas para os problemas identificados ao mesmo tempo em que tentariam perceber o sentido do mapeamento da realidade proposto pelos técnicos. Em uma situação ideal, haveria aprendizado mútuo.

¹¹² Em 2001 o Fórum era formado por 15 sindicatos de trabalhadores rurais e aproximadamente duzentas associações comunitárias, incluindo grupos de mulheres e jovens (WEID, 2001). Os eventos mais importantes para a difusão e constituição político-organizativa do programa de desenvolvimento local foram: o 1º Congresso da Agricultura Familiar do Centro-Sul do Paraná, em 1995; o 2º Congresso, em 1998; o 1º Encontro Regional da Juventude Rural, em 1999; a 14ª Romaria da Terra, em 1999, que adotou o lema “Produzir o alimento sagrado e viver em comunhão”; também em 1999, a 1ª Romaria da Juventude Rural, em 1999, e a 2ª, em 2000, que culminaram com a realização, também em 2000, do 1º Congresso da Juventude Rural do Centro-Sul do Paraná (AS-PTA, 2001).

Para a AS-PTA, a maneira como o diagnóstico é conduzido tem um conteúdo simbólico fundamental para a legitimização do caráter alternativo da proposta. Chamar os agricultores à participação, consultá-los e conferir importância aos seus conhecimentos e informações demarca uma marcante diferença para a proposta que está sendo colocada em cena naquele contexto. Quer afirmar que, embora haja comando ou coordenação, o processo não é necessariamente baseado na centralização de poder e de informações. As soluções a serem encontradas não seriam apenas de responsabilidade dos técnicos, aqueles que, de uma maneira geral, são socialmente autorizados e legitimados para resolver os problemas. A intenção é compartilhar a busca de tais soluções com os demais atores envolvidos, relaxando determinadas concepções mais ortodoxas sobre o processo de construção do conhecimento. Neste caso, o método usado é a base para a constituição de alguns novos sentidos para a prática da agricultura, mas, principalmente, para o resgate de outros, ligados a tradições, a coisas do passado, esquecidas ou desconsideradas pelo avanço da modernidade.¹¹³ Sempre com o cuidado de chegar aos agricultores por meio de significados e ações que respeitem a sua cultura, isto é, busca-se forjar uma identidade entre o que está se propondo e as visões tradicionalmente construídas pelo povo do lugar. Como o processo de modernização teria desestruturado a cultura nativa, a nova proposta surge como uma possibilidade de resgate dos valores esquecidos, perdidos ou alterados.

Desde el inicio, AS-PTA cuida que el proceso de desarrollo no entrara en conflicto con las formas espontáneas culturales, espirituales y organizativas de los agricultores. Era evidente que la propia historia de las comunidades eran fundamentales para comprender sus carencias actuales. Este dio pie a un importante proceso de revalorización de sus conocimientos y creencias profundamente enraizados en el universo de los agricultores, que tiende a permanecer escondidos y que no son tratados explícitamente por las ideologías y técnicas modernas que los descalifican (WEID, 2001, p.20).

JAMESON (1984) teoriza que uma das consequências do avanço da modernidade sobre a mentalidade dos indivíduos teria sido uma ruptura em seus encadeamentos perceptivos, aqueles que se unem a cadeias de significância para compreender e explicar o mundo e o sentido de suas ações. No mundo pós-moderno imaginado pelo autor, o indivíduo teria perdido a capacidade de ordenar coerentemente a sua experiência passada com o seu futuro. Os significados disponíveis não permitiriam um encadeamento coerente e sim uma constante fragmentação de sua experiência. De tal modo, para este indivíduo, o seu passado, suas tradições e valores parecem não ter mais sentido, não ajudam a construir soluções aos seus problemas cotidianos.

No discurso da AS-PTA, a proposta para enfrentar esse problema seria utilizar a técnica dos diagnósticos participativos para descobrir, na própria trajetória dos agricultores do lugar, modos de vida e de trabalho que, no passado, tenham lhes permitido construir sociabilidades que valorizavam mais a solidariedade, a autonomia e o respeito à natureza. Parte-se, portanto, de uma forte idealização do passado. O vínculo de confiança entre técnicos e agricultores, nesta perspectiva, deveria seguir o método de desconstrução da ideologia modernizante e da valorização dos conhecimentos e princípios que foram historicamente moldados na vida comunitária cotidiana. O que, afinal, resultaria na construção de um outro sentido ou um outro encadeamento de percepções sobre as ações estruturantes de promoção do desenvolvimento. Para a

¹¹³ Não à toa, por exemplo, em vários eventos, os elementos religiosos ou místicos são chamados a compor imagens e discursos, ressaltando-os.

proposta de intervenção, o principal desdobramento seria uma considerável mudança das práticas políticas desencadeadas para realizá-la. Elas tenderiam a ser fortemente territorializadas, preocupadas em desvelar todos os componentes subjetivos que, embora construídos longe dos valores tradicionais e das percepções proporcionadas pela localidade, estariam estruturando, de modo não desejado, as institucionalidades locais. Como argumenta GIDDENS (1991, p.27):

Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais *fantasmagórico*: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena: a forma “visível” do local oculta as relações distantes que determinam a sua natureza (grifo do autor).

No diagnóstico geral e pré-construído pela AS-PTA – aquele que antecede as percepções e recomendações construídas pelo diagnóstico participativo – as formas tradicionais de conhecimento para o manejo agrícola, historicamente construídas, foram rompidas pelo processo de modernização. Por isso, a promoção do desenvolvimento passou a ocorrer em um plano abstraído das dinâmicas sócio-culturais do local (PETERSEN, TARDIN & MAROCHI, 2002). Assim, o lugar teria perdido parte de sua capacidade cultural de estruturar as relações sociais a partir de seus próprios princípios. O diagnóstico participativo teria a função de, ao socializar e tornar minimamente consensual esta leitura da real, revelar as potencialidades que, no lugar, poderiam ser despertadas para construir novos processos que conduzissem a um tipo de desenvolvimento mais equilibrado, tanto entre o homem e a natureza, quanto entre os homens, suas organizações locais e os determinantes políticos e econômicos que estruturam processos sociais mais amplos e que têm reflexos na dinâmica local.

Além disso, a prática do diagnóstico participativo tem, antes de qualquer outro aspecto, um caráter político-normativo. Ela possibilitaria ao agente condutor da intervenção um modo de controle e de gerenciamento das relações humanas que, no caso dos processos participativos, tentaria persuadir os envolvidos sobre a pertinência da estratégia de desenvolvimento que o agente defende e quer tornar concreta (e hegemônica) para aquela situação. Também é uma ação política normativa porque propõe, uma vez que todos já estejam convencidos de sua legitimidade e pertinência, a instalação de um outro tipo de governo ou gestão dos negócios públicos – no caso, ações de promoção do desenvolvimento da agricultura local ou regional – alternativo ao que vem sendo praticado pelo aparato estatal ou, diante de sua ausência, simplesmente alternativo às coisas como elas estão.

Os resultados do diagnóstico participativo feito, em 1994, nas três comunidades escolhidas para início do programa no centro-sul do Paraná, indicaram a necessidade de atuação a partir de três eixos temáticos principais, para os quais deveriam ser buscadas alternativas técnicas para solução dos principais problemas: o manejo ecológico dos solos, o manejo sustentável da biodiversidade e o manejo agroflorestal regenerativo. Eles deveriam servir de referência para o estabelecimento de programas de formação técnica e metodológica dos agricultores participantes do processo (WEID, 2001). Nas três temáticas, a construção das leituras e recomendações foi coerente com o diagnóstico geral, aquele referido aos princípios agroecológicos, os quais mencionamos no item anterior. Assim, concluiu-se que, no caso dos solos, as práticas de manejo dos principais sistemas de produção dos agricultores pesquisados, como a queima dos restos

de cultivo, tendiam a elevar as taxas de erosão e de queda da fertilidade natural. Além disso, foi possível constatar que os solos eram naturalmente ácidos, com poucos nutrientes imediatamente disponíveis às plantas. A difícil situação financeira dos agricultores familiares era uma severa restrição ao uso de corretivos e adubos químicos que pudessem aliviar a condição daqueles solos. No caso do manejo da biodiversidade, o diagnóstico indicava uma crescente especialização produtiva dos agricultores, que substituíam as variedades locais pelas comerciais, implicando, ao longo do tempo, perda de recursos genéticos, tanto vegetais quanto animais. Quanto ao manejo agroflorestal, constatou-se que a floresta de araucária (*Araucaria brasilienses*) vinha sendo sistematicamente desmatada, cedendo espaço para o cultivo de pinus (*Pinus linnaeus*). Em todos os casos, o processo de modernização dos cultivos e manejos trouxe uma série de danos socioambientais (WEID, 2001, PETERSEN, TARDIN & MAROCHI, 2002).

Para enfrentar o problema dos solos, buscaram-se as práticas mais tradicionais que já vinham sendo utilizadas por alguns agricultores, como adubos verdes, cultivos intercalados, fertilizantes orgânicos e compostagem. Com estas técnicas montaram-se experimentos para avaliar seu potencial e disseminar sua prática entre os agricultores. Nestes processos também eram introduzidas técnicas mais elaboradas, como o plantio direto e a prática da dosagem controlada de corretivos e fertilizantes naturais. Estas alternativas de manejo também estavam associadas à intenção de revalorizar os recursos genéticos locais, na tentativa de enfrentar o problema da perda da biodiversidade diante do avanço dos monocultivos. Para tanto, foi realizado, por técnicos e agricultores, um trabalho de pesquisa que buscou identificar as variedades tradicionais de milho, feijão e batata que vinham, paulatinamente, sendo substituídas por outras de maior interesse comercial, para reintroduzi-las nos sistemas de cultivo.

O objetivo era resgatar antigas variedades e técnicas de cultivo utilizadas pelos agricultores que, entendia-se, possibilitava-lhes produzir e armazenar suas próprias sementes sem depender da compra ou da obtenção junto a órgãos governamentais. Para o cultivo da erva-mate (*Ilex paraguariensis*), outra cultura ancestral da região, a proposta foi introduzir novas técnicas de manejo agroflorestal, tentando melhorar, assim, o método tradicional de cultivo. Neste aspecto, também foram introduzidas plantas medicinais para a criação de um programa de fitoterapia (AS-PTA, 1998, WEID, 2001).

Todas as propostas para mudança e melhoria do manejo dos sistemas de cultivo e produção diagnosticados implicavam adoção de novas técnicas e métodos. Embora as técnicas nem sempre fossem novidade para os agricultores, afinal tratava-se, em alguns casos, de resgatar procedimentos ancestrais, o modo de inserção destes procedimentos no cotidiano de suas práticas era uma considerável inovação. O processo de desenvolvimento desencadeado pelo programa local da AS-PTA previa que os próprios agricultores avaliassem, conduzindo experimentos em suas propriedades, o potencial de adoção e de difusão das novas técnicas. Também era necessário, em alguns casos, adaptá-las a condições locais específicas. De acordo com os princípios agroecológicos, estes experimentos deveriam ocorrer no próprio ambiente de origem sócio-cultural das técnicas, rompendo com a noção de que apenas os testes conduzidos sob rigorosas condições de controle experimental, em campos de pesquisa, teriam validade. Surge, assim, a figura do “agricultor-experimentador”, aquele que apreende os princípios agroecológicos conduzindo experimentos e avaliando novos métodos e possibilidades

de manejo dos seus sistemas de cultivo, isto é, aprende fazendo.¹¹⁴ Os assessores participariam do processo trazendo-lhes novos conhecimentos, geralmente de cunho acadêmico, que complementariam as propostas de adaptação ou de mudança imaginadas pelos agricultores. O objetivo seria construir um outro tipo de relação entre agricultores e assessores, na qual as distintas percepções sobre um mesmo problema confluíam para a criação de novas soluções.

Com essa concepção pedagógica, os novos conteúdos teóricos de natureza acadêmica são assimilados quando os agricultores, a seus modos, conseguem introduzi-los nas coerências que estruturam seus conhecimentos prévios, possibilitando o surgimento de novos referenciais teórico-conceituais para a re-interpretação dos resultados de seus próprios experimentos e para a elaboração de novas hipóteses de experimentação (...) De simples “consumidores” de informações, no modelo convencional, as famílias passam a agentes ativos na geração de conhecimentos. Em vez de difusão de tecnologias, dinamiza-se o processo local de geração/adaptação de tecnologias (PETERSEN, TARDIN & MAROCHI, 2002, pp.18-19).

Para dar suporte a este ideário, foi criado um programa para orientar a formação técnica dos agricultores: o Programa Regional de Formação de Agricultores e Agricultoras Experimentadores e Promotores da Agroecologia. As próprias organizações dos agricultores tratariam de preparar atividades de formação sobre os temas de interesse local. A AS-PTA prestaria assessoria técnica a quatro grupos temáticos: desenvolvimento rural sustentável, manejo ecológico de solos, manejo e uso sustentado da agrobiodiversidade e manejo sustentado da floresta de araucária. O programa de formação, além de oferecer capacitação técnica e metodológica aos agricultores, contribuiria para fortalecer o movimento associativo local e para difundir o modelo de promoção do desenvolvimento fundado nos princípios agroecológicos. Entre 1999 e 2001, de acordo com dados da própria AS-PTA, cento e vinte agricultores passaram pelo programa de formação, tornando-se agentes difusores das novas técnicas agroecológicas. Em 2001, havia 220 participantes no programa (AS-PTA, 2001).

Deste modo, o processo de promoção do desenvolvimento preocupou-se em se disseminar por meio das organizações locais e de suas dinâmicas. Em alguns casos, possibilitou aos sindicatos rurais um caráter mais propositivo. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rebouças é um exemplo disto (DELGADO & ROMANO, 1999). A proposta alternativa de promoção do desenvolvimento, ao dinamizar a vida associativa, influenciou em mudanças na institucionalidade regional do desenvolvimento. Os agricultores e suas organizações passaram a ser ouvidos, ganharam voz por meio de conselhos e fóruns que foram criados por iniciativa do movimento em prol de um outro modelo de promoção do desenvolvimento.

Na região do Agreste Paraibano, o programa de desenvolvimento local também começou a ser implantado em 1993, como resultado de entendimentos com organizações de trabalhadores rurais da região. Como no Paraná, os sindicatos foram os interlocutores inicialmente privilegiados, possibilitando a implementação do programa nos municípios de Solânea, Remígio e, pouco depois, Lagoa Seca. Nestes municípios,

¹¹⁴ Auferir aos agricultores a responsabilidade de conduzir experimentos e com isso aprender a usar determinadas inovações tecnológicas remete à noção de aprendizado como construção social. Nesta construção de novos conhecimento o papel desempenhados pelos agricultores é central. As inovações tecnológicas passam a estar referidas ao contexto social-cultural de sua aplicação. Serão, pois, avaliadas pela experiência dos agricultores em sua situação real de vida e produção (SABOURIN, 2001)

as lideranças sindicais se mostravam interessadas em ter um caráter mais propositivo em relação à promoção do desenvolvimento da agricultura, ampliando sua ação para além de práticas assistencialistas. Esta intenção coincidia com o desejo da AS-PTA de chegar aos agricultores por meio de suas entidades representativas e, ao mesmo tempo, ter uma base estrutural mais capilarizada para disseminar sua proposta. WEID (2003, p.3) explica da seguinte maneira a importância dos sindicatos para a introdução da proposta:

Em uma região com tão alta mobilidade de população e enormes dificuldades materiais devidas à generalizada pobreza os níveis de organização social são relativamente altos para os padrões do sertão nordestino. A participação dos STRs [sindicatos de trabalhadores rurais], embora motivada principalmente pela dinâmica de acesso à aposentadoria alcança quase 50% do público. Nas comunidades existem organizações mais ou menos incipientes originárias dos programas públicos de apoio à “pequena produção”. (...) estas Associações Comunitárias reúnem metade das famílias da comunidade e mantêm atividades regulares articuladas com a ação dos STRs. A fragilidade destas formas organizativas é marcante. Frequentemente elas dependem de uma direção mais ativa e por vezes autoritária e paternalista que deixa pouca margem para uma participação mais dinâmica do conjunto. Apesar de todos estes problemas esta base organizativa foi essencial para a operação do projeto da AS-PTA que sempre procurou dinamizá-las nas suas atividades.

O diagnóstico prévio indicava que as organizações locais tinham pouca autonomia política, muitas vezes agiam de acordo com interesses dos políticos locais. Estes geralmente construíam relações clientelistas, traziam benefícios pontuais para as comunidades em troca de votos para a sua eleição (SABOURIN & ALMEIDA, 1999). Este quadro era agravado pela relativa ausência de intervenção das instituições públicas em assuntos relacionados à promoção do desenvolvimento. Embora houvesse demanda dos agricultores por soluções e inovações técnicas que minorassem suas condições adversas, as instituições políticas locais e as instituições públicas de pesquisa, ensino e extensão rural não desenvolviam ações em resposta aos problemas enfrentados pelos agricultores. Em uma pesquisa que resgatou a trajetória das ações de promoção do desenvolvimento no município de Solânea, SABOURIN (2001, p.41) identificou que, de 60 inovações técnicas introduzidas entre 1965 e 2000, apenas cinco haviam sido implementadas pela extensão rural pública e uma pela “ação dos legisladores locais”. Por outro lado, quinze dessas inovações estavam relacionadas ao trabalho recente da AS-PTA.¹¹⁵ Antes de sua chegada à região, portanto, o ritmo de introdução de inovações era muito lento, principalmente se considerarmos as demandas geradas pelas adversidades que os agricultores viviam. Ademais, a maioria das inovações havia sido introduzida pelos próprios agricultores. Por um lado, este fato demonstra a sua capacidade criativa para desenvolver novas práticas, contrariando determinadas concepções que os imaginava como inaptos a esta tarefa. Por outro lado, estas inovações ocorriam em processos isolados, referidos a sistemas de cultivo ou criação específicos e, por isso, desconectados de uma intenção coletiva de mudança.

Diante deste quadro, a intervenção da AS-PTA iniciou com a construção de diagnósticos participativos ao longo de 1993. A primeira constatação foi a respeito da diversidade climática e agroecológica do Agreste Paraibano, região do estado onde se

¹¹⁵ O autor explica que, destas inovações, cinquenta eram técnicas agropecuárias e dez eram técnicas mais gerais. O resultado da pesquisa indicou que os “vetores” das inovações foram os seguintes: “A maioria dessas propostas (28) era oriunda, adaptada ou transmitida localmente pelos agricultores. Em segundo lugar, 15 estavam ligadas à intervenção recente da AS-PTA. Em seguida apareciam, entre os vetores, os comerciantes (7); os projetos especiais via bancos (6); a extensão rural pública EMATER/ANCAR (5); a Igreja (4) e a ação dos legisladores locais (1)”.

concentram 49% das unidades de produção baseadas agricultura familiar. Nos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca há, predominantemente, pequenas propriedades que se distribuem em condições ambientais extremamente variáveis. Lagoa Seca e Solânea estão situados em uma região conhecida como Brejo Paraibano, onde a altitude elevada e conformação geográfica da região contribuem para índices de precipitação pluviométrica que alcançam 1000mm/ano. Remígio fica no Curimataú, com precipitação média anual que não ultrapassa 400mm/ano, acentuando os limites naturais à instalação de cultivos e criações. Nesta região, a ocorrência periódica de secas agrava o quadro geral desfavorável à prática agrícola. Por conta desta variedade climática, associada a instabilidades periódicas, há uma enorme diversidade de agroecossistemas e de sistemas de produção que buscam adaptá-los à agricultura.

Os diagnósticos participativos realizados pelas organizações de produtores com o apoio da AS-PTA, identificaram de cinco a seis micro-zonas ambientais em cada município (...) Isto confirma em uma menor escala a variedade ambiental já mencionada no nível das mesoregiões. Foram identificados também seis sub-sistemas de produção, quais sejam: cultivo anual, cultivo permanente, criação animal, quintal, extrativismo e agricultura irrigada em pequena escala. Estes sub-sistemas se combinam em formas diferenciadas segundo critérios ambientais e sócio-econômicos (ALMEIDA & CORDEIRO, 2002, pp.18-19).

Esta diversidade ambiental amplia a forma e a intensidade de manifestação dos problemas que atingem a produção agrícola, demandando respostas complexas. Os diagnósticos indicaram que as propostas das instituições públicas de pesquisa e extensão rural eram poucas e inadequadas aos princípios agroecológicos que fundamentavam a intervenção da AS-PTA. Elas geralmente reforçavam a crescente especialização dos cultivos e o uso intensivo das terras, o que conduziria a sua gradual exaustão. Era necessário, portanto, buscar alternativas mais apropriadas. Neste processo, seria preciso pesquisar tanto as inovações introduzidas em outras regiões que enfrentavam problemas parecidos quanto identificar e avaliar o potencial das soluções concebidas pelos próprios agricultores. Deste modo, as inovações técnicas introduzidas pela assessoria poderiam se originar de “referências externas” ou a partir de “inovações espontâneas” desenvolvidas pelos agricultores da região (SABOURIN *et al.*, 2000, p.4).

O processo de pesquisa de referências para a ação baseou-se na aplicação de diagnósticos participativos. Esta prática criava novas estruturas organizativas nas comunidades e proporcionavam uma outra dinâmica ao trabalho das associações e sindicatos. A sua execução era inicialmente um processo mais restrito, do qual participavam os assessores, os técnicos dos sindicatos e os agricultores considerados “informantes privilegiados”, ou seja, aqueles que estavam há mais tempo na região e supostamente tinham melhores condições de descrever e avaliar as mudanças ocorridas. Na fase de apresentação, discussão e avaliação dos resultados, a participação dos agricultores era mais ampla. As associações e sindicatos se envolviam na tarefa de organizar reuniões, mobilizar os agricultores, divulgar os resultados, propor e discutir estratégias para enfrentar os problemas identificados. Este processo coletivo de construção dos diagnósticos, das recomendações para a ação e da escolha das técnicas a serem introduzidas era uma novidade para as organizações locais e para os agricultores.

Seguindo os resultados obtidos pelos diagnósticos, a busca de alternativas de manejo para os sistemas de cultivo da região concentrou-se em três eixos principais: manter a elevada biodiversidade funcional das propriedades, fomentar a capacidade de

constituição e manejo de estoques entre os agricultores e valorizar os escassos espaços de elevado potencial produtivo (os quintais e roçados). Nas condições naturais precárias para a produção agrícola, como é o caso da maioria dos agricultores familiares do Agreste Paraibano, a manutenção de uma elevada diversidade de cultivos e criações é um fator que concorre à diminuição dos riscos. E esta diversidade é uma característica cultural dos agricultores familiares da região semi-árida nordestina. Eles costumam plantar de tudo um pouco em seus roçados. Além disso, sempre têm alguma criação animal que, em períodos críticos de seca, garante um suprimento mínimo às famílias. Deste modo, a intervenção da AS-PTA partia da valorização desta diversidade das práticas agrícolas, considerando que ela tem sido, historicamente, uma estratégia de convivência com os riscos e instabilidades climáticas, tão presentes naquela região do Nordeste (ALMEIDA & CORDEIRO, 2002).

Para valorizar tal biodiversidade, a estratégia adotada pelos assessores procurou incrementar a capacidade dos agricultores de constituir e manter estoques de sementes e de água, dois elementos que, constantemente, tornam-se limites à produção. A biodiversidade da agricultura é ameaçada tanto pelas condições ambientais da região, que limitam a sua reprodução, quanto por pressões dos mercados e impacto das políticas públicas que atingem o setor. Enquanto a lógica produtivista dos mercados pressiona por uma uniformização dos cultivos, a dificuldade de aquisição de mais terra pressiona para o uso intensivo da terra disponível, contribuindo à exaustão dos recursos naturais escassos. As políticas públicas legitimam a perda da diversidade cultural da agricultura e a degradação dos recursos naturais ao associarem, por exemplo, a disponibilidade de crédito à modernização dos sistemas de cultivo, o que significa, normalmente, a simplificação das práticas por meio da adoção de monocultivos e o uso de insumos químicos associados à mecanização. A proposta da AS-PTA tentou seguir um outro rumo.

Na primeira fase do processo de assessoria, entre 1994 e 1996, as inovações introduzidas foram testadas em quinze propriedades, para que se pudesse avaliar o seu potencial de difusão. Os resultados obtidos indicaram que era preciso aprofundar conhecimentos tanto sobre os cultivos e técnicas introduzidos quanto sobre a própria região. Novos diagnósticos conduziram a mudança de estratégia. Assim, entre 1997 e 1998, foram criados grupos de agricultores-experimentadores. Nesta primeira fase, estes grupos foram organizados de acordo com certos interesses temáticos, que podiam ser cultivos (banana, batata etc.) ou técnicas (criação animal, fertilização dos solos etc.). A segmentação do processo de introdução de novas técnicas de acordo com os temas dos grupos de agricultores-experimentadores foi avaliada como negativa, pois tornava fragmentado e mais complicado o processo de integração das inovações testadas no conjunto dos sistemas de produção. Assim, a partir de 1998, os grupos de agricultores-experimentadores foram reordenados geograficamente, de acordo com as características dos agroecossistemas da região. Estas redefinições de estratégias demonstram que o processo de participação possibilitado pelos diagnósticos, monitoramento e avaliação teve papel importante na redefinição dos rumos da intervenção.

Do mesmo modo como foi feito no centro-sul do Paraná, a intervenção no Agreste Paraibano buscou apoio em práticas que já eram conhecidas dos agricultores. O objetivo era estimular a diversidade de cultivos e recuperar o uso de variedades nativas. Esta estratégia era combinada com a introdução de novas espécies e variedades,

incrementando a diversidade dos sistemas de produção. Neste processo, os bancos de semente comunitários tornaram-se organizações fundamentais, permitindo que os agricultores produzissem e armazenassem sementes, gerindo coletivamente os estoques.

Os agricultores já tinham o costume de armazenar, quando era possível, uma certa quantidade de sementes de uma safra para outra. A instabilidade climática da região estimulava-os a guardar sementes a espera de chuvas para poderem plantar. Parte das sementes estocadas era usada para o consumo da família ao longo do ano e outra pequena parte garantia o plantio da próxima safra. No entanto, nem sempre era possível garantir uma quantidade suficiente de sementes para o plantio. Tanto as incertezas climáticas quanto as precárias condições econômicas dos agricultores impossibilitavam a manutenção de estoques, que rapidamente acabavam em tempos de estiagem. Nos anos 70, agentes ligados à Igreja Católica, partindo desta prática tradicional, estimularam a criação de alguns bancos de sementes comunitários.

No Agreste da Paraíba, os bancos de sementes já eram utilizados pelos agricultores antes do início da ação da AS-PTA. Em 1992, havia pelo menos duas experiências com bancos de sementes na região, conduzidas respectivamente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Solânea e pelo Grupo de Mulheres de Cacimba de Dentro. No final de 1993, quando a AS-PTA iniciou seus trabalhos na região, a ausência e/ou a baixa qualidade das sementes para plantio e o desaparecimento de importantes cultivos de renda descaram-se como principais problemas identificados no Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas (DRPA), que envolveu pelo menos 20 organizações locais e regionais e mais de 60 agricultores nos grupos de trabalho (ALMEIDA & CORDEIRO, 2002, pp.34-35).

A AS-PTA começou trabalhando para fortalecer um banco de sementes, o do sindicato de Solânea. Depois, a experiência foi expandida aos outros municípios. Novos bancos foram criados a preocupação do trabalho de assessoria era fornecer-lhes apoio técnico para melhoria dos mecanismos de gestão, da qualidade dos estoques e da conservação da biodiversidade local. Por meio da gestão dos bancos, as associações e sindicatos se fortaleciam à medida que o trabalho de assessoria lhes delegava mais autonomia para administrá-los. A estrutura organizativa dos bancos era complementada pela criação de um “banco-mãe”, geralmente na sede do município, e pela formação de uma comissão municipal dos bancos de sementes, idealizada como espaço para a formação técnica e política dos agricultores. Neste processo de inovação institucional, nem sempre os princípios participativos alcançavam os objetivos desejados. Episódios de concentração de trabalho ou de poder de decisão entre determinadas lideranças de associações ou famílias e de não cumprimento das normas de funcionamento do banco comprometiam o trabalho. Mas, de um modo geral, como mecanismo de fortalecimento das associações locais, a experiência foi bem sucedida. Até o início de 2002 havia 25 bancos em funcionamento assessorados pela AS-PTA (WEID, 2003). Esta assessoria, assim como o processo de introdução de inovações, foi absorvendo os resultados e lições das práticas e, a partir dos mecanismos de avaliação, redefinindo suas estratégias ao longo do processo:

Num primeiro momento, a AS-PTA teve uma maior presença na definição dos instrumentos de gestão. Isto, de certa forma, dificultou que os grupos se apropriassem da proposta de imediato, vendo o banco durante certo tempo, como algo do sindicato ou da AS-PTA. No entanto, com o tempo esta foi diminuindo até o ponto em que os sindicatos e associações comunitárias e grupos assumissem a gestão de forma autônoma (ALMEIDA & CORDEIRO, 2002, p.38).

Os bancos de sementes comunitários eram complementados com a oferta de uma série de práticas e modos de gestão que buscavam, conjuntamente, dar mais estabilidade aos sistemas de produção, enfatizando os dois principais fatores limitantes: o acesso a sementes para instalação dos cultivos e a disponibilidade de água para consumo humano e para a manutenção dos cultivos e rebanhos. Houve, então, a preocupação de introduzir novas técnicas de armazenamento de água, adaptando procedimentos que já haviam sido bem sucedidos em outros contextos. As cisternas de placas de cimento pré-moldado se destinavam a armazenar água para consumo da família, evitando, deste modo, os longos deslocamentos em períodos de estiagem para ter acesso à água. Esta fonte também poderia ser ocasionalmente usada para irrigação de hortas que ficavam próximas às moradias, nos quintais. Representam uma importante fonte de autonomia e segurança de abastecimento para as famílias. Uma outra novidade introduzida foram as barragens subterrâneas construídas nos leitos de riachos. Nos períodos secos, estas barragens forneciam água para irrigação, uma inovação para os agricultores acostumados, nestes períodos, a cultivar variedades de sequeiro, isto é, aquelas que cresciam com a pouca água disponível no ambiente.

Para melhorar a segurança alimentar dos rebanhos nos períodos de estiagem foram introduzidas, em algumas comunidades, novas técnicas de produção de plantas forrageiras que fossem mais resistentes aos períodos de seca e permitissem a silagem. Também houve a preocupação em rearborizar as propriedades, introduzindo espécies nativas e algumas exóticas, de modo a possibilitar aos agricultores uma outra fonte de recursos naturais. As árvores, de acordo com a espécie cultivada, poderiam ser fonte de lenha, forragem para os animais ou remédios. A estratégia foi estimular o uso integrado de várias destas alternativas tecnológicas, adaptando-as de acordo com a situação específica na qual seriam aplicadas.

Cada agricultor escolhe as propostas que deseja testar e a sequência da incorporação das várias técnicas mas o aporte do programa visa favorecer a experimentação mais abrangente possível, nos ritmos e possibilidades de cada produtor. As práticas propostas têm caráter multifuncional por promoverem impactos sistêmicos e relacionarem estreitamente os três princípios estratégicos acima mencionados¹¹⁶ e desta integração resulta que a incorporação de cada prática leva o agricultor a interessar-se por outras práticas relacionadas conduzindo a um processo de transição agroecológica dos seus sistemas de produção tradicionais (WEID, 2003, p.8).

Ao aderirem à proposta de transição agroecológica defendida pela AS-PTA, o processo organizativo local entrou em uma nova dinâmica. Surgiram novas estruturas organizativas para dar conta das inovações introduzidas, como os grupos de agricultores-experimentadores, e se fortaleceram organizações já existentes, como os bancos de sementes, as associações comunitárias e os sindicatos. Os novos métodos e lógicas de trabalho eram introduzidos no desenrolar dos processos, que incluíam o aprendizado sobre os novos termos que entravam em cena na negociação com lideranças políticas e autoridades das instituições locais.

Neste contexto de interações sociais mais amplas, orientadas por novas demandas, as organizações locais – sindicatos e associações de agricultores

¹¹⁶ O autor se refere aos seguintes princípios: (a) manutenção da biodiversidade funcional; (b) formação de estoques de segurança e manejo de recursos hídricos; e (c) valorização produtiva de espaços limitados com alta produtividade biológica.

principalmente – passam a se identificar com novos temas e começam, gradativamente, a ser vistas com outros olhos e interesses por seus representados, os agricultores. A ampliação de sua atuação conferiu-lhes um outro tipo de atitude e legitimidade. Os sindicatos, principalmente, incrementaram sua capacidade de formulação e defesa de novas propostas perante as instituições públicas, ou seja, houve uma aparente melhoria de sua capacidade de ação política. Este avanço parece estar diretamente relacionado à sua adesão ao programa de desenvolvimento local promovido pela AS-PTA que deu impulso ao processo de renovação sindical que vinha ocorrendo desde o início dos anos 90 (ALMEIDA & CORDEIRO, 2002).

Os STRs, por sua vez, passaram a assumir um papel mais efetivo na promoção da agroecologia. Especial destaque neste campo merece o STR de Lagoa Seca que, além de intensificar sobremaneira as ações na área de promoção do desenvolvimento do município, tem exercido importante função na articulação política entre organizações de agricultores familiares de vários municípios da região que têm demonstrado interesse em se integrar na dinâmica regional de promoção da agroecologia (AS-PTA, 2001, p.20).

Como parte de processo de dinamização da atividade associativa regional, foi criada, em 1994, a Articulação do Semi-Árido Paraibano, um fórum estadual do qual participam diversas organizações de agricultores, organizações de movimentos sociais, ONGs e outras entidades da sociedade civil, para discutir alternativas à promoção do desenvolvimento rural no semi-árido paraibano. Esta ampla articulação política entre diversas organizações e entidades contribuiu de modo decisivo à difusão da estratégia dos bancos de semente comunitários, como um dos meios para elevar os níveis de segurança alimentar dos agricultores familiares.¹¹⁷

Junto com os bancos de sementes comunitários difundia-se a idéia de que os processos de promoção do desenvolvimento deveriam adotar os princípios participativos como padrão para a sua execução, envolvendo agricultores, lideranças locais e técnicos na discussão e gestão das políticas implementadas. Esta inovação implicaria a necessidade de mudanças profundas nas institucionalidades públicas. Neste modo de conceber os processos de promoção do desenvolvimento, as organizações locais, articuladas a nível regional, ganhariam um maior poder de influência e barganha ao negociar com o Estado, por exemplo, os sentidos e rumos da intervenção.

Estas novas formas de relação entre a sociedade organizada e o Estado ainda dependem de uma maior qualificação tanto das propostas alternativas e de seus resultados quanto do processo político de articulação entre as organizações locais, o que fortaleceria o alcance de sua autonomia propositiva e o seu poder de influência na abertura de canais de negociação com o Estado. O processo de organização dos atores sociais dos municípios onde foram implementados programas de desenvolvimento local na Paraíba aponta para esta possibilidade ao colocar em cena novas temáticas e novas questões sobre a gestão pública dos processos de desenvolvimento.

Na Paraíba, as negociações lideradas pela Articulação do Semi-Árido Paraibano e pelo Pólo Sindical da Borborema com órgãos governamentais resultaram na criação de um programa de sementes no governo estadual. A mobilização de lideranças, agricultores e técnicos tentou interferir nas concepções do programa governamental para

¹¹⁷ Em 2002 eram contabilizados 215 bancos de sementes comunitários em todas as regiões do estado da Paraíba (ALMEIDA & CORDEIRO, 2002).

que fosse incorporada a experiência dos bancos de sementes comunitários, tanto seus referenciais técnicos e metodológicos quanto os princípios agroecológicos que foram a sua base. Esta articulação das organizações que representam certos interesses dos agricultores familiares chama a atenção para o exercício do poder estruturante de determinadas ações locais que buscam modificar, a começar pelos estilos individuais de interação, os modos de promoção do desenvolvimento da agricultura por meio da construção de novas institucionalidades.

As experiências dos programas de desenvolvimento local no Paraná e na Paraíba apontam para duas dimensões da ação da AS-PTA em relação ao tipo de mudança que sua proposta tenta instituir nas realidades em que intervêm. Por um lado, suas ações procuram afirmar a “lógica expressiva”¹¹⁸ que fundamenta esta proposta, angariando adeptos, construindo redes sociais de solidariedade e fortalecendo um tipo de mudança social cujo caráter principal seria o fomento da autonomia dos agricultores em relação aos mercados e ao Estado. Por outro lado, sua ação volta-se ao mesmo Estado, reivindicando dele um outro tipo de atitude quanto ao fornecimento de políticas públicas que garantam a realização do projeto de mudança social que defende.

A afirmação desta lógica expressiva e o fortalecimento de sua própria identidade organizacional ocorrem por meio da difusão de novos princípios, valores e estilos atribuídos aos processos de promoção do desenvolvimento. Neste sentido, a AS-PTA compreende que os agricultores, eles próprios e suas organizações, devem ser os verdadeiros sujeitos da construção de novos processos locais de incremento de suas condições de vida e de produção. Seus conhecimentos e seus valores culturais são imaginados como aqueles que mais se aproximam do ideal de uso racional e equilibrado dos recursos naturais, requeridos pela prática agrícola que queira ser ambientalmente sustentável. Assim, um tipo de discurso ambientalista, reelaborado por meio da agroecologia, cimenta os objetivos mais amplos de um movimento social em prol de um novo estilo de promoção do desenvolvimento rural. Este discurso chama a atenção para a necessidade de criação de novas relações entre os agricultores e a natureza que, ao negar o processo de modernização de suas práticas, busca resgatar processos e técnicas qualificadas de regenerativas. Estas técnicas tradicionais, reincorporadas aos sistemas de produção, seriam avaliadas e adaptadas, pelos próprios agricultores com o auxílio dos técnicos, para que, uma vez melhoradas e agregadas a inovações introduzidas, possam fundamentar a difusão da ética de uma convivência mais harmoniosa entre as tecnologias agrícolas e o meio ambiente.

Esta ética parece ainda estar distante dos interesses que regem as lógicas dos mercados. Assim, o que está em jogo, neste caso, não é capacidade econômica de geração de renda permitida pelas inovações tecnológicas introduzidas nos sistemas de produção, mas o potencial que elas possam ter para gerar novas demandas públicas. Descartada a importância dos mercados, é o Estado que aparece como o ente que dará suporte à realização do projeto de mudança defendido pela AS-PTA. Afinal, o próprio

¹¹⁸ STOMPKA (1998, p.447) argumenta que a ação dos movimentos sociais pode apresentar duas lógicas distintas em relação à estratégia ou à lógica subjacente que a fundamenta. Pode ser uma lógica meramente instrumental, ou seja, o movimento luta para conquistar o poder político e por meio dele impor as mudanças pretendidas nas leis, instituições e organização da sociedade e, por outro lado, pode ser uma lógica expressiva. Neste caso, os movimentos sociais lutam para afirmar a sua identidade, “para obter aceitação para os seus valores ou modos de vida, para alcançar autonomia, direitos legais ou emancipação cultural e política para seus membros e simpatizantes”.

trabalho de assessoria é concebido como episódico na dinâmica organizativa local. A sua intervenção, além de oferecer novos princípios para a ação, é imaginada como algo que possibilitará aos agricultores e às suas organizações uma outra capacidade de expressar publicamente suas demandas, negociar com parceiros, principalmente o Estado, e gerir o seu próprio caminho em busca de melhores condições de vida e produção (SABOURIN *et al.*, 2000). Assim, o processo de mobilização social, de fortalecimento político das organizações dos agricultores e de construção de redes e alianças, além de ser imaginado como dinamizador da cultura organizativa local, é também visto como um meio para pressionar o Estado a cumprir o papel de fornecedor de serviços, infra-estrutura e políticas públicas. O poder público torna-se, assim, o foco do trabalho de assessoria. A mobilização dos agricultores e de suas organizações tem como um dos seus objetivos a construção de um outro Estado ou de um outro interesse público sobre os processos de promoção do desenvolvimento, de modo a garantir, por meio dos princípios agroecológicos, a emancipação dos agricultores familiares.

Esta aposta em um Estado forte, empreendedor, democrático e participativo foi reforçada durante o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado no Rio de Janeiro em julho de 2002. O Encontro, organizado por quinze entidades, reuniu mais de mil pessoas vinculadas a “experiências concretas de promoção da agroecologia nos mais diversos ramos de atividade”.¹¹⁹ No oitavo ano de governo de Fernando Henrique Cardoso e às vésperas das eleições presidenciais, havia um ambiente de enorme expectativa quanto à eleição de um candidato que, finalmente, promovesse mudanças políticas em prol dos setores populares. Além das expectativas, havia a certeza que aquele era o momento para afirmação da força política da proposta agroecológica diante das negociações e disputas que aconteciam:

As grandes manobras para definir programas e futuros ministros já estão em curso no PT. A questão da fome saiu na frente na lista das definições programáticas deste partido, mas de uma forma criticada por muitos petistas e não petistas. Teme-se que os acadêmicos que cercam o candidato do PT acabem por fazer valer uma visão da agricultura que não admite lugar para a agricultura familiar e para a agroecologia senão marginalmente. Esta é uma razão a mais para fazer do ENA um grande momento de mobilização política que possa influenciar as campanhas eleitorais (...) A estratégia a ser seguida neste ano eleitoral será a de dar a maior visibilidade possível às experiências exitosas em todo o país para acumular forças junto à opinião pública e às organizações de agricultores familiares, confiando que estes últimos acabarão por influenciar os partidos e governos (AS-PTA, 2001, p.13).

Estas expectativas políticas deram o tom dos debates do evento. A agroecologia e o desenvolvimento pautado em seus princípios assumiam o caráter de proposta política que alinhavava um certo consenso em meio à diversidade de experiências, percepções e demandas que eram manifestadas no Encontro. Em certos debates era comum alguém reclamar não saber o que significava, afinal, “agroecologia”. Cada orador ou cada experiência relatada parecia designá-la de uma maneira diferente. Mas o importante era afirmá-la como necessária, como expressão da mudança desejada. Por outro lado, os relatos de experiências que ocorriam nos “Grupos de Trabalho Temático”

¹¹⁹ De acordo com a Carta Convocatória do Encontro.

e nos “Grupos de Trabalho por Segmento”¹²⁰ se aproximavam mais da realidade e dos limites que a perspectiva agroecológica do desenvolvimento enfrentava no cotidiano das ações. Nestes relatos e debates, a fragilidade e o alcance limitado das experiências eram mais evidenciados.

A riqueza das experiências apresentadas durante o Encontro estava tanto em sua diversidade quanto no modo como elas se articulavam com a proposta defendida pela AS-PTA. Na enorme variedade de situações concretas era possível identificar princípios e métodos de intervenção comuns a todas as iniciativas. Assim, em todas as iniciativas era possível identificar cinco características principais que orientavam os processos, dando-lhes uma certa unidade: (a) a preocupação com o fortalecimento das organizações locais; (b) a promoção de relações mais harmônicas entre as práticas agrícolas e o meio ambiente, negando os princípios da agricultura moderna; (c) o uso de métodos de diagnóstico participativo, como técnica para conhecimento das realidades locais e aproximação entre assessores e agricultores, sugerindo a construção de processos de aprendizado coletivo; (d) negação ao processo de mercantilização da produção agroecológica, buscando formas alternativas de inserção nos mercados; e (e) a defesa da reforma agrária e do fortalecimento político da agricultura familiar.

No cotidiano das ações, as experiências enfrentam vários impasses. Nos relatos, alguns apontavam que a insuficiência de técnicos mais bem capacitados para lidar com a complexidade dos princípios agroecológicos e a falta de pesquisas disponíveis que pudessem dar suporte a inovações nos sistemas produtivos representavam limites importantes à realização dos projetos. Embora houvesse alguns trabalhos conjuntos com universidades e órgãos estatais de pesquisa, os resultados eram tímidos e relacionados a contextos muito específicos. A questão da inexistência de crédito para financiar a transição dos sistemas produtivos dos agricultores mais pauperizados também surgia como um dos impasses a serem enfrentados. As experiências com fundos rotativos ainda eram pontuais e incipientes, não davam conta das necessidades. Estes limites mostravam que a defesa do tipo de transformação social imaginado pela perspectiva agroecológica requeria, naquele momento, passos políticos mais largos para a sua realização. Esta transformação dependia fundamentalmente da mobilização política dos seus defensores para conquistar apoio e investimento públicos. Todos os caminhos propostos levavam à necessidade de “ocupação dos espaços de poder público”. Este parecia ser o passo decisivo para que as experiências tivessem uma maior abrangência e se tornassem sustentáveis ao longo do tempo. A Carta Política aprovada ao final do Encontro afirma esta pretensão:

As diversas experiências de promoção do desenvolvimento local com enfoque agroecológico existentes apontam para o papel protagonista que devem assumir as organizações dos produtores e produtoras familiares e se constituem sólidas referências metodológicas para a elaboração de políticas públicas em escala mais ampla (...) Uma política de financiamento deve ser sensível às várias dimensões do desenvolvimento, contemplando as especificidades locais da transição para a agroecologia (...) Defendemos a constituição de fundos públicos para o desenvolvimento local, a serem acessados a partir de

¹²⁰ No terceiro dia do Encontro todos os participantes, de acordo com sua escolha prévia, foram divididos em 13 Grupos Temáticos. Alguns desses grupos, devido ao elevado número de participantes, foram divididos em subgrupos. No quarto dia, os grupos foram formados de acordo com os “segmentos”: técnicos e agricultores, divididos por região. Todos os grupos discutiam os temas e sistematizavam propostas para a Plenária Final do Encontro.

iniciativas da sociedade civil de forma autônoma ou em articulação com os poderes locais.¹²¹

Para a AS-PTA, o ENA representava um momento de articulação política para ampliar sua proposta, para que a agroecologia extrapolasse os limites da Rede PTA. Assim, ele deveria “favorecer aproximações ‘para fora’, ao envolver diferentes atores sociais e políticos potencialmente estratégicos na construção de uma alternativa global para a agricultura brasileira” (AS-PTA, 2001, p.18). A possibilidade de um governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores animava este processo. Afinal, no Rio Grande do Sul, o governo petista de Olívio Dutra (1999-2002) havia priorizado a estratégia agroecológica de desenvolvimento para a agricultura familiar, contratando vários técnicos de ONGs da Rede PTA. Neste contexto, a construção de parcerias com o Estado (em seus diversos níveis) era considerado um passo estratégico importante para a proposta da AS-PTA por três razões principais e inter-relacionadas.

Em primeiro lugar, a maior inserção da AS-PTA nos contextos locais, a partir da implementação dos programas de desenvolvimento no início dos 90, não significou a construção de relações mais estáveis com as institucionalidades públicas e, conseqüentemente, pouco influenciou na garantia de melhores condições estruturais e políticas para o desdobramento dos projetos. Estes encontros e parcerias dependeram basicamente de contatos e afinidades pessoais e da orientação política dos governantes do momento, caracterizando-se pela instabilidade e descontinuidade. No Paraná, alguns membros de sindicatos assessorados pela AS-PTA chegaram a ocupar cargos em prefeituras municipais, ampliando parcerias que, no entanto, não se institucionalizaram. As parcerias com órgãos estaduais e federais também seguiram este padrão: relações pontuais e pouco conseqüentes. No caso do programa de desenvolvimento local na Paraíba, WEID (2003, p.2) relata que:

As relações de colaboração com os poderes públicos foram limitadas ao programa de distribuição de sementes a partir da seca de 95 até a de 2002. Com a extensão rural (Emater) as interações estabelecidas se pautaram principalmente em relações de caráter individual com alguns poucos técnicos e não de caráter institucional. O mesmo se aplica ao relacionamento com as prefeituras da região. As políticas públicas de nível nacional como o Pronaf (crédito) deixaram o público alvo essencialmente à margem, assim como as políticas de reforma agrária.

Uma segunda razão para se buscar o apoio do Estado para as iniciativas dos programas de desenvolvimento local é relacionada tanto à natureza da proposta da AS-PTA quanto à própria condição econômica dos agricultores que participam dos programas. É pouco provável as inovações técnicas introduzidas nos programas de desenvolvimento local consigam, em curto prazo, gerar autonomia econômica para os agricultores. Como já destacamos, nestas inovações são geralmente enfatizados produtos de baixo apelo comercial. Deste modo, a sua mercantilização e a conseqüente reprodução social e econômica dos agricultores passam a depender de iniciativas públicas que associem este tipo de produção, bastante peculiar, a programas governamentais preocupados, por exemplo, com a formação de estoques para a garantia da segurança alimentar de populações carentes.

¹²¹ Carta Política do ENA, endereçada à sociedade e aos governos brasileiros, publicada no Boletim do DESER em setembro de 2002.

A precária condição econômica da maioria dos agricultores, por sua vez, os torna naturalmente resistentes aos riscos que se associam às mudanças em seus sistemas de produção. O fato de não terem condições mínimas para investir faz com que os processos de inovação sejam ainda mais limitados. Estes processos passam a depender de recursos mobilizados pela própria AS-PTA por meio dos projetos que executa ou por intermédio de mecanismos, ainda pouco difundidos, como os créditos rotativos administrados por cooperativas, sindicatos ou associações de agricultores. Somente em 2003 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) abriu uma linha de crédito para projetos baseados em critérios agroecológicos.¹²² Antes, não havia essa possibilidade.

Estas condições [dos agricultores] de dificuldade e até de extrema pobreza têm suas implicações para o trabalho da AS-PTA, pois indicam que não só os agricultores não têm como investir em novas tecnologias como também não podem correr riscos e, muitas vezes, sequer têm disponibilidade de tempo para participar das dinâmicas de desenvolvimento local, pois estão obrigados a buscar formas de sobrevivência que os afastam das suas propriedades. A resposta a estes limitantes é a de buscar tecnologias ao alcance das suas condições, limitar ao máximo as margens de risco e financiar a participação dos mais pobres nos processos, pelo menos garantindo transporte e alimentação (AS-PTA, 2001, p.10).

O terceiro fator que impulsiona a proposta em direção à institucionalidade pública é a conjuntura de incertezas quanto à manutenção dos financiamentos externos aos projetos mantidos pela AS-PTA. Por um lado, há sinais de que, a curto e médio prazos, os recursos das agências de cooperação internacional aos projetos de desenvolvimento tenderão, de um modo geral, a diminuir, principalmente a parte que cabe às iniciativas direcionadas ao mundo rural. O combate à pobreza nos centros urbanos, neste novo contexto, teria prioridade. Por outro lado, este mesmo cenário já havia sido enunciado no início dos anos 90, quando se vislumbrava a retração dos recursos internacionais e o aumento da participação do setor público no financiamento a projetos conduzidos por organizações da sociedade civil. Para as ONGs que trabalham com a temática do desenvolvimento rural esta perspectiva não se concretizou. As fontes internacionais mantiveram certa estabilidade e o acesso aos recursos públicos não se tornou uma realidade. A obtenção destes recursos, regulamentada pela Lei das OSCIPs em 1999, foi associada à necessidade de alcançar “resultados concretos” em curto prazo, o que, de certa forma, se torna incompatível com o tipo de trabalho de assessoria que se desdobra em processos longos, cujos resultados são pouco tangíveis. Neste cenário pouco favorável, uma alternativa seria participar cada vez mais da partilha dos recursos públicos destinados à agricultura familiar:

Esses recursos cresceram de forma ponderável nos últimos anos, embora permaneçam muito mal orientados e com baixa eficiência no apoio à reversão da crise de sustentabilidade da agricultura familiar. Como a reorientação da utilização destes recursos depende sobretudo de decisão política, será essencial que as organizações dos agricultores se preparem para reivindicar uma nova abordagem (AS-PTA, 2001, p.14).

¹²² De acordo com o site do Ministério do Desenvolvimento Agrário na internet, o Pronaf Agroecologia “incentivará projetos seja para a produção agroecológica ou para a transição rumo a uma agricultura sustentável. O governo estimulará o adequado manejo dos recursos naturais, agregando renda e qualidade de vida aos agricultores familiares”. Há ainda não há estudos sobre os desdobramentos da abertura desta linha de crédito.

O papel que o Estado assumirá nos processos de promoção do desenvolvimento de determinados setores da agricultura familiar dependerá, nesta visão, da capacidade de mobilização e pressão política das organizações dos agricultores. Para a AS-PTA, a forte presença do Estado, garantindo investimentos públicos, tornava-se condição essencial à realização do projeto de mudança social desejado. Este papel ganha maior relevo quando consideramos que o processo de inovação tecnológica, baseado nos referenciais da agroecologia, dependerá, de modo decisivo e cada vez mais, de pesquisa científica – tanto básica quanto aplicada – para dar conta de problemas complexos e bastante específicos para os quais modelos generalizáveis não são apropriados. Este é o caso, por exemplo, da demanda por melhoramento genético das sementes tradicionais como desdobramento do trabalho de experimentação e recuperação de variedades nativas que vem ocorrendo tanto na Paraíba quanto no Paraná. Nestes casos, são as universidades públicas e os centros de pesquisa agropecuária, nacionais ou estaduais, que estão mais bem estruturados para desenvolver pesquisas.

A ampliação do diálogo e a realização de parcerias com as instituições públicas tornam-se, portanto, requisitos fundamentais à consolidação da proposta de transição agroecológica da agricultura familiar defendida pela AS-PTA. Ao mesmo tempo em que reconhece o seu papel e importância nesta transição, o discurso elaborado chama a atenção para a necessidade de uma nova concepção sobre as suas relações com as institucionalidades públicas neste processo:

Este fato aponta um caminho para a promoção da agricultura sustentável no Brasil: a ação concertada entre Estado e sociedade civil, em que o primeiro cumpre seu papel regulador e facilitador, sem no entanto intentar substituir ou se confundir com as iniciativas e projetos da sociedade civil (...) Na atual fase de amadurecimento e de irradiação de efeitos da agricultura ecológica no Brasil, essas parcerias [entre Estado e organizações da sociedade] deveriam, de um lado, potencializar e fortalecer a ação inovadora e a capacidade demonstrativa, experimental e irradiadora desse conjunto de instituições da sociedade civil e do Estado, atuantes na construção de um novo modelo; e, de outro lado, favorecer a transição do que constitui hoje um conjunto de experiências localizadas para práticas massificadas de produção agropecuária, mediante amplos e diversificados processos de sensibilização dos produtores, de difusão dos conhecimentos e de recomendação estimuladora dos instrumentos de políticas agrícola e agrária (ALMEIDA *et al.*, 2001, pp.102-3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, nas últimas décadas, uma parte importante das principais inovações conceituais e metodológicas no campo da promoção do desenvolvimento dos segmentos mais pauperizados da população rural esteve associada ao trabalho das organizações não-governamentais. Este trabalho, à parte a consideração de seus efeitos práticos e da sua enorme diversidade, tem, como característica, uma capacidade normativa cujo poder de alcance e influência é ainda pouco conhecido. No entanto, é possível perceber que o conteúdo da inovação cultural originário da ação das ONGs vem tanto dos discursos que constroem, influenciando diversos campos de debate e de elaboração de propostas, quanto de suas práticas, ambos reclamando a urgência do estabelecimento de novas institucionalidades para guiar os processos de promoção do desenvolvimento.

As suas propostas são construídas a partir de um formato institucional peculiar, que pretende ser alternativo aos modos históricos e convencionais de organização adotados pelos aparatos burocráticos governamentais. Assim, as ONGs que trabalham com o tema da promoção do desenvolvimento geralmente são pequenas e pouco burocratizadas, possibilitando espaços de atuação profissional relativamente autônomos ao Estado e aos mercados. Nestes espaços, o exercício de inovações conceituais e propositivas teria uma maior possibilidade de realização. Isto as possibilitaria tanto a criar e difundir inovações quanto a trabalhar no fortalecimento político das organizações locais, valorizando, nestes processos, as experiências cotidianas, a diversidade cultural e a intervenção localizada.

A ação destas ONGs geralmente ocorre por meio de redes sociais formadas por diversas organizações sociais, utilizando métodos que procuram fomentar a participação dos beneficiários em todas as etapas de realização dos seus projetos. Geralmente elas não atuam para obter lucro com a venda de produtos ou serviços, passando a depender principalmente de financiamentos externos para a sua reprodução econômica. Estes financiamentos possibilitam a prestação de serviços e assessorias a organizações e grupos de agricultores. Deste modo, as ONGs que trabalham com o tema da promoção do desenvolvimento, para obter recursos para seus projetos, fazem uma mediação entre seu diagnóstico da realidade, as demandas do seu público-alvo e as expectativas das agências que financiam seu trabalho. Este processo geralmente ocorre por meio de complexos contextos relacionais que, a depender da trajetória de cada organização, determina os rumos da construção de suas propostas.

Ao analisar a trajetória da AS-PTA, uma ONG que trabalha com o tema da promoção do desenvolvimento rural, localizamos sua origem em um contexto social e político no qual um conjunto específico de ONGs, as chamadas “históricas”, surgiram e construíram uma identidade institucional marcada pelos processos de luta pela democratização da sociedade brasileira durante os anos 70 e início dos 80. Fortemente

marcada pela cultura de setores progressistas da Igreja Católica e pelo ativismo político de esquerda, esta identidade fundamentou um forte caráter anti-institucional, dirigido aos processos burocráticos que, de acordo com a leitura construída na época, tendiam a legitimar a subordinação do Estado aos interesses das classes dominantes. Os atores que atuavam a partir das ONGs contestavam a idéia de que o Estado seria o único ator social legitimado a conduzir processos de promoção do desenvolvimento da sociedade. Por isso, ao se posicionarem ao lado e a serviço dos movimentos populares defendiam, dentre outras coisas, o estabelecimento de um tipo distinto de inserção profissional para aqueles que não vislumbravam possibilidade de transformação da sociedade por meio da atuação em organizações estatais e privadas e que acreditavam na necessidade de fortalecimento político das organizações dos movimentos sociais como meio para alcançar tal transformação. As mudanças defendidas contestavam o cerceamento dos direitos políticos, imposto pelo regime militar, e os rumos das políticas de desenvolvimento conduzidas pelo Estado. A idéia de promoção do desenvolvimento, na avaliação destes atores, deveria ser pautada pelo caráter utópico e revolucionário que vinculava o trabalho de “conscientização” dos setores populares ao processo de “transformação social”.

Na construção da identidade das ONGs, esta postura anti-Estado começou a ser relativizada a partir de meados dos anos 80 com o evento da “Nova República”, diante da conjuntura de crescente abertura dos canais políticos-institucionais à participação de organizações da sociedade civil. Naquele contexto, a dimensão utópica do projeto de transformação social destas ONGs foi cedendo espaço à busca por maior afirmação pública e visibilidade para as experiências e propostas alternativas. Esta mudança de postura, ao longo dos anos 90, passou a mediar com a disseminação do discurso de valorização da ação das organizações sociais no contexto da revisão neoliberal do papel do Estado. Deste modo, as ONGs históricas foram reafirmando sua identidade, olhando para o Estado com outros olhos e buscando exercer uma maior influência sobre os processos de elaboração e gestão de políticas públicas. Também se preocuparam em profissionalizar sua intervenção, em um contexto de maior participação na disputa por recursos públicos e de crescentes exigências por resultados concretos por parte das agências internacionais de financiamento.

Para muitas ONGs, naquele momento, o Estado passou a ser visto como o ente social imprescindível à realização das mudanças defendidas em suas propostas. Estas, por sua vez, diante de tal conjuntura política, assumiram um caráter mais reformista. A partir de então, as propostas deste conjunto de ONGs passaram a dialogar com o caráter ambíguo de sua relação com o Estado. Assim, por um lado, como traço característico de sua formação, rejeitam a institucionalidade governamental, construindo sua identidade em oposição aos formatos e projetos por elas assumidos; por outro lado, respondendo às mudanças conjunturais e a avaliação dos resultados de suas intervenções, reivindicam, ao lado das organizações de movimentos sociais, muitas vezes vocalizando suas demandas, o caráter provedor deste mesmo Estado, diante do qual desejam ter maior capacidade de influência na determinação dos rumos de suas políticas.

A análise deste quadro social e histórico de origem das ONGs permitiu perceber que a elaboração de suas propostas alternativas partiu da constatação de que os enfoques convencionais, hegemônicos ou dominantes utilizados para guiar os processos de promoção do desenvolvimento não conseguiram estendê-lo a parcelas amplas das

populações dos países pobres. Além de seletivo e concentrador de renda, o modelo convencional demonstrou ser ambientalmente insustentável ao se fundamentar no paradigma produtivista, o qual confere pouca importância à consideração dos limites naturais ao crescimento econômico. Este crescimento, por si só, diagnosticava-se, não era garantia de geração de desenvolvimento e, argüiam os críticos, deveria ser limitado pela consideração dos fatores ambientais e da possibilidade de sua escassez relativa. Neste contexto, as ONGs articularam suas leituras e diagnósticos com o amplo campo de revisão crítica sobre as concepções que orientavam os processos hegemônicos de promoção do desenvolvimento. A partir dos anos 70, o desenvolvimento convencional foi posto em questão tanto no campo das teorias econômicas do desenvolvimento quanto no ambiente dos debates de cunho ecológico e ambientalista. Vários estudos apontaram para o fato de que o desenvolvimento não poderia mais ser compreendido como um problema meramente técnico, para o qual deveriam ser aportadas soluções técnicas e qualificadas. Ao contrário, crescia a convicção de que ele era, antes de tudo, um problema cultural, principalmente referido às particularidades das diversas sociedades.

Neste contexto de construção de leituras e recomendações alternativas, ganhava força o argumento de que os processos de promoção do desenvolvimento deveriam gerar tecnologias mais bem apropriadas às diferenças culturais existentes entre as sociedades ou grupos populacionais, engendrando meios de produção mais equilibrados com as suas bases naturais. Este processo de mudança, ao contrário do que imaginavam as correntes mais conservadoras, deveria ser empreendido como um tipo de transformação localizada que teria que partir das bases culturais das sociedades, tendo como protagonistas as organizações locais, preferencialmente assessoradas por especialistas que lhes garantisse, com o decorrer dos processos, autonomia na condução de seus próprios esforços de desenvolvimento. Deste modo, contra a idéia de que o planejamento e a administração dos processos de promoção do desenvolvimento cabiam exclusivamente às burocracias estatais centralizadas e aos técnicos das agências internacionais de cooperação que eventualmente trabalhavam como consultores ou executores locais de programas, erigia-se a concepção de que o Estado não estava sozinho na tarefa de promoção do desenvolvimento. Desta tarefa também participavam agentes não-governamentais, organizações de movimentos sociais, instituições locais e diversas outras organizações interessadas em construir um outro interesse público sobre os processos de promoção do desenvolvimento.

As críticas aos modos de promoção do desenvolvimento convencional tanto contribuíram para a afirmação das propostas alternativas quanto para a idéia da negação da própria noção de desenvolvimento como conceito normativo válido à melhoria das capacidades e condições de vida e trabalho de setores sociais mais pauperizados. Neste processo, as ONGs de desenvolvimento tenderam a se apropriar da diversidade de críticas ao desenvolvimento convencional articulando diversas perspectivas teóricas, contribuindo para re-significar e politizar as necessidades e carências dos seus beneficiários e, em alguns casos, colaborando para minimizar relações assimétricas de poder a favor dos grupos sociais alvo de suas ações.

Olhando para o campo das iniciativas de promoção do desenvolvimento rural e, mais especificamente, ao analisar o caso da AS-PTA, percebemos que o processo de construção de sua proposta esteve intimamente relacionado a este contexto de revisão

das concepções sobre a promoção do desenvolvimento. Vimos como o PTA-FASE e a AS-PTA construíram uma ampla rede social, congregando diversas iniciativas e experiências de organizações locais com tecnologias alternativas, agricultura alternativa e, mais recentemente, agroecologia, articulando-as ao contexto internacional de cooperação financeira à busca de outros modos de promoção do desenvolvimento dos agricultores mais pauperizados. Como resultado, um conjunto significativo de ONGs foi influenciado pelo trabalho pioneiro realizado, desde o início dos anos 80, pelo PTA-FASE e, posteriormente, pela AS-PTA. A sua ação contribuiu para afirmar um consenso em torno da necessidade de construir propostas alternativas para a promoção do desenvolvimento rural.

Na análise construída anteriormente, percebemos que a proposta da AS-PTA foi se construindo ao longo de sua trajetória. Neste processo, foram várias as iniciativas para adaptar sua organização e seu projeto político às demandas dos seus principais parceiros históricos: os agricultores e suas organizações, as agências que financiam o seu trabalho e o conjunto de ONGs que surgiu a partir de sua influência. Este processo, como já afirmamos, também dialogava com as mudanças e percepções que, ao mesmo tempo, eram construídas por atores preocupados em atribuir outros sentidos à noção de desenvolvimento.

A imagem de uma proposta ou de um projeto de transformação social em constante construção é adequada para ilustrar sua trajetória, para a qual a conquista de objetivos predeterminados pareceu estar sempre subordinada à importância dada, na prática, aos meios mobilizados para alcançá-los. Por isso, é difícil compreender o seu papel no campo das ações de promoção do desenvolvimento se nos limitarmos apenas aos resultados quantitativos alcançados. Um dos fatores decisivos para compreender a importância deste papel são os processos desencadeados ao longo de sua trajetória para afirmar a necessidade de pensar outros caminhos para desenvolver a agricultura praticada em pequena escala e baseada no trabalho familiar.

Na análise apresentada nos capítulos anteriores foi possível perceber que houve dois momentos distintos que marcaram importantes mudanças na trajetória da AS-PTA e em sua proposta. Um primeiro, que podemos chamar de período de formação, começou com a criação do Projeto de Tecnologias Alternativas da FASE, em 1983, findando com a realização do Encontro Nacional do PTA, o “Encontrão” de 1988. O segundo período foi o da afirmação da proposta, iniciado com a própria criação da AS-PTA, em 1989, e ainda está em curso. É possível que a realização, em 2002, do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) seja vista, no futuro, como um novo divisor de águas em sua trajetória. Os desdobramentos dos debates do Encontro ainda estão acontecendo.

O primeiro período foi o tempo do PTA-FASE, da formação da Rede PTA, da busca por tecnologias alternativas e de difusão do ideário da agricultura alternativa. O processo de construção da proposta dialogava com o duro contexto político dos anos 70 e, por outro lado, com a intensa movimentação social do período da abertura, que projetava esperanças de transformação social. A sua organização marcava o encontro entre atores sociais com trajetórias institucionais bastante distintas, mas relacionados pela luta contra o regime militar e pela democratização social no Brasil dos anos 70. Naquele contexto, do encontro entre agentes religiosos progressistas (principalmente católicos), ativistas de esquerda ligados a organizações de movimentos sociais diversos

e dirigentes de agências internacionais de cooperação ao desenvolvimento dos países pobres, foi-se consolidando um tipo de organização social bastante peculiar, preocupada, em um primeiro momento, em fortalecer a capacidade organizativa dos agricultores, ao mesmo tempo em que buscava alternativas tecnológicas para viabilizar sua permanência no campo. Este era o protótipo de organização representado pelo PTA-FASE no seu surgimento no início dos 80.

Este contexto reforçava o caráter não governamental da proposta, isto é, o sentimento de negação à institucionalidade pública. Ao mesmo tempo, havia a aproximação às demandas das organizações de movimentos sociais. Neste processo, a dimensão utópica fazia crer na transformação da sociedade por meio da organização política dos trabalhadores. O PTA foi idealizado como um projeto de assessoria técnica a agricultores, mas rapidamente extrapolou esta dimensão ao associá-la à necessidade de pensar uma alternativa política ao modelo de desenvolvimento da agricultura então hegemônico.

A sua proposta inicial combinava a forte visão anti-Estado com a elaboração de uma leitura crítica dos processos de modernização agrícola. Estas concepções aliavam-se à crença na possibilidade de que os agricultores poderiam se tornar os protagonistas ou os sujeitos políticos de seu próprio desenvolvimento, desde que, uma vez organizados e com o apoio de assessores externos, tomassem consciência das causas de sua situação desfavorável. Neste sentido, também se afirmava uma forte valorização das experiências dos próprios agricultores, uma contraposição ao processo de modernização que, avaliavam, as desconsiderava. Difundia-se o princípio de que a relação entre agricultores e técnicos teria que ser baseada em um tipo de aprendizado mútuo. As tecnologias, portanto, deveriam ser apropriadas aos contextos sociais de sua utilização e coerentes com uma nova relação entre a agricultura e o meio ambiente, contrapondo-se ao caráter predatório das tecnologias modernas.

Todos estes signos apontavam para uma outra concepção da mudança social necessária à melhoria das condições de vida e produção dos pequenos agricultores, distinta da que era proposta e defendida pelos preceitos que guiavam a modernização da agricultura. Nos primeiros tempos do PTA-FASE, havia a forte convicção na capacidade dos próprios agricultores modificarem sua situação a partir de suas habilidades, criatividade e conhecimentos. As tecnologias alternativas apareciam, naquele momento, como uma noção estratégica que instituíam a possibilidade de inversão do sinal atribuído ao sentido do desenvolvimento, ou seja, ele poderia ser estruturado a partir da valorização dos processos históricos locais, cotidianos, particulares, dos conhecimentos e práticas tradicionais. Este acervo cultural bastante diverso deveria ser descoberto, sistematizado e estudado, para que se revelasse o enorme potencial do conhecimento do agricultor no processo de construção de alternativas à promoção do desenvolvimento. A esta missão se lançou o PTA-FASE em seus primeiros tempos.

Esta dimensão utópica alimentava e era alimentada pela ação do PTA-FASE. Ela influenciou o movimento social em prol da agricultura alternativa que, desde o começo da década de 80, vinha se construindo por meio de práticas dispersas e da difusão de novas concepções sobre os processos de desenvolvimento, principalmente as que questionavam a idéia de crescimento econômico ilimitado, argumentando a necessidade de consideração da preservação dos recursos naturais. Naquele período, ao se constituírem, com o apoio e incentivo do PTA-FASE, redes formais e informais de

intercâmbio de conhecimentos e experiências, estavam se fortalecendo lutas políticas, organizações, lideranças etc., reunidos pelo ideal de transformação social veiculado pela agricultura alternativa. Este ideal era fomentado em diversos ambientes culturais. No campo acadêmico, as reuniões, cursos, encontros, congressos também afirmavam a demanda por outros rumos para os processos de promoção do desenvolvimento.

Este outro rumo partia de um diagnóstico geral que defendia a construção de uma visão mais ampla e abrangente dos processos de desenvolvimento, em oposição à visão simples e limitada proporcionada pela ideologia do difusionismo, que orientava a modernização do agro. Assim, naquele momento de construção da proposta, ganhavam importância os pequenos agricultores, sua cultura particular, suas formas de organização social e técnica da produção, o saber acumulado em sua experiência cotidiana no enfrentamento e equacionamento dos seus problemas. Valorizava-se a experiência como fonte de inovação e mudança. Ela seria a base para construção da capacidade de auto-determinação dos agricultores, deles próprios construir um caminho alternativo e autônomo ao possibilitado pela institucionalidade governamental.

Naquele momento, o processo de elaboração sobre as alternativas de mudança era influenciado por leituras que opunham, de modo dualista, o “governamental” e o “não-governamental”, o Estado e a sociedade, os pequenos e os grandes produtores etc. O caminho proposto pelo PTA-FASE era o meio termo. Assim, cobrava-se do setor público direitos, bens e serviços, ao mesmo tempo em que se fortalecia a capacidade de atuação política autônoma das organizações dos agricultores; repudiava-se tanto os excessos da agricultura baseada em insumos modernos quanto se explicitava os limites da agricultura tradicional. As tecnologias alternativas ou intermediárias sugeriam, por fim, a necessidade de relativizar os elevados custos dos insumos modernos e os riscos assumidos pelos agricultores que optavam por financiamentos. Elas representavam, ao mesmo tempo, um meio para fortalecer a capacidade produtiva dos agricultores e uma possibilidade de diminuir os laços de dependência com os mercados fornecedores de insumos e com a necessidade de constante assessoria técnica para gerir os processos de produção. Como pano de fundo, havia a construção de um discurso ambientalista que dialogava com diversos enfoques que se difundiram nos campos político e acadêmico a partir dos anos 70. Conclui-se que a leitura construída pelo PTA-FASE, implicou a concepção de uma relação entre agricultores e meio ambiente que pouco se inspirou nas perspectivas conservacionistas que defendiam um ideal de “natureza intocada”; ao contrário, buscou elaborar sobre a construção de modos produtivos que possibilitassem a capacidade regenerativa das técnicas ou seu baixo impacto sobre os recursos naturais.

A construção desta proposta teve o caráter de uma articulação pluralista de idéias. Foi claramente influenciada pelo debate sobre os novos rumos dos processos de desenvolvimento difundido a partir dos anos 70. Uma leitura peculiar do debate sobre o desenvolvimento alternativo ou as alternativas ao desenvolvimento teve papel importante na fundamentação da proposta defendida e nas estratégias utilizadas para realizá-la no período do PTA-FASE ao longo dos anos 80.

Neste período, as estratégias institucionais de ação foram se adaptando aos três momentos distintos de ampliação da proposta: o trabalho de pesquisa para identificar experiências com tecnologias alternativas, a constituição das equipes de TA em vários estados do país e o fortalecimento das redes de intercâmbio e dos métodos de experimentação e difusão das tecnologias alternativas. As estratégias predominantes

envolviam a construção de uma ampla rede de contatos informais, que aconteciam por meio de afinidades e recomendações de lideranças sindicais e religiosas. Prevaleciam, portanto, as relações pessoais, as proximidades ideológicas e o ativismo. No segundo momento, dispondo de mais recursos, inclusive financeiros, o projeto, aproveitando condições favoráveis, estruturou um centro de documentação e diversas equipes técnicas distribuídas em regiões estratégicas. Em um terceiro momento, surgiram os Centros de Tecnologia Alternativa (CTAs), espécie de estações experimentais nas quais as inovações tecnológicas eram testadas. Nos CTAs, a estratégia de intervenção assumia um conteúdo mais pedagógico, envolvendo os agricultores em práticas de experimentação e aprendizado.

O PTA-FASE manteve, neste período formativo, o perfil característico das ONGs que trabalham com a temática do desenvolvimento: foi a lugares “esquecidos” pelo Estado, atuou localmente com uma pequena equipe técnica, canalizando recursos de agências internacionais de cooperação ao desenvolvimento, chegou e interveio nas comunidades por mediação de outros agentes que tinham histórico de atuação na região e, por fim, construiu redes de comunicação e solidariedade para dar suporte à sua ação. Neste processo, utilizou métodos que buscaram facilitar a participação dos agricultores em todas as atividades desenvolvidas. Estas características fortaleceram a concepção de um trabalho de assessoria que buscou incrementar determinadas capacidades institucionais de organizações de agricultores e interferir nos processos produtivos, aportando-lhes inovações técnicas e metodológicas influenciadas, principalmente pelos referenciais ambientalistas.

A avaliação deste período de formação revelou que o processo de construção da proposta foi respondendo aos limites enfrentados nas situações concretas de trabalho com os agricultores. Assim, foi possível perceber que o trabalho havia privilegiado a dimensão política da intervenção, mais preocupada em disseminar o projeto político defendido pela agricultura alternativa do que reforçar a capacidade produtiva dos agricultores por meio da introdução de inovações tecnológicas. Como resultado, ampliava-se o número de adeptos e simpatizantes da proposta ao mesmo tempo em que precarizava-se a capacidade de oferta de inovações tecnológicas. Estas ficaram reduzidas, contraditoriamente, a um pacote tecnológico alternativo. Além disso, os processos de difusão das tecnologias alternativas pouco haviam inovado em relação às tradicionais técnicas das agências de extensão rural. Estas deficiências estiveram relacionadas à insuficiência de técnicos para dar conta do processo de difusão das tecnologias alternativas e à sua própria formação profissional que pouco os capacitava a lidar com as demandas dos pequenos produtores e com requisitos impostos pelas tecnologias alternativas. Por fim, foi possível perceber que o formato institucional assumido pela proposta – centralizado em uma coordenação nacional de equipes técnicas dispersas por todo o país – limitou as iniciativas das equipes locais e tornou precária a uniformização de métodos de trabalho, contribuindo para uma crescente fragmentação das experiências locais.

A saída do Projeto de Tecnologias Alternativas da FASE, em 1989, assinalou o início de um novo período na trajetória da AS-PTA. Um ano antes, o evento do Encontro Nacional do PTA marcou o auge de um processo de avaliação do trabalho desenvolvido até aquele momento. Iniciava-se o que podemos chamar de período de afirmação da proposta, caracterizado por um intenso processo de re-concepção dos

rumos, objetivos e estratégias institucionais. Este contexto de mudanças ocorria em momento em que as agências internacionais de cooperação ao desenvolvimento davam sinais tanto de retração de seus investimentos, redefinindo prioridades geopolíticas. Ao mesmo tempo, elas passaram a exigir resultados mais concretos das ações que apoiavam, sugerindo que as ONGs se tornassem suas agências mais profissionalizadas.

Para as ONGs, a conjuntura política do final dos anos 80 também foi marcada pela intensa mobilização social provocada pela Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Dois anos depois, a campanha das eleições presidenciais animou o debate sobre as alternativas políticas, principalmente diante da possibilidade de eleição de um candidato representante das forças políticas de esquerda. Entre as ONGs havia o desejo de afirmação pública de suas propostas de mudança social. Com a vitória de Collor de Mello e o impacto de suas primeiras medidas administrativas, ficou claro que as ONGs que historicamente estiveram comprometidas com o projeto democrático e ao lado dos movimentos sociais precisavam afirmar publicamente sua postura histórica. O reconhecimento público tornou-se, inclusive para a AS-PTA, um objetivo no processo de afirmação de sua proposta.

Neste contexto, as relações entre as ONGs e o Estado transitaram para um outro patamar. Os seus encontros com a institucionalidade pública iam acontecendo por meio de parcerias pontuais, principalmente com governos municipais conquistados pelo Partido dos Trabalhadores. Com o passar do tempo estes encontros foram relativizando a sua postura anti-Estado e despertando o interesse pelos processos de discussão, elaboração e deliberação de políticas públicas. Este interesse, com outras intenções, também era manifestado pelo Estado. No contexto de influência do neoliberalismo e, mais adiante, no processo de reforma do Estado, havia cada vez mais espaço para a atuação de organizações que ocupassem os espaços dos quais o Estado se ausentava. Os processos de descentralização administrativa reforçaram este processo de valorização utilitarista da ONGs ao idealizar que a aproximação entre os problemas e a gestão tornaria a oferta de soluções um processo mais eficiente. Deste modo, nesta conjuntura, todos os caminhos conduziam à ação localizada, associando a dinâmica territorial dos processos de desenvolvimento à intervenção de organizações sociais substituindo ou complementando a ação estatal.

Por um lado, os processos de descentralização administrativa traziam para as ONGs a necessidade de enfrentar o tema do poder local, o que conduziu ao questionamento e à relativização da sua histórica postura anti-Estado. Por outro lado, as recomendações das agências de cooperação internacional sugeriam um tipo de intervenção mais pragmática das ONGs, conduzindo ao questionamento do caráter idealista de suas propostas e à relativização do ativismo característico da atuação de seus atores.

Inicialmente, a AS-PTA reagiu a este contexto colocando em discussão, entre os seus parceiros históricos, a natureza do trabalho que havia desenvolvido até então. Deste processo de avaliação surgiram algumas constatações importantes. Concluiu-se que era necessário desenvolver novos métodos de conhecimento, de intervenção nas realidades locais e de difusão das soluções descobertas. Além disso, revendo o formato institucional até então adotado pelo PTA-FASE, ao invés da busca por uma unidade de ação, recomendava-se a emancipação das equipes técnicas, dispersas em vários estados do país, transformando-as em ONGs autônomas em relação à AS-PTA. Esta, por sua

vez, redefiniu o seu perfil para prestar assessoria e serviços a ONGs e organizações de agricultores.

Deste processo, resultou a criação dos programas de desenvolvimento local no início dos anos 90, idealizados como uma estratégia para construção de novos processos com capacidade de influenciar a gestão pública da promoção do desenvolvimento rural. A base para a construção da intervenção nos programas locais era o aprimoramento da metodologia de diagnósticos rurais, instrumento que permitiria fomentar processos participativos de construção do conhecimento e de recomendações para a ação. Neste contexto, a noção de tecnologias alternativas adquiriu um sentido fragmentado, ao reduzir a questão do desenvolvimento ao tema da inovação tecnológica, o que contrariava os princípios dos enfoques sistêmicos (nos quais se baseiam as práticas de diagnóstico) que recusam o fragmento e ambicionam uma compreensão holística da realidade. A noção de agricultura alternativa, por sua vez, estava associada à dimensão utópica da proposta, aquela que a associava a um projeto de transformação social. Carecia, nestes novos tempos, de substância propositiva. A agroecologia assumiu o seu lugar, aparentemente sem prejudicar o caráter ideológico da idéia-força que a possibilidade de “gerar alternativas” confere à proposta. A AS-PTA, neste momento de sua trajetória, passou a construir sua proposta fundamentando-a em uma perspectiva agroecológica de promoção do desenvolvimento.

O enfoque agroecológico conferiu um outro tipo de legitimidade à proposta, qualificando-a com um discurso que alcança certa legitimidade científica e a coloca em discussão no circuito acadêmico. Neste momento, o discurso científico ganhou espaço ao mesmo tempo em que o perfil dos atores que compunham as organizações da Rede PTA também mudava: dos ativistas influenciados pela cultura de resistência política dos anos 70 em direção aos profissionais (de agronomia, principalmente) acostumados aos discursos e métodos científicos requeridos pelas práticas agroecológicas.

O enfoque agroecológico também trouxe consigo a incorporação de várias perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento que o imaginam como um processo de valorização das diversidades ambientais e culturais, por isso muito mais complexo e dinâmico do que conseguem perceber as visões que o imaginam como tão somente um esforço para o incremento econômico dos processos produtivos. Na prática, esta visão implica a necessidade de um acúmulo muito maior de informações sobre os sistemas de produção e sua integração à dimensão sócio-cultural da vida do lugar.

A ênfase nos processos locais de desenvolvimento foi conferindo um outro caráter à postura anti-Estado. Os encontros entre a AS-PTA e a institucionalidade pública continuam pontuais e descontínuos, informados por projetos políticos de mudança social que não convergem para interesses comuns e pouco dialogam. No entanto, o Estado, na proposta da AS-PTA, começou a aparecer como ator fundamental de uma estratégia que idealiza, por um lado, uma crescente capacidade de influência das organizações dos agricultores sobre o processo de gestão pública dos processos de promoção do desenvolvimento e, por outro, a construção de um Estado forte e provedor. Uma possibilidade que interage com um contexto político no qual as possibilidades de participação das organizações da sociedade civil nos processos de construção e gestão de políticas públicas são facilitadas pela difusão de institucionalidades deliberativas como, por exemplo, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Além desses espaços, os programas de desenvolvimento local, implementados na Paraíba e no

Paraná, incentivaram a criação de estruturas organizativas que atuam para vocalizar as demandas dos agricultores perante o poder público.

A necessidade de um Estado forte que garanta investimentos públicos em bens e serviços tornou-se, recentemente, uma condição estratégica à realização do projeto de transformação social imaginado pela proposta da AS-PTA. Neste sentido, o processo de construção da proposta assume um caráter marcadamente reformista. O papel do Estado é tão ressaltado quanto é escamoteada a função dos mercados no processo de gerar e garantir autonomia aos agricultores que converteram seus sistemas produtivos à agroecologia. A dimensão produtiva da proposta da AS-PTA não incorpora estratégias de mercantilização da produção agroecológica. Neste caso, a possibilidade de emancipação econômica dos agricultores vai depender da capacidade de mobilização e pressão política de suas organizações para reivindicar do Estado políticas públicas que subsidiem o tipo de arranjo econômico proposto para os seus sistemas produtivos.

Por fim, as características gerais da proposta defendida pela AS-PTA ao longo de sua trajetória contribuíram para afirmação do movimento em prol da necessidade de alternativas – para as quais agroecologia desponta atualmente como principal proposta política – estabelecendo um consenso sobre as recomendações que deveriam orientar os novos métodos e abordagens de desenvolvimento rural no sentido de que, nos processos de promoção do desenvolvimento, as mudanças técnicas estão em estreita relação com as mudanças sociais, econômicas e ambientais e, para acontecerem, necessitam da real adesão dos agricultores.

BIBLIOGRAFIA

1 Referências bibliográficas

- ABONG. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGS. **ONGs no Brasil 2002 – Perfil e catálogo das associadas à Abong**. São Paulo: Abong, 2002. 288p. (Série Desenvolvimento Institucional).
- ABRAMOVAY, R. A rede, os nós, as teias – tecnologias alternativas na agricultura. **Revista de Administração Pública**, n.6, p.159-177, 2000.
- ABRAMOVAY, R. Progresso técnico: a indústria é o caminho?. **Proposta**, n.27, p. 41-50, nov., 1985.
- ACCARINI, J. H. **Economia e desenvolvimento rural: reflexões sobre o caso brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1987. 224p.
- ADAMS, N. A. **Worlds apart: the North-South divide and the international system**. London: Zed Books, 1993. 288p.
- ADAMS, W. M. Green development theory?. Environmentalism and sustainable development. In: CRUSH, J. (Org.). **Power of development**. London: New York: Routledge, 1995. 324p. Pp. 87-99.
- ALBUQUERQUE, J. A. G. ONGs uma paixão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de abril de 1995.
- ALIER, J. M. **De la economía ecológica al ecologismo popular**. 3ª. ed. Barcelona: Editorial Nordan-Comunidad/Icaria Editorial, 1995. 286p.
- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. 214p.
- ALMEIDA, J. **Movimentos alternativos e de contestação na agricultura. Leituras do social, disputas e aspirações**. Porto Alegre, 1994. [Apresentado ao Grupo de Trabalho “Movimentos Sociais no Campo”, XVII Encontro Nacional do PIPSA]. 26p.
- ALMEIDA, J. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. Florianópolis, 2002. [Apresentado no IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção]. 22p.
- ALMEIDA, S. C. R. **O imaginário social na construção do discurso: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa**. Santa Maria: UFSM, 1996. 150p. [Dissertação de Mestrado].
- ALMEIDA, S. G. Comentários. **Proposta**, v.5, n.27, p.9-13, nov., 1985.
- ALMEIDA, S. G. A agricultura alternativa em construção. **Alternativas – Cadernos de Agroecologia**, p. 1-6, jun., 1991.
- ALTIERE, M. A. Escaping the treadmill. **Ceres**, n.154, p. 15-23, July/August, 1996.

- ALTIERE, M. A. **Potencialidades da agroecologia para o desenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1988. 14p. (Textos para Debate, 13).
- ALTIERE, M. A., MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. 323p. Pp. 72-105.
- AMIM, S. **Maldevelopment: anatomy of a global failure**. London: New York: Zed Books, United Nations University, 1990.
- AMMAN, S. **Ideologia do desenvolvimento de comunidades no Brasil**. 7ªed. São Paulo: Cortez, 1991.
- ANNIS, S. Reorganização na base: origens e significado. **Desenvolvimento de Base**, v.11, n.2, p. 19-23, 1987.
- ARMANI, D. **Breve mapa do contexto das ONGs brasileiras**. Resgatado de <www.abong.org.br>. Acessado em 15/11/2001.
- AVRITZER, L. O orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 364p. Pp. 17-45.
- BANCO MUNDIAL. Las ONG adquieren renombre y autoridad. **Horizontes Urbanos**, v.13, n.9, p. 1-6, nov., 1989.
- BEBBINGTON, A. A parceria no desenvolvimento agrícola: o potencial de cooperação entre ONGs e governo. **Desenvolvimento de Base**, v.15, n.2, p. 17-26, 1991.
- BEBBINGTON, A., FARRINGTON, J. Governments, NGOs and agriculture development: perspectives on changing inter-organizational relationship. **The Journal of Development Studies**, v. 29, n.2, p. 199-219, January, 1993.
- BOCAYUVA, P. C. C. As ONGs brasileiras: um campo institucional com novos significados. **Proposta**, n.81, p. 12-15, jun./ago., 1999.
- BOCAYUVA, P. C. C. **ONGs brasileiras: um campo institucional com novos significados**. [Relatório de Pesquisa para a Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción – ALOP]. Resgatado de <www.fase.org.br> em 07/04/2000.
- BOTTOMORE, T. B. **Introdução à sociologia**. [Tradução de Waltensir Dutra e Patrick Burglin]. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 318p. (Biblioteca de Ciências Sociais).
- BOUDON, R., BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. [Tradução de Maria L. G. Alcoforato e Durval Ártico]. São Paulo: Ática, 1993.654p.
- BOURDIEU, P. À propos de la famille comme catégorie réelle. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n.100, p. 32-36, dec., 1993.
- BRANDÃO, C.R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 352p.
- BRANDEMBURG, A. **Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999. 326p. (Pesquisa, 42).
- BRANDEMBURG, A. Extensão rural: missão cumprida. **Humanas**, n.2, p.47-58, 1993.
- BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- BUENO, J. A. **Direito público brasileiro e a análise da Constituição do Império**. Brasília: Senado Federal, 1978. 226p.

- BUTTEL, H. F., KENNEY, M., KLOPPENBURG JR., J. From Green Revolution to biorevolution: some observations on the changing technological bases of economic transformation in the Third World. **Economic Development and Cultural Change**, v.34, n.1, p.31-55, oct., 1985.
- CANUTO, J. C. **Capital, tecnologia na agricultura e o discurso da EMBRATER**. Santa Maria: UFSM, 1984. 137p. [Dissertação de Mestrado].
- CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J.A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Extensão Rural**, v.2, n.2, p.7-32, jan./dez., 1994.
- CARMEM, R. **Autonomous development: ilumanising the landscape – an excursion into radical thinking and practice**. London: Zed Books, 1996.
- CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. **Tempo Social**, v.12, n.2, p. 237-255, nov., 2000.
- CARROLL, T. F. **Grassroots development: characteristics of strong performers**. West Hartford: Kumarian Press, 1992. 285p.
- CARVALHO, H. M. **A tecnologia agrícola e o pequeno produtor rural**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1986. 43p. (Textos para Debate, 9).
- CARVALHO, H. M. **Tecnologia socialmente apropriada: muito além da questão semântica**. Londrina: IAPAR, 1982. 36p. (Documentos IAPAR, 4).
- CATÃO, F. A. C. **O que é teologia da libertação**. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 100p. (Primeiros Passos, 160).
- CENPLA/FASE/Ibase. **Encontro nacional de centros de promoção brasileiros**. Rio de Janeiro: CENPLA/FASE/Ibase, 1986. 95p. [mimeo].
- CEPAL. **El desarrollo sustentable: transformación productiva, equidad y medio ambiente**. Santiago de Chile: CEPAL, 1991. 123p.
- CERNEA, M. **Non-governmental organization and local development**. New York: World Bank, 1988. 63p.
- CHAMBERS, R. **Pequenos agricultores e cientistas**. [Tradução de Carlos B. Schottfeldt e Sebastião R. Bressan]. Brasília: Embrater, 1984. 24p. (Leituras selecionadas, 5).
- CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first**. London: IT Publications, 1983.
- CHENERY, H. The structuralism approach to development policy. **American Economic Review**, May, 1975.
- CINTRÃO, R. P. **ONGs, tecnologias alternativas e representação política do campesinato**. Itaguaí: CPDA/UFRRJ, 1996. 385p. [Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade].
- CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Tecnologias poupadoras de insumos na agricultura**. São Paulo: Coordenação Editorial, 1981. 141p.
- COWEN, M. P., SHENTON, R.W. **Doctrines of development**. London, New York: Routledge, 1996. 554p.
- CRUSH, J. Introduction. Imaging development. In: CRUSH, J. (Ed.). **Power of development**. London: New York: Routledge, 1995. 324p.
- DAG HAMMARSKJÖLD FOUNDATION. What Now? Another development. **Development Dialogue**, v.1, p. 1-131, 1975.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364p. Pp. 279-301.

- DE KADT, E. **Catholic radical in Brazil**. Oxford: Oxford University Press, 1970. 304p.
- DELGADO, N., ROMANO, J. Sistemas agrários, atores sociais e construção de políticas públicas alternativas para o desenvolvimento rural local: o caso de Rebouças/PR. In: CARVALHO, L. F., BRUNO, R., MOREIRA, R. J. (Orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, CPDA/UFRRJ/Pronex/Tempo Presente/UFRRJ, 1999. 352p. Pp. 215-236.
- DIAS, M. M. **Organizações não-governamentais de desenvolvimento rural: identidade e proposta**. Santa Maria: UFSM, 1998. 156p. [Dissertação de Mestrado].
- DIESEL, V. **A construção das recomendações no planejamento do desenvolvimento**. Belém: NAEA/UFPA, 1999. [Tese de Doutorado].
- DIESEL, V. Educação ambiental: um tema *démodé*?. **Ciência e Ambiente**, n.8, p.36-52, jan/jun, 1994.
- DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular – movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995. 353p.
- DOIMO, A. M. **O perfil das ONGs no Brasil pós-70 e sua presença na Grande Vitória em meados dos anos 90**. Vitória: UFES, 1994. 64p. [Relatório de Pesquisa].
- DORE, E. Teoria da Dependência. In: BOTTOMORE, T. (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. [Tradução de Waltemir Dutra]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1988. 454p. Pp. 373-4.
- DOS SANTOS, T. **Imperialismo y Dependencia**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1978. 278p.
- DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo. **Revista USP**, n.17, p. 86-101, mar., abr., mai., 1993.
- EHLERS, E. **Agricultura sustentável**. Porto Alegre: Guaíba, 1999. 174p.
- EHLERS, E. **O que se entende por agricultura sustentável?**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental/USP, 1994. 161p. [Dissertação de Mestrado].
- EMIRBAYER, M., SELLER, M. Publics in history. **Theory and Society**, v.27, n.6, p. 727-779, December, 1998.
- ESCOBAR, A. Imaging a post-development era. In: Crush, J. (Org.). **Power of development**. London: New York: Routledge, 1995. 324p. Pp. 211-227.
- ESCOBAR, A. Reflections on development: grassroots approaches and alternative politics in the Third World. **Futures**, p. 411-436, June, 1992.
- ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- FANON, F. **The wretched of the earth**. Harmondsworth: Penguin Books, 1962.
- FAO. Oficina Regional para América Latina y El Caribe. **Desenvolvimento rural: soluções simples para problemas complexos**. [Tradução de Lourdes M. Grzybowski]. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 18p. (Texto para Debate, 33).
- FAO. Oficina Regional para América Latina y El Caribe. **Documento de la avinta consulta gubernamental sobre las actividades complementarias de la CMRADR en América Latina y El Caribe**. Antigua: FAO, 1990. 125p. (Série Reforma Agrária).
- FEAB. Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil. **Anais do III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa**. Cuiabá: FEAB, 1987.
- FERNANDES, R. C. **Privado porém público – o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 156p.
- FERNANDES, R. C. Sem fins lucrativos. **Comunicações do ISER**, n.15, p. 23-29, 1985.

- FERNANDES, R. C., CARNEIRO, L. P. Las ONGs de Brasil en los años noventa: una perspectiva. In: REILLY, C. A. (Org.) **Nuevas políticas urbanas: las ONGs y los gobiernos municipales en la democratización latino americana**. Arlington: Fundación Interamericana, 1994. 484p. Pp.79-96.
- FERRARI, E. Aplicação do DRPA na Zona da Mata. **Alternativas – Cadernos de Agroecologia**, p. 32-35, jun., 1991.
- FICO, C. **Ibase – usina de idéias e cidadania**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. 184p.
- FIORI, J. L. **O vôo da coruja – uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: UERJ, 1995. 207p.
- FISHER, J. **El camino desde Rio – el desarrollo sustentable y el movimiento no gubernamental en el Tercer Mundo**. [Tradução de Eduardo L. Suárez]. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1998. 387p.
- FONSECA, M. T. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985. 192p. (Educação Popular, 3).
- FOSTER-CARTER, A. From Rostow to Gunder Frank: conflicting paradigms in the analysis of underdevelopment. **World Development**, v.4, n.3, p. 725-86, March, 1976.
- FRANK, A. G., FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**, n.17, p. 19-48, jun., 1989.
- FRANTZ, R. T. The role of NGOs in the strengthening of civil society. **World Development**, v.15, supplement, p. 121-127, 1987.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. [Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira]. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 93p. (Coleção O Mundo, Hoje, 24).
- FRIEDBERG, E. As organizações. In: CAZENEUVE, J., SOROFF, D. **Dicionário de Sociologia**. [Trad. Gemisinamo Cascais Franco]. Lisboa: São Paulo: Verbo, 1982. 583p. Pp. 445-463.
- FURTADO, C. Celso Furtado fala sobre o pensamento econômico latino-americano. **Novos Estudos Cebrap**, n.41, 1995.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. [Tradução de Raul Fiker]. São Paulo: Editora da Unesp, 1991. 177p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *et al.* Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v.3, n.4, p.21-56, out./dez., 1983.
- GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 156p. (Primeiros Vãos, 12).
- GRZYBOWSKI, C. O saber dos camponeses em face do saber dos técnicos. **Proposta**, n.27, p. 61-63, nov., 1985.
- GUIMARÃES, R. P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: Becker, B.K., Miranda, M. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. 454p. Pp. 13-44.
- GUZMÁN, E. S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. 323p. Pp. 19-29.
- HADENIUS, A., UGGLA, F. Making civil society work, promoting democratic development: what can states and donors do?. **World Development**, v.24, n.10, p. 1621-1639, 1996.
- HAGUETTE, M. T. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3ª ed. Teresópolis: Vozes, 1992. 224p.

- HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERE, M.A. **Agroecologia, as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989. 240p.
- HIRSCHMAN, A. **Essay in trespassing: economics to politics and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- HOBELINK, H. **Biotecnologia: muito além da questão semântica – as novas tecnologias genéticas para a agricultura: desafio ou desastre?**. [Tradução de Sebastião Pinheiro, Gert Roland Fisher e Jacques Saldanha]. Porto Alegre: Fundação Juquira Candiru, 1990. 196p.
- HOBBSAWM, E. **Era dos extremos – o breve século XX, 1914-1991**. [Tradução de Marcos Santarrita]. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.
- HUNT, D. **Economic theories of development – an analysis of competing paradigms**. New York: Harvester Wheatsheat, 1989. 356p.
- IAPAR. Fundação Instituto Agrônômico do Paraná. **Reformulação da Pesquisa no IAPAR – 1985**. Londrina: IAPAR, 1986. 40p. (IAPAR, Documentos, 12).
- IICA. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. **La economía campesina: crisis, reactivación y desarrollo**. San Jose: IICA, 1989. 292p. (Serie “Investigación y Desarrollo”, 19).
- ILO. International Labour Office. A Basic needs strategy for development. **Development Digest**, v. 15, n.1, p. 32-42, January, 1976.
- ILO. International Labour Office. **Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya**. Geneve: ILO, 1972.
- JACQUES, E. Des systèmes sociaux comme defense contre le anxiété. In: LÉVY, A. **Textes fondamentaux de psychologie sociale**. Paris: Dunod, 1965.
- JAMESON, F. Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism. **New Left Review**, n.146, p. 53-92, 1984.
- JUNGSTEDT, L. O. C. **Direito administrativo – legislação**. 10ª. ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2000. 1094p.
- KORTEN, D. Getting to the 21st Century – voluntary action and the global agenda. CT: Kumarian Press, 1990.
- KORTEN, D. Third generation NGO strategies: a key to people-centered development. **World Development**, v.15, supplement, p. 145-159, 1987.
- LANDIM, L (Org.). **Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1988.
- LANDIM, L. “Experiência militante”: história das assim chamadas ONGs. In: LANDIM, L. (Org.). **Ações em sociedade – militância, caridade, assistência etc.** Rio de Janeiro: NAU: ISER, 1998. 287p. Pp. 23-87.
- LANDIM, L. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1993. [Tese de Doutorado].
- LANDIM, L. Non-governmental organizations in Latin America. **World Development**, v.15, supplement, p. 29-38, 1987.
- LANDIM, L., COTRIM, L. **ONGs: um perfil – cadastro das filiadas à Associação Brasileira de ONGs (Abong)**. Rio de Janeiro: São Paulo: ISER/Abong, 1996.
- LATOUCHE, S. Contribution à l’histoire du concept de développement. In: COQUERY-VIDROVICH, C. *et al.* **Pour une histoire de développement: états, sociétés, développement**. Paris: L’Harmattan, 1988. Pp. 41-60.

- LEFEBER, L. On the paradigm for economic growth. In: MITRA, A. (Ed.). **Economic theory and planning**. Oxford: Oxford University Press, 1974. 358p.
- LEIS, H. R. **A modernidade insustentável – as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis: Florianópolis: Vozes/Editora da UFSC, 1999. 261p. (Coleção Educação Ambiental).
- LEVINE, D. N. **Visões da tradição sociológica**. [Tradução de Álvaro Cabral]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997. 326p.
- LIMA, H., ARANTES, A. **História da Ação Popular da JUC ao PC do B**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. 172p. (Coleção Atualidade).
- LITTLE, I. **Economic development: theory, policy and international relations**. New York: Basic Books, 1982.
- LÖWY, M. A crítica romântica da civilização capitalista e sua relação com a cultura católica. **Serviço Social e Sociedade**, v. 9, n. 28, p. 127-154, 1988.
- LUTZENBERGER, J. A. **Fim do futuro? Manifesto ecológico brasileiro**. Porto Alegre: Movimento, 1978. 98p.
- MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.15, p.53-86, out., 2000.
- MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**, v.1, n.3, p.3-44, jun., 1990.
- MASONI, T. As organizações não-governamentais e o desenvolvimento. **Finanças e Desenvolvimento**, n.41, p. 38-41, 1985.
- MEADOWS, D. H., MEADOWS, D. L., RANDERS, J., BEHRENS, W. W. **Limites do crescimento – um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade**. [Tradução de Inês M. F. Litto]. São Paulo: Perspectiva, 1973. 200p.
- MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989. 216p.
- MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões**. Rio de Janeiro: Rede Interamericana Agricultura e Democracia, 1994. 65p. (Cadernos Temáticos, 1).
- MELO, A. L. P. **Das intenções de desenvolver aos processos de desenvolvimento – a reestruturação fundiária na Região de Conceição do Araguaia – PA**. Seropédica: CPDA/UFRRJ, 1999. [Dissertação de Mestrado].
- MELO, M. E. **Ações governamentais e não governamentais no desenvolvimento rural brasileiro – autonomia, conflito ou complementaridade?**. Seropédica : CPDA/UFRRJ, 1996. [Dissertação de Mestrado].
- MELUCCI, A. **Challenging codes – collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MEYER, C. A. Opportunism and NGOs: entrepreneurship and green north-south transfers. **World Development**, v.23, n.8, p. 1277-1289, 1995.
- MEYER, M. A. A. Educação ambiental e (des)envolvimento. **Ciência e Ambiente**, n.8, p. 51-70, jan./jun., 1994.
- MOLLER, A. Organização popular e clientelismo internacional. **Cadernos do CEAS**, n. 133, p. 35-50, mar./jun., 1991.
- MUZILLI, O. A assistência agrônômica no estado do Paraná. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, v.6, n.1, p. 141-147, jan./abr., 1989.

- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v.15, n.43, p. 83-100, set./dez., 2001.
- NERFIN, M. Introduction. In: NERFIN, M. (Org.). **Another development: approaches and strategies**. Uppsala: Dag Hammarskjöld Foundation, 1977.
- NEVES, D. P. Precarização social, tutela filantrópica e voluntariado. In: MOTTA, M., PIÑERO, T.L. **Voluntariado e universo rural**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. 99p. Pp. 9-41. (Herança, 1).
- NISBET, R. **History of the idea of progress**. New York: Basic Books, 1980. 417p.
- NOGUEIRA, M. A. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.52, p. 185-202, jun., 2003.
- OAKLEY, P. Participatory development in N.E. Brazil. **Community Development Journal**, v.15, n.1, p. 10-22, 1980.
- OLIVEIRA NETO, V. As ONGs e o fundo público. **Serviço Social e Sociedade**, v.12, n.37, p. 129-155, dez., 1991.
- OLIVEIRA, M. D. **ONGs, sociedade civil e terceiro setor em seu relacionamento com o Estado no Brasil**, acessado em 01/05/2000.
- ORTEGA, H. Las organizaciones no gubernamentales y la transferencia de tecnologia. In: PROCISUR. Programa Cooperativo de Investigacion del Cono Sur. **Dialogo XXVII - Transferencia de tecnologia, enfoques de hoy, perspectivas para el futuro**. Montevideo: IICA/ BID/ PROCISUR, 1989. 278p. Pp.131-137.
- OTTMANN, G. Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil – uma abordagem cognitiva. **Novos Estudos CEBRAP**, n.41, p.186-207, março, 1995.
- PADRÓN, M. **Cooperación al desarrollo y movimiento popular: las asociaciones privadas de desarrollo**. Lima: DESCO, 1982.
- PÉCAULT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.
- PIETERSE, J. N. My paradigm or yours? Alternative development, post-development, reflexive development. **Development and Change**, v.29, p. 343-373, 1998.
- PINHEIRO, S. L. G. Pesquisa, extensão e desenvolvimento rural: uma abordagem construtivista. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 33, Curitiba. **Anais...** Brasília: SOBER, 1995. Pp. 1335-1354.
- PINTO, J. B. G. **Tecnologia e pequena produção no desenvolvimento rural**. Recife: SUDENE, 1981. 24 p. (Projeto DRIN, Documento, A-9).
- PINTO, L. A. C. **Desenvolvimento econômico e transição social**. 2ª ed., revista e aumentada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- PLUMMER, K. Identidade. In: OUTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996. 970p. Pp. 369-371.
- REILLY, C. A. Las políticas públicas y la ciudadanía. In: REILLY, C. A. (Org.) **Nuevas políticas urbanas: las ONGs y los gobiernos municipales en la democratización latino americana**. Arlington: Fundación Interamericana, 1994. 484p. Pp.1-30.
- RICCI, R. **Movimentos sociais rurais nos anos 90**. Resgatado de <<http://ns.fcs.ucr.ac.cr/~historia/articulos/movsosb.htm>>, acessado em setembro de 2002.
- ROBISON, G. F. O desafio cultural da empresa de apoio. **Desenvolvimento de Base**, v.17/18, n. 2/1, p. 21-32, 1994.

- RODRIGUES, M. **A década de 80. Brasil: quando a multidão voltou às praças**. 2ª. edição. São Paulo: Ática, 1994. 77p. (Série Princípios, 223).
- SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.16, p. 37-61, abril 2001.
- SABOURIN, E., ALMEIDA, P. **Gestão da inovação e agricultores-experimentadores no Agreste da Paraíba – o exemplo do feijão**. Esperança: CIRAD/AS-PTA, 1999. 12p.
- SABOURIN, E., SIDERSKY, P., SILVEIRA, L. Social management of agricultural innovation: farmer research groups in the Agreste region of Paraíba, Brazil. World Congress of Rural Sociology, 10, Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 38. **Anais...** Rio de Janeiro: IRSA/SOBER, 2000. 19p.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento – crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. 207p.
- SACHS, W. Introduction. In: SACHS, W. (ed.). **The development dictionary: a guide to knowlwdge as power**. London: Zed, 1992. Pp. 1-5.
- SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 329p.
- SANTOS, B. S. Prefácio. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 515p. Pp. 13-22. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, 2).
- SANTOS, B. S., RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. [Tradução de Vítor Ferreira]. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 515p. Pp. 23-77. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, 2).
- SANYAL, B. Organizações não-governamentais: os novos agentes do desenvolvimento. **Cadernos do IPPUR/UFRJ**, v.8, n.1, p. 105-120, abr., 1993.
- SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais**. 2ª. Edição revista. Florianópolis, 1987. 150p. (Série Didática).
- SCHERER-WARREN, I. O que há de “novo” nos movimentos sociais do campo?. **Temas Rurais**, v.2, n.4, p. 41-52, mai./ago., 1989.
- SCHERER-WARREN, I. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, E., LEIS, H., VIEIRA, P. F. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez: Florianópolis: Editora da UFSC, 1995. 220p.
- SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**. 4ª. ed. [Tradução de Octávio Alves Velho]. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 261p.
- SEERS, D. What are we trying to measure?. **Journal of Development Studies**, v.8, n.3, April, 1972.
- SENNA FILHO, A. R. Organizações não-governamentais de assessoria popular, novos movimentos sociais, Estado e democracia. **Serviço Social e Sociedade**, v.15, n.45, p. 42-65, ago., 1994.
- SHULTZ, T. W. **Transformando a agricultura tradicional**. São Paulo: Zahar Editores, 1965.
- SOEDJAMOTO. National Policy Indicators of the Basic Needs Model. **Development Digest**, v. 17, n.3, p.55-68, jul. 1979.
- SOMMER, J. G. U.S. Private voluntary organizations assisting Third World development. **Development Digest**, v.8, n.4, p. 44-66, October, 1980.

- SOTO, G. S. **El proyecto de tecnologías alternativas: organizaciones no gubernamentales y campesinato**. Itaguaí: CPDA/UFRRJ, 1992. 252p. [Dissertação de Mestrado].
- STEIN, A. **Las organizaciones no gubernamentales (ONGs) y su rol en el desarrollo social de America Latina**, s/r., 1989, pp. 345-351.
- STIGLITZ, J. E. **Towards a new paradigm for development: strategies, policies, and process**. Genebra, 1998. [Prebisch Lecture para a UNCTAD, Genebra, Suíça, outubro de 1998].
- SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. [Tradução de Pedro Jorgensen Jr.]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 576p.
- SZMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990. 102p. (Repensando a História).
- TEIXEIRA, A. C. C. A atuação das organizações não-governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. S Paulo: Paz e Terra, 2002. 364p. Pp. 105-142.
- TELLES, V. Direitos Sociais, afinal do que se trata?. **Revista USP**, n.37, mar., 1998.
- TENDLER, J. **Bom governo nos trópicos – uma visão crítica**. [Tradução de Maria Cristina Cupertino]. Rio de Janeiro, Brasília: Revan/ENAP, 1998. 288p.
- THOMAS, A. Introduction. In: ALCEN, T., THOMAS, A. **Poverty and development in the 1990's**. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- TREJOS, A. R. La nueva institucionalidad para el desarrollo rural: consideraciones para su construccion. **Rurales**, v.2, n.2, p. 7-25, Sept., 1998.
- TUCKER, V. Introduction: a cultural perspective on development. **The European Journal of Development Research**, v.8, n.2, p. 1-21, 1996.
- URBAN, T. Missão (quase) impossível – aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2001. 170p. (Brasil Cidadão).
- VARGAS, P.R. O insustentável discurso da modernidade. **Redes**, v.2, n.1, p. 105-131, jul., 1997.
- VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 403p.
- WANDERLEY, M. B. **Educação para transformar**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- WANDERLEY, M. B. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidades e suas relações com o serviço social**. São Paulo: Cortez, 1993. 199p.
- WEBSTER, A. **Introduction to the Sociology of Development**. Honk Kong: Mac Millan Education Ltda., 1990.
- WEBSTER, N. The role of NGDOs in Indian rural development: some lessons from West Bengal and Karnataka. **The European Journal of Development Research**, v.7, n.2, p.407-433, dec. 1995.
- WEID, J. M. **A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997. 40p. (Textos para Debate, 57).
- WEID, J. M. A trajetória do Projeto Tecnologias Alternativas. **Proposta**, v.8, n.36, p.2-7, jan. 1988.
- WEID, J. M. Alguns comentários sobre a problemática da pequena produção agrícola do Brasil. **Proposta**, v.5, n.27, p.3-8, nov., 1985.
- WEID, J. M. As práticas inovadoras: identificação-sistematização-difusão. **Proposta**, v.8, n.36, p.8-13, jan. 1988a.

- WEID, J. M. AS-PTA: transformação ou continuidade do PTA-FASE?. **Alternativas – Cadernos de Agroecologia**, p. 7-8, jun., 1991.
- WEID, J. M. Desarrollo participativo: escalar y escalar aún mas. **Leisa**, p. 19-22, diciembre, 2001.
- WEID, J. M. Diagnósticos rápidos participativos de agroecossistemas (DRPA). **Alternativas – Cadernos de Agroecologia**, p. 30-1, jun., 1991a.
- WEID, J. M. Introdução. In: CHAMBERS, R., RICHARDS, P., BOX, L. **Agricultores experimentadores e pesquisa**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989. 44p. (Série Agricultores na Pesquisa, 1).
- WEID, J. M. Redes de intercâmbio – as práticas inovadoras: identificação, sistematização, difusão. **Proposta**, v.8, n.36, p. 8-13, jan.1988.
- WEID, J. M. **Roteiro do DRPA – Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 33p.
- WEID, J. M. **Sistematização da experiência da Paraíba para o seminário da embaixada francesa**. Disponível em www.pronaf.go.br/encontro/textos, acessado em 03/03/2003.
- WELLARD, K. Linking local knowledge systems and agricultural research: the role of NGOs. In: de BOEF, W., AMONOR, K., WELLARD, K. (Eds.). **Cultivating knowledge – genetic diversity, farmer experimentation and crop research**. London: Intermediate Technology Publications, 1993. 206p. Pp. 136-142.
- WHYTE, W. F. Towards a new strategy for research and development agriculture: helping small farmers in developing countries. **Desarrollo Rural en las Américas**, v.9, n.12, p. 51-61, 1977.

2 Fontes

- ALMEIDA, P., CORDEIRO, A. **Semente da paixão – estratégia comunitária de conservação de variedades locais no Semi-Árido**. 2^a ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. 72p.
- ALMEIDA, S. G. A agricultura alternativa em construção. **Alternativas – Cadernos de Agroecologia**, p. 1-6, jun., 1991.
- ALMEIDA, S. G. Comentários. **Proposta**, v.5, n.27, p.9-13, nov., 1985.
- ALMEIDA, S. G., PETERSEN, P., CORDEIRO, A. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira – subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 122p.
- ARAÚJO, I. S. Por uma comunicação alternativa. **Proposta**, v.8, n.36, p. 68-71, jan.1988.
- AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Folder de apresentação**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995. 13p.
- AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Projeto de Trabalho AS-PTA – Região Sul, triênio 1990-1992**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1990. 23p.
- AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. La red AS-PTA: instrumento del desarrollo de la agroecología en Brasil. **Agroecología y Desarrollo**, número especial, 2/3, p.76, julio, 1992.
- AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Plano trienal – 1999-2001**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1998. 49p.
- AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Plano trienal – 2002-2004**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 65p.
- AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Projeto de Trabalho AS-PTA – Região Sul, triênio 1990-1992**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1990. 23p.
- AS-PTA. La red AS-PTA: instrumento del desarrollo de la agroecología en Brasil. **Agroecología y Desarrollo**, número especial, 2/3, p.76, julio, 1992.
- ASSESSOAR. **Associação de estudos, orientação e assistência rural**. 15p.
- BRACAGIOLI, A. **Rede T.A./Sul – interconectando idéias e ideais na construção da agricultura do futuro**. Porto Alegre, 1995. [Comunicação apresentada na Conferência “Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável”].
- CADTS. Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico Social: uma experiência de solidariedade concreta cidade-campo. **Proposta**, v.8, n.36, p. 75-76, jan.1988.
- CAMP. **Pequenos agricultores, desenvolvimento e organização popular**. S/r. 13p.
- CAPA. Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. **Histórico e descrição do CAPA III**. Erechim, 1997. 10p.
- CAPA. Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. **Visão sobre o desenvolvimento e agroecologia da equipe técnica do CAPA**. São Lourenço do Sul: CAPA, 1993. [Transcrição de gravação realizada na reunião da equipe técnica nos dias 02 e 03 de setembro de 1993].
- CETAP. **Centro de Tecnologias Alternativas Populares. Desenvolvimento e participação: primeiros passos no meio rural do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: CETAP, 1996. 14p.
- CETAP. Centro de Tecnologias Alternativas Populares. **Experiência da Associação de Agricultura Alternativa Comunidade Vaca Morta, Três Arroios-RS**. (Versão

- Preliminar). [Apresentado no Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Brasília, 1997].
- CETAP. **Centro de Tecnologias Alternativas Populares**. Passo Fundo: CETAP, 1997. 5p.
- CORDEIRO, A. CETAP – para fortalecer os movimentos populares. **Proposta**, v.8, n.36, p. 48-49, jan.1988.
- DAVID, A. Capacitação de monitores agrícolas: a proposta da ASSESSOAR. **Proposta**, v.8, n.36, p. 61-63, jan.1988.
- ESCOSTEGUY, C. Novos rumos para a formação em Ciências Agrárias: uma necessidade crescente. **Proposta**, v.8, n.36, p. 53-60, jan.1988.
- FARIA, A. A., PICCHIONI, S. Uma experiência de produção e utilização de material de comunicação. **Proposta**, v.8, n.36, p. 64-65, jan.1988.
- FASE. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **II Curso de Desenvolvimento de Comunidade, Nível Superior**. Belém: FASE, 1971. 24p.
- FERRARI, E. A. **Desenvolvimento da agricultura familiar: a experiência do CTA-ZM**. Viçosa, 1997. 14p. [Apresentado no Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Brasília, 1997].
- FERRARI, E. Aplicação do DRPA na Zona da Mata. **Alternativas – Cadernos de Agroecologia**, p. 32-35, jun., 1991.
- Fundação RURECO. **Fundação RURECO**. Guarapuava: RURECO, 1997. 17p.
- LEISING, E., LEROY, J.P. FASE: uma forma avançada de servir e educar desde 1961. **Proposta**, n.81, p.38-43, jun./ago., 1999.
- LIMA, P. J. B. O Centro de Tecnologia Alternativa de Quixeramobim. **Proposta**, v.8, n.36, p. 35-38, jan.1988.
- LIMA, P. J. B. **Subsídios para a avaliação das redes de intercâmbio**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1987. 9p. (Textos para Debate, 11).
- LOURENCETTI JR., V. Uma documentação de T.A. a serviço dos pequenos produtores agrícolas. **Proposta**, v.8, n.36, p. 72-74, jan.1988.
- MARCATTO, C., GADELHA, E. G. A rede de Minas Gerais e o trabalho de articulação e sensibilização. **Proposta**, v.8, n.36, p. 22-27, jan.1988.
- MENDONÇA, R. **Os CTAs como unidades produtivas**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1986. 7p. (Textos para Debate, 5).
- MONTEIRO, H. G. Viver e aprender, uma proposta para muitos: O Centro de Tecnologia Alternativa de Ouricuri/PE. **Proposta**, v.8, n.36, p. 39-43, jan.,1988.
- PASE, V. **Rede Projeto de Tecnologias Alternativas – Sul: caracterização**. Porto Alegre, 1995. [Comunicação apresentada na Conferência “Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável”].
- PETERSEN, P. **Participação e desenvolvimento agrícola: uma visão estratégica com ênfase na etapa de diagnóstico**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1996. 13p.
- PETERSEN, P., TARDIN, J. M., MAROCHI, F. M. **Tradição (agri)cultural e inovação tecnológica – facetas complementares do desenvolvimento agrícola socialmente sustentado na região centro-sul do Paraná**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. 32p.
- PORTO, E., Borges, M. A comunicação no Projeto Tecnologias Apropriadas. **Proposta**, v.8, n.36, p. 66-67, jan.,1988.
- PTA-FASE. **Boletim do Projeto TA nº 2**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1986a.

- PTA-FASE. **Centro de Tecnologias Alternativas (CTA) – 1º Encontro Estadual de T.A. do Ceará.** Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1986. 22p. (Textos para Debate, 1).
- PTA-FASE. **Memória do PTA – 1983-1987.** Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1988. 493p.
- PTA-FASE. Projeto Tecnologias Alternativas. **Centro de Tecnologias Alternativas (CTA) – 1º Encontro Estadual de T.A. do Ceará.** Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1986c. 22p. (Textos para Debate, 1).
- PTA-FASE. **Tecnologia alternativa – referências bibliográficas vol. 1.** Rio de Janeiro, AS-PTA, 1987. 93p.
- PTA-FASE. **Temas tirados do seminário sobre tecnologias alternativas.** Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1986b. 8p.
- SAUQUET, M. **Perspectivas de cooperação franco-brasileira para a rede de informação tecnológica e de difusão no meio rural – relatório da missão de Michel Sauquet.** Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1986. 11p. (Textos para Debate, 12).
- SAUTIER, D., SIDERSKY, P. **As redes de intercâmbio de tecnologias alternativas: algumas interrogações sobre a sua evolução.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989. 9p. (Textos de Apoio, 10).
- SIDERSKY, P. **Alguns itens para um roteiro de discussão sobre a problemática do pequeno produtor.** Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1986. 20p. (Textos para Debate, 7).
- SIDERSKY, P. **Notas de trabalho: a Rede T.A. em Pernambuco/Paraíba.** Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1986. 5p. (Textos para Debate, 3).
- SIDERSKY, P., FIGUEIREDO, M. Intercâmbio e circulação de informações – o caso PE/PB. **Proposta**, v.8, n.36, p. 14-21, jan., 1988.
- SIDERSKY, P., SILVEIRA, L. M. **Uma ação de desenvolvimento local no Nordeste Brasileiro: trajetória do Projeto Paraíba (1993-1997).** Esperança: AS-PTA, 1997. 52p.
- SILVA, L. A. FASE e a intervenção política e educativa junto a assalariados rurais. **Temas**, v.5, n.4, p. 40-63, 1998.
- SOARES, E., VIVAN, J. Rede de intercâmbio: a experiência do Espírito Santo. **Proposta**, v.8, n.36, p. 28-34, jan. 1988.
- WEID, J. M. **A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997. 40p. (Textos para Debate, 57).
- WEID, J. M. A trajetória do Projeto Tecnologias Alternativas. **Proposta**, v.8, n.36, p.2-7, jan. 1988.
- WEID, J. M. Alguns comentários sobre a problemática da pequena produção agrícola do Brasil. **Proposta**, v.5, n.27, p.3-8, nov., 1985.
- WEID, J. M. As práticas inovadoras: identificação-sistematização-difusão. **Proposta**, v.8, n.36, p.8-13, jan. 1988a.
- WEID, J. M. AS-PTA: transformação ou continuidade do PTA-FASE?. **Alternativas – Cadernos de Agroecologia**, p. 7-8, jun., 1991.
- WEID, J. M. Desarrollo participativo: escalar y escalar aún mas. **Leisa**, p. 19-22, diciembre, 2001.
- WEID, J. M. Diagnósticos rápidos participativos de agroecossistemas (DRPA). **Alternativas – Cadernos de Agroecologia**, p. 30-1, jun., 1991a.
- WEID, J. M. **Fome em meio à abundância.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997b. 28p. (Textos para Debate, 56).

- WEID, J. M. Introdução. In: CHAMBERS, R., RICHARDS, P., BOX, L. **Agricultores experimentadores e pesquisa**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989. 44p. (Série Agricultores na Pesquisa, 1).
- WEID, J. M. Projeto Tecnologias Alternativas/FASE. **Proposta**, v.5, n.27, p. 9-13, nov. 1985.
- WEID, J. M. Redes de intercâmbio – as práticas inovadoras: identificação, sistematização, difusão. **Proposta**, v.8, n.36, p. 8-13, jan.1988.
- WEID, J. M. **Roteiro do DRPA – Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 33p.
- WEID, J. M. **Sistematização da experiência da Paraíba para o seminário da embaixada francesa**. Disponível em <www.pronaf.go.br/encontro/textos>, resgatado em 03/03/2003.
- WEID, J. M. **Uma nova extensão rural para a agricultura familiar: uma contribuição da AS-PTA**. Rio de Janeiro, 1997c. 6p.